

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

PATRICIA VIEIRA MORAIS

**“SÔ PARTICULARMENTE PROFISSIONAL, TENHO EXPERIÊNCIA”:
TRABALHADORES E REDES DE CONVIVÊNCIA DESDE TENRA
IDADE NO OESTE PARANAENSE (1960-2021)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

PATRICIA VIEIRA MORAIS

**“SÔ PARTICULARMENTE PROFISSIONAL, TENHO EXPERIÊNCIA”:
TRABALHADORES E REDES DE CONVIVÊNCIA DESDE TENRA
IDADE NO OESTE PARANAENSE (1960-2021)**

Texto apresentado à banca avaliadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candido Rondon.

Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Sheille Soares de Freitas.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Morais, Patricia Vieira

"Sô particularmente profissional, tenho experiência" :
trabalhadores e redes de convivência desde tenra idade no
Oeste paranaense (1960-2021) / Patricia Vieira Moraes;
orientadora Sheille Soares de Freitas. -- Marechal Cândido
Rondon, 2022.

192 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,
2022.

1. História. 2. Trabalhadores. 3. Oeste do Paraná. I.
Soares de Freitas, Sheille, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PATRICIA VIEIRA MORAIS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 25 dias(s) do mês de maio de 2022 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Patricia Vieira Morais**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Cristina Nacke Conradi, Carlos Meneses de Sousa Santos, Sheille Soares de Freitas, Gisélia Maria Campos Ribeiro. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Sheille Soares de Freitas. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: " **Só particularmente profissional, tenho experiência": trabalhadores e redes de convivência desde tenra idade no oeste paranaense (1960-2021)**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carla Cristina Nacke Conradi, Carlos Meneses de Sousa Santos, Gisélia Maria Campos Ribeiro. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Sheille Soares de Freitas
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Gisélia Maria Campos Ribeiro
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)


Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE PATRÍCIA VIEIRA MORAIS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Carla Cristina Nacke Conradi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Carlos Meneses de Sousa Santos

Patricia Vieira Morais
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof^ª. Dr^ª. Sheille Soares de Freitas, declaro, como **ORIENTADOR(A)**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Mestrado do(a) candidato(a) Patricia Vieira Morais deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADO(A)** na banca realizada na data de 25 de maio de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O Trabalho foi aprovado com distinção pelo exercício reflexivo proposto com as fontes e a pertinência da problemática nas discussões acadêmicas e do tempo presente.

Atenciosamente,



Sheille Soares de Freitas
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof(a) Dr(a) **CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa da Dissertação do(a) candidato(a) **PATRICIA VIEIRA MORAIS**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): **APROVADA**, na banca realizada na data de 25 de maio de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

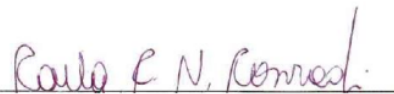
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof(a) Dr(a) **CARLA CRISTINA NACKE CONRADI**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa da Dissertação do(a) candidato(a) **PATRICIA VIEIRA MORAIS**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): **Aprovada** na banca realizada na data de 25 de maio de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



CARLA CRISTINA NACKE CONRADI
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

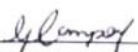
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof(a) Dr(a) **GISÉLIA MARIA CAMPOS RIBEIRO**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa da Dissertação do(a) candidato(a) **PATRICIA VIEIRA MORAIS**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): APROVADA, na banca realizada na data de 25 de maio de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



GISÉLIA MARIA CAMPOS RIBEIRO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Campus Congonhas - Departamento de Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, discente PATRICIA VIEIRA MORAIS, declaro, que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho de Dissertação, intitulado em “SÔ PARTICULARMENTE PROFISSIONAL, TENHO EXPERIÊNCIA”:TRABALHADORES E REDES DE CONVIVÊNCIA DESDE TENRA IDADE NO OESTE PARANAENSE (1960-2021), para banca examinadora realizada na data de 25 de maio de 2022.

Atenciosamente,



PATRICIA VIEIRA MORAIS

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

*Dedico este trabalho à minha família e, em especial,
à memória de meu primo Anderson Vieira que nos deixou tão cedo.
Você sempre estará em nossos corações!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos professores da banca, Carla Cristina Nacke Conradi, Carlos Meneses de Sousa Santos e Gisélia Maria Campos Ribeiro, pela disposição em ler e apontar pertinentes considerações sobre o trabalho.

Agradeço a todos os professores e colegas que de alguma maneira me auxiliaram durante minha trajetória acadêmica, como os do Grupo de Estudos, pois certamente contribuíram para essa produção.

Agradeço ao Carlos M. S. S., já mencionado aqui, pelas ajudas em projetos, textos e debates, a quem recorri em diversos momentos de dificuldades e que me auxiliou a conquistar diversos espaços. Sou imensamente grata.

Agradeço à minha família, pelo apoio e carinho, para onde sempre retorno e junto forças para seguir. Especialmente, agradeço ao meu primo querido, Anderson, com quem cresci e compartilhei muitos momentos de alegria, por me lembrar a importância da nossa família. Sinto tua falta!

Agradeço ao meu companheiro Léo, minha maior conquista, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos e me motiva a continuar e superar a cada dia, você me faz imensamente feliz. Te amo.

Agradeço aos meus amigos, de Marechal e de Guaraniaçu, pelo carinho e apoio, que sempre me ajudaram a superar dificuldades acompanhadas de risadas e de um bom café da tarde.

Agradeço também à Sheille, muito mais do que minha orientadora, uma amiga e companheira de anos, a quem devo minha eterna gratidão por diversas ajudas e inspirações. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa comigo. Tenho certeza de que muito do que conquistei devo a você, inclusive este trabalho. Grata por tudo!

Agradeço a todos os trabalhadores que de alguma forma fizeram parte desse percurso. E, à Eduarda Rafaela Malaggi, Maurício Cristóvão de Sá e Sheille por me ajudarem a contatar muitos deles para realizar entrevistas.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado discute as experiências daqueles que trabalham desde tenra idade e as relações que mantiveram em redes de convivência, a partir da década de 1960 aos dias atuais, no Oeste do Paraná. Analiso tal problemática partindo do processo pelo qual esses sujeitos se fazem trabalhadores em meio a determinados modos de viver, pressões e expectativas. Busco analisar a maneira pela qual a inserção nas atividades de trabalho integra esses modos de vida, ao mesmo tempo em que lidam com diversos outros enfrentamentos que emergem da sua condição social e laços afetivos. Além disso, problematizo a historicidade dessas práticas, dialogando com os significados produzidos por trabalhadores que possuem tal experiência, discutindo legislações, valores construídos socialmente e vínculos com órgãos governamentais. Abordo tudo isso, mediante documentações que indicam evidências dessas relações, como por exemplo: entrevistas realizadas com sujeitos que trabalham desde quando eram crianças e adolescentes, residentes no Oeste do Paraná; entrevistas com funcionários que trabalham em instituições governamentais na região; inquéritos policiais da Vara Cível referente à Comarca de Toledo, localizados no acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa; índices estatísticos, especialmente o elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; materiais dos órgãos de assistência social de cidades que compõem o Oeste do Paraná. Tais fontes apresentam os sujeitos da pesquisa em diferentes espaços e relações, e essas redes de convivência como controversas, onde estabelecem identificações e dissidências.

Palavras-chave: Trabalhadores de tenra idade; Experiências; Fazer-se trabalhador; Redes de convivência; Oeste do Paraná.

ABSTRACT

This master's thesis discusses the experiences those who have been working from when they were very young and the relationships with those living together, starting in the 1960s to the present, in Western Paraná. I understand this research problem based on the process by which these people make themselves workers in the midst of certain ways of living, pressures and expectations. I try to understand the way in which the insertion in the work activities integrates these ways of life, at the same time as they deal with several other confrontations that emerge from their social condition and the affective bonds built. Besides, I examine the historicity of these practices, in dialogue with the meanings produced by workers who have this experience, debating legislation, socially constructed values, and connections with governmental agencies. I approach all this through documentation that indicates evidence of these relations, for example: interviews made with people who have worked ever since childhood, residents of Western Paraná; interviews with employees of government institutions in the region; police inquiries from the Civil Court referring to the County of Toledo, located in the collection of the Documentation, Information and Research Center; statistical indexes, especially the one prepared by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2010), linked to the Child Labor Eradication Program; documents of social assistance agencies of cities in Western Paraná. These sources show the research subjects in different spaces and relationships, and these networks of conviviality as controversial, where identifications and differences are created.

Key-words: Workers ever since childhood; Experiences; Becoming a worker; Networks of conviviality; Western Paraná.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I	
LAÇOS AFETIVOS E RELAÇÕES DE TRABALHO: COMPROMISSOS MORAIS CONTROVERSOS.....	38
1.1 COMPROMISSO FAMILIAR COMO PRESSÃO DE CLASSE	43
1.2 REPERTÓRIO COMO TRABALHADOR E A RECOMPOSIÇÃO DE VÍNCULOS	68
CAPÍTULO II	
REDES DE CONVIVÊNCIA EM TENSÃO: ACOLHIDAS E ROMPIMENTOS PAUTANDO IDENTIFICAÇÕES E DISSIDÊNCIAS	108
2.1 ELOS ENTRE PROTEÇÃO E CONTROLE.....	114
2.2 INTERFERÊNCIA NECESSÁRIA, INTERCESSÃO ALMEJADA: USOS E VISÕES DAS REDES DE CONVIVÊNCIA.....	128
2.3 “RESOLVENDO” O PROBLEMA DO TRABALHO	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
FONTES	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o propósito de apresentar minha pesquisa, acredito que seja importante discorrer brevemente sobre a problemática que desenvolvo ao longo desta dissertação de mestrado. A intenção é esclarecê-los sobre os interesses pessoais, acadêmicos e sociais que me fizeram construir tal problemática de investigação. Isso informa muitas das decisões que envolveram os caminhos que tracei nesse processo.

A questão investigada se refere às experiências daqueles que trabalharam desde tenra idade e seus laços com redes de convivência construídas, reconstruídas e rejeitadas durante o fazer-se como trabalhadores. A temporalidade da pesquisa foi delimitada a partir dos anos de 1960 até os dias atuais, na territorialidade do Oeste do Paraná.

O interesse por esse campo de discussões, iniciou ainda quando estava cursando a graduação em História e fazia parte do Projeto de Extensão “Em Evidências: produção e uso de fontes no ensino de história”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sheille Soares de Freitas. Participando do Projeto tive acesso aos autos processuais da Vara Cível, da Comarca de Toledo, levantados junto ao acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP/UNIOESTE, Toledo-PR), referentes às décadas de 1960 e 1970, os quais possuo em acervo pessoal desde 2018-2019.¹

Tal material era composto por diferentes propósitos diante do acesso à justiça e possibilitavam indícios dos mais variados aspectos da vida dos trabalhadores, o que incluía: Licenças de Trabalho; Reclamações Trabalhistas; Acidentes de Trabalho; Tutelas para Casamento de Menor; Processos Especiais - sobre abandono, furto, crimes sexuais e outras violências; Pensão Alimentícia; Solicitações de Justiça Gratuita; Ações de Despejos e Reintegrações de Posses entre outros. Desses, aproximadamente 130 autos compunham um cenário de relações de poder que envolviam modos de vida dos trabalhadores da região a partir da segunda metade do século XX. Naquele momento, os que mais me provocaram foram aqueles que sinalizavam a presença de crianças, adolescentes e jovens trabalhadores, seja em litígios em que esses eram centrais seja quando se colocavam como presença secundária na peça processual.

¹ O acervo pesquisado foi selecionado e digitalizado em 2017 a partir de projeto de pesquisa desenvolvido pelos professores Carlos M. Sousa Santos e Sheille S. Freitas; vinculados ao Grupo de Pesquisa e Estudos em História Social, Memórias e Linguagens. Além disso, esse material foi analisado posteriormente no Projeto de Iniciação Científica, intitulado, “Trabalhando desde tenra idade: experiência de trabalhadores no Oeste do Paraná – memórias e tensões sociais em discussão” (2018-2019) e, em minha Monografia, intitulada “Trabalhando desde tenra idade: experiências de trabalhadores no Oeste do Paraná, 1960-2019”, defendida em 2019.

Após isso, com o auxílio da minha orientadora, consegui associar tais interesses documentais pelos autos analisados com preocupações pessoais, sobretudo no que se refere aos incômodos formulados a partir de minha experiência e de meus familiares, trabalhadores que desde muito cedo se empregaram em atividades laborais. Diante disso, realizei a Iniciação Científica e, posteriormente, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Tais práticas foram significativamente importantes para o início de minha trajetória investigativa enquanto historiadora e de contato inicial com o debate envolvendo crianças, adolescentes e jovens trabalhadores. Naquele momento, a pesquisa buscava compreender como tais atividades de trabalho, desempenhadas desde muito cedo, compunham a experiência desses trabalhadores. Problemática bastante ampla, mas que foi crucial para uma definição e recorte no projeto de mestrado. Em especial, foi possível, nessas circunstâncias, identificar a partir da produção historiográfica, repertórios teórico-metodológicos e temáticos que me aproximavam e distanciavam de debates e proposições investigativas. Ao finalizar a monografia, construí o projeto de mestrado, ainda com interesses semelhantes, uma vez que apesar da discussão realizada no TCC, ainda assim muitas questões permaneceram enquanto incômodos de pesquisa e como elos motivadores para construir novas discussões.

Diante de tudo isso, ao visualizar a permanência de incômodos historiográficos a partir de interpretações envolvendo esses sujeitos, decidi elaborar um caminho que sempre me inquietou e de extrema importância social: pensar as relações entre as experiências desses que trabalham desde quando crianças e adolescentes, atentando-me aos laços e vínculos mantidos por esses trabalhadores.

Assim, dentre tantos caminhos possíveis para apresentar a discussão nessas considerações iniciais decidi traçar algumas ponderações sobre minha relação com a problemática desta dissertação, tendo em vista que esse elemento é fundamental no caminho construído nessa investigação. Ao longo desse processo pude perceber que o modo como pesquisamos é extremamente particular, algo que no início da investigação me parecia intimidador. Principalmente, porque nossa produção nos expõe enquanto pesquisadores e sujeitos históricos do nosso tempo, possuidores de certas moralidades e experiências.

Ao admitir isso, procuro demarcar a importância das reflexões sobre a relação entre a investigação e a pesquisadora e, ao mesmo tempo, começar a descortinar minhas intencionalidades, reflexões e escolhas por esse caminho. Por ora, é preciso que os leitores saibam que a produção deste trabalho é a tentativa de abarcar inquietações historiográficas, mas também incômodos pessoais quanto às relações sociais em que muitos trabalhadores se constituem.

Era fins de 2019, quando visitava minha família em Guaraniaçu-PR², deparei-me com diversas fotografias, guardadas por minha mãe. Uma delas, em especial, ganhou destaque naquele momento ao convergir com minhas inquietações de pesquisa:

Imagem 1 – Retrato familiar – Guaraniaçu-PR



Acervo pessoal da autora (1986)

Até pouco tempo atrás, esse retrato era visto por mim corriqueiramente, dando-lhe pouca atenção, apenas para identificar enquanto informação ilustrativa a passagem do tempo. No entanto, a partir do repertório construído ao longo da minha trajetória acadêmica e o modo como isso me fez questionar as relações mantidas/construídas com meus familiares, tal fotografia passou a intrigar-me profundamente, principalmente quando buscava fontes para construir o projeto para o mestrado.

Nesse momento, refleti muito sobre as minhas intenções de pesquisa e o quanto minha experiência e de meus familiares se conectavam com muitas das experiências de trabalhadores que acessei por meio das fontes durante a pesquisa. Observei como as problemáticas que me preocupavam historiograficamente, de algum modo, estavam vinculadas às minhas inquietações pessoais, fomentadas desde quando era criança/adolescente e ainda residia com minha família em Guaraniaçu.

² Guaraniaçu é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía a população de 14.582 habitantes, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população esteja em torno de 11.969 habitantes. Foi reconhecido enquanto município pela Lei Estadual n.º 790 de 14 de novembro de 1951, momento em que foi desmembrado de Laranjeiras do Sul (IBGE, 2017).

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaraniacu/panorama>> Acesso em: 07 de nov. de 2021.

A fotografia aqui apresentada parte de tal exercício reflexivo, mas espero que ultrapasse essa intenção inicial e explicita alguns elementos pensados para essa dissertação, em particular, para acessar as experiências de trabalhadores. Indicando, ainda, certo elo afetivo/subjetivo que se faz presente em todo o processo de investigação, onde minhas intenções e compreensões a respeito da pesquisa foram constituídas/informadas por minha trajetória e relações que compus até aqui.

Para tal objetivo, foi necessário pensar um pouco sobre essa produção, que por alguns vestígios, especialmente as vestimentas e cortes de cabelo, indica-nos tratar de uma imagem produzida no século passado. Seu registro ocorreu por volta do ano de 1986, conforme as indicações de minha mãe e tios.

Como podemos perceber, o registro não foi produzido por alguém que se rogava especialista em fotografia, nem mesmo utilizava uma câmera profissional, mas, de acordo com as narrativas de minha mãe, a captura dessa imagem foi feita por um dos meus tios paternos, que havia comprado uma câmera e fotografou a família a pedido de meus avós. O então fotógrafo residia em uma propriedade vizinha ao sítio dos sujeitos retratados, apartadas somente pelo Rio São Francisco, localizado na comunidade rural Boa Sorte, em Guaraniaçu-PR³. Encontram-se registrados nessa imagem majoritariamente minha família materna (minha mãe, tias, avó, avô e tios), com exceção de meu pai (que está ao centro e usa boina). Todos estavam no sítio de meus avós maternos, uma propriedade de aproximadamente 10 alqueires.

Essa fotografia, ao mesmo tempo em que trouxe diversas questões para que eu pensasse em 2019 e 2020, particularmente vinculadas ao projeto para o mestrado, atualmente, após o contato com outras fontes de investigação e com aquilo que delas emergiram, ela ganhou maior valor analítico para mim. Além do que, esse registro nos coloca frente a certos valores, uma memória que expressa certa dinâmica familiar – uma vez que ao centro se encontram os homens casados (respectivamente meu avô e meu pai) e a partir dessa demarcação estabelecem outras delimitações, como: de um lado estão todos os homens e de outro, as mulheres; e, ainda, uma regularidade decrescente de idade, partindo do centro da imagem. A quebra dessa construção da imagem da família foi feita pela minha mãe, que estava no canto esquerdo, desarticulando a disposição proposta, possivelmente pela necessidade de conter minha tia, ainda muito pequena.

³ Comunidade rural, com distância de aproximadamente 10 km da sede urbana do município de Guaraniaçu. Meus avós residiam nessa localidade desde 1972, quando deixaram São Valentim-RS. Nela, eles viveram até 2014, ano em que faleceram. Alguns familiares deixaram a propriedade anos antes, indo residir em outras propriedades rurais, ou mesmo, como meus pais, dirigindo-se para a área urbana da cidade. Com exceção de um tio, ainda solteiro, que residiu com meus avós e uma tia que viveu com seu marido e filhos na mesma propriedade, apenas em outra residência. Após o falecimento de meus avós, ambos deixaram a propriedade.

Essa construção sugere, portanto, elementos que serão discutidos ao longo dessa dissertação – as visões projetadas por e sobre certas famílias de trabalhadores ao tratarem aspectos e circunstâncias basilares de sua constituição social. Assim como, na tentativa de expor e reforçar certas relações de poder a partir dessa imagem, meu avô propõe determinada organização familiar e hierárquica, ainda que a materialidade dessas relações tenha corrompido grande parte dessa estética proposta como controle onde cada um tem seu lugar.

Isso me faz observar mais de perto as evidências históricas elencadas para esse trabalho, uma vez que a experiência social é bem mais do que a construção eleita para se apresentar em uma foto, ainda que essa sugestione intenções, valores e expectativas de certos sujeitos frente às contravertidas práticas e relações experimentadas.

Todos os presentes, inclusive o fotógrafo, possuem a experiência de trabalharem desde crianças e adolescentes, especialmente na área rural, local onde residiam naquele momento. Primeiramente, essa experiência ocorreu em conjunto com a família. Além disso, é necessário destacar como muitos de seus filhos, tal qual eu, minha irmã, minhas primas e primos, também experienciaram o trabalho desde muito cedo, apesar de constituírem outras relações sociais e campos de trabalho, próprios da distinção temporal/espacial e dos interesses que viriam a marcar nossa prática em certas relações de trabalho (tal qual babá, auxiliar em atendimento de salão de beleza, manicure etc.). Tudo isso sugere como esse ser trabalhador foi se constituindo na precocidade dessas inserções.

A foto me inquieta a pensar o momento em que iniciaram tais práticas e as relações sociais que estabeleceram naquela temporalidade e no processo histórico em questão, bem como aquilo que viam enquanto expectativas e necessidades ao viverem de tal modo e em tais condições. Isso também me incita a refletir sobre os diferentes e desiguais caminhos que sujeitos como eles trilharam e quais relações sociais constituem no presente, indagando-me sobre a maneira pela qual enxergam/planejaram o futuro e o modo como rememoram esse tempo que passou.

Devo confessar, ainda, que essa imagem me causa certo desconforto. Pois, olhar para ela é pensar que meus avós já se foram, devido à problemas graves de saúde e que muitos de outros familiares ali presentes atualmente se encontram debilitados, algo que direta ou indiretamente foi ocasionado por serem trabalhadores e se colocarem em atividades extremamente desgastantes. Entendo que os laços que mantive e continuo mantendo com eles me trouxeram até aqui e compuseram parte expressiva de meus valores, interesses e expectativas. Acredito que isso seja importante de ser mencionado porque construíram a

necessidade não somente de pensar o processo histórico a partir de certas experiências de trabalhadores, mas, também, por destacar a luta diária e contínua de sujeitos como eles.

Durante minha trajetória acadêmica, pude analisar que as redes de convivência possuem muita vinculação com as experiências desses que trabalham desde muito cedo, principalmente no que se refere às produções de suas moralidades e afetos, como expressão do que definem em seus modos de vida, expectativas e ações. Nesse sentido, as experiências desses trabalhadores que acessei através das fontes indicavam as variadas interferências de sujeitos que faziam parte de suas redes de convivência, como por exemplo familiares, amigos, vizinhos, instituições etc. Práticas e convívios que permitiram investigar o modo como valoravam e agiam frente às pautas e demandas que se remetiam às suas ocupações (domésticas e em postos de trabalho), bem como ao modo como “recebem” por tais trabalhos e usufruem de tais “pagamentos”.

Dessa forma, ao buscar compreender as experiências desses trabalhadores levei em consideração os laços e vínculos (nem sempre afetuosos) que estabelecem ao longo de suas trajetórias e que constituem o modo como vivem e esperam viver. Assim, entendo essas experiências sociais, envolvidas por diferentes redes de convivência, alinhavadas com trabalhadores, empregadores, funcionários de instituições etc. A presente dissertação é uma tentativa de concentrar e expor minha interpretação (construída ao longo do momento do mestrado, mas também em minha experiência) sobre essas questões.

Nesse sentido, o título dessa dissertação, “ *‘Sô particularmente profissional, tenho experiência’: trabalhadores e redes de convivência desde tenra idade no Oeste paranaense (1960-2021)*”, busca contemplar a relação entre as experiências de sujeitos que trabalharam desde quando eram crianças e/ou adolescentes e seus vínculos. A fim de perceber, as tensões em torno desses laços, as formações de moralidades e modos de vida desses trabalhadores e, além disso, compreender os momentos em que esses trabalhadores se identificam e se diferenciam entre si e nas relações de poder que tomam parte.

Necessário discorrer, também, acerca do termo “tenra idade”, exposto no título, que exprime uma compreensão e posicionamento historiográfico sobre as experiências de sujeitos marcados pelo trabalho desde muito cedo. Essa noção possui justificativas ligadas ao modo de analisar esses sujeitos e, claro, de selecioná-los na investigação. A concepção busca evidenciar que essas relações partem de um processo histórico que se vincula à cultura desses trabalhadores, redes de convivência e modos de vida; que envolve a discussão entre os trabalhadores – onde ponderam sobre suas necessidades, expectativas e condição social, avaliando iniciarem ou não práticas de trabalho. Isso quer dizer que não estabelecem, necessariamente, um momento de suas vidas para o início de relações de trabalho, mas estão

atentos a ponderar aspectos que tornam tal momento convergente com o que compreendem como necessidades e interesses.

Por esses motivos, essa dissertação abarca trabalhadores que na atualidade possuem diferentes idades, tendo em vista que iniciaram relações de trabalho em momentos únicos e singulares, apesar de compartilharem muitas condições (como aspirações pela independência financeira e moral, anseio por resolverem certas urgências, processo de conscientização classista desde muito cedo - reconhecendo-se enquanto trabalhador frente a pressões e campos de forças desiguais etc.).

Além disso, por não determinar uma faixa exclusiva de idade para os trabalhadores a serem analisados e trazidos nessa reflexão, considero que priorizei uma visão onde essas práticas de trabalho integram o campo de possibilidades/necessidades dos trabalhadores desde muito cedo. Assim, para essa pesquisa, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que residiram no Oeste paranaense desde a década de 1960 foram privilegiados enquanto sujeitos expressivos das relações e indagações proposta para esta pesquisa.

Acredito que esse recorte configura um olhar intrigante e desafiador para pensar a problemática dessa dissertação. É possível diferenciar interpretações daqueles que ainda são crianças e adolescentes comparativamente aos que já foram um dia – observando em que historicidades e relações foram constituídas –, mas, também, permite analisar como todos esses trabalhadores atuam e produzem valores socialmente, os quais contribuem para os debates frente a continuidade e questionamentos dessa prática no tempo presente.

A intenção do título e do entendimento da noção “tenra idade” é desprender-se de um conjunto significativo de premissas célebres difundidas acerca da inserção em relações de trabalho, que desconsideram muitos dos diferentes aspectos e terreno tensionado em que constituem as experiências sociais desses sujeitos, sem dar a devida importância para os significados atribuídos a essas práticas para além do trabalho que exercem. Ressalto que minha interpretação tenta levar em conta outros parâmetros e encontros dos trabalhadores que vão além do trabalho, mas que constituem o seu fazer-se como trabalhador.

Além disso, incorporei no título a narrativa “*Só particularmente profissional, tenho experiência*”, que se refere à elaboração de meu entrevistado Henrique (de 17 anos de idade), a qual considero remeter às experiências de muitos outros trabalhadores. Após questioná-lo sobre como entendia a articulação entre os estudos e o trabalho desde quando iniciou a trabalhar aos 12 anos de idade, o adolescente constrói essa fala. Tal representatividade é demonstrada quando assinala o aprendizado advindo do trabalhar desde cedo, o qual lhe favorece no momento presente enquanto trabalhador, como fica evidente também no seguinte trecho:

“porque o cara que não trabalha, vai trabalhá só com 18, é complicado ele se entendê no mercado, né?” (HENRIQUE, 2021).

No entanto, a avaliação do trabalhador é controversa, já que, ao mesmo tempo em que aponta certa vantagem sobre outros trabalhadores que vão trabalhar somente mais tarde, em outras narrativas Henrique vai indicar situações de extrema exploração que experienciou, apontando sentimentos de revolta em relação a isso – indicando uma percepção dessas relações de trabalho enquanto indevidas ou abusivas. Tal enunciação paradoxal, fez com que retomasse debates elaborados por Thompson (1998) sobre o século XVIII. O autor apresentou a seguinte consideração em torno do modo como os trabalhadores compreendem a si e a suas ações:

A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambiguidade. É possível perceber no mesmo indivíduo, identidades que se alternam, uma deferente, uma rebelde. [...] Assim “duas consciências teóricas” podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade; de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado o “senso comum”, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, em com menos frequência, à revolta. (THOMPSON, 1998, p. 20)

A formulação proposta pelo autor provoca incômodos para pensar narrativas como as destacadas na entrevista com Henrique (2021) e demais concepções e ações dos trabalhadores, tidos como sujeitos desta pesquisa. Esse suposto me coloca a questionar sobre como compreender a dinâmica social, movimentada pelos trabalhadores a partir de diferentes relações, valores e práticas. Assim, o entendimento de Thompson (1998) destaca, ainda, a necessidade de perceber as motivações e aquilo que os trabalhadores entendem como urgente frente às circunstâncias envolvidas nas relações de poder, pois elas orientam determinados valores ou condutas.

Nesse sentido, essa narrativa de Henrique pode ser entendida a partir da compreensão de seus modos de vida e moralidades que são construídos baseados em uma materialidade desigual da vida e da exploração, a qual, muitas vezes, pressiona esses trabalhadores a tomadas de decisões como as de trabalharem cada vez mais cedo, do mesmo modo que disputarem entre si determinadas atividades, práticas etc. Uma realidade que faz muitos deles avaliar que “se entender no mercado” cada vez mais cedo pode, de certa forma, favorecê-los em alguma direção como trabalhadores que precisarão, em grande medida, viver do seu próprio trabalho e nessa arena desigual de relações.

Faz parte do meu olhar investigativo as intenções que justificam o recorte temporal escolhido, da década de 1960 até 2021. Recortei uma temporalidade ampla tendo em vista que desejava contar com uma variedade de percepções para discutir a problemática em que era preciso retroceder no tempo para ser capaz de acessar tal multiplicidade, bem como mudanças e permanências que se entrecruzam nesse percurso.

Um desses indicativos que levei em conta na pesquisa era a memória construída pelos meus entrevistados (que possuíam idades variadas) e que construíram boa parte de suas experiências a partir da segunda metade do século XX, inclusive utilizando visões sobre modos de viver construídos naquele momento, ressaltavam ou criticavam tais práticas para construir sentidos que querem ressaltar e se identificar no presente. Além disso, outro conjunto de fontes que se remetia também a essa temporalidade eram os autos processuais e que evidenciavam importantes indícios de diversas relações de poder que acreditei serem necessárias discutir em conjunto com formulações e fontes produzidas no tempo presente.

Em conjunto a isso, considerei essencial ter o contato com uma temporalidade anterior às legislações recentes e “estrutura organizacional” governamental, relativos à proteção e atenção às crianças, adolescentes, jovens e famílias de trabalhadores, que agem no presente momento, especialmente porque intencionava refletir sobre a construção dessas políticas de Estado em meio às tensões sociais. Ademais, desde a construção do projeto de mestrado tive contato com discussões (dentro e fora da historiografia) que supervalorizavam a estrutura atual, em detrimento às legislações e entendimentos anteriormente vigentes. Desse modo, despertaram meu interesse em compreender tal processo histórico a partir do campo de tensões entre classes, as quais também seriam por modos de vida, valores e práticas. Tudo isso, diante de continuidades e mudanças que emergiam, novas formas de exploração e vinculação desses trabalhadores, bem como de resistências.

Claudio H. M. Batalha (2006) ao discorrer sobre a historiografia brasileira recente do trabalho, apresentando desenvolvimentos e críticas sobre a reflexão metodológica e aspirações sobre o que avalia ser feito nesse campo, dialoga com a ideia de “marcos históricos tradicionais”, como o de 1888 (referente ao trabalho escravo e livre). De acordo com ele, apesar de questionado por muitas discussões “continua a ser um marco cronológico com o qual pouquíssimos trabalhos de fato rompem” (p. 91) e que não basta somente “mudar os marcos”:

[...] a ruptura com os marcos cronológicos tradicionais não elimina, evidentemente, a necessidade de toda pesquisa histórica ter que ser delimitada no tempo. Buscar recortes cronológicos que sejam específicos do objeto da pesquisa apenas resolve em parte o problema, pois ainda é necessário

estabelecer delimitações que sejam significativas para a sociedade em que o objeto da pesquisa está inserido. Ao estudar uma dada associação ou a trajetória de um indivíduo não podemos nos ater à cronologia que é exclusiva desses objetos específicos, sem levar em conta o contexto mais amplo em que estão situados. Nesse sentido, há que refinar os recortes cronológicos e estabelecer articulações e hierarquias entre eles. (BATALHA, 2006, p. 92)

Tal provocação despertou-me interesse sobretudo porque avalio que na historiografia (bem como em outras áreas), muitas vezes, o que prevalece nos estudos referentes ao trabalho desde tenra idade é o “marco das legislações e políticas sociais”, principalmente a partir da década de 1990. Tal “marco” representado pelo ideário da mudança – em que esses sujeitos adquiriram direitos sociais e foram desde então “tratados” mediante essa concepção, sendo assim o presente momento (em que ainda vigoram muitas desses projetos) se caracterizaria pelo combate a essas e outras explorações vinculadas ao trabalho infantil. Assim, considero que busquei certo distanciamento desses “marcos”, tentando dar espaço a delimitações mais amplas que compreendi como mais significativas e necessárias para a investigação do problema elegido.

Acredito que as necessidades nominadas para realizarmos nossas pesquisas sempre partem do nosso presente e daquilo que nos afeta. Então, situo um trabalho que me instigou a refletir sobre o quanto nossas visões sobre o processo histórico estão a todo momento sendo reconstruídas mediante contato com diferentes visões e práticas. Edicléia Lopes da Cruz (2018), em sua tese de doutorado, partilhou do anseio em debater essas relações na medida que pautou a efetividade das “medidas institucionais de combate” (tal qual a implementação de leis de restrição de idade, bem como de programas assistenciais de renda e educação pública) sobre o “trabalho infantil” no período de 1985 a 2015 (recorte definido por Cruz por ser o momento que “antecedeu e procedeu à implementação das principais medidas legais e sociais de combate ao trabalho infantil e de incentivo à escolarização no Brasil”).

Partindo de uma perspectiva do desenvolvimento regional utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE, no que se refere a crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos). A autora, estabelece, com base nessas evidências, um “perfil” desses trabalhadores do Sul (sobre o ano de 2015), onde 10% das crianças e adolescentes trabalhavam, sendo os meninos mais “propensos” a ingressarem mais cedo nessas atividades. Na sua análise, a questão da renda familiar foi o “fator de incidência” mais comum -

principalmente entre os trabalhadores de 15 e 17 anos no estado do Rio Grande do Sul. E, ainda, as principais “consequências” seria a “associação negativa com a escolaridade”⁴.

Essa visão de “causa” e “consequência” na análise histórica, geralmente, leva a uma formulação dessa prática como parte da formação de um “ciclo de pobreza” (bastante comum em visões de órgãos governamentais e instituições de combate ao trabalho infantil e no que corresponde a pesquisas que analisam essas relações)⁵. Essa visão compreende que a desigualdade gera o trabalho infantil e este a baixa qualificação dos trabalhadores, devido à dificuldade ou abandono da escolarização formal e, por conseguinte, “maior exploração” e “menor remuneração” (uma vez que a baixa escolaridade faria com que o trabalhador assumisse postos de trabalho informais ou mais degradantes), o que fomentaria então a necessidade de crianças e adolescentes, pertencentes a famílias de trabalhadores também iniciem muito cedo relações de trabalho, o que caracterizaria um “círculo vicioso” (CRUZ, 2018).

Esses números precisam ser analisados com maior cuidado, uma vez que outros aspectos devem ser equacionados ao produzirmos pesquisas estatísticas de comparação de dados - inclusive a diferença populacional durante todos esses anos e a historicidade que compõe esse percurso. Mas, fundamentalmente, a pesquisa de Cruz carrega questões importantes, sobretudo a consideração e análise desses materiais ao dialogar com pesquisas acadêmicas. Além disso, seu procedimento analítico me fez pensar em práticas a fim de romper e discutir socialmente o trabalho desses sujeitos. Pois, de acordo com a autora a escolarização, os programas de transferência de renda e regulamentações são os quesitos mais destacados socialmente (mesmo que as legislações sejam consideradas pela autora ineficientes quando acionadas isoladamente para reduzirem o trabalho infantil). Nesse sentido, mediante método “associativo”, especialmente considerando a taxa de “ocupação” entre crianças e adolescentes e a taxa de escolarização, Cruz concluiu que

[...] em se tratando de atividade laboral infantil na região Sul do Brasil, esta se reduziu expressivamente em todas as faixas etárias em que se

⁴ Vale destacar que Cruz também considerou outros “fatores de incidência” além da renda familiar, para ela também seriam importantes a área de residência, setor de “ocupação”, “ocupação” dos pais, os pais “terem sido trabalhadores infantis”.

⁵ Algumas dessas interpretações são visíveis em diferentes materiais, tais como em sites de instituições e organizações, bem como em narrativas de funcionários e agentes públicos.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/trabalho-infantil-perpetua-o-ciclo-dapobreza-e-miseria-diz-juiza>> Acesso em 15 de mar. 2022.

Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicadosde-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>> Acesso em: 15 de mar. 2022.

Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historias/quando-estar-na-escola-e-esperanca-de-sair-da-miseria>> Acesso em: 15 de mar. 2022.

enquadram crianças e adolescentes, e isto ficou ainda mais evidente entre as crianças mais novas. Este fato, permite conclusões associativas deste comportamento ao conjunto de medidas que foram institucionalizadas ao longo da década de 1990 e 2000. Se considerar apenas que esse comportamento foi reflexo das medidas legislativas e sociais sobre a redução do trabalho infantil e aumento da escolarização, os resultados, portanto, foram positivos nesse sentido. E assim pode-se corroborar as hipóteses levantadas inicialmente, pois, ao observar os comportamentos das duas variáveis em questão, taxa de ocupação e taxa de escolarização, constatou-se que a primeira apresentou comportamento melhor, no sentido de redução, na região Sul após a implementação dos programas de transferência de renda, como o PETI e o Bolsa Escola. Quanto ao comportamento da taxa de escolarização, esta mostrou-se crescente desde a implantação do ECA, mas teve comportamento positivo mais notório a partir do PETI, quando mais de 80% da população de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos passaram a serem engajadas no sistema de educação. No que se refere ao trabalho infantil, a proporção registrada era de 23% em 1985 e 10% em 2015. No oposto, a proporção de indivíduos que estavam frequentando a escola em 1985, independentemente se trabalhava ou não, era de 64% do total desta faixa etária. Em 2015, essa proporção se elevou para 94%. Constatou-se que houve uma significativa queda na taxa de trabalho infantil na região estudada e aumento da escolarização, especialmente a partir de meados da década de 1990, que conforma com a implantação das medidas assistenciais de combate ao trabalho precoce no País. Porém, não se pode deixar de considerar as próprias melhorias dos indicadores econômicos e sociais que foram registrados pela economia brasileira como um todo nestas décadas e que se refletiram sobre todos os indicadores socioeconômicos, inclusive o trabalho infantil. A estabilização econômica, a redução da taxa de desemprego, a implementação e ampliação de políticas sociais, como também a própria ampliação na oferta de vagas no ensino público, especialmente na educação infantil e as facilidades de acesso nos níveis mais avançados, incluindo os cursos técnicos e de ensino superior, foram fatores que, em conjunto, culminaram em redução das desigualdades sociais, melhorias na vida de muitas famílias e nos indicadores de educação. Diante do exposto, [...] quanto ao comportamento do trabalho infantil ao longo de 1985 a 2015, pode-se aqui considerar que o conjunto de ações que foram implementadas ao longo desses anos, deram certo no que se refere à sua redução na região Sul do Brasil. (CRUZ, 2018, p. 241-243)

A pesquisa da autora é instigadora porque expõe muitos entendimentos do que se tem analisado sobre “trabalho infantil”, tal como as “motivações” e as “implicações” a partir de evidências bastante distantes da experiência dos trabalhadores. À medida que a pesquisa parte somente desses quantitativos estruturantes acaba por trazer algumas dificuldades no que se refere ao vínculo com a realidade material desses sujeitos, especialmente porque automatiza o processo histórico como se os enfrentamentos que os trabalhadores possuem não precisassem ser “analisados”, uma vez que o resultado é o trabalho infantil. Nesse sentido, a pobreza levaria automaticamente ao trabalho infantil, à pouca escolaridade, à baixa remuneração etc. Tudo isso, de fato, são indícios que compõem a realidade de muitos trabalhadores, no entanto, a discussão estabelecida pela autora parte de uma visão que não depende das ações dos sujeitos.

Assim, os dados “induzem” a perceber que essas medidas “deram certo”, como aponta Cruz no trecho exposto referente às conclusões da tese. Além do juízo de valor empregado, despreza como os sujeitos sociais, em especial os trabalhadores, avaliam esse processo e o quanto essas “melhorias” indicadas pelos dados acabam menosprezando a presença dessa prática no modo de viver de trabalhadores. Ao serem consideradas médias e/ou perfil desses trabalhadores as expressividades dessas experiências ficam amenizadas e/ou diluídas, ainda que essas relações de trabalho sejam fortemente desiguais e complexas no tempo presente, mesmo após execução de programas institucionais, leis de restrição de idade e incentivos à educação (para não dizer também da obrigatoriedade de garantia à educação através das leis e práticas protetivas vigentes).

Essa formulação tão recorrente, ignora a historicidade dessas relações enquanto produto inerente ao modo de produção capitalista, enquanto mão de obra barata e extremamente explorada. Aponta uma visão de sujeito que não é apenas massa que segue as oscilações econômicas, essas crianças e adolescentes são inclusive exploradas com a ideia de “desenvolver” a classe dominante. Uma leitura deslocada das relações de produção, das relações entre trabalhadores e empregadores, bem como aquelas estabelecidas entre os próprios trabalhadores sobre o tema em questão. Ou seja, esse olhar analítico exclui a complexidade que são essas relações e como suas permanências e/ou extinção exprimem as reformulações constantes dessas práticas tendo em vista as disputas sociais e tensões.

Mediante esse entendimento, procurei, não me reduzir “a uma dimensão puramente local” de análise e restringir a dinâmica dos trabalhadores. Concebi, a meu ver (ou ao menos busquei conceber), a “articulação entre diferentes escalas”, apesar de compreender as falhas possíveis no modo como esse entendimento se materializou nesta dissertação e as diversas limitações que essa execução possui (BATALHA, 2006, p. 93).

Assim, durante o curso da pesquisa foram numerosas as tentativas de acessar materiais que contivessem rastros dessas relações, especialmente nas Prefeituras Municipais, Secretarias de Assistência Social e instituições relacionadas ao atendimento infantojuvenil das cidades do Oeste do Paraná. Muitas ligações, solicitações via on-line e pedidos de acesso a acervos e documentos através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011⁶) foram realizados.

⁶ Sobre a Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta: “o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. [...] A Lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos. A Lei igualmente determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet. [...] Os pedidos de acesso à informação podem ser

O intuito dos pedidos era acessar documentações que me fornecessem evidências e circundassem a questão norteadora da pesquisa, os quais indicassem rastros das relações entre trabalhadores em conflito ou em solidariedade, desses em contato com instituições e diferentes aspectos de suas vidas, tal qual violências que sofreram e praticaram, abusos, urgências e vulnerabilidades, bem como em quais atividades estavam empregados, como lidavam com a vigilância sobre suas vidas apoiadas em certa autoridade jurídica e moral, com “assistência” moral, afetiva e pecuniária (através de assistência financeira etc.).

Porém, a esmagadora maioria dos pedidos foram negados, mesmo endossando o sigilo e cuidado com as documentações, por meio de ofícios e termos de responsabilidade que demarcassem a ética profissional do trabalho. As justificativas incluíam ora a impossibilidade do acesso devido às regulamentações envolvendo o sigilo desses sujeitos, ora a inexistência de indicadores relacionados ao trabalho desses sujeitos; além da indicação de ausência de materiais arquivados para campanhas de combate ao trabalho infantil.

A dificuldade para encontrar evidências qualitativas que envolvessem a discussão proposta pela pesquisa contribuiu para que a territorialidade delimitada fosse o Oeste do Paraná, pois muitas cidades da região não permitiram o acesso a nenhum material. Além disso, a escolha para essa territorialidade se deve também ao conteúdo das fontes acessadas onde vão indicar uma movimentação dos trabalhadores percorrendo não só, mas majoritariamente, a região. Já que muitos trabalhadores se mudam constantemente de cidade (ou até mesmo de país – em razão da proximidade com o Paraguai) à procura de melhores condições de vida, enquanto outros residem em uma cidade, mas trabalham em outro município, além daqueles que possuem redes de convivência que extrapolam a cidade onde moram.

Embora existam diferenças entre essas cidades, seja pelo seu número de habitantes, distribuição territorial e relações sociais específicas, a análise das fontes permitiu observar traços de modos de vida, valores e prospecções compartilhados entre os trabalhadores. Da mesma forma que estruturas e organizações públicas, como a da Assistência Social, atuam similarmente na região. Além disso acessei certas moralidades e práticas compartilhadas que visam “naturalizar” ou questionar a inserção em atividades laborais desde muito (seja por parte de empregadores, servidores públicos ou entre os próprios trabalhadores).

encaminhados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).” (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-aocidadao/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao>> Acesso em: 12 de mai. 2022.

Ao pensar nesses termos como elementos constituintes da pesquisa, destaco que mediante as análises das documentações (autos processuais, índices estatísticos, fontes orais e fichas de órgãos de assistência social) e em debates bibliográficos (que tematizam sobre infância/adolescência/juventude, relações com o trabalho, órgãos da assistência, laços afetivos, escolaridade etc.), argumentarei na defesa de como tais questões estão materializadas nas experiências dos trabalhadores, em tudo aquilo que produzem, em suas decisões e recusas e nas atuações e condutas que constroem.

No que concerne aos pressupostos teóricos em que me apoiei para esta produção, possuo grande afinidade com a História Social, associada ao marxismo, que nas palavras de Thompson (2019) se define como “marxismo como tradição”. Pois, parte-se de Marx, de suas hipóteses e conceitos centrais para colocá-los em operação nas pesquisas realizadas. Para Thompson, apesar de possuir tal referencial, a produção do conhecimento histórico não é o caminho para confirmar a teoria, mas deve constituir diálogo entre a “conceptualização e a confrontação empírica”, ou seja, a teoria deve estar sempre intrinsecamente associada às evidências, ao processo histórico e à reflexão autocrítica na operação historiográfica e no contato com o real. Tal campo de conhecimento, para o autor, não é um sistema “fechado”, pois voltar-se para a experiência social se configura em uma visão “aberta” do mundo, apesar de possuir o mesmo rigor teórico que seus referências. Ele entende, ainda, que a história em uma concepção materialista é feita por sujeitos históricos reais, e estes não são apenas “vetores de determinações estruturais ulteriores” (THOMPSON, 2021, p. 21).

Nesse sentido, o historiador nos provoca a ver classe enquanto relações sociais históricas que se constituem no fazer-se dos trabalhadores e somente nesse processo pode ser demonstrada (THOMPSON, 1987, p.11). A provocação do autor me instigou durante o percurso da produção desse trabalho e a construir certo método sem definir a priori as experiências desses sujeitos. Por essas e outras percepções acredito que possuo inclinações compartilhadas com muitos pesquisadores do campo da História Social no que se refere a buscar entender e fazer história, a partir das experiências sociais de trabalhadores, as quais interessa

Recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas; discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu fazer-se enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem o universo das nossas preocupações maiores. Esses objetivos foram definidos e atrelados ao que consideramos como

compromissos sociais e políticos do historiador e às formas como eles expressam maneiras de entender e fazer história (CALVO; CARDOSO; ALMEIDA, 2005 p. 13).

Desse modo, pretendo levar em conta esses propósitos ao analisar as documentações selecionadas enquanto fontes. Pensando-as como linguagens, “enquanto expressões de práticas sócio-culturais” e “maneira [s] como determinados sujeitos exprimem suas potencialidades no jogo das tensões sociais”, buscando, ainda, compreender nesses registros significados e interpretações sobre as transformações sociais, problematizando “as razões, os porquês dos registros, como atitudes que expressam ações na criação de lugares, espaços de debates e disputas” (CALVO; CARDOSO; ALMEIDA, 2005, p. 21).

Assim, a problemática aqui privilegiada exigiu refletir também sobre “costumes” e “cultura” e como os trabalhadores destacados na pesquisa produzem determinados modos de vida em conjunto com outros trabalhadores e empregadores, produzindo também valores, com os quais avaliam diversos aspectos de suas vidas. No entanto, não penso em cultura como “esfera superior”, mas aquilo que é construído por homens e mulheres reais no seu processo de fazer-se trabalhadores, como práticas costumeiras que ganham tenacidade em sua experiência. Nesse sentido, também foi preciso olhar para as necessidades e expectativas produzidas por esses sujeitos como constitutivas de uma “cultura popular” (THOMPSON, 1998, p. 22).

Tudo isso, ainda se apresenta como questões que persistem como debate e disputa, tanto na historiografia quanto socialmente. Como sinaliza o trecho da reportagem publicada pelo site de notícias UOL, na data de 09 de novembro de 2021:

COMISSÃO DA CÂMARA PREVÊ VOTAR REGRA QUE PERMITE TRABALHAR AOS 14 ANOS

Uma das propostas mais polêmicas atualmente em tramitação no Congresso Nacional pode ser votada nesta terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 18, que reduz de 16 para 14 anos a idade mínima para jovens começarem a trabalhar com carteira assinada no Brasil, está pautada para a sessão das 9 horas.

Os parlamentares votarão a admissibilidade da PEC — ou seja, se ela é constitucional. A proposta foi apresentada em 2011 pelo então deputado Dilceu Sperafico (PP-PR). Desde então, propostas semelhantes foram enviadas à Câmara — a mais recente delas, em 2020 — e os textos foram aglutinados à PEC original, para tramitação em conjunto.

Em julho de 2019, após anos parada na Câmara, a PEC voltou a andar, com a indicação de um novo relator para a matéria, o então deputado João Roma, hoje ministro da Cidadania no governo de Jair Bolsonaro. Se aprovada na CCJC, a PEC precisará passar por comissão especial, ainda a ser formada, e pelo plenário da Câmara, antes de ir para o Senado. [...]

Porque a PEC é polêmica?

Críticos à proposta afirmam que ela abre espaço para a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, em um país já marcado por dificuldades educacionais. Assim, a manutenção da idade mínima de 16 anos seria um estímulo à formação básica do jovem.

Parlamentares que defendem a redução da idade, no entanto, afirmam que muitos jovens de 14 ou 15 anos já estão no mercado de trabalho, mas em função da lei são obrigados a atuar informalmente. Assim, a PEC poderia regularizar uma situação já verificada na prática: o trabalho de jovens de 14 e 15 anos.

Outro argumento entre os apoiadores da proposta é o de que muitos jovens, sem oportunidades no mercado formal de trabalho, envolvem-se no mundo do crime, muitas vezes para sustentar a família.

Na Câmara, foram aglutinadas à PEC nº 18 outras seis propostas com características semelhantes. Apenas uma delas, a PEC nº 2, de 2020, busca uma mudança um pouco mais radical: a redução para 13 anos da idade de início da vida profissional. (COMISSÃO..., 2021)

Reportagens como essa são bastante comuns atualmente. Nelas, observamos as constantes tentativas de legitimar a redução da idade para crianças e adolescentes trabalharem dentro de uma “legalidade”, bem como flexibilizar os direitos envolvendo esses sujeitos. Além disso, essa iniciativa é perceptível em falas de muitos políticos e personalidades influentes, onde destacam o interesse em ampliar a aceitação social de tais práticas e cativar os adeptos a tais alterações. Um debate que também se expressa em certas discussões colocadas por muitos trabalhadores em suas relações sociais e, muitas vezes, entendidas como valorosas, sendo exacerbadas quando associadas às pressões de classe e ao modo como vivem e/ou esperam viver.

Então, a problemática escolhida para a feitura da dissertação envolve um debate encorpado social, política e academicamente que discute eixos temáticos que selecionei para compor a produção, as quais foram produzidas e abordadas por diferentes perspectivas e abordagens – seja referente aos trabalhadores, sujeitos da pesquisa, seja nas relações sociais que estes produziram/compuseram. Diante disso, houve a necessidade e o desafio de expor tensões e problematizá-las nessa dissertação partindo de uma visão dessas relações que compactuassem com meus interesses políticos e de transformação social.

Para muitas correntes, voltar-se para o presente significa tomá-lo como objeto de estudo e ainda, numa visão linear de tempo, considerá-lo mero desdobramento do passado no qual já estava, de certa maneira inscrito. [...] Quando discutimos a questão, a nossa abordagem é diversa: seguramente é muito mais do que só falar de temas atuais. Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a investigação. E, mais: orienta-se para o futuro, já

que a nossa perspectiva é a de transformar esse presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2000, p. 12)

A partir dos trechos destacados as autoras demonstram que a produção do conhecimento histórico para a História Social vai além do trabalho acadêmico, tem consistência prática socialmente, uma vez que consiste em demarcar uma posição política. Assim, a escolha da História Social como perspectiva teórica se dá não somente pelas concepções historiográficas que contribuem para compreender as experiências acessadas, mas também por aproximação política, onde entendemos que a pesquisa também disputa socialmente um espaço, uma leitura e inserção sobre tais processos sociais.

Esse processo de compreensão e de pesquisa foi duramente conturbado, devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a importância do distanciamento social, tendo em vista que iniciei o mestrado no ano de 2020. Durante aquele momento, não pude, a princípio, realizar entrevistas, nem mesmo acessar determinadas instituições, arquivos e espaços que contribuiriam para a seleção de fontes e desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma, a demora para o início das aulas e das atividades do Programa de Pós-Graduação também contribuíram para o acúmulo de diferentes afazeres da pesquisa, o que posteriormente complexificou o processo de realização da investigação e escrita da dissertação.

Desde o momento do projeto, a intenção era reunir fontes de diferentes naturezas, as quais apontassem indícios dos mais variados aspectos da vida dos sujeitos da pesquisa, formuladas conjuntamente às relações com o judiciário, com instituições (programas, políticas sociais e regulamentações), com outros trabalhadores de suas convivências, bem como com possíveis empregadores. No entanto, o distanciamento social foi somente uma das dificuldades encontradas nesse momento, pois muitos órgãos impediram o acesso a esses materiais, negando os pedidos enviados sob o princípio de sigilo e não exposição daqueles sujeitos.

Diante disso, fiquei bastante frustrada, especialmente por acreditar nas contribuições desses materiais para a pesquisa histórica. Mas, tais negativas ao acesso desses materiais indicou também o entendimento cauteloso e apreensivo de muitos desses órgãos com relação às pesquisas em áreas que não sejam a de serviço social.⁷

⁷ No entanto, é preciso ressaltar que obviamente não existe consenso sobre isso nesses espaços, pois o acesso e as negativas dependem da organização desses órgãos em cada cidade, bem como dos funcionários com os quais estabelecemos o contato. No entanto, ao enviar diversos pedidos de acesso para quase todas as cidades do Oeste do Paraná pude perceber como as pesquisas “qualitativas”, causam apreensões nessas instituições, mesmo ressaltando o uso de pseudônimos e sigilos sobre as identificações dos sujeitos envolvidos e demais cuidados com a publicização dos registros.

Por isso e por motivos metodológicos os nomes de todos os sujeitos desse trabalho foram substituídos por pseudônimos, a fim de resguardar suas identidades e não expor suas questões pessoais, as quais podem fragilizá-los de alguma maneira com a visibilidade da produção acadêmica. A intenção é pensarmos sobre as práticas e valores em pauta, compreendendo permanências e mudanças no convívio social e nas relações de poder em que esses sujeitos se fizeram presentes, abarcando seus dramas e tomada de decisões na complexidade de suas experiências, evitando constrangimentos, exposições e maiores dramas diante da exposição de quem são.

Apesar das várias dificuldades, consegui acessar alguns materiais durante esse processo e que analisarei nesse trabalho. São eles: a) Fichas de atendimentos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Catanduvas – PR, que se encontram digitalizadas e acessíveis por meio do sistema de cadastro desse órgão. Tal material foi obtido através de envios de pedidos de informações e conversas com funcionários do local; b) Fichas de atendimentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Pato Bragado – PR, disponíveis através de fotografias, digitalizadas por mim em visita ao órgão após liberação para consulta. Foram obtidas por meio de pedidos de informações e conversas com funcionários do local; c) Relatórios digitais do Ministério Público do Trabalho referentes as ações judiciais e investigações em curso sobre trabalho de crianças e adolescentes nos últimos 5 anos. Foram obtidos por meio de pedidos de informações e conversas com funcionários do órgão; d) dados produzidos pela Secretaria da Juventude da cidade de Toledo-PR de atendimentos a crianças, adolescentes e jovens. Foram obtidos através de pedidos de informações e conversas com funcionários da instituição.

Analiso esses materiais enquanto linguagens do social, na medida que foram construídos por sujeitos históricos com determinadas intencionalidades (não necessariamente para fins de pesquisa), mediante referências culturais próprias. No entanto, precisaram ser transformadas em fontes para a pesquisa, algo que se fez mediante questionamentos, pois a “presença dos fatos, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, não implica, naturalmente, alguma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações (com o conhecimento histórico) por si mesmos e independente de procedimentos teóricos” (THOMPSON, 2021, p. 57).

Freitas e Santos (2019) ao discutirem as relações ambíguas entre trabalhadores e o envolvimento com órgãos mediante as fichas da assistência social de Marechal Cândido Rondon-PR apontam um universo de tensão pautado na desigualdade social. Diante disso, apesar dessas documentações serem produzidas por funcionárias, destacam que “nessas

narrativas [vê-se] evidências de um campo de forças, exercitado tanto por quem solicita quanto por quem oferece e/ou cede auxílios governamentais” (2019, p. 392). Assim, em acordo com a maneira pela qual os autores apontam a natureza e produção desses materiais, levei em conta tal suposto para analisar os materiais que tive acesso dentro dessas mesmas relações, onde é possível avistar e problematizar o protagonismo dos trabalhadores “assistidos”.

Do mesmo modo, é possível perceber nessas fontes determinadas identificações de classe, entre aqueles que trabalham nesses espaços e aqueles que os acessam ou são procurados a fim de manter vínculos com esses espaços. Mas, também, “expõem aspirações hierárquicas e fortes distanciamentos” já que, apesar de experienciarem a vida enquanto trabalhadores, as posições emergidas desse contato evidenciam distinções de valores e práticas (FREITAS; SANTOS, 2019, p. 408).

Durante esse processo de levantamento e produção de fontes foram realizadas 11 entrevistas. Sendo que 9 delas foram realizadas inicialmente com trabalhadores que possuíam a experiência de trabalhar quando crianças e adolescentes, sendo residentes nas cidades da região (Ágata; Aparecida; Beatriz; Bernardo; Caetano; Clara; Elisa; Henrique; Murilo)⁸. Já as outras 2 entrevistas, no entanto, foram produzidas com funcionárias públicas da Assistência Social de Guaraniaçu-PR (Fabiana e Marcia). No decorrer da entrevista, verifiquei que uma delas (Fabiana) compartilhava também com os outros entrevistados, a experiência de trabalho desde quando criança⁹.

A maioria das entrevistas foram realizadas através da Plataforma *Google Meet*¹⁰ no ano de 2021. Salvo, no entanto, uma delas, que se refere a entrevista produzida com Aparecida

⁸ Saliento que nem todas as entrevistas realizadas foram contempladas diretamente nesse trabalho, no entanto construíram reflexões importantes no conjunto da investigação.

⁹ É necessário pontuar que o contato para a realização das entrevistas foi estabelecido de formas diferenciadas. Em algumas situações eu mesma consegui o contato desses sujeitos, pois já os conhecia anteriormente à realização da entrevista. Outros, ainda, sobretudo aquelas entrevistas que foram realizadas em 2021, contei com a ajuda de outros sujeitos, como de minha orientadora Sheille e, também, de duas outras pessoas, Eduarda e Maurício. Eduarda trabalhou com Clara (2021) quando a mesma possuía 14 anos; já Maurício, era professor da rede pública de ensino e mediante meu pedido perguntou a alguns de seus alunos que trabalhavam se aceitavam realizar entrevistas comigo.

¹⁰ O uso da plataforma digital para a realização de muitas das entrevistas foi singular e necessário devido ao contexto pandêmico. Vale ressaltar, ainda, que compreendo a produção das entrevistas nessa condição como distinta das entrevistas construídas presencialmente frente aos entrevistados. Seja porque esse meio estabelece certa quebra com aquilo que Portelli entende como entrevista “uma troca de olhares” (2016, p. 10); seja pela exposição dos entrevistados aos outros residentes da mesma casa, pois muitos deles não possuíam determinados espaços “mais privados” para realizar a entrevista, em muitas situações outras pessoas da família circulavam pelo mesmo espaço em que estes se encontravam, o que gerava determinadas construções narrativas, especialmente aquelas que “poderiam” ser realizadas frente a outros sujeitos. Apesar disso, os encontros para as entrevistas foram acordados levando em conta principalmente os horários que os entrevistados poderiam ou se viam mais confortáveis em realizar, assim, percebi que alguns entrevistados desejaram realizá-las em momentos que estavam sozinhos na casa, ou mesmo buscaram espaços mais reservados (como quartos e áreas externas, por exemplo). Ainda, preciso ressaltar um momento importante para a interpretação desses cenários narrativos, o qual ocorreu

(minha mãe), realizada presencialmente no início do ano de 2020 em sua casa e a entrevista produzida com Marcia na residência da entrevistada no final de 2019. Essas entrevistas foram gravadas em áudio (com o consentimento dos entrevistados e, quando menores, com o aval de seus pais) e, posteriormente, transcritas.

As transcrições foram produzidas levando em consideração a maior literalidade possível das narrações – ainda que “reproduzir” a oralidade para a linguagem escrita seja inalcançável. Tal entendimento se baseou no diálogo com supostos debatidos pela História Oral, associados aos procedimentos da História Social. O rigor dessa execução se fez necessária sobretudo do ponto de vista ético, onde os leitores podem ter acesso a narração mais fiel possível da fala dos entrevistados – para poder, inclusive, questionar a análise feita. Além disso, outro elemento importante sobre isso, tal como pontua Yara Aun Khoury, os conceitos e o modo como foram usados para organizar a fala, bem como as interrupções, digressões, repetições, correções, são expressões culturais fundamentais de serem consideradas na análise da narrativa (KHOURY, 2001, p. 85).

As fontes orais foram consideradas como evidências fundamentais para a realização da pesquisa já que propiciam o diálogo com os trabalhadores que trazem em suas narrativas elementos relevantes através de linguagens e intencionalidades próprias. Nesse sentido, a análise crítica desses vestígios é essencial e requer abordagens adequadas à sua natureza. Distintamente de outras evidências, essas não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador e pelo entrevistado e se estruturam em semelhanças e diferenças. Isso quer dizer que é preciso existir um “solo comum” que tornará a entrevista possível – a abertura do historiador para a escuta e do entrevistado para falar –, mas também diferenças para a tornar significativa, pois é preciso que alguém, em determinado ponto dessa relação, coloque-se na situação de aprendizagem. Tudo isso, estabelece a “confiança” para realizar o diálogo (PORTELLI, 2016, p. 9-13).

Debater a construção da memória nas entrevistas diz respeito a entender que os narradores não são passivos, eles escolhem(ou tentam escolher) o que narrar, elaborando a partir dos “fatos” seus significados. Pois, a memória “não é um mero depósito de informações, mas

com Ágata (2021). A garota inicialmente na entrevista estava bastante falante, respondendo todas as questões de modo a se delongar nas “respostas”, entretanto essa forma de narração se alterou quando sua mãe, que estava distante da casa, adentra o recinto. A partir desse ponto, a mãe escutava tudo o que conversávamos. Ágata passa então a responder as questões que lhe indicava com certa apatia e realizar brincadeiras em seus retornos, como se estivesse constrangida. Evidentemente que somente esses elementos não podem explicar totalmente a narrativa, é preciso levar em consideração outras questões (tal qual o que foi narrado, com qual intenção, como organizou a fala, de que posição está falando, como me viu etc.), mas indicou evidências de relações de poder que tratei ao longo dessa dissertação.

um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados”, bem como as narrativas não são textos fixos, mas uma dinâmica de “performance” (PORTELLI, 2016, p. 18-19).

Outros materiais abordados enquanto fontes de pesquisa foram os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), disponíveis no site do Governo Federal, o qual evidenciam indicadores referentes às cidades do Estado do Paraná¹¹.

Priorizei questionar esses dados, bem como as outras fontes, pensando como foram registrados, com quais intencionalidades e o que significam enquanto prática social. Pois, “os fatos não revelarão nada por si mesmos”, ou seja, é preciso que o historiador lance questões, interrogando os indícios, transformando-os em fontes históricas, para que esses possam “falar” (THOMPSON, 2021, p. 61).

Diante disso, a estruturação da dissertação é composta por dois capítulos. Tal escolha se deu pelo fato de que preferi reunir discussões, tentando aprofundar eixos temáticos escolhidos. Ademais, o trabalho se desenvolve utilizando alguns subtítulos, especialmente por ser um recurso didático, já que na realidade são tratados conjuntamente pelos trabalhadores. Compreendo essa estruturação como indício de minha interpretação, onde a complexidade dessas experiências vai além de “fatores de incidência”, “causação” ou “consequências”.

No Capítulo I, intitulado “*Laços afetivos e relações de trabalho: compromissos morais controversos*”, discuti questões, elaboradas pelos sujeitos da pesquisa, relacionadas aos laços afetivos e a relação com o trabalho. Abarcando, em especial, as motivações e interesses ao realizarem tais práticas de trabalho desde tenra idade, como visualizam serem trabalhadores e me permitem evidenciar e discutir esse constituir-se trabalhador. Ao fazer isso, procurei discutir as diferentes pressões exercidas sobre esses sujeitos em suas redes de convivência, envolvendo principalmente o convívio com a família, mas também outras forças sociais, como aquilo que veem como limites para construir ou não vínculos.

No Capítulo II, intitulado “*Redes de convivência em tensão: acolhidas e rompimentos pautando identificações e dissidências*”, discuti as aproximações e os distanciamentos entre sujeitos que trabalham desde quando crianças e adolescentes com outros trabalhadores que compõe suas redes de convivência; como familiares, vizinhos, instituições que são acessados por trabalhadores e aqueles que examinam seus modos de viver, condutas morais etc. Sempre

¹¹ Ainda sobre esse ponto, o contato com outros índices estatísticos também construiu o repertório de análise, especialmente ao estabelecer diferenças e similaridades com os números destacados, as distintas metodologias construídas e agrupamentos dos dados. Cito, por exemplo, o “Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil” reunidos na plataforma digital SmartLab. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/>> Acesso em: 05 mar. 2022.

compreendendo tais convívios em constante tensão, sendo que em determinados momentos as interferências e divergências em relação a moralidades, trabalho, modos de viver, elaboram conflitos (explícitos e implícitos), mas, também, indicam laços de identificações entre eles. Problematizei esses elementos pautando condições de classe e relações de poder presentes nessas relações.

Portanto, esta dissertação é produto desse repertório de intenções e se justifica por interesses construídos em minha trajetória acadêmica e como trabalhadora que busca contribuir para os debates sociais e acadêmicos em torno da formação e da relação entre os trabalhadores no mundo do trabalho na atualidade. Bem como interessa fomentar reflexões sobre intencionalidades e práticas das regulamentações, políticas e programas construídos mediante interesses combativos, reorganizantes ou mesmo incentivadores de determinados modos de viver, muitas vezes contrários aos interesses de outros trabalhadores. Assim, interessa recolocar questões e trazer outras compreensões, a partir das experiências dos trabalhadores considerados nesta produção, que evidencie as lutas diárias desses sujeitos que envolvem relações de poder das mais variadas. Por tudo o que foi explanado, desejo-lhes profícuas reflexões!

CAPÍTULO I

LAÇOS AFETIVOS E RELAÇÕES DE TRABALHO: COMPROMISSOS MORAIS CONTROVERSOS

O presente capítulo pretende realizar algumas reflexões pensadas a partir de meu recorte de pesquisa, o qual se refere às experiências daqueles que trabalham desde quando crianças e adolescentes, bem como as relações e redes de convivência que constroem, rejeitam e reconstróem ao longo de suas trajetórias. Tudo isso foi pensado na territorialidade do Oeste paranaense, partindo da década de 1960 até os dias atuais.¹² Os incômodos aqui apresentados têm sido produzidos não somente durante os processos de pesquisa, em certo sentido, sempre me afligiram enquanto trabalhadora que compartilha muitas dessas confrontações.

Nesse sentido, a intenção do capítulo é discutir como a questão do trabalho desde tenra idade é sentida e expressa pelos trabalhadores ao se verem entremeados em certas convivências e laços de afetividade, lidando conjuntamente com sua questão material. Os modos de viver desses sujeitos são repletos de práticas costumeiras, mas, também, compõem um campo minado de tensões que não somente se dão por conta do trabalho e urgências, mas no desenrolar de afetividades e relações de poder em que se veem envolvidos. Um conjunto de dramas que, muitas vezes, são significados como expectativas e/ou compromissos morais, ora sentido como pressões e necessidade, ora como um entrave que anseia se desvencilhar, mesmo que momentaneamente.

Muitas das experiências que tive acesso vão demonstrar como isso se torna “referência” para esses trabalhadores, tanto como pressões para iniciarem no trabalho, o que também pode estar envolvido com afetividades que esses sujeitos constroem, quanto em relação aos elos e valores que mobilizam para decidirem trabalhar (tanto para auxiliar no sustento da família

¹² A região do Oeste, que integra o Estado Paraná, conforme a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), compreende as seguintes cidades: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniacu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lucia, Santa Tereza D'oste, Santa Terezinha do Itaipu, São Jose das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste. Ao pensar em como tratar essa territorialidade, sabendo que é composta por demarcações geográficas, elementos políticos administrativos, mas, também, por relações sociais em constante tensão e transformação, acredito que no decorrer da produção dessa dissertação, ao me debruçar sobre as experiências dos trabalhadores que tiveram suas trajetórias desde muito cedo marcadas pelo trabalho, que residem e/ou residiram pela região, tentarei delinear um olhar sobre a historicidade e composição das relações pautadas nesse terreno social. Algumas evidências de discussões envolvendo a territorialidade em questão, podem ser visualizadas através dos diferentes materiais disponibilizados no site da AMOP. Disponível em: <<https://www.amop.org.br/principal>> Acesso em: 08 de nov. 2021.

quanto para a compra de produtos para si mesmos, haja vista que muitas das vezes os pais e responsáveis não possuem condições para angariar tal universo de bens). No entanto, toda essa inserção não se faz alheia à construção que vão fazendo sobre a materialidade que experimentam e vão lhes indicando como se veem e são vistos no lugar de classe que ocupam e na relação familiar em que se inserem.

Quando me coloco a pensar sobre as experiências dos trabalhadores desde tenra idade e sobre como essas relações vêm sendo tratadas em diferentes espaços, seja na academia seja fora dela, parece-me habitual que o que vem sendo destacado são os “fatores de incidências” e as “consequências e/ou implicações” dessas relações na vida desses sujeitos. Concepções válidas e com objetivos bastante definidos em expor tessituras desiguais e exploratórias e, em muitas situações, “propor soluções” para a problemática situada no campo do chamado trabalho infantil. Contudo, o que proponho nesta dissertação não é somente apresentar a problemática por um outro caminho, destacando “aspectos não apontados”, mas discutir interpretações e, ao mesmo tempo, expor minha análise no exercício reflexivo com as fontes que selecionei.

Assim, entendo que as experiências dos trabalhadores não podem ser alcançadas através das documentações por si mesmas. É preciso que ocorra um processo de transformação desses materiais em fontes, através de questionamentos e procedimentos próprios do ofício do historiador, bem como de seus interesses e problemas de pesquisa. Fenelon (2008), ao problematizar a formação do historiador e a posição da História no campo do conhecimento acadêmico nos permite refletir sobre isso.

Ela destaca, ainda no início da década de 1980, as concepções que considera tradicionais. Saliencia a constante separação entre o trabalho intelectual e manual, discutindo o desenvolvimento de um conhecimento científico desassociado da realidade social, o qual não é visto como “atividade social”, mas como “autônoma” em relação à realidade, onde reforça-se certa noção de neutralidade acadêmica e modelos de análise como sendo comprovados pelos documentos e irrefutáveis. De acordo com a historiadora, apesar dessa concepção ser bastante contestada, por vezes, ela se mantém como procedimento historiográfico através, inclusive, de um modo de perceber e lidar com as fontes, onde não se questiona o caráter desses vestígios e as intencionalidades expressas em seu uso: “não se apercebem de que a própria organização dos documentos e das fontes preservadas, guarda em si a marca de uma visão já definida do processo, quase sempre a do dominador”. A fim de se contrapor a esses entendimentos, diz o seguinte:

Entretanto, na atividade prática do historiador “tudo começa com o gesto de selecionar, reunir e transformar em documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Na verdade, a tarefa do historiador é a de produzir tais documentos, pelo próprio fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e estatuto. O historiador, portanto, não recolhe apenas os dados, ele constitui e é ele quem dá vida ao fato histórico, definindo sua importância e organizando-o de acordo com seu sistema de referências. (FENELON, 2008, p. 25)

O trecho destacado é instigador para pensar as nossas intencionalidades e como lidamos com as fontes na prática das investigações, uma vez que, como a autora pontua, esses elementos constituem posicionamentos políticos da nossa profissão. Nesse sentido, é essencial a crítica a todo o processo envolvendo a seleção das fontes, desde o “recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos”, pois ao fazermos isso, mudamos o lugar e o estatuto desses materiais e, a partir desse processo, produzimos e recolocamos esses documentos dando-lhes o status de fontes, associando-os à nossa problemática investigativa.

Com isso em mente, foi importante questionarmos como tais relações se apresentam nas diferentes evidências que tomamos contato, as quais, muitas vezes, são compreendidas ou acionadas com “naturalidade”, procurando distanciar, ou encerrar, qualquer tentativa de aprofundarmos a questão. Tal qual a narrativa de Henrique (2021), de 17 anos de idade, residente no distrito de São Roque¹³, na cidade de Santa Helena-PR¹⁴, que no momento da entrevista, realizada remotamente com o jovem, ele constrói a seguinte elaboração sobre sua experiência:

Patricia: mas teu pai, tua mãe, falavam pra você ir trabalhá? [...]
Henrique: ah, é... só que tipo assim... que era importante e tals, sabe? Cara, eu não sei... pra mim acho que foi sempre tão natural, sabe? Não sei como... eu não consigo entendê, como as pessoa acha tão difícil isso [trabalhar]. Eu, pelo menos, penso assim, né? (HENRIQUE, 2021)

O trecho sinaliza um elemento necessário para pensar a problemática desta investigação: qual seja, que não é possível compreender as experiências de trabalhadores que tiveram suas trajetórias marcadas pela experiência de trabalho desde tenra idade sem visualizá-las socialmente, engendradas em suas redes de convivência. Essa passagem também elucidada como

¹³ São Roque é um distrito da cidade de Santa Helena-PR, cerca de 25 Km de distância da sede urbana do município.

¹⁴ Santa Helena é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía uma população de 23.413 habitantes no último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão estima que a população em 2021 esteja em torno de 27.036 habitantes. Foi reconhecido enquanto município com a denominação atual em 03 de fevereiro de 1967, através da Lei Estadual nº 5497, sendo desmembrado de Medianeira e Marechal Cândido Rondon, de acordo com o IBGE (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-helena/historico>> Acesso em: 08 de nov. 2021.

a produção das fontes deve ser questionada, pois a narrativa de Henrique indica como, ao ser confrontado com minhas questões (sobre os incentivos dos pais a ele trabalhar), ele abre espaço para significados que atribui para sua experiência. Uma vez que a própria noção de necessidade de trabalhar, bem como aquilo que esperam dessa prática, dos valores e significados construídos sobre a questão são aspectos formulados em consonância com seus modos de viver, estruturados em conjunto com outros sujeitos, sob determinada materialidade e visão que possuem sobre ser trabalhador.

Pois, o que busco pensar é para além da vinculação ao trabalho, mas *como avaliam ser trabalhador* e como essa concepção é dinâmica e está em constante diálogo com valores e condutas morais que vão se estabelecendo, reafirmando ou se afastando ao longo de sua trajetória, forjando assim uma experiência de trabalhador com essa latência de tensões, vínculos e dissidências. Para tanto, ser trabalhador não informa apenas sobre suas relações de trabalho, mas como sua vida é organizada, que aspirações o move, que limites o entrava, que afetos e vínculos estabelece diante desse modo de viver, como essa cultura nos diz sobre as fraturas e desigualdades que experienciam.

Assim, levando em consideração os interesses sobre sujeitos como Henrique, investigar o que esse ser trabalhador significa para certos trabalhadores e como percebem suas experiências, assim como as experiências de sujeitos pertencentes às suas redes de convivência, tornou-se mote orientador do diálogo com esses sujeitos para esta pesquisa. Sobre isso, E. P. Thompson (1998), ao problematizar os costumes dos trabalhadores no século XVIII, tocou em uma questão fundamental sobre as redes de convivência ao discutir a unidade familiar:

Essa unidade [familiar] não era só doméstica como econômica. Na verdade, é impossível indicar onde as relações “econômicas” terminavam e onde começavam as relações “pessoais” pois ambas estavam imbricadas no mesmo contexto geral. Quando os namorados se cortejavam, eles eram “meu amor”, mas quando se estabeleciam na nova unidade familiar, passavam a ser o “companheiro” um do outro, uma palavra que traz em seu bojo, em doses iguais, o sentimento e a função doméstica ou papel econômico. É errado supor que, como os homens e as mulheres tinham necessidade de apoio mútuo, ou da ajuda dos filhos no trabalho diário da casa, isso necessariamente excluía o afeto e gerava um instrumentalismo insensível. “Os sentimentos podem ser mais, e não menos, ternos ou intensos pelo fato de as relações serem ‘econômicas’ e cruciais para a sobrevivência mútua”. (THOMPSON, 1998, p. 335-336)

A proposição do autor ao dizer que não há como separar as relações “pessoais” das “econômicas”, uma vez que a organização e reorganização familiar está diretamente associada ao modo como esses sujeitos experienciam sua classe e constroem relações. Isso é bastante

importante para o modo como vejo os laços mantidos não somente entre a família, mas em outras relações que constituem. Ademais, o autor ressalta que esse convívio, apesar de conter essa constante pressão da materialidade não produzia um “instrumentalismo insensível”, essa convivência construía afetividades, identificações, lidas como compromissos mútuos entre esses trabalhadores, ao mesmo tempo que compartilhavam enfrentamentos. Tais percepções me instigaram a pensar as redes de convivência associadamente com a materialidade em que foram construídas, algo que busco levar em conta nas análises que estarão destacadas no capítulo.

As convivências construídas pelos trabalhadores, em especial, a familiar, por vezes contemplam relações em que são inseridos inicialmente quando nascem, geralmente dinamizam aquela organização a levar em conta a presença de crianças e adolescentes, bem como são apresentados a um conjunto de moralidades e modos de vida já construídos, mas que se modificam com um novo sujeito, uma vez que precisam encontrar meios para realizar os cuidados, sustento e rotinas familiares. Sendo assim, no processo em que essas crianças se fazem trabalhadores questões como identificações e dissidências, devido à sua condição de classe, aparecem em diferentes momentos de suas experiências, em especial, momentos em que são pressionados por forças sociais que os colocam, muitas vezes, em posições para se identificarem ou se diferenciarem, vide situações que fazem esses trabalhadores terem que se confrontar, ou disputar, determinado espaço de trabalho, laços amorosos etc.

Muitas experiências que visualizei no processo de investigação explicitam esse começar a trabalhar muito cedo como algo intimamente ligado às experiências de sujeitos pertencentes às suas redes de convivência, aos dilemas e pressões familiares.

Preocupações investigativas que foram compartilhadas, em outros contornos, por Sarti ainda na década de 1990 (1994), ao buscar estudar “a moral dos pobres na periferia de São Paulo”. Nas palavras da autora,

O desdobramento da análise da família para as relações de vizinhança e para a concepção que tem do trabalho os moradores da periferia foi mostrando como a moralidade na qual se assentam as relações familiares não se limita ao universo da casa, mas se expande para fora, configurando um sistema de valores que incide sobre o seu modo de pensar o mundo social e se colocar frente a ele. (SARTI, 1994, p. 5)

A compreensão da autora nesse fragmento, sobre como tratar e pensar questões envolvendo redes de convivência de trabalhadores não significa demarcar ou delimitar a “casa” como um espaço fechado, que não possui vinculação com “o que está fora”. Assim, foram essas reflexões acerca do campo de ação, convívio e constituição de experiência desses sujeitos que

tentei abarcar e tratar ao longo da investigação e construção dessa dissertação, principalmente ao me deparar com certos laços afetivos evidenciados nas fontes.

Pois, ao não conseguir enxergar claramente essa “demarcação” isso já indica como as experiências desses sujeitos são entrecruzadas socialmente e complexas, elas abarcam relações de poder diversas, para além “da família” e devem ser tratadas sob esse mesmo entendimento. Com essa postura, acredito ser necessário pensar o que Henrique trata como “tão natural”, que aparece também em moralidades enunciadas por muitos outros trabalhadores, quando se referem às suas próprias experiências e de muitos daqueles com quem convivem e/ou conviveram. Assim, proponho indagar: o que trabalhadores, tal como Henrique, querem expressar quando apontam que o trabalho “foi sempre tão natural”, ou que não conseguem “entendê como as pessoa acha tão difícil isso”? (HENRIQUE, 2021).

A colocação de Henrique foi motivadora da organização deste capítulo, de certas perguntas e análises que promovi na dissertação, já que nos impele a questionar qual processo o levou a entender que o “trabalho é tão natural”, algo que instiga a pensar os modos de vida dos trabalhadores e a crueza com que expõem o que veem, buscam e acessam desigualmente no mundo.

1.1 COMPROMISSO FAMILIAR COMO PRESSÃO DE CLASSE

Com tudo isso em mente, acredito ser relevante ressaltar outra passagem da entrevista de Henrique (2021). Nesse trecho, o trabalhador constrói narrativas que integram como vê o seu desejo/expectativa frente ao que entende como obrigações e compromissos:

Patricia: [...] teu pai, tua mãe eles moram com você?

Henrique: sim.

Patricia: eles te incentivavam a trabalhá também? Ou a estudá? Como é que é?

Henrique: incentivava bastante.

Patricia: é? A trabalhá?

Henrique: trabalhá, estudá...eles sempre foram bem exigente nisso.

Patricia: mas aí, o valor que você recebia, por exemplo, quando você trabalhava na roça, que você falô, você ajudava em casa? Ou você comprava tuas coisas assim?

Henrique: sempre comprava minhas coisas, mas volte e meia assim, eu ajudava também.

Patricia: é?

Henrique: o que eu queria comprá, eu ia lá e comprava, né? Nunca fui...limitado a isso.

Patricia: e daí o que mais ou menos que você gostava assim de comprá?

Henrique: livro...quando eu jogava bola, eu comprei uma bola, tênis, roupa.

Patricia: roupa?

Henrique: nunca fui muito consumista.

Patricia: é? E aí quando você ajudô em casa assim? Que você falô...no que você ajudava? Você emprestava um pouco do dinheiro? Como que era?

Henrique: emprestava uma boa parte ou pagava alguma conta.

Patricia: é?

Henrique: coisas básicas.

Patricia: mas tipo, por exemplo, a luz...energia...água? Como que é?

Henrique: é que aqui não paga água, né? Mas luz, água, não, só outras coisas.

Patricia: uhum. Mas era uma coisa assim que você queria assim ajudá? Ou era os teus pais?

Henrique: eu.

Patricia: hã?

Henrique: eu queria também, né?

Patricia: é? Você achava importante assim contribuir dentro de casa assim? Ou como que é?

Henrique: eu achava importante, porque eles que me davam a base, me alimentavam, né? (HENRIQUE, 2021)

A narrativa acima permite problematizar como Henrique vê não somente os trabalhos que realizou, mas a relação dessa experiência com a organização familiar. Henrique narra que trabalha desde os seus 12 anos de idade (desde o ano de 2016 aproximadamente), realizando diferentes atividades, que envolveram lavoura, chiqueirão de porcos e serviços gerais em sua casa e no comércio do distrito (como o seu trabalho atual, na padaria, além de atividades realizadas na condição de Jovem Aprendiz em um supermercado anteriormente). Além desses, há outros serviços sem remuneração que realizou (como em festas da Igreja e em chiqueirões de porcos), com a intenção de “mostrar seu trabalho” e ficar “bem falado na comunidade”, antes mesmo de ser contratado (HENRIQUE, 2021).

No momento da entrevista, Henrique estava vinculado à uma padaria no distrito de São Roque, em Santa Helena. Nela, executava diferentes funções: atendimento ao público, limpeza e auxílio na cozinha. Sua jornada de trabalho iniciava às 13:00 horas indo até às 20:00 horas, aproximadamente. Pois, de acordo com o adolescente, esse período variava em decorrência do atendimento aos clientes e das atividades que realizavam no dia, sugerindo que suas incumbências naquele local eram executadas continuamente, sem pausas, o que lhe “dá [va] fome”, tendo em vista que sua última refeição era realizada às 12:00h. Para suportar essa rotina o jovem consumia, eventualmente, algo produzido no próprio estabelecimento. Contudo, procurava não deixar grande parte de seu pagamento nesse acerto de lanches, pois como destacou “tem coisa que paga[va], tem coisa que não paga[va] [...] tem uns lanche que tem que

pagá, mas nós come e não paga [...] porque não pega todo, todo dia...volte e meia só”, sugerindo que outros colegas trabalhadores realizavam essa prática e avaliação (HENRIQUE, 2021).¹⁵

Henrique residia com a mãe¹⁶, o pai¹⁷ e um irmão (com 12 anos de idade, o qual realizava atividades domésticas e auxiliava no cuidado com alguns animais da propriedade da família). A renda familiar principal advinha, em grande medida, do emprego de Henrique e do pai. Henrique recebia em torno de R\$1.100,00 por mês (1 salário-mínimo); já o pai, apesar de não destacar o valor da renda na entrevista, dizia ser suficiente para a manutenção das despesas da família (como energia, alimentação e outros gastos referentes à manutenção da moradia/propriedade)¹⁸; enquanto a mãe, mesmo trabalhando em casa – como adverte Henrique, cuidava da residência e da alimentação da família, bem como das galinhas, da produção de ovos e dos porcos que possuíam. Apesar de não ficar claro na entrevista se vendiam esses produtos para terceiros, pode-se sugerir que a criação e/ou venda desses recursos, são práticas comuns aos trabalhadores, tanto para evitar gastos com certos alimentos (fazendo barganha no comércio local), como para ampliar o orçamento da casa.

Esse trabalho, desempenhado pela mãe, não foi listado por Henrique quando o questionei sobre as atividades que os pais realizavam, uma vez que disse que “a mãe por enquanto não ta[va] trabalhando”, colocando os “homens da casa” (ele e o pai) como responsáveis pela renda e sustento da família. Essa moralidade (que propõe certo controle e domínio) e uma noção de trabalho como externo à casa também apareceu nas narrativas do

¹⁵ De acordo com Henrique, o trabalho era realizado de segunda-feira até o dia de sábado, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, não fica claro por meio da entrevista, como foi registrado, e quais normas estipuladas para regular as atividades de trabalhadores menores de 18 anos de idade o local de trabalho cumpria, pois fica sugerido na entrevista que aos domingos trabalhava no mesmo local informalmente, para compor a renda, “um domingo sim e um domingo não”, pois de acordo com o trabalhador “dia de semana é carterá assinada, [então] ganha pouco, né?”. Ao considerar sua idade, jornada de trabalho e atividades desenvolvidas na empresa, certamente ele deveria estar registrado como aprendiz, ainda que realizasse atividades e horários irregulares, o que retira o verniz formador do projeto Jovem Aprendiz, caso observemos essa contratação como uma estratégia legal de barateamento de mão de obra (HENRIQUE, 2021). Sobre a legislação desse formato de empregabilidade consultar: Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm Acesso em: 15 mar. 2022.

¹⁶ Sua mãe era responsável pelo trabalho envolvendo a casa e a propriedade da família. Henrique narra que a sua casa fica na área urbana do Distrito de São Roque. No entanto, ela é um pouco afastada das casas de outros moradores e dos comércios porque “tem um matão pra trás ali” e, até em razão dessa localização e modo de se estabelecerem no distrito criam animais; como galinhas, porcos, passarinhos etc. Uma prática muito comum em regiões que integram os distritos, onde os terrenos são maiores e grande parte dos residentes conjugam práticas de criação de animais e plantio com trabalhos característicos da área urbana – no comércio, indústria etc. (HENRIQUE, 2021).

¹⁷ Trabalhador em construção de chiqueirões/granjas para proprietários rurais da região.

¹⁸ A relação de trabalho do pai de Henrique, ao que tudo indica, é de autônomo. Ele trabalha por empreita e é o responsável por contratar outros trabalhadores para a construção de obras. Apesar disso, Henrique não soube especificar o tipo de cadastro que seu pai estabeleceu para regular a relação com os outros trabalhadores, pois apenas disse: “ele meio que fez uma empresa”, o que pode ser indício de que o trabalhador possui registro de MEI (Microempreendedor Individual) (HENRIQUE, 2021).

adolescente quando lhe perguntei sobre o trabalho que a mãe realizava desde pequena e Henrique apontou que ela cuidava dos irmãos e realizava o serviço de casa, o que, de acordo com ele, eram “coisa de muié”. No entanto, sobre isso, no decorrer da entrevista vemos que tanto Henrique quanto o irmão, também eram pressionados a realizarem determinados serviços domésticos (HENRIQUE, 2021).

Tais valores relacionados a trabalhos de homens – os que saem para trabalhar, sendo entendidos enquanto provedores da família – e trabalho das mulheres – relacionado a serviços domésticos – desqualificado enquanto trabalho e como aferidor de renda – são discutidos em parte por Arend (2005), como aspectos integrantes de um processo de “disciplinarização do trabalhador” associado com a “normatização da família”, perpetuados desde o final da abolição do trabalho escravo no Brasil e a ascensão da República (p. 106). Uma leitura histórica que coloca na estruturação do controle do trabalhador a constituição de normas e condutas, como se esse projeto disciplinador moldasse e determinasse, por completo, as práticas e valores dos sujeitos.¹⁹

No entanto, a realidade de trabalho do pai de Henrique, apesar de geralmente custear as maiores despesas da família, era bastante insegura quanto ao montante das atividades desempenhadas por ele. Por se tratar de serviços de empreita, quando o trabalhador finalizava a obra, suspendia-se, simultaneamente, a relação de trabalho. Ao questioná-lo sobre a frequência desse tipo de trabalho ele destaca: “pra esse ano [2021] sim [seu pai garante emprego], pro ano que vem não sei, né?”. Por essa razão, por vezes, “emprestava uma boa parte” de sua remuneração, ou quitava “alguma conta”, algo que pressionava ainda mais a importância da inserção do adolescente no trabalho fora de casa. Mas, provavelmente, as despesas também eram supridas pelo trabalho realizado por sua mãe, que ao manter o cuidado com a casa e os animais alcançava certos ganhos para a manutenção familiar (HENRIQUE, 2021).

Ao mencionar a importância de contribuir com a família, seja ao custear dívidas, comprar alimentos diversificados e produtos de sua necessidade, seja pelo interesse/importância de todos da casa, explica que tal postura se dá pelo fato de que os pais lhe “davam a base” e o

¹⁹ É necessário salientar ainda que a discussão realizada por Irene Rizzini e Cláudia Fonseca (2002), sobre o trabalho doméstico de meninas (nesse caso realizado para outros e não substancialmente para a própria família) as autoras acionam outros valores sobre essas atividades, tal qual serem pouco valorizadas socialmente e monetariamente, o que fazem muitas trabalhadoras evitarem realizar tais funções “por causa do seu baixo prestígio”, entendendo esse trabalho como “quase vergonhoso”. Além disso, de acordo com as autoras, existia no Brasil, na faixa etária entre 14 e 16 anos, significativo número de meninas negras nesse trabalho, indicando então que a discriminação racial limitava parte expressiva das opções de empregos dessas trabalhadoras (p. 34-35).

“alimentavam”, indicando uma justificativa carregada de sentimentos, obrigações e necessidade moral de retribuição (HENRIQUE, 2021).

Algo interessante, a meu ver, tendo em vista que Henrique propõe essa “base” que os pais forneciam como aquilo que vê como essencial para a sobrevivência; como alimentação, cuidados de saúde/higiene, recursos semelhantes à energia, moradia etc. Aspectos que não explicita como responsabilidades dos pais apenas, mas, também, como seu dever retribuir ao que avalia como cuidado até então recebido. Nesse sentido, durante nossa conversa demonstra sua avaliação no que diz respeito à colaboração com a família ser quase uma “retribuição” ao que os pais lhe proporcionam, indicando que esse suporte não é gratuito e nem só por afeto. Ou seja, a partir do momento que os pais lhe sustentam, Henrique fica devendo para eles, como se isso não fosse algo possível de manterem sem uma retribuição, haja vista ser entendido como um esforço que fizeram por e para ele e seu irmão.

Assim, algumas questões surgem ao refletir sobre essas narrativas: pois, por quais razões trabalhadores como Henrique se sentem responsáveis por contribuir, de diferentes maneiras com a sua unidade familiar (renda, trabalho, atitudes etc.)? Que forças sociais podem ser acessadas ao evidenciarmos isso? Como se constroem tais pressões e seu possível enfrentamento? Como trabalhadores veem e se portam diante dessas forças sociais?

Pensar nessas questões é refletir sobre elementos que constituem as relações que envolvem as experiências de sujeitos que trabalham desde quando eram crianças e/ou adolescentes, associando-as aos laços mantidos, construídos, rompidos em suas redes de convivência. E, a partir disso, pode-se refletir sobre a construção de valores e moralidades ligadas às pressões da condição social que possuem e das relações estabelecidas socialmente.

Nas narrativas de Henrique é possível visualizar indícios de relações de poder no que concerne ao modo como devem, ou não, se comportarem e estabelecerem certas condutas morais. Algo que faz com que esses sujeitos, desde muito cedo, sintam-se responsabilizados em trabalhar, prover, ou arcar com determinados custos da vida familiar. Mas, parece existir uma corrente de pressão na qual os pais são pressionados tanto pela condição de classe e desigualdades experimentadas socialmente; quanto por reconhecerem o potencial a ser explorado na prática de trabalho dos filhos.

Desse modo, não é apenas uma decisão tomada a partir de relações de poder envolvendo pais e filhos, mas, isso ocorre, a partir do campo de forças em que se situam socialmente (onde modos de viver, expectativas e constituição de necessidades se forjam). Nesse sentido, é necessário pensar como o sentimento de compromisso familiar ganha expressão como pressão de classe e, ao mesmo tempo, identificação como trabalhadores.

Embora Henrique enfatize para mim o trabalho como algo natural a quem é trabalhador, ou mesmo se sinta responsabilizado por contribuir/retribuir à família, isso não quer dizer que ele não perceba e questione a exploração, na qual visualizava que ele, os pais e outros trabalhadores enfrentam. Quando perguntei sobre o trabalho que realizava em um chiqueirão recentemente, onde sua tarefa era limpar as baias dos porcos apontou: “é, tipo foi pesado, né? Qualqué serviço eu acho que é... é puxado, né? [...] de...tipo assim trabalho braçal, no caso né? É complicado, né? Eu acho complicado, mas eu trabalhava. Eu gostava.” O termo “puxado” quer se referir a uma atividade que requer esforço físico ou muito empenho, o qual vê como “complicado” justamente porque sabe as implicações desse trabalho em sua vida.

Nesse sentido, apesar de tudo que o trabalho exigia, conseguiu comprar seu notebook, “pra podê estudá melhor”, uma vez que as aulas relacionadas à escolaridade formal estavam sendo realizadas de forma remota, bem como pretendia (e depois efetivamente conseguiu) realizar cursos sobre gerenciamento de anúncios, pois desejava trabalhar em casa e “ganhá mais, quero tê minha família, quero podê comprá o que eu quisé, né? Quero vivê bem, de certa forma” (HENRIQUE, 2021).

Percebo, ainda, que o significado atribuído por Henrique em relação à sua trajetória enquanto trabalhador se refere a um processo de distinção classista, que produziu em meio às relações sociais, conjuntamente com outros sujeitos em suas redes de convivência, experimentadas enquanto relações de poder e de afeto. Isso lhe conferiu afirmar certo modo de viver, determinados costumes e moralidades. Um conjunto de delimitações que indicam o trabalho enquanto meio pelo qual materializam aspectos da sobrevivência, ao mesmo em que superam essa condição, buscando encontrar brechas para também formular conquistas e mudanças, mesmo em um campo de força desigual e limitado.

Para tentar nutrir a expansão dessa discussão, trago a narrativa produzida por Clara, de 15 anos de idade. No momento da entrevista, no ano de 2021, a trabalhadora residia no bairro Botafogo²⁰, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR²¹:

Patricia: e você, assim, sempre quis trabalhá? [...]

²⁰ Botafogo é um bairro do município de Marechal Cândido Rondon, distante aproximadamente 3 km do centro comercial da cidade. Ele se localiza na saída norte da cidade e há mais de 30 anos é um dos destinos de moradia popular na cidade.

²¹ Marechal Cândido Rondon é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía uma população de 46.819 habitantes no último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão estima que a população em 2021 esteja em torno de 54.031 habitantes. Foi reconhecido enquanto município com a denominação atual em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual n.º 4.245, sendo desmembrado de Toledo (IBGE, 2017). Indicadores disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/panorama>> Acesso em: 8 de nov. 2021.

Clara: [...] eu sempre quis começá a trabalhá logo cedo, porque sabe, assim, querer ter o próprio dinheiro, essas coisas. Depois que eu saí de lá [do último emprego, como garçõete em meados de 2020], eu fiquei agoniada, porque agora [em abril de 2021]... eu meio que dependo dos meus pais, pra pegá dinheiro, essas coisas, aí fico agoniada.

Patricia: [...] mas o quê que você imagina que você pode comprá com o seu próprio dinheiro?

Clara: comida (risos). As minhas coisinhas básicas, sabe? (Inaudível) porque ficá pedindo pro meu pai ou pra minha mãe, aí fica chato, né?

Patricia: sim. E eles acharam uma boa ideia, assim, você ir trabalhá? Ou o que que eles acharam?

Clara: nossa, assim, meu pai, depois que eu saí de lá, meu pai também tá me ajudando a encontrá lugar [para trabalhar], onde ele vê que tá precisando, ele fala pra mim...

Patricia: então eles te apoiaram, assim, pra você trabalhá?

Clara: sim.

Patricia: [...] antes de você trabalhá lá, eles já tinham falado alguma vez pra você procurar emprego, alguma coisa assim? Ou não?

Clara: não, não...só eu que falava que queria ir atrás, mas eu nunca ia atrás. Aí, agora, depois de lá, eu tô indo. (CLARA, 2021)

A narrativa de Clara indica interpretações produzidas diante do modo como quis indicar para mim como se vê enquanto trabalhadora, ainda que no momento da entrevista não estivesse vinculada a nenhuma relação empregatícia regular. Mas, como ela mesma diz, estava “indo atrás”, a fim de obter renda a qual pudesse prover suas “coisinhas básicas”, a qual indicava obter quando estava trabalhando.

Clara, apesar da pouca idade, reconhece o lugar social que ocupa enquanto trabalhadora – algo não necessariamente concebido somente quando esses sujeitos possuem trabalhos efetivos, mas identifica que ser trabalhadora representa muito mais que isso, pois diz respeito a um conjunto de valores concebidos por meio da materialidade desigual de suas vidas, bem como se formulam mediante pressões que forçam e pressionam esses sujeitos em certas direções (CLARA, 2021). Quanto à sua “ida atrás” de coisas, que acha necessário e que seus pais não conseguem fornecer e não lhe são garantidos por sua condição, como isso pesa nessa sua precocidade no trabalho? Visualizar no trabalho a maneira que possui para obter esses provimentos se fez a partir de que avaliações e alternativas, reconhecidas como campo de possibilidades?

Ao falar sobre isso, Clara constrói uma narrativa se referindo à sua condição de desempregada e financeiramente dependente dos pais. Afirma estar “agoniada”, bem como posteriormente vai indicar que essa relação familiar impunha certa sujeição, “ficá pedindo pro meu pai ou pra minha mãe”. Nesse sentido, mais que conceitos utilizados pela trabalhadora, percebo que sua elaboração expressa significados sobre como vê sua condição no momento,

envolvendo o trabalho, a relação com os pais, bem como as imbricações desses elementos no seu planejamento e constituição de expectativas (CLARA, 2021).

Quando utiliza a expressão “agoniada”, Clara sugere que se sente incomodada por estar desempregada, um aspecto mobilizado quando se deparou com a minha pergunta sobre “sempre quis trabalhá?” – onde assumi sua indicação anterior e positivei essa vontade. Contudo, esse é um sentimento que será polemizado por ela, particularmente quando vai rememorar em nossa conversa sua experiência de trabalho anterior, em um bar/restaurante no mesmo município de sua residência. Nele, trabalhava no horário de almoço (de segunda-feira a sábado e, ocasionalmente, aos domingos). Como garçõete, anotava e levava pedidos ao balcão, bem como limpava as mesas e recolhia pratos, copos, talheres, garrafas etc. Realizava um conjunto de atividades bastante comum e atrativa para empregabilidade rápida de muitos jovens trabalhadores, uma vez que procurando conciliar a atividade com seus horários de estudo, muitos adolescentes e universitários acabam se dispondo a trabalhar nessas condições de exposição, informalidade, baixa remuneração e intensa exploração, pois, em sua maioria, não possuem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, nem horário e nem atividades de trabalho definidas, além de parte do pagamento/ou sua integralidade ser a alimentação que realizavam nesses espaços de trabalho.²²

Ao falar sobre trabalhadores na cidade de Marechal Cândido Rondon que se veem pressionados a realizar diversos trabalhos concomitantemente, entre os anos 2000 e 2007, Lagos (2018), ao analisar fontes orais e fichas do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do município, procurou problematizar aspectos que fazem com que os trabalhadores assumam e correlacionem ocupações. Nesse intuito, ao tratar a experiência de Paulo (de 35 anos de idade no momento da produção da entrevista), destaca que o trabalhador era empregado durante o dia, em horário comercial, em uma fábrica de autos na cidade e em algumas noites, atuava como garçom em uma pizzaria da cidade. Sendo que, nas outras noites sobrantes, era instrutor de luta em uma academia. Nos sábados e domingos ao meio-dia realizava, novamente, serviços como garçom, mas, dessa vez, em um restaurante (LAGOS, 2018, p. 64).

A autora, ao considerar todo esse arranjo de Paulo, indica a seguinte reflexão:

Ao expressar suas motivações para desdobrar-se em atividades ele [Paulo], assim como Fátima [outra trabalhadora entrevistada por Lagos], interpreta a

²² Destaco que também trabalhei nessa atividade enquanto realizava minha graduação em História, a fim de complementar a renda, tal qual diversos outros amigos e conhecidos. Durante esse processo, mantive relações com muitos adolescentes, jovens e adultos que procuravam nessas atividades um serviço “mais simples” para ingressar/ou reingressar no mercado de trabalho, bem como trabalhadores que conciliavam essa atividade com outros empregos para ampliar a renda.

situação dos salários oferecidos na cidade, tratando da condição de um conjunto de trabalhadores. Ao fazer isso, deixa transparecer sua indignação quanto à remuneração dos mesmos (dentre os quais também se inclui), vendo aqueles que em situações ainda mais desfavoráveis, recebem “720 pila” mensais.

Sua visão é de que o salário oferecido pela grande maioria das vagas na cidade “são vergonhosos”. Trabalhar 10 horas por dia, como indicado em sua fala, e ser tão desvalorizado a ponto de não poder sobreviver com o que é pago por esse trabalho é uma condição que o agride moralmente. Na sua visão isso justifica avaliar outros caminhos, ainda que isso não garanta romper as relações de exploração extremadas ou mesmo estar livre de relações fragilizadas pela falta de certos direitos trabalhistas a que teria direito.²⁴ (LAGOS, 2018, p. 64-65)

Clara (2021), minha entrevistada, iniciou o trabalho de garçomete quando estava com 14 anos de idade, sendo esse seu primeiro trabalho fora de casa, diferentemente de Paulo, que, ao narrar sobre sua realidade no momento da entrevista com Lagos, já se encontrava com 35 anos, um adulto que realizava diversas atividades para auferir renda conforme o que elegera como suas necessidades (adjetivando ora como interesses, ora como obrigações), o que recuperou apontando que desde sua infância, já conciliava muitas atividades, como entregar jornal, ajudar na fábrica de tanques e estudar.

No entanto, apesar dessa costumeira prática de trabalho, Paulo elaborou certa visão sobre as atividades e a remuneração de um grupo significativo de trabalhadores pela cidade de Marechal (inclusive na condição de garçom, auxiliar de produção de fábrica etc.), considerando que certos postos de trabalho “são vergonhosos”, a ponto de não conseguir se manter apenas com uma dessas atividades e, de acordo com Lagos, essa indignação expressa a avaliação de que “não poder sobreviver com o que é pago por esse trabalho é uma condição que o agride moralmente” (p. 64).

A experiência de Paulo faz pensar sobre as diferentes urgências dos trabalhadores que se incluem nas atividades de garçom/garçomete, as quais Clara também experienciou anos depois e recebia o valor de R\$ 250,00 mensais e o almoço, disponibilizado ao final das atividades realizadas (um ganho que seria cerca de 25% do salário-mínimo vigente em 2021). Daí podermos avaliar como há um interesse comercial que retroalimenta a manutenção de postos de trabalho como esse, haja vista que a empregabilidade desses adolescentes traz redução de custos com os gastos patronais com trabalhadores, além de carregar o traço moralizador pelo trabalho.

Paulo, bem como em outras experiências destacadas pela autora em sua dissertação, aponta a importância das redes de convivência como um elemento de comunicabilidade e transmissão de sondagens a respeito de contratações na cidade (tanto por parte de trabalhadores,

como de empregadores). Sobre isso, Clara também deu ênfase a esses contatos pré-estabelecidos, destacando que recebeu a proposta de trabalho através de sua mãe, que trabalhava no mesmo local como auxiliar de cozinha.

Apesar dessa atividade, exercida por Clara, ser proibida judicialmente, tendo em vista que integra a “Lista das Piores formas de Trabalho Infantil (lista TIP)”²³, Clara dizia que “gostava de trabalhá lá... era corrido, mas não era ao mesmo tempo, mas era bom...”, indicando que a movimentação de clientes durante os dias variava, assim como o esforço empreendido. Mesmo que, por vezes, essa condição de trabalho envolvesse embates com os clientes: “Eu acho que, nossa!!! Só trabalhá com público já é... nossa!!! Só por Deus [...] tem que tê paciência”. Ainda assim, destaca: “Ah, eu xingava lá dentro da cozinha quando alguém era ignorante comigo... eu entrava lá na cozinha ‘Ah não!!! Que ódio desse cliente!’ (Risos)” (CLARA, 2021).

Essas tensões expostas por Clara, relativas a alguém ser “ignorante” com ela, ou seja, agir grosseiramente, aproveitando de uma relação de poder costumeiramente estabelecida entre o “serviçal” e o “servido”, expõe confrontações e sentimentos também compartilhados por mim quando trabalhava como garçoneiro, inclusive a prática de desabafar com os outros trabalhadores em relação às situações que ocorriam com os clientes. Essas experiências eram temas de muitas conversas com amigos e conhecidos que também trabalham em restaurantes. Costumávamos falar que identificávamos os clientes pela forma como tratavam os trabalhadores de restaurante, principalmente os garçons, que eram aqueles que tinham maior contato no atendimento. O modo como tratavam os funcionários se tornou parâmetros morais para nós ao estabelecer esses convívios.²⁴

²³ A Lista das Piores formas de Trabalho Infantil, anexada no Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, se refere a: I. Trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança; II. Trabalhos prejudiciais à moralidade. O trabalho realizado por Clara se enquadra no item II, tendo em vista que realizava atividades relacionadas a venda de bebidas alcoólicas, como exposto na descrição dos trabalhos: “De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas”. Analiso a lista como tentativa de estabelecer uma visão sobre o trabalho desempenhado por crianças e adolescentes em que o que é visto por muitos como os “trabalhos que precisam ser erradicados”. Analiso que isso carrega discussões mais profundas sobre como essa “ordem” estabelecida pela lista explícita algumas explorações extremadas, pois sugere estes como os que precisam ser erradicados, ainda que vejamos sua permanência reverberar e coexistir com muitos outros tão ou mais agravantes que esses. Para a verificação das regulamentações que proíbem as piores formas de Trabalho Infantil, as atividades integram a lista, os prováveis riscos ocupacionais e repercussões à saúde desses trabalhadores (com idade até os 18 anos), ver: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm> Acesso em: 7 de nov. 2021.

²⁴ Vale ressaltar que a noção de cliente se refere ao público atendido, ou seja, tanto empregadores como outros trabalhadores, no entanto, o público atendido variava muito a depender do restaurante. No restaurante em que trabalhei e o restaurante onde Clara trabalhou a maioria dos clientes também eram trabalhadores, pois o custo da alimentação era mais acessível, bem como o espaço e o tipo de alimentos servidos eram mais simples. Assim, mesmo alguns sendo trabalhadores, isso não nos poupava, em muitas ocasiões, de sermos maltratados, pois, a posição do “serviçal” e do “servido” expunha uma relação de poder mesmo entre trabalhadores.

Inclusive, como os distanciamentos e identificações eram construídos no bojo dessas relações, partilhávamos nossas visões e sentimentos diante dessas ocasiões com aqueles que reconhecíamos com condição comum. Quando era possível não atender as mesas, geralmente disputávamos os outros serviços que não necessitasse desse contato, como lavar copos e repor bebidas. Quando isso não era viável, construimos uma organização que se referia a quando não queríamos atender algum cliente em específico (tendo em vista situações em que fomos maltratados). Nesse caso, outro colega atendia, ou demonstrávamos desagrado com a situação através de uma postura séria diante da possível simpatia exagerada com outros clientes, procurando indicar nossa posição nessas relações, já que abertamente não poderíamos confrontá-los. Algo que Clara também compreende e fez quando foi à cozinha, onde estavam outros trabalhadores daquele restaurante, os quais, muitas vezes, experimentaram essas mesmas relações de poder e de abuso. A trabalhadora compartilha sua revolta com aqueles que vê como iguais. Clara expande a leitura sobre as relações de trabalho indo além da relação patrão-empregado, explicita a tensão em outras relações de poder que compõem essa experiência, apresentando aqueles que abusam da sua condição de trabalhadora.

A renda dessas atividades era utilizada pela trabalhadora para obter roupas, produtos de uso pessoal, alimentos diversificados e, ainda, prover sociabilidades (sair com os amigos principalmente). No entanto, devido as aulas escolares retornarem e ocuparem o período da manhã (das 7:30 às 11:50), os estudos entraram em desacordo com seu horário de trabalho (que era das 11:00 às 13:00 horas, sem contar o tempo gasto para se locomover, de aproximadamente 10 minutos, realizado de bicicleta). Assim, avaliou a possibilidade de rever sua jornada, que passaria então a diminuir significativamente sua remuneração. No entanto, acabou por deixar o emprego, pois segundo ela “não compensava” permanecer trabalhando e receber uma quantia inferior ao valor que já recebia.

Com o trabalho, deixou também o que aquela renda lhe fornecia, certa autonomia com seus gastos, convivências e tomada de decisões. Já que “pedir” dinheiro ou algo de desejo aos pais “fica chato, né?”, referindo-se à situação desconfortável que essa atitude pudesse causar nas relações que mantinham, uma vez que todo pedido precisa ser justificado e avaliado pelos pais, para saber se deve ou não ser considerado. Além dessa dimensão do problema, Clara parece sinalizar certa compreensão de incompatibilidade de valores entre ela e os pais, tendo em vista que parece reconhecer que existiam visões diferenciadas sobre o que era ou não relevante enquanto gasto, ou mesmo compreendido como necessidade (CLARA, 2021).

No entanto, apesar de se sentir desconfortável em pedir aquilo que deseja/precisa aos pais, por estar desempregada naquele momento e ficar em casa durante todo o dia (tendo em

vista que estava estudando remotamente), essa condição lhe tornou a maior responsável por realizar os serviços domésticos, tendo em vista que a irmã (de 20 anos de idade), que teoricamente devia ajudá-la, “fica[va] inventando desculpa” – em função de que já trabalhava fora, o que gerava conflito entre elas:

Patricia: e a convivência de vocês, assim, na casa?

Clara: ah...assim, é boa. Tem vezes que a gente discute assim, mas geralmente assim, é boa.

Patricia: é? Não tem muito conflito, então?

Clara: não. Só com minha mãe, que ela chega do serviço estressada.

Patricia: (risos) e aí...quem que é mais responsável assim por limpeza de casa, organização e tudo mais?

Clara: eu e minha irmã, é... mais eu do que ela. Porque ela fica inventando desculpa pra não vir limpá a casa, aí quem tá limpando tudo é eu. Aí geralmente ela ajuda.

Patricia: [...] Agora que você tá em casa meio que é tua função, limpá?

Clara: uhum.

Patricia: organizá...e agora você tá indo almoçá ali? [Local onde trabalhava] Ou você tá almoçando em casa?

Clara: eu tô almoçando em casa.

Patricia: você mesmo que faz o teu almoço, e tal?

Clara: sim.

Patricia: é? Então você já sabe cozinhá Clara? (Risos).

Clara: sei, aprendi na força, né? Mas sei...

Patricia: sim (risos), ai ai. E você pretende assim, continuá morando com seus pais? [...]

Clara: nossa!! Eu sempre penso em saí daqui (risos) [...] mas não depende de mim, aí fica difícil [...], mas eu quero, eu quero tê logo é...(risos) trabalhá logo, pra fazê os 18 e consegui, né? [...]

Patricia: é? E os teus pais o que eles acham disso? Já falô com eles sobre isso, ou não?

Clara: não. Nunca falei com eles.

Patricia: nunca falou?

Clara: não (risos). Eles são bem...a minha irmã agora...ela tá namorando, né? E daí, sabe, o namorado dela mora em Toledo, e daí é... eles querem dá um jeito pra eles morá junto logo, só que meus pais não querem deixá, tipo... eles só se juntá, sabe? [...] sem casá, sem nada...e daí ela conversa com eles sobre isso, né? E daí eles dão bastante opinião sobre, sabe? Aí eu tenho medo de eu comentá sobre eu saí e não sei o quê, e eles quiserem brigá [...]

Patricia: é difícil, assim, às vezes, morar sozinho, mas também é bom, né? Por outro lado... Você consegue fazer tuas próprias coisas, né?

Clara: é um espaço mais pra gente, né? (CLARA, 2021)

No trecho acima, Clara indica que limpava e organizava a casa da família. Essa atividade era desempenhada pela adolescente em parte no intervalo de suas aulas e no período da tarde. Durante o dia, seu pai trabalhava como entregador em um supermercado, enquanto sua mãe realizava atividades de auxiliar de cozinha e sua irmã estava empregada na padaria de um

supermercado.²⁵ Acredito que seja importante questionar as motivações para essa divisão de tarefas, onde o encargo do serviço doméstico é designado às filhas, sugerindo como se estabelece determinada organização familiar e quais valores os pais de Clara acionam para cobrar dela e de sua irmã tais responsabilidades.

Sobre isso, Clara narra que quando trabalhava e recebia remuneração não era cobrada pelos pais a auxiliar nas despesas da família, sendo que poderia utilizar o valor da forma como preferisse. No entanto, apesar de seus pais também não obrigarem sua irmã a contribuir com tais gastos, existia, por vezes, uma cobrança maior para custear alguma conta. Algo que, talvez, possa se relacionar com o valor recebido por cada uma. Pois, ao que tudo indica, sua irmã recebia significativamente mais que Clara, além de ser a irmã mais velha e já barganhar com os pais certas liberdades e autonomia em troca dessa responsabilidade com gastos da casa (CLARA, 2021).²⁶

Tais pressões visando a colaboração da filha, no entanto, não surtiam plenamente o efeito desejado pelos pais. De acordo com Clara, quando a irmã sentia essas injunções parecia esquivar-se dessas atribuições, pois “ela zoa[va] com eles...ela acha[va] que eles [es]ta[vam] brincando” (CLARA, 2021).

Analiso, assim, que as condições em que Clara e sua irmã se encontravam naquele momento, tendo que lidar com determinadas pressões e relações de poder envolvendo, inclusive, os pais, apontam como tais imposições possuem interlocução com aquelas que Henrique (2021) sentia e indicava experimentar, apesar das condições desses trabalhadores serem distintas em muitos âmbitos (pois Henrique e a irmã de Clara são trabalhadores registrados, diferentemente das condições de trabalho experimentadas por Clara). Esse convívio familiar expõe tensões nessas redes de convivência e nos sentidos atribuídos a atividades com renda e aquela atribuídas como “contribuição” familiar – principalmente se associadas a trabalhos domésticos e cuidado com irmãos mais novos.

Isso sugere certo tipo de organização familiar para lidar com as diferentes tarefas que precisam ser realizadas durante os dias e como as despesas que possuem precisam ser equacionadas. Nisso, a calibragem das pressões de classe faz com que os filhos desses trabalhadores precisem demonstrar determinado comportamento subserviente (algo nem

²⁵ Todos os membros da família trabalhavam na cidade de Marechal Cândido Rondon, salvo o irmão, que ficou residindo em São Paulo com a esposa, territorialidade em que todos residiam antes de virem para o Paraná, por volta de 2018.

²⁶ Apesar de Clara não especificar na entrevista o valor recebido pela irmã, analiso tal possibilidade considerando a idade da trabalhadora (20 anos), o serviço desempenhado pela mesma e, também, a dinâmica que Clara indica (por ficar sozinha e a irmã voltar para almoçar), a trabalhadora provavelmente realiza a jornada de 8 horas diárias e possui a remuneração em torno de 1 salário-mínimo.

sempre tranquilo), seja aqueles que ainda não trabalham fora de casa, seja aqueles que já se empregam obtendo alguma renda, ambos irão se ver envoltos com as expectativas dos que se colocam como seus responsáveis. Algo que diz muito sobre como nessa hierarquia familiar veem as crianças e adolescentes e o que esperam deles a curto, médio e longo prazo; uma avaliação contínua que leva em conta a condição e inserção social de tais trabalhadores.

Tais pressões para realizar certos serviços podem ser diretamente exercidas pelos pais – como os de Clara, tendo em vista que eles “mandam” realizar alguma tarefa, como também, podem ser indiretamente indicadas, tendo em vista um sentimento de obrigação que parte da própria condição de classe reconhecida pelos filhos, como não definida pelos pais – vide percepção de Henrique.

Percebemos tais forças operando nas narrativas em que Clara constrói quando pergunto se está almoçando em casa, pois anteriormente realizava tal refeição no trabalho, como parte de sua remuneração. Ela aponta a necessidade de cozinhar e ter aprendido a tarefa “na força”. Tal expressão parece indicar que não houve possibilidade para não querer, ou não aprender a realizar essa tarefa, pois sua mãe realizava a refeição no local de trabalho, o pai geralmente almoçava próximo aos locais em que fazia entregas e sua irmã, apesar de retornar para casa no horário do almoço, trabalhava em um local que produzia alimentos, podendo realizar lanches no decorrer do horário de trabalho. Então, para se alimentar precisaria cozinhar.

Essa realidade também foi pautada por outra trabalhadora entrevistada, Ágata (2021), que no momento de nossa conversa, realizada através da plataforma digital *Google Meet*, possuía 15 anos de idade:

Patricia: [...] quem que faz o almoço aí? Tua mãe ou você?

Ágata: ah, a maioria das vezes é a mãe, mas tem vezes que eu ajudo e tudo.

Patricia: ah, mas você cozinha então também?

Ágata: é, mais ou menos. Deixo quase queimá...boto muito sal, essas coisas (risos).[...] a mãe falô que eu sô uma garota prendada. [...]

Patricia: ah...então você faz bastante coisa, né? E a janta de vocês, vocês preparam...as vezes você, as vezes tua mãe? Vocês se ajudam assim?

Ágata: nós não come janta.

Patricia: ah...o que que vocês jantam então?

Ágata: qualquer coisa. Come um pão, um pão com ovo. [...] Eu e a mãe nós não gosta de fazê comida, nós faz sendo forçada (risos).

Patricia: [...] e aí vocês aí no sítio...se ajudam também na questão da limpeza da casa, esse tipo de coisa?

Ágata: não (risos). É tudo eu (risos).

Patricia: não? Você faz aí de tarde Ágata as coisa?

Ágata: faço de tarde, aham. (ÁGATA, 2021)

Acredito que esse trecho se relaciona à questão apontada acima por Clara, com algumas particularidades, tendo em vista que diferentemente de Clara, Ágata parece encontrar maiores dificuldades com a tarefa de cozinhar, bem como a adolescente possui uma dinâmica distinta na organização de seu modo de viver, pois reside e trabalha em um sítio na linha Coroados²⁷, no distrito de São Clemente²⁸, (próximo à divisa entre os municípios de São José das Palmeiras e Santa Helena). Além disso, sua mãe e irmã permanecem em casa para a refeição diariamente.

Nesse sentido, os cuidados com a alimentação e limpeza da residência da família são divididos entre a adolescente e a mãe. Sendo que a mãe se responsabilizava em maior grau pela preparação das refeições, que envolvem o café da manhã, almoço e jantar (mesmo que esse último item não signifique que preparem um jantar, mas que preparem uma refeição rápida, “qualquer coisa”).

Então, o “forçadas” possui o sentido de não gostarem da atividade, mas não dispõem de outra condição para que outras pessoas possam realizar em seu lugar – eis um dos motivos que os afazeres domésticos e cuidados com filhos se tornam uma pauta difícil de equacionar para um conjunto expressivo de trabalhadores que não conseguem pagar para terem tais atividades dispensadas das obrigações familiares. Assim, aquilo que os trabalhadores avaliam como necessidade atrelada à sua condição fazem com que eles não somente desejem e busquem, mas se obriguem a realizar e, nesse sentido, o fato de não conseguirem usufruir de uma renda mais robusta em suas relações de trabalho, faz com que aprendam/incorporem diferentes habilidades para lidar com essas pressões de classe. Inclusive, reconhecendo nesse processo de afazeres incorporados a constituição de seu repertório como trabalhadores.

Entendo que esse processo pelo qual os trabalhadores são inseridos aos poucos em atividades de trabalho fizeram com que Henrique (2021) achasse “natural” trabalhar, uma vez que com a idade de 13 para 14 anos já se considerava um “marmanjo” – repetindo, possivelmente, uma adjetivação que ouviu e, de certo modo, incomodou a tal ponto que o fez considerar algo do qual quisesse se distanciar, como destaca na narrativa abaixo:

Patricia: [...] Mas você pensa assim Henrique porque que você foi trabalhá?
[...]

Henrique: porque que eu fui trabalhá?

Patricia: é.

Henrique: também, assim, eu fui porque eu queria tê o meu dinheiro, né?

Patricia: uhum.

²⁷ Linha Coroados é uma comunidade rural pertencente ao distrito de São Clemente, Santa Helena-PR.

²⁸ São Clemente é um distrito da cidade de Santa Helena, criado em 08 de novembro de 1967 pela Lei Estadual nº 5697, de acordo com IBGE (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-helena/historico>> Acesso em: 08 de nov. 2021.

Henrique: tê meu dinheiro pra compra as coisa que eu queria, porque não tinha como, tipo... “ah pai, compra isso, compra isso”, sendo que a gente já era um *marmanjo*, tinha 13, 14 ano.

Patricia: uhum.

Henrique: então eu queria tê as coisa que eu queria, da forma que eu conseguia... do jeito que eu conseguia, né? Daí eu fui trabaiá. Sei lá, só fui assim, sabe?

Patricia: uhum.

Henrique: e continuei (risos). Nunca desisti. (HENRIQUE, 2021)

No trecho acima, podemos ver a preocupação de Henrique em construir uma imagem de si que não o vinculasse à noção de “marmanjo” – aquele que não é mais criança, mas não faz nada. Sua formulação trata de uma percepção que provavelmente chegou até ele como uma repreenda, revestida de motivação/passagem para se ver e usufruir (para o bem e para o mal) das condições de adulto, com capacidade de trabalhar e conquistar o que deseja sem tantos impeditivos dos pais e, ainda, distanciar-se de características contrárias a essa, tal qual a infantilidade, ingenuidade e a não responsabilidade com relação ao trabalho e gastos com a sua manutenção básica e da família. Empregar certa autonomia a si e conceber valores de positividade do trabalho sugere que pensemos as bases materiais em que foram produzidas tais concepções, indo além de uma avaliação meramente irrefletida sobre a questão. A precocidade dessas relações de trabalho foi matizada em vários apelos – passando pelos valores e laços afetivos, obrigação familiar até se apoiar na visão pragmática de que essa é uma prática natural àqueles que são trabalhadores.

A necessidade de Henrique para se colocar a trabalhar correspondia, no início da conversa, a “tê meu dinheiro pra comprá as coisa que eu queria”. Assim, podemos perceber que essa moralidade inclui uma necessidade material, elaborada a partir do modo de vida desse trabalhador, ainda que dialogue com todo o conjunto de pressões e dramas familiares que ele enuncia em seguida (HENRIQUE, 2021).

Essa elaboração nos faz pensar que as motivações de trabalhadores como Henrique para se colocarem a trabalhar e o que avaliam sobre essas práticas são impressões construídas em meio as redes de convivência que estabelecem com e para além da família, onde são ensinados e pressionados a agirem de certa maneira, construindo assim modos de viver ambíguos envolvendo afeto e obrigação. Acredito que isso fica mais claro quando Henrique sinaliza que tanto ele quanto seu irmão foram levados algumas vezes pelo pai para auxiliar nas construções, principalmente para suprir a força de trabalho de outros trabalhadores que faltavam:

Patricia: [...] mas vocês, por exemplo... teu pai é pedreiro você falô, né?

Henrique: aham.

Patricia: vocês nunca foram ajudá ele assim no serviço? Ou já?

Henrique: já, já fomo sim.

Patricia: é? E como que foi?

Henrique: foi loco, né? Puxá tijolo, essas coisa...

Patricia: é? Mas...

Henrique: assentá tijolo...

Patricia: mas era sempre? Ou não?

Henrique: sempre, sempre não, né? [...] na hora que precisava.

Patricia: ah tá. Mas daí teu pai avisava daí vocês? Falava assim “ah, vamo me ajudá lá e tal” ou não?

Henrique: é ele falava “ó, vocês têm que me ajudá”, daí nós ia lá e ajudava.

Patricia: mas vocês sempre queria ir ajudá? Ou não também?

Henrique: ah, nós ia, né?

Patricia: mas teu irmão também?

Henrique: também.

Patricia: é?

Henrique: ah, se não ia nós apanhava, né? Nós nunca recuso, né? Daí nós gostava.

Patricia: é? E assim vocês ganhavam alguma coisa? Ou não? Ou só ajudava teu pai?

Henrique: não, sempre ganhava assim [...] tipo uns troco no final do mês...

Patricia: ah, é? Mas vocês ganhavam em dinheiro? Ou em outras coisas por exemplo? Roupas...

Henrique: é, ganhava roupa, as vez dinheiro, calçado...

Patricia: é? Mas no final... mas quando vocês não queriam ir...já teve algum momento que vocês não quiseram ir?

Henrique: teve.

Patricia: e daí?

Henrique: O que que nós fez? [...] foi igual (risos).

Patricia: (risos). Mas vocês ficavam com medo assim de não ir e tal?

Henrique: eu ficava (risos).

Patricia: é?

Henrique: (risos).

Patricia: mas era sempre que teu pai chamava vocês? Ou não?

Henrique: era raro os dias... tipo assim...[...] só quando precisava bastante, né? Tipo, às vezes faltava uns 2, 3 peão, daí tinha que ir lá ajudá.

Patricia: ah...mas teu pai digamos assim...[...] ele comanda a obra? Ou não? Ou é?

Henrique: é.[...] ele é patrão. Só que ele trabaia também, não fica só mandando. (HENRIQUE, 2021)

Nessa passagem, Henrique aponta que, por vezes, seu pai o levava em conjunto com seu irmão (no momento da entrevista com 12 anos de idade), para suprir os peões faltantes e ajudá-lo “quando precisava bastante” nas obras que realizava. Pois, além de ser o “patrão” (que recebia respectivo valor pelo total da obra, onde os dias trabalhados eram importantes na contagem para ter certo descanso por um tempo), teria que, de alguma maneira, “compensar” o volume de trabalho dos “2, 3 peão” e da intensidade do trabalho que recairia sobre ele, mesmo que isso significasse distribuir incumbências sobre os próprios filhos.

Inserir crianças e adolescentes no trabalho pode ganhar motivações as mais distintas, inclusive pressões atravessadas advindas sobre outros trabalhadores – essa exploração então ganha contornos controversos e mais difíceis de serem apenas enquadrados. Embora o trabalho dos filhos não igualasse a força de trabalho faltante, ressarciam de alguma maneira na redução significativa da remuneração de diaristas, pois pagava aos filhos algum dinheiro no final do mês, “uns troco”, ou mesmo objetos e produtos de desejo dos filhos, que apesar de os recompensar e os motivar a atender em novas “ajudas”, possivelmente outros trabalhadores adultos não admitiriam tal modo de remuneração (HENRIQUE, 2021).

O que me intriga nesse trecho da entrevista é que do mesmo modo que Clara e Ágata, Henrique também pontua como que a organização da família levava em consideração, principalmente nos momentos de pressão, o trabalho que ele e o irmão realizavam, não importando se queriam ou não exercer tais funções. Henrique aponta que quando se colocavam contra cumprir com esse compromisso de trabalho o pai utilizava de violência física e intimidações, portanto acabavam aceitando “ajudá-lo” por “medo”. Algo que também se evidencia nas experiências de outros trabalhadores, onde a força física e relações de poder são acionadas seja por pais seja por responsáveis legais para estabelecer certa obediência dessas crianças e adolescentes, enquanto efetiva correspondência aos cuidados até então prestados, esperavam como auxílio e retorno que se colocassem em determinados postos de trabalho eleitos pelos pais como necessários e úteis na sua formação como trabalhador. Nesse sentido, os cuidados básicos que os pais ou responsáveis lhes garantiram, muitas vezes, seriam “cobrados” em algum momento, seja direta ou indiretamente, por diferentes formas e conexões entre obrigação e afetividade.

Outro elemento que compõe essas relações tensas e ambíguas entre trabalhadores que possuem essas experiências de trabalho desde tenra idade seria o modo como visualizam essas relações de poder. O fato de Henrique achar necessário demarcar que seu pai é um “patrão”, mas um patrão “que trabaia também, não fica só mandando”, aciona certo abrandamento na relação de poder estabelecida entre ele e o pai, onde mesmo o vendo como “patrão”, exercendo poder sobre ele, parece indicar reconhecimento de que o pai também é trabalhador, o que parece ser algo mais virtuoso do que um mero patrão que “fica só mandando”. Isso faz com que Henrique estabeleça certa identificação com a condição e pressões de seu pai, inclusive porque apesar dos conflitos possuía laços afetivos com ele, os quais facilitam ceder e colocar-se ao lado do pai nessas tarefas (HENRIQUE, 2021).

Tais relações de convivência, como a apontada pela narrativa de Henrique, pautam identificações, mas também dissidências entre os trabalhadores. Ressalto abaixo um diálogo com Ágata (2021) que contribui para ampliarmos essa questão:

Patricia: ah, entendi. Mas aí, por exemplo, agora que as aulas voltaram...que as aulas tinham voltado, né? Presenciais...[...] aí você não tava mais fazendo esse trabalho de manhã?

Ágata: não porque não dava, tipo...não é que não dava tempo, mas era muito frio e muito escuro daí...daí tipo, pra mim podê levantá, tirá leite e tals e depois tomá banho... depois... até se arrumá pra podê ir pro colégio... daí a Kombi já passava. Mas, senão eu iria começá... eu iria.

Patricia: ah... mas aí com as aulas online você conseguia fazê esse trabalho?

Ágata: é.

Patricia: ah. Mas, daí você começô fazê esse trabalho assim... porque tua mãe falava pra você fazê? Ou foi você assim Ágata?

Ágata: assim, é... é que assim, no começo desse ano eu não comecei...eu não participava das aula online e eu perdi tipo 1 mês mais ou meno de aula. Daí a mãe não sabia que eu tinha aula e daí... que era tudo escondido... e daí quando ela descobriu, pela vizinha, aí ela me obrigô a participá das aula, né? E daí eu mesma ia assim, ela também falava de vez em quando, mas... no frio, ela não queria que eu fosse porque é muito frio aqui em casa, mas eu ia, não dá nada, não vô morrê por causa disso.

Patricia: ah, mas como assim é... você fazia escondido? [...]

Ágata: é. Eu escondi da mãe que tinha aula online, eu não ia levantá cedo pra estudá em casa.

Patricia: ah, mas então você não... você faltava as aula?

Ágata: aham.

Patricia: você falava pra tua mãe que não tinha aula então?

Ágata: é, eu falava isso (risos). [...]

Patricia: nossa, e como tua mãe descobriu assim?

Ágata: tem a vizinha que tem os... as criança que estuda, aí ela falô...elas tavam conversando, daí ela falô “ah, mas as criança tão na aula”, daí a mãe já se tocô, falô “ué, eles têm aula? E a Ágata não tem? Como assim?”. Daí ela veio em mim e perguntô umas coisas daí eu falei: “é verdade” (risos).

Patricia: mas porque você não queria ir nas aula online assim?

Ágata: é porque assim...se eu tô em casa, pra quê que eu vô estudá em casa? (Risos) pra mim tem que ir no colégio. E era muito ruim pra mim também porque eu não sabia entrá nas aula e tals. E tipo... de manhã eu acordava, vamo dizê, 7...7 e meia, 8 horas, quando tinha aula online, quando tinha...só que eu não participava...daí eu ia lá fora fazia o serviço, voltava pra dentro de casa, fazia o serviço de dentro de casa e ficava meio que livre o resto do dia e pra mim assim era bom. Agora com as aula online eu tenho que ir de manhã é... lidá lá fora, daí participá das aulas e daí depois eu tenho que fazê o serviço da casa e depois só que eu vô ficar livre. Aí eu não tenho muito tempo, assim... porque 5 hora da tarde eu tenho que ta lá fora de novo.

Patricia: mas você... o que que você acha assim, você não gosta desse modelo assim online Ágata?

Ágata: não. Eu prefiro presencial, porque também o colégio era o lugar que eu mais saía (risos). (ÁGATA, 2021)

Ágata, ao falar sobre as atividades que envolvem ela e a mãe, pontua como se dá a divisão dos serviços no sítio, os “de fora” da casa, ou seja, afazeres que mantinham a renda familiar – como alimentar e cuidar dos animais, tirar leite, entre outros serviços que auxiliam a manutenção da propriedade da família –; e o trabalho de “dentro” da casa, que seriam os serviços domésticos de limpeza, organização e preparação das refeições, por exemplo.

De modo que, segundo Ágata, os serviços “de fora”, realizados na parte da manhã, geralmente eram atribuídos à mãe, pois nesse período Ágata estaria na escola. No entanto, ela aponta que essa gestão dos trabalhos não era inflexível, uma vez que nos dias que não tinha aula, bem como e, principalmente, com a alteração das aulas presenciais para o modo remoto devido à Pandemia de COVID-19, ela modificou sua dinâmica no sítio, passando então a realizar as atividades “de fora” e “de dentro”, pois escondeu de sua mãe que as aulas estavam ocorrendo – o que a mãe não procurou averiguar, já que essa definição favorecia o ordenamento das atividades do sítio. Essa atitude é justificada pela adolescente apontando que não participar das aulas significava poder adiantar muitos serviços e, assim, ter mais tempo para descansar, entre um afazer e outro.

Isso tudo me faz refletir sobre os modos de viver no campo e os limites da agricultura familiar para essas trabalhadoras, já que exige muitos horários de cuidado dos animais, das plantações, de organização dos espaços no sítio, um conjunto de condições que faz a permanência no campo ser constantemente reavaliada, ainda mais em meio à expansão do agronegócio no Oeste do Paraná e as sinuosas tensões familiares presentes na experiência de Ágata. Pois, mesmo na condição de pequenas produtoras rurais não conseguem se desvencilhar dos trabalhos domésticos, sendo que Ágata, sua mãe e sua avó realizam limpeza, preparo da alimentação, cuidado com a irmã menor etc. Essas atividades são administradas como tarefas a cumprir, restando pouco tempo livre para descanso e sociabilidades. Essa dinâmica de trabalho faz parte da realidade de Ágata desde os seus 7 anos aproximadamente (quando foi residir na propriedade após deixarem Guarapuava) e, para ela, esses afazeres são prioridade frente à escolarização, por exemplo.

Estudar, nesse sentido, é visto por Ágata como uma alternativa de sociabilidade e sair de casa, o que não era possível durante a pandemia. Então, não acompanhava as aulas on-line, pois essa concorria com a possibilidade de terminar mais cedo o trabalho sob sua responsabilidade. Ainda que mencione as dificuldades para acessar e participar das aulas, esse pareceu não ser um ponto a ser vencido, tanto pelo desinteresse pelas aulas, quanto pelo receio em expor dúvidas sobre o “como acessar”.

As relações estabelecidas entre os trabalhadores e que envolvem trabalho e afetividade não se referem apenas quando sujeitos pertencentes a uma mesma rede de convivência trabalham conjuntamente, como Ágata e sua mãe, mas ao debate envolvendo esses elementos na dinâmica de convivência desses sujeitos, onde vão discutir renda, quem realizará e como realizará determinadas tarefas, como gastar e dividir os ganhos advindos dessas atividades, quem cada uma reconhece como responsável por aferir renda e como etc. Isso tudo não se refere puramente a questões econômicas, mas, também, a sentimentos e percepções que são produzidas em meio a laços de afetividade – que ora sugestionam cuidado ora culpa – e que podem (ou não) serem construídos a partir da consanguinidade e parentesco.

Duarte, ao falar das tensões envolvendo laços familiares referentes aos trabalhadores do setor de produção de energia elétrica, problematizou o trabalho e a família, que seriam, de acordo com ela, “instituições que fornecem referência ao indivíduo [...] por modularem o compasso da vida, escolhas e possibilidades a partir de suas lógicas e demandas”. Embasada na Psicologia Social, buscou compreender o significado do trabalho, bem como as formas de sociabilidades e os “processos de subjetivação” a partir das narrativas de trabalhadores barrageiros e de seus familiares (DUARTE, 2014, p. 66)²⁹. Sobre isso, Duarte diz o seguinte:

Para ir além e encontrá-la [relações familiares] em sua complexidade, devemos nos voltar aos modos de vida delineados na conjugação dos laços familiares com a realidade histórico-social da sociedade atual. Os autores a que recorremos nos abrem possibilidades compreensivas da família para irmos adiante do entendimento desta como unidade produtiva/reprodutiva e poder avistá-la como recurso, uma rede de relações pessoais e afetivas diversificadas que podem ser acionadas ou não para lidar com questões de sobrevivência e de projeto de vida (em sua abrangência individual e social). Especialmente para explicitar os arranjos promovidos no grupo familiar dos barrageiros, trabalhadores-migrantes que, ao vivenciar distintas realidades de trabalho em territórios diversos, acabam por ter dinamizadas suas relações mediante um deslocamento de papéis, funções e gêneros. Nessa perspectiva, a família se define fundamentalmente como um conjunto de sociabilidades e singularidades que se organiza, desorganiza e reorganiza, expressando distintos arranjos relacionais. Pode ser acionada ou não, pode ser solidária ou rival, expressar conflitos ou soluções conforme as situações vividas, inclusive as de trabalho. (DUARTE, 2014, p. 106)

Apesar de certos distanciamentos com o trabalho de Duarte (2014), tendo em vista nossos campos de atuação, já que a autora busca se amparar na “psicossociologia, narrativa e

²⁹ A autora realizou entrevistas com 3 famílias: nominadas como Topázio, Citrino e Safira. Apesar de não delimitar um recorte de hidrelétricas os quais esses trabalhadores se empregaram, parte da categoria barrageiros, em particular aqueles que trabalharam em várias empresas com essa função e residiam, no momento da produção das entrevistas, na cidade de Maringá-PR. O contato com esses sujeitos, de acordo com ela, ocorreu através de conhecidos e indicações de trabalhadores do ramo de barragens (DUARTE, 2014).

hermenêutica”, entendi como importante pautar esse trecho em que a autora vai falar sobre os distintos “arranjos familiares” e “organizações” dessas redes de convivência. Mediante outros parâmetros mais “subjetivos”, ela destaca como esses vínculos se constroem não somente a partir de situações identificadas como afetividade (onde os trabalhadores geralmente se aproximam pelos vínculos constituídos), mas esse convívio se faz, ainda, em constante tensão (quando se distanciam e/ou se confrontam), bem como na dinâmica das tomadas de decisões desses sujeitos (onde regularmente avaliam a si e a outros sujeitos e relações a serem mantidas e/ou alteradas), em diálogo com a autora, em seus processos de subjetivação.

Para aprofundar essa questão, destaco a narrativa de Ágata quando menciona em nossa conversa que sua mãe apesar de “obrigá-la” a estudar e indicar que precisa realizar algumas atividades no sítio, os laços de afetividade entre as duas demonstra que essas relações não são puramente econômicas e de domínio (no sentido de que sua mãe lhe impusesse trabalhos desmedidamente para prover determinada renda/produtividade no sítio).³⁰ Ela fez questão de ressaltar que em períodos de frio a mãe não exigia que realizasse o trabalho no período matutino (momento em que o frio está mais intenso), tendo em vista que trabalhar diante desse clima é encarado como um elemento que dificulta ainda mais o trabalho a ser realizado, além de potencializar o adoecimento com resfriados, pneumonia etc.

Entendo isso tudo como um modo de me indicar que o controle da mãe não se faz sem cuidado, assim como suas obrigações de trabalho não se dão como se estivesse com um patrão em um estabelecimento qualquer, havia um diferencial por essa relação ser com sua mãe. Algo que novamente será acionado por Ágata quando questiono quais as situações em que ela não gostaria de trabalhar, dando como resposta que “ah, no frio, quem que vai querê trabalhá, né?[...]” (ÁGATA, 2021).

Desse modo, acredito que o sentimento de compadecimento da mãe de Ágata em relação a não querer que a filha realize esse trabalho no momento de maior frio se deva ao laço construído entre as duas—, pois compartilham as responsabilidades e dramas da família tanto quanto as conquistas aferidas por essa parceria – o que não se apresenta como um aspecto mecânico da relação mãe e filha, mas de identificação entre duas trabalhadoras, duas mulheres que convivem e trabalham juntas à medida que formulam vínculos afetivos e, ao mesmo tempo,

³⁰ Sobre essa narrativa de Ágata, acredito ser necessário pautar que as pressões sobre Ágata, exercidas pela mãe, para estudar, possuem relação com um campo de forças empreendidas também sobre a mãe da adolescente, praticadas por determinadas instituições de fiscalização e controle da assiduidade de crianças e adolescentes na escola, como Conselho Tutelar, por exemplo. Essas relações serão problematizadas mais detidamente no Capítulo II.

percebem as disparidades entre si, avaliando que aquilo que fazem e defendem é pelo que empreendem como compartilhado.

Esse entendimento se expressa, também, na compreensão de Ágata de que não trabalha para a mãe, mas em prol daquilo que também lhe pertence. Isso é sugerido quando trata da gestão da propriedade e da recusa que tem em permitir que namorados e maridos de sua mãe se envolvam com os “negócios da família”, ou queiram se colocar como donos.

De certo modo, apesar desses vínculos pesarem em algumas situações e serem facilitadores da tomada de decisão acerca do trabalho, ou pelo menos suavizar a rotina de Ágata, em outros momentos, esses laços se apresentam de modo a complexificar, ou “dificultar” a realização de certas atividades. Ágata aponta que sua mãe descobriu que ela não estava participando das aulas remotas (a fim de ter um período maior livre) e a obrigou a retomar as aulas. Assim, o que vejo aqui é que esse laço afetivo entre as duas de certo modo contribui para atribuir mais peso aos compromissos que Ágata deveria cumprir nessa situação, pois a adolescente passaria a realizar mais uma atividade (aula junto ao trabalho dentro e fora da casa), contribuindo para uma rotina mais árdua. Assim, a escolarização não se apresenta como um valor formativo para Ágata, mas um espaço de socialização que na pandemia não ocorre, portanto, não lhe traz nenhum ganho efetivo, apenas atrapalha ficar livre mais cedo das atividades que precisa cumprir no sítio.

É preciso salientar que a relação tensa entre escola e trabalho, destacada a partir de Ágata, é compartilhada por tantos outros trabalhadores, seja no tempo presente (onde há a obrigatoriedade da escolarização desde os 4 anos de idade), seja em momentos mais remotos (em que não há tal obrigatoriedade, ou mesmo, quando já havia tal exigência, mas com maior flexibilidade). A incompatibilidade e/ou a associação entre escolarização e trabalho para os trabalhadores é um questionamento que faz refletir sobre seus lugares sociais que ocupam, suas necessidades, limites e expectativas - não só no momento em que se vivencia tal experiência, mas também quando se rememora tais relações.

Na dissertação de Paloma Mariana Caetano (2019), a autora, busca problematizar os sentidos produzidos por trabalhadores, alunos do Ensino Médio da rede pública de Marechal Cândido Rondon, a partir de entrevistas e questionários realizados com esses sujeitos no ano de 2017. De acordo com ela, sua pesquisa possuía como questões norteadoras “Como e por que esses jovens trabalhadores conseguem articular trabalho e educação em uma mesma rotina? Quais são as suas preocupações e expectativas para o futuro?” (CAETANO, 2019, p. 9).

A análise da autora perpassa muitos enfrentamentos desses trabalhadores, do que esperam para seu futuro, do que sua família e demais sujeitos de suas redes de convivência

esperam deles, bem como pressões de empregadores e de instituições como a escola. Muitos dos materiais que a pesquisadora utiliza apontam a visão de que a escola é tida por muitos desses jovens como visualização de uma ascensão social, meio pelo qual querem melhorar suas condições de vida. A fim de lidar com tudo isso, a autora parte do princípio de que a escola além de um meio de socialização desses sujeitos também promove desigualdades na medida que, por vezes, não “compreende” a realidade desses trabalhadores, especialmente quando o trabalho “interfere” nas questões educacionais.³¹

Caetano, situa, assim, Daiana, uma de suas entrevistadas, de 16 anos, estudante do 2º ano noturno, a qual conciliava: o trabalho como vendedora em uma loja de vestuário (das 8h30min às 13h); as tarefas domésticas em casa (onde mora com a tia e o primo de dois anos); e outro trabalho como auxiliar de crianças em uma van escolar (onde fica das 16h até aproximadamente 18h40min); além dos seus estudos à noite.

Paloma: E como é trabalhar nesses dois locais?

Daiana: Ah, eu gosto, eu gosto bastante, mas é bem, bem puxado, ai agora que eu tô na van eu sempre tô chegando um pouco atrasada na escola e daí eles não me deixam entrar e eu já falei para coordenação, mas é complicado, eles não vão deixar eu entrar e eu preciso.

Paloma: E como fica a questão das faltas?

Daiana: Eu vou conversar com eles para o homem da van assinar para mim poder entrar, porque não é muitos minutos que eu chego atrasada, é um pouco só, 05 minutos as vezes e eles não me deixam entrar nem por 05minutos.

Paloma: E como você se sente perante isso?

Daiana: Ai, sei lá, não sei por que eu fico meio que incomodada por achar que vou reprovar, sei lá, tá sendo difícil e eu preciso. Tá sendo uma questão de eu conciliar tudo para eu ter um futuro bom, porque assim, sem estudo e sem dinheiro eu não vou conseguir. (DAIANA, 2017)

O trecho destacado promove uma visão sobre as fontes analisadas, sendo que o principal argumento da autora é de que as legislações de obrigatoriedade escolar não explicam totalmente a inserção e a permanência desses trabalhadores na escola, principalmente daqueles que possuem uma rotina árdua que associa trabalhos e estudos. E, nesse sentido, mesmo com essas dificuldades, muitos trabalhadores não só continuam estudando como possuem expectativas de que a escolarização possibilite melhores condições de vida (CAETANO, 2019, p. 69-70) “[...] Como escola e trabalho não se articulam organicamente, os jovens, em certo sentido, ao tentar

³¹ Marcia Cristina da Silva Vendramin (2017) também aborda a relação trabalho e educação formal, ao pesquisar estudantes da rede municipal e estadual de ensino em Limeira –SP, conhecida como “capital da joia folheada”, onde muitos desses sujeitos se empregam nessa produção. Partindo especialmente dos bairros “mais vulneráveis” e de questionários com esses estudantes (de 08-18 anos) e confrontando dados sobre o aprendizado desses disponibilizados pelo MEC, (em relação a Prova Brasil, por exemplo) afirma que o trabalho desde muito cedo pode ser um dos “fatores” relacionados ao baixo aprendizado escolar (p.70).

estudar e trabalhar simultaneamente, acabam por desafiar essa ordem instituída, mas, tanto de um lado quanto de outro são constantemente pressionados” (CAETANO, 2019, p. 76).

As atividades que Daiana coloca como parte da rotina, além dos trabalhos realizados fora de casa, remetem-se àqueles tidos como tarefas domésticas, o que também pesa para a trabalhadora. Isso indica obrigações morais com os compromissos da organização da casa. Apesar da autora não explorar como e porque Daiana residia com a tia, como era essa relação e divisões de tarefas, parece-me provável afirmar que com esse acúmulo de funções possuía uma parceria com a tia em relação aos gastos e cuidados com a casa, construindo um modo de viver compartilhado.

Mas, além disso, a autora aponta que tanto a escolaridade formal quanto os serviços que a trabalhadora realiza oprimem e pressionam esses jovens a decidirem e repensarem constantemente a conciliação de tudo isso. E, muitas vezes, o trabalho se coloca como primordial, como acontece com Ágata e também com Daiana, mesmo que essas duas trabalhadoras possuam significações distintas para a escolaridade e para o trabalho.

Enquanto Ágata acabou por priorizar suas tarefas para ter “tempo livre”, além dos problemas que possuía para estudar em casa, ela enxergava na escola a possibilidade de convivência com os amigos; Daiana, apesar de ter uma rotina sobrecarregada, tenta conciliar trabalhos e estudos, para “ter um futuro bom”. Mas, ao chegar muitas vezes após o sinal de entrada da escola tocar, devido às funções que tinha que desempenhar para conseguir renda, de certo modo, suas práticas de trabalho também pressionam para a definição do trabalho em detrimento da escolarização. Pois, como ela revela, o trabalho como vendedora era bastante instável, uma vez que dependia de cumprir metas, algo difícil com tão pouca idade, bem como isso possibilitava ao patrão fazer ameaças de despedir algumas funcionárias – o que fazia com que ela se comparasse às outras funcionárias e visualizasse um campo de ações onde acumular outro trabalho ao final da tarde seria uma alternativa para caso fosse despedida como vendedora, pois manteria uma renda ao menos. Ao associar ambos os serviços, receberia um montante maior, que pretendia guardar para realizar o trâmite da carteira de motorista, comprar sua moto e conseguir manter gastos advindos do curso superior que pretendia fazer após finalizar o Ensino Médio.

Ao deparar-me com tais arranjos, considero necessário pontuar que ao problematizarmos a questão envolvendo trabalho e escolarização existe a constante vigilância e interferência de outras instituições (além da escola), pois quando muitos desses sujeitos não frequentam as aulas o Conselho Tutelar e o CREAS, órgãos que acessam os responsáveis e averiguam as motivações das faltas se inserem nessas relações e, mais que isso, pressionam esses sujeitos a retomarem

as aulas, tendo em vista as legislações vigentes. Em documentações que acessei nas redes de assistência social de alguns municípios do Oeste do Paraná foi possível ver muitas dessas situações, as quais em algumas delas esses adolescentes retomavam os estudos, em outras, apesar das coerções, não voltavam a estudar, ou também ocorria de atingirem a maioridade e não serem mais monitorados pelos órgãos sobre tais abandonos.

1.2 REPERTÓRIO COMO TRABALHADOR E A RECOMPOSIÇÃO DE VÍNCULOS

Outro elemento que destaco sobre essas relações é que elas se tornam mais complexas quando outras circunstâncias, recorrentes nos convívios desses trabalhadores, são inseridas nesse processo de avaliar e construir sentidos para o trabalho e o modo como vivem. Ágata ativa a necessidade de apresentar sua percepção e os significados construídos para essas relações. Quando a questiono sobre quais trabalhos dentre os diversos que realiza na propriedade da família preferia exercer, deparo-me com a seguinte narrativa:

Patricia: e você gosta assim Ágata de trabalhá com essas coisa e tal?

Ágata: eu gosto, tem vez que a gente se estressa, né? Igual...eles [os bezerros] tão escapando muito aqui...aí vão nas roça dos outros, daí como eles tão pequenininho, os bezerro, fica ruim pra vê no milho alto eles. [...] Mas... assim... é bão, só não é tão bão levá coice da vaca, não é bom levá rabada, né? Mas é... é... gostoso você vê assim sabendo que é você... que é seu e que você tá cuidando dele, aí depois você vende e daí você mata. [...] A mãe [também] tem bastante frango aqui, não frango de aviário, frango de... mercado assim, sabe? [...] Uma vez eu ajudava ela, mas não ajudo mais, por causa que eu... eu não tenho medo dos frango, só que eles picam minha mão e eu tenho que segurá 4 frango, e daí eles picam a minha mão, daí eu solto eles sem querê e daí a mãe bate em mim. Daí eu falei pra ela então que eu não vô fazê mais nada, não basta tê que fazê o serviço da casa tudo sozinha, agora tem que ajudá a calinhá os frango... eu não...[...]

Patricia: [...] o que você achava de fazê esse trabalho, assim, de limpá os frango?

Ágata: ui, horrível, horrível. A mãe também não gosta (ÁGATA, 2021)

A menção de Ágata precisa ser pontuada para destacar que não somente ela, mas outros trabalhadores que estão sujeitos a relações como essa, percebem e questionam não somente o trabalho realizado por eles e por outros trabalhadores, mas, também, levam em conta outras relações de poder moralmente construídas nos modos de viver dos trabalhadores. Nesse caso, relações de controle e domínio construídas historicamente entre adultos e crianças, adolescentes e jovens, onde a figura dos adultos tenta se forjar de autoridade, almejando submissão e obediência dos mais novos.

Entendo que, muitas vezes, esses laços de afetividade tencionam ainda mais as relações de trabalho e forçam trabalhadores como Ágata a não tolerarem algumas situações, como quando menciona que apesar de realizar o serviço de casa sozinha, bem como outros serviços na manutenção do sítio, precisa ajudar a preparar os frangos para venda, um serviço que considera “horrível” e, por vezes, ainda é castigada (mediante violência física) quando não consegue conter os frangos e esses fogem, provocando mais esforço às trabalhadoras – dado que a “pega dos frangos”, por vezes é laboriosa.³²

Assim, analiso que experiências de trabalhadores como Ágata, Henrique e Clara e tantos outros, envolvem laços afetivos, desenvolvidos em convívios como esses, onde formulam modos de trabalhar e avaliações sobre essas práticas, valorando determinadas pautas (como as atividades que realizaram, a relação com a família e outras redes de convivência, como as estabelecidas na escolarização), agindo socialmente informados por todo esse conjunto de articulações que dinamizam seu modo de viver.

Pensando nisso, a experiência de Beatriz, outra de minhas entrevistadas, que contava com 16 anos de idade no momento de nossa conversa, auxilia a refletir sobre esses pontos. Particularmente, a partir de sentidos construídos sobre as atividades que desempenhava em conjunto com sua família, bem como ao destacar outros trabalhos que realizou e aqueles que espera realizar. Sobre tudo isso diz o seguinte:

Patricia: não, eu ia perguntar mais ou menos que horário que você começava assim? Se tinha horário fixo ou não.

Beatriz: não. Como é familiar, assim, então não tem um horário fixo, né? E como é com bicho... então tipo assim... mesmo se eu querê, por exemplo, descê cedo pra terminá cedo, não é bem assim que, funciona, né? Que elas sempre têm um horário, mais ou menos assim, que elas botam os ovos. Então se descer muito cedo você cata, mas dali a pouco já vai ter de novo. Então geralmente umas 2:30, 3 horas, daí eu desço. As vezes antes, quando tem mais serviço pra fazê.

Patricia: aham. E aí você... daí nesse período elas botam o ovo e você já consegue catá ali e já subi pra tua casa de novo? Ou daí você tem que fazer outra coisa?

Beatriz: então, daí depende, né? Que tem dias... assim que, por exemplo, se eu tenho serviço em casa eu desço, cato ovo e subo pra fazê o serviço. Ou quando precisa limpá os corredor, ou lavá ovo daí eu fico e lavo. Um pouquinho mais tarde.

Patricia: uhum. Ah tá. E geralmente você sobe pra casa que horas assim? Quando tem serviço lá embaixo...

³² Durante a entrevista Ágata destaca que o comércio de víveres da propriedade era estabelecido através das redes de convivência que mantinham – não compondo a rede de fornecimento às empresas frigoríficas da região. Ela narra que quando os frangos estão prontos para o abate, sua mãe anuncia para os grupos em que participava na Igreja, ou mesmo através de conversas pessoais, às quais ajudam a divulgar seus produtos pelo distrito. Conforme ocorre algum pedido, levam o produto até a casa dos compradores.

Beatriz: 5, 5:30 [...] às vezes 6, quando demora. (BEATRIZ, 2021)

Beatriz, no momento de nosso diálogo, estava trabalhando com a família no aviário da propriedade em que residem, de 4 alqueires, em São Roque³³, sendo sua principal função “catar ovo”. Trabalho que consiste em apanhar os ovos no corredor do viveiro, limpá-los e embalá-los para a venda, bem como, vez ou outra, higienizar o espaço (BEATRIZ, 2021).

Sua jornada de atividades não era fixa, dependia de seus outros afazeres e de fatores envolvendo os próprios animais na postura dos ovos, “tem um horário, mais ou menos assim, que elas botam os ovos”, não havendo como prever e controlar essa dinâmica. No entanto, geralmente, realiza tal atividade por volta das 14h30, ou “quando tem mais serviço pra fazê”, um pouco antes, o que dura até próximo às 18h. Esses horários também variavam devido as relações de trabalho ali formuladas, “como é familiar”, os horários eram negociáveis e flexíveis, pois a família compreendia seus outros possíveis compromissos (BEATRIZ, 2021).

Beatriz iniciou no ramo, “eu posso falar a minha vida inteira”, desde os seus 7 anos, mas naquela época, porém, em outro sítio – de propriedade e administração de seu tio e padrinho. Naquele momento, também trabalhavam com ela o irmão (naquele ocasião com 9 anos de idade), sua mãe e seu pai. Ao rememorar o que esse trabalho expressou em sua jornada avaliou, durante a entrevista, que “não levava muito a sério”, pois de acordo com ela, por ser ainda criança, simultaneamente ao trabalho também brincava, o que indicava não ter maturidade suficiente para entender algumas dimensões daquelas relações, ou mesmo ser cobrada rigidamente por uma produtividade.

Ainda que pudesse qualificar, passados tantos anos, que “isso eu fazia bem”. Em nossa conversa, quando expôs o valor que recebia mensalmente de R\$90,00 Beatriz riu, quase como se dissesse que o valor fosse cômico, se comparado ao trabalho realizado, sugerindo que era uma quantia muito pequena, apenas simbólica, algo muito próximo à sua indicação sobre os serviços domésticos realizados na casa da família, com o ganho de R\$20,00 por semana, o que daria R\$80,00 mensais, “valorzinho simbólico pra passar o final de semana” (BEATRIZ, 2021). Uma explanação que ganha mais densidade ao avaliarmos o modo como destaca as motivações que a levou às relações de trabalho:

Patricia: e assim Beatriz, por qual razão assim você acha que você começou a trabalhá, foi mais por vontade? Ou tua mãe, teu pai, sei lá... incentivavam você trabalhar assim? Como que era?

³³ A propriedade da família localiza-se na área rural, aproximadamente 3 km do centro do Distrito de São Roque, em Santa Helena-PR.

Beatriz: quando eu era pequena eu queria, eu queria...eu via eles trabalhando e eu falava que “eu também quero trabalhar pra ganhá o meu dinheiro”. Agora é mais por obrigação, por necessidade (risos).

Patricia: é? Mas a tua mãe...por exemplo se você quisesse não trabalhá a tua mãe ia concordar? Ou como que é?

Beatriz: não (risos). Não ia concordá.

Patricia: (risos). Não ia? Porque você acha?

Beatriz: porque aqui na verdade não tem como deixá ela sozinha fazendo as coisas, né? E querendo ou não só ela e meu irmão não dão conta. (BEATRIZ, 2021)

Acredito que a construção de Beatriz permite estabelecer uma organização comparativa sobre momentos rememorados: quando criança “queria” trabalhar, mas no presente aponta que é mais por uma “obrigação, por necessidade”. O paralelo evidenciado pela trabalhadora, requer que pensemos os significados atribuídos ao trabalho que realiza atualmente, associados à situação em que se encontra e suas prospecções para o futuro, bem como que referências de sua trajetória aciona para tais valorações (BEATRIZ, 2021).

Beatriz apresenta valores em sua fala construídos a partir dessas relações que produziu no trabalho com a família. De acordo com ela, essa atividade sempre foi parte das relações que mantinha, uma vez que cresceu em meio a esse espaço. Inicialmente, a família trabalhava para o padrinho (cunhado de sua mãe) e residia no mesmo local que o restante dos familiares, tendo em vista que o local abrangia também a casa dos avós e de outros parentes. Após um tempo, iniciaram a “parceria” onde construíram um outro aviário, já em outro terreno, onde apenas a sua família iria trabalhar, mas de acordo com ela “não era muito viável”, já que os rendimentos de todos os membros da família “não era muito”, totalizando R\$3.500,00 aproximadamente.³⁴

Além disso, tinham que lidar com tensões formuladas naquela convivência, pautada, ao mesmo tempo, por relações de trabalho e vínculo familiar. Como ela mesma destaca: “é que negócio com família não... não dá muito certo, sabe? Então gerava alguns conflitos assim, desconfortável e tal... e, também, que não compensava muito”.

No entanto, em outras situações, trabalhar com alguém da família parece representar certo tipo de proteção, como foi apontado por Elisa (2021), que trabalhava desde os 13 anos e destaca a situação de voltar à noite de bicicleta do serviço:

Patricia: ah, sim. E o que que você acha assim de andar a noite? Você preferia um trabalho durante o dia ou você...

Elisa: é, dá um pouco de medo, né? Ainda mais que tem umas ruas que são mais escuras que não tem tanta luz, daí dá um pouco de medo, né?

³⁴ Valor correspondente a 5 salários-mínimos aproximadamente, no tempo da vinculação do trabalho da família, 2012, quando o salário-mínimo era de R\$622,00.

Patricia: e o que teus pais acham assim de você trabalhar a noite e ter que ir de casa...

Elisa: a minha mãe já falou várias vezes pra mim arrumar outro emprego, né? Tipo na parte da tarde porque tipo ela até mesmo fica preocupada de eu voltar de noite. Às vezes até ela quer me buscar, mas daí como ela trabalha de manhã fica meio ruim pra ela ficar esperando até eu voltar e coisa também.

Patricia: ah, sim.

Elisa: daí eu volto sozinha.

Patricia: ah, mas você diz assim dela ir te buscar lá?

Elisa: sim, que antes ela sempre me levava de carro e ia buscá, né? [...] só que daí ela vai dormir umas 9 horas, daí assim ela teria que esperá eu voltar pra ir dormir.

Patricia: ah, sim. E ela trabalha no que Elisa?

Elisa: lá no restaurante também.

Patricia: ah, lá no restaurante também. E ela faz o que lá?

Elisa: ela faz a limpeza e de tarde ajuda na cozinha.

Patricia: ah, ela também é auxiliar de cozinha, né? No caso. E ela sai mais ou menos que horas assim? Ela entra que horas e sai?

Elisa: de manhã ela entra lá por 7:30 daí tipo volta meio-dia, começa umas 3 da tarde e vai até umas 6 por aí.

Patricia: ata. Então ela sai bem antes que você, né? E você inicia mais ou menos que horário?

Elisa: lá por 6:30, 7 por aí. [...] antes até o meu irmão trabalhava lá daí eu voltava com ele, só que agora ele parou. (ELISA, 2021).

A trabalhadora era, no momento da entrevista, empregada em um restaurante na cidade de Marechal Cândido Rondon, com a função de cuidar das crianças (filhas de clientes) no espaço do restaurante. A jornada de trabalho de Elisa iniciava a partir das 18:30h indo geralmente até às 23:00h, a depender do fluxo de clientes e do atendimento (que poderia chegar até às 24:00h). Um trabalho que também é proibido para adolescentes, conforme as regulamentações legais, tendo em vista que é noturno e, ainda, em um local que dispõe de bebidas alcoólicas.³⁵

No entanto, à revelia dessa proibição, tanto Elisa como seus contratantes e clientes coadunaram com a prática em questão. Para tal atividade, ela recebia R\$1.000,00 e, ainda, o jantar, o que segundo ela “normalmente se eu fosse trabalhá em outro lugar como Jovem Aprendiz eu ganharia em torno de R\$600. É bem [bom]...” (ELISA, 2021).

Para receber tal remuneração, no entanto, incluía também estar ciente de determinados riscos, como andar tarde da noite para retornar para casa, saindo do centro da cidade, onde fica

³⁵ Essas irregularidades estão em desacordo com o Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerando o que for executado no período compreendido entre as 22h (vinte e duas) e as 5h (cinco). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm> Acesso em: 17 de nov. 2021. Bem como, com o item II das piores formas de trabalho infantil (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil - Lista TIP), anexada no Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, onde proíbe trabalhadores menores de 18 anos de idade se envolverem com a venda de bebidas alcoólicas, algo que também compõe o local de trabalho de Elisa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm> Acesso em: 17 de nov. 2021.

o restaurante, até o bairro Boa Vista onde reside.³⁶ O medo que não só ela, mas sua mãe também reconhece, não existia quando seu irmão trabalhava no mesmo local como *bartender* e faziam o caminho de retorno para casa juntos. No momento da entrevista Elisa aponta que para enfrentar esse medo realiza treinos de *Muay thai*, pois de acordo com ela “mais pra tipo se, caso algum dia, tipo, eu precisá me defender, né? Ainda mais como eu volto sozinha de noite do serviço, então meio que uma segurança, né?” (ELISA, 2021).

Definições e decisões difíceis, mas que são avaliadas e conciliadas com o reconhecimento das desigualdades que se explicitam em suas relações e práticas. Pois, retomando o trabalho realizado pela família de Beatriz, quando em 2018 seu padrinho falece, decidem “fazer por conta” e deixar aquela “parceria” com os demais parentes. Uma definição que já vinha sendo avaliada pela família. Então, financiam o aviário, incorporando dívidas que ainda possuíam no momento da entrevista (BEATRIZ, 2021).

Vagner José Moreira (2016), ao discutir os trabalhadores rurais ligados à avicultura no Oeste do Paraná (1970-2013) e o processo pelo qual a produção é realizada industrialmente e não mais artesanalmente e de modo familiar, problematiza essa “parceria”, tendo em vista a referência do termo ao Estatuto da Terra de 1964. De acordo com o autor,

[...] os trabalhadores rurais foram contratados como “parceiros” e recebem uma porcentagem da produção, que oscila entre 10% e 20%; um ou outro caso chegando aos 25%. Os avicultores cogitam os trabalhadores de aviários como “sócios”, mas os “contratos de parceria” dificilmente chegam aos 25% da produção. Desse modo, não pode ser legalmente caracterizado como “parceria” e sim como assalariamento. A relação está situada no campo da legislação trabalhista, constituindo uma relação de trabalho. Portanto, a maioria dos contratos de “parceria” celebrados na região Oeste do Paraná não se parece nada com parceria descrita e qualificada no Estatuto da Terra de 1964. Na verdade, o que se busca são brechas na legislação para burlar e não assumir os custos da produção capitalista no campo e, assim, desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores (MOREIRA, 2016, p. 252).

Relações como as apontadas pelo autor, sobre os trabalhadores da região, correspondem também às relações mantidas entre a família de Beatriz e o padrinho, uma vez que, como outros tantos trabalhadores no campo eram considerados “parceiros” referente aos custos, não havendo nenhuma obrigação com direitos trabalhistas e previdenciários, e também não recebiam 25% da produção, apenas 10%. Desse modo, esses aspectos desiguais que forjam as relações de

³⁶ Boa Vista é um dos bairros da cidade de Marechal Cândido Rondon, a distância aproximada entre ele e o local de trabalho de Elisa é de aproximadamente 2,1 km, o que seria, de acordo com a trabalhadora, em torno de 10 minutos de bicicleta.

trabalho, mesmo entre familiares, causam um desgaste devido a esse sentimento de exploração que paira nesse convívio. Esses são aspectos que parecem ter sido sentidos pelos pais de Beatriz, uma vez que acabaram se desvinculando dessa relação de trabalho, mas não pelo viés judicial, já que o “patrão” além de ser familiar, havia falecido e moralmente essas questões foram levadas em conta.

Em que pese as visualizações dessas relações desiguais pelos trabalhadores, além de certa resistência frente a isso, como a experimentada pela família de Beatriz ao romperem esse convívio e relação de trabalho, há outros campos de possibilidade acionados por esses sujeitos. O litígio judicial também é utilizado pelos trabalhadores no Oeste do Paraná, não somente no tempo presente, mas vemos tais indícios mesmo no processo inicial de expansão agrícola na região.

Nesse sentido, um inquérito policial de 1969 é bastante sugestivo sobre tais contendas. Ele se refere à formulação inicial que compõe uma Reclamação Trabalhista, movida por trabalhadores de uma mesma família, que se uniram para denunciar o patrão frente a relações de trabalho que acreditaram ser injustas e marcadas por intensa exploração. Destaco abaixo, um fragmento da ação movida pelos jovens trabalhadores:

CLÁUDIO SALES e ADÉLIA SALES, brasileiros, menores pueberes, lavradores, solteiros, residentes e domiciliados em Vila Nova, neste Município [Toledo-PR], vêm propor perante V. Excia., a presente reclamação trabalhista contra HELBERT FINKLER, alemão, casado, proprietário, também residente e domiciliado em Vila Nova, neste Município, pelos motivos que passam a expor, para no final requerer:

Foi o primeiro citado CLÁUDIO SALES contratado pelo Reclamado em 26 de agosto de 1965, e, a segunda mencionada, ADÉLIA SALES, em 30 de outubro de 1965, a fim de prestar serviços braçais na propriedade do Reclamado, localizada em Vila Nova, neste Município e conhecida como Fazenda Recanto, recebendo além da paga em dinheiro, moradia em rancho sito na aludida propriedade;

O primeiro percebia a quantia de NCr\$1, 30 por 10 horas de serviços e a segunda NCr\$0, 40, também por 10 horas de serviços, quando foram contratados pelo Reclamado;

Atualmente estava o primeiro percebendo NCr\$4,00 por 10 horas de serviços e a segunda quarenta cruzeiros novos (NCr\$ 40,00), mensalmente;

Além dos vencimentos tinha direito, juntamente com seu pais, que também é empregado do Reclamado, a efetuar o plantio de feijão e milho em uma pequena área reservada pelo fiscal da Fazenda, mas há dias passados foram impedidos pelo referido fiscal, de usar qualquer pedaço de terra para cultura desses cereais;

Acontece que nem sequer férias foram pagas, jamais, pelo Reclamado aos Reclamantes, apesar de terem direito a elas, mesmo em se tratando de trabalhadores rurais, e nem percebiam descanso remunerado;

Assim, o Reclamante CLÁUDIO tem a receber pelo Reclamado:

a) Férias	NCr\$ 300,00
b) Descanso semanal remunerado.....	NCr\$ 384,00
c) Aviso prévio por ter dado motivo a rescisão.....	NCr\$ 150,00
d) Indenização por 4 anos de serviços.....	NCr\$ 600,00
	NCr\$ 1.434,00

Estando a dever o Reclama a Reclamante ADÉLIA:

a) Férias.....	NCr\$ 80,00
b) Descanso semanal remunerado.....	NCr\$ 96,00
c) Aviso prévio por ter dado motivo a rescisão.....	NCr\$ 40,00
d) Indenização por 4 anos de serviços.....	NCr\$ 160,00
e) Diferença de salários, por não estar pagando salário mínimo..	NCr\$ 1.200,00
f) Diferença no descanso semanal remunerado.....	NCr\$ 830,00
g) Diferença na indenização.....	NCr\$ 240,00
h) Diferença no aviso prévio.....	NCr\$ 60,00
i) Diferença nas férias.....	NCr\$ 120,00
	NCr\$ 2.826,00

(PARANÁ, 1969, fl. 2-3)

A presente reclamação, promovida no dia 2 de setembro de 1969, evidencia a historicidade de relações que envolveram de forma expressiva um conjunto de famílias de trabalhadores na região Oeste do Paraná, em que se associam à indicada na fonte anterior, onde houve a contratação de Osvaldo no dia 25 de agosto de 1965, e a contratação subsequente de seus filhos; Cláudio, em 26 de agosto de 1965, e Adélia na data de 30 de outubro de 1965, residentes em Vila Nova³⁷, na cidade de Toledo-PR.³⁸

Valdir Gregory (2008) traça uma discussão de fôlego sobre essa historicidade de crescente ocupação das terras do Oeste paranaense em meados do século XX. A partir do interesse em investigar como se deu a construção de uma “identidade e cultura” de duas gerações de “eurobrasileiros”, o autor primeiramente busca refletir sobre aqueles que vieram da Europa no século XIX para a região Sul do Brasil e, posteriormente, quando seus descendentes se deslocaram para outra territorialidade – Oeste do Paraná – que para muitos deles parecia mais promissora.

Sobre a discussão relativa ao processo pelo qual descendentes de alemães e de italianos que aqui chegaram vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o autor aponta que foram atraídos por empresas colonizadoras que planejaram esse processo de ocupação com a venda e

³⁷ Vila Nova é um distrito da cidade de Toledo-PR. O distrito, em primeiro momento, foi criado pela Lei Municipal n.º 36, de 13 de março de 1954, e chamado de Maripá, passou a denominar-se Vila Nova a partir da Lei Municipal n.º 194, de 30 de maio de 1960, de acordo com IBGE (2017).

Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/historico>> Acesso em 10 de nov. 2021.

³⁸ Toledo é um município que integra o Oeste do Paraná. Possuía a população de 119.313 habitantes no último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população seja em torno de 144.601 habitantes. Elevado à categoria de município com a denominação de Toledo, em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual n.º 790, desmembrado de Foz do Iguaçu, de acordo com o IBGE (2017).

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama>> Acesso em 10 de nov. de 2021.

compra de lotes para os possíveis colonos. De acordo com Gregory, a venda de terras era feita a partir da pequena propriedade familiar, priorizando os colonos descendentes de europeus. Nesse sentido, desde aquele momento o interesse dos gestores das empresas colonizadoras era construir uma memória do lugar associada a essa origem e ascendência, sendo que se tentava excluir (o que ainda hoje se apresenta em disputa) como a presença de outros sujeitos, trabalhadores que aqui já estavam ou que vieram naquele momento, os quais fizeram parte desse processo de constituição das cidades da região.³⁹

Ao pensar sobre isso, retomo o auto processual em questão, pois ele é formulado nessa historicidade. Vemos que o proprietário das terras onde a família de Cláudio e Adélia residiam e trabalhavam era chamado de “alemão” (ou seja, codinome que sugere referir-se à ascendência familiar alemã do proprietário rural). Mas, no que se refere ao território em questão, o distrito de Vila Nova, Gregory vai apontar que o povoamento da sede de Toledo “começou” em 1946, pela atuação da empresa Maripá⁴⁰, sendo que a vila foi inaugurada em 1950. De acordo com ele, “a função das vilas atendia os colonos, cujas residências e instalações se localizavam, e se espalhavam nos lotes coloniais ao redor de cada núcleo urbano planejado, seguindo as estradas pelas quais iam se constituindo as linhas” (GREGORY, 2009, p. 118-119).⁴¹

À revelia dos limites da síntese histórica proposta pelo autor, o que encontramos no inquérito citado é evidência de um momento fortemente marcado por agitações ligadas ao acesso à Justiça por trabalhadores, visando recorrer ao que compreendiam como direitos suprimidos, daquilo que viam como justo, seja em conjunto com a família seja acompanhado de outros trabalhadores. Além, é claro, daquelas reclamações trabalhistas que envolviam somente crianças, adolescentes e jovens a respeito de suas práticas de trabalho.

Durante o processo de pesquisa, acessei uma gama variada de autos que compunham a Vara Cível (já que naquele momento não havia a Vara Trabalhista e demandas dessa ordem também se encontravam nessa atuação processual). Muitos processos como licença para trabalho, pensões alimentícias, crimes sexuais, homicídios etc., foram produzidos por ou contra esses sujeitos, evidenciando a presença e atuação na região Oeste para além dos chamados “eurodescendentes” colonos. Em muitos desses, mesmo que o enfoque não fosse relações de

³⁹ Sobre algumas das controvérsias que compõem esse debate, sugiro a discussão promovida por Freitas e Santos (2017), onde os autores retomam essa leitura dicotomizada e hierarquizante (envolvendo “sulistas” e “nortistas”), bem como as disputas na leitura histórica desse processo no Oeste do Paraná.

⁴⁰ Companhia Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda. - MARIPÁ, foi fundada em 1946, tendo como sede Porto Alegre. Adquiriu, no Oeste do Paraná, as terras da Fazenda Britânia, localizada no que hoje abarca a localidade de Toledo e de Marechal Cândido Rondon (GREGORY, 2009, p. 19)

⁴¹ Essas relações (envolvendo trabalho desde tenra idade e redes de convivência em muitas investigações sobre essa historicidade), podem ser visualizadas, mesmo que indiretamente, já que possuem outras intenções e abordagens de pesquisa, ver em: BACKES (2012), LAVERDI (2005), PAGLIARINI (2009), SANTOS (2016).

trabalho, pude averiguar muitos rastros dessas relações entremeadas a outras práticas de domínio e disputas.

Freitas e Santos (2021) fazem algumas provocações nesse sentido, ao colocarem em questão, a partir “de historicidades estabelecidas no Oeste do Paraná (no decurso da segunda metade do século XX e início do século XXI)” acerca do trabalho infantojuvenil. Os autores, ao se distanciarem de sistematizações “alimentadas pelo axioma trabalho infantil”, ou da leitura que menospreza a potência social desses sujeitos na dinâmica histórica, discutem as ambivalências dessa prática de trabalho de crianças e adolescentes averiguando aspectos e circunstâncias que compõem o modo de vida desses trabalhadores. Partem de documentações como processos cíveis e documentos radiofônicos que indicam rastros de acidentes de trabalho, buscando discutir os sentidos de justiça confrontados mediante essas situações.

Mais do que “meros incidentes” os autores chamam atenção para práticas integrantes de relações firmadas nessa territorialidade, que versam entre naturalidade, surpresa ou perplexidade frente aos resultados trágicos para esses precoces trabalhadores. Sobre as disputas nesse espaço de poder da Justiça, os autores proferem a seguinte afirmação sobre os trabalhadores:

entre os fracassos e frustrações (instiladores da compreensão do peso dos obstáculos que lhes foram fixados), também podem conviver certos sentimentos de conquista e/ou astúcia. Ademais, mesmo quando admitidos como pequenos, determinados feitos podem se revelar suficientemente capazes de conter certas violações, ou mesmo reverter pontos que já pareciam perdidos. [...] Apesar da sujeição e/ou aquiescência para com situações como as que expuseram trabalhadores como Valdomiro, esses sujeitos também afirmavam sua presença na ordenação dessas relações de poder quando expunham suas contestações. Portanto, asseguravam que a desigualdade de forças não determinasse a invisibilidade de suas ações, ou que seus comportamentos morais não fossem tomados como tácita anuência de valores definidos pelos interesses e expectativas patronais. [...] Portanto, sem necessariamente atestar que a “justiça é justa” encontramos um expressivo contingente de ações engendradas por trabalhadores que se fizeram presentes (inclusive como protagonistas) no conjunto das documentações que integravam os desordenados processos cíveis da Comarca de Toledo. Daqueles carcomidos papéis surgiam imagens que expunham contestações e questionamentos a situações envoltas a um tempestuoso campo de pressão. (FREITAS; SANTOS, 2021, p. 383)

A afirmação dos autores me levou a pensar como visualizamos os trabalhadores em nossas pesquisas, tendo em vista que, muitas vezes, apontamos suas ações apenas como consequências de desigualdades, ao passo em que não damos atenção ao modo como compreendem seus enfrentamentos, às construções de caminhos a seguir; o que, em grande

medida, faz com que sejam visualizados a partir da imagem construída pela perspectiva patronal.

A pertinência das discussões propostas pelos autores fez com que eu refletisse sobre como essa decisão de se colocar perante a justiça, pretendendo rever direitos, apresenta-se como parte do campo de enfrentamento social desses sujeitos, ainda na década de 1960. Embora não estejam “organizados”, a luta na justiça é vista por esses sujeitos como possibilidade de ação. Isso me fez questionar a resolução do processo dos irmãos Cláudio e Adélia, bem como a condição de seu pai Osvaldo. O auto foi encerrado mediante acordo com o empregador. O acordo foi estabelecido por uma quantia de NCr\$ 300 para cada um dos trabalhadores, totalizando então NCr\$ 900 para a família, que apesar de ser um valor bem abaixo do solicitado pelo advogado da família, ainda assim pode ser considerado um ganho para esses, tendo em vista que esse valor era, aproximadamente, 7 vezes o valor do salário-mínimo de um adulto naquele momento – que era de NCr\$124,80.

Além disso, parte desse valor foi entregue naquela audiência de conciliação e parte seria entregue posteriormente à saída da família da propriedade do empregador, no prazo de 20 dias. Isso também pode ser considerado como ganho, mesmo que pequeno, pois apesar de não se encontrarem mais empregados teriam algum tempo e renda para se reorganizarem, procurar onde residir e se empregarem.

Analiso que tal arranjo também nos oferece evidências para pensar (aproximações e distanciamentos) sobre as relações narradas por Beatriz (2021), décadas depois desse embate judicial de Cláudio e Adélia. Pois, quando Beatriz destaca que seus pais foram contratados, mas que ela e seu irmão também “ajudavam” na realização do serviço, expõe como organizavam as relações de trabalho, bem como o local onde também residiam. Dessa maneira, o trabalho a todo tempo estava presente como uma obrigação. Beatriz não narra na entrevista se havia construído um acordo com seus parentes ao deixarem aquela atividade, até porque esse trabalho verbalmente acordado com o tio – para que tanto ela quanto o irmão também passassem a realizar serviços envolvendo o aviário – não foi, nem mesmo por ela, apontado como um trabalho de verdade.

Esse modo de lidar com contratação de trabalho de família de trabalhadores, seja propondo um acordo de trabalho aos genitores e, posteriormente, aos seus filhos, como indica a reclamação trabalhista acima, ou mesmo não demarcando um acordo, como na situação de

Beatriz e seu irmão, vemos que o tio “reconhecia” seus trabalhos, pois recebiam um valor como pagamento pelo trabalho, apesar da quantia ser pequena.⁴²

Pensando então essas experiências, como substância do processo histórico, os tópicos destacados pelo advogado da família precisam ser considerados, já que apresenta diferentes direitos a serem recebidos enquanto pagamento pelo patrão. Durante os 4 anos que trabalharam na propriedade ele destaca, férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio etc. Chama atenção quando nos propomos a olhar as quantias que os trabalhadores recebiam que os itens em prol do pai dos trabalhadores se encontram em outro processo, movido em 27 de agosto de 1969, que está referenciado neste.

Então, ao comparar os dois processos observei que o pai, no momento do contrato de trabalho, recebia NCr\$1,70 por 10 horas de serviço e passou a receber, posteriormente, NCr\$4,50 para as mesmas 10 horas de trabalho, além de moradia e uma área de terra para plantio; Já Claudio recebia o valor de NCr\$1,30 por 10 horas de serviços, passando depois a receber NCr\$ 4,00 por 10 horas de serviços; Adélia recebia NCr\$0,40 por 10 horas de serviços e depois passou a receber NCr\$40,00 mensalmente (em torno de NCr\$1,33 por 10 horas). Assim, vê-se a diferença salarial dos trabalhadores, o que evidencia uma relação de poder bastante comum exercida sobre esses trabalhadores e seu potencial exploratório, onde comumente se argumenta que esses trabalhadores “não são completamente trabalhadores” e, por isso, devem receber menos (algo não tão distante de experiências acessadas na temporalidade atual, pois muitas fontes que tomei contato apontavam para esse modo costumeiro de valorar desigualmente o trabalho de crianças e adolescentes – ainda que naquele momento essa prática era sustentada legalmente⁴³).

Vemos como tal prática vai sendo acionada e associada a certas moralidades, como a distinção estabelecida na remuneração entre os próprios filhos, tendo em vista que o garoto recebia mais que a garota, o que indica certa desqualificação do trabalho feminino em relação ao masculino, fomentando condutas morais que legitimam desigualdade de gênero. Questões que constantemente se verifica como uma permanência em transformação, como parte das tentativas de domínio e controle nas relações de trabalho e nas demais redes de convivência que são firmadas/estabelecidas, sendo assumidas até mesmo por trabalhadores.

⁴² Beatriz não menciona o valor recebido pelo irmão, que aos 9 anos também trabalhava em conjunto com ela e os pais. Mas, podemos sugerir, baseado no recebimento do valor do trabalho de Beatriz, que seu irmão também recebia algum valor.

⁴³ Baseava-se na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de 1943, que regulamentava o trabalho dos aprendizes.

Sendo que o salário-mínimo em 1969 para adultos seria em torno de NCr\$124,80 mensal e diária de NCr\$4,16. Já para menores, de 16 a 18 anos, equivaleria a 75% deste e que daria em torno de NCr\$93,60. Para os demais menores de idade e os de 16 a 18 anos sujeitos à formação profissional metódica o valor ficaria em torno de NCr\$62,40⁴⁴.

O que podemos concluir com isso é que a diferença salarial é expressiva entre esses trabalhadores, comparativamente ao salário exercido pelo pai pelas mesmas horas trabalhadas, o que me intriga a pensar as relações apontadas por Beatriz, em relação ao seu salário e dos pais, mesmo que em uma temporalidade diferenciada a desses trabalhadores e, também, considerando que os pais de Beatriz exerciam também outras atividades há um repertório cultural que informa essas práticas de exploração.

Ao buscar discutir os *“Pequenos trabalhadores do Brasil”* (2010), Irma Rizzini faz pensar a constituição do modo de produção capitalista no Brasil, levando em conta experiências de crianças e adolescentes trabalhadores. A autora pautou que o momento de industrialização do país, após a extinção da escravatura, foi um “divisor de águas no que diz respeito ao debate sobre trabalho infantil”, já que aponta como diversas iniciativas privadas e públicas se reorganizaram e tinham interesse nesses trabalhadores, buscando construir artifícios para “preparar” esses sujeitos para o trabalho seja na indústria ou fora dela, justificando esse uso, principalmente, sobre a égide de que o trabalho era a solução para a delinquência, ou seja, um construtor moral desses sujeitos.

Apesar de apontar que esse momento fora “divisor de águas” em relação ao momento anterior de escravatura, sinaliza que a experiência da escravidão, sobretudo no uso da mão de obra de crianças e adolescentes, indicou que esse uso além de conveniente poderia garantir trabalhador considerados “mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho”, o que indica que esse apelo ao trabalho desde muito cedo está demarcado na historicidade de interesses que o fomenta.⁴⁵

⁴⁴ De acordo com os seguintes artigos:

Art. 1º A tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 62.461, de 25 de março de 1968, fica alterada na forma da que acompanha o presente Decreto e vigorará pelo prazo de três anos, consoante dispõe o § 1º do artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Para os menores de 16 a 18 anos, o salário-mínimo será de 75% (setenta e cinco por cento) do estabelecido na tabela referida no artigo anterior. Parágrafo único. Para os demais menores, inclusive os de 16 a 18 anos sujeitos a formação profissional metódica, o salário-mínimo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos valores constantes da mesma tabela.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1969/D64442.html> Acesso em: 10 de nov. 2021.

⁴⁵ Raquel Pereira Francisco (2015) realiza discussões sobre essa temporalidade, mesmo que por outros contornos, tendo em vista que buscou problematizar a “infância pobre, desvalida e trabalhadora” em Juiz de Fora –MG no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, por considerar a “implantação e consolidação” do trabalho livre, do processo de industrialização e de constituição do governo republicano. De acordo com a autora,

Assim, esse material permite pensar confrontações entre empregador e família de trabalhadores, que passa por relações de poder alicerçadas em práticas costumeiras, usualmente acionadas para justificar tais organizações e visão de sujeitos e relações de exploração. Nesse sentido, fiquei me questionando acerca da dificuldade que seria fazer uma reclamação como essas havendo relações de parentesco, como o tio de Beatriz. Isso me fez questionar se a decisão de apenas acabar com a parceria e residir em outro local se deveu ao fato de possuírem relações próximas afetivamente com esse empregador e que os danos advindos de tal tensão e confronto poderiam se expandir para além desse parente em particular, ultrapassando o campo das tensões no convívio com ele.

Algo que possui relação com aquilo que Beatriz chama de situações “desconfortáveis”. Essa avaliação da trabalhadora nos faz olhar para desacordos entre os trabalhadores, e, nessas circunstâncias, entre familiares. Sendo assim, muitos trabalhadores preferem estipular e delimitar limites no que diz respeito a separar as relações de trabalho dos vínculos de parentescos e afetivos por reconhecer que será difícil experimentar tais relações sem estar permeada de sentimentos de exploração e abusos trabalhistas. No entanto, mesmo que esse seja um propósito ideal nem todos se distanciam efetivamente de tais redes de relação, uma vez que continuarão trabalhando em família. A adolescente apresenta esse desconforto como expressão de significados em relação ao trabalho de anos atrás (por volta de 2012), mas tais sentidos e rememorar trazem incômodos para mim ao pensar sobre como vivia no momento da elaboração dessa memória e como isso se conectava à prática experimentada anteriormente (BEATRIZ, 2021).

Em outro momento da entrevista, vai narrar que seu trabalho e de seu irmão eram essenciais para proporcionar subsídios para a família, sem eles a mãe (a então administradora do aviário) teria que contratar outro trabalhador, o que provavelmente despenderia maiores custos do que empregar os filhos – sem custos trabalhistas e com baixos valores a serem pagos. Porém, ainda que se justifique por essa razão, essas relações não deixam de ser permeadas pela controvérsia das atividades realizadas desde tenra idade.

MARIN et al. (2013), ao discutirem o trabalho infantil na agricultura familiar, na produção de tabaco em Agudo-RS, propõe analisar a “perspectiva das famílias”, acerca das

nesse momento, as classes dominantes buscavam reorganizar o controle social sobre as classes populares. Então, no que se refere ao trabalho infantojuvenil, o vínculo tutelar se materializa como mecanismo de dominação. Embora pautada em documentos produzidos “pelas classes dominantes”, ela procurou identificar as “vozes dos menores” e de seus familiares, as quais muitas das vezes indicavam resistências frente a essas tentativas de dominação, seja através das fugas e abandono de tutores e abrigos, além de solicitações de familiares para tentar reaver seus filhos, denúncias contra tutores e empregadores por maus tratos, entre outros.

atividades desempenhadas por esses sujeitos. De acordo com os autores, por meio de questionários e entrevistas, dialogaram com 27 agricultores familiares fumicultores, que possuíam filhos menores de 18 anos de idade. Com essa pesquisa, foi possível aos autores identificar concepções em relação a esses trabalhos desempenhados pelos filhos, prevalecendo a noção de “ ‘ajuda’, forma de socialização e formação dos herdeiros. Portanto, os pais não concordam que se trata de uma forma perversa de exploração do trabalho dos próprios filhos” (p. 763), concluindo que

[...] o estudo demonstrou que existe um confronto entre as concepções sobre a infância e trabalho expressas nos documentos legais e as compreensões historicamente construídas pela cultura transmitida pelas famílias de agricultores. Em Agudo, os agricultores percebem o trabalho da criança como “ajuda” e não como “trabalho infantil”, que precisa ser proibido em lei. Sob essa perspectiva, o trabalho das crianças tem um caráter educativo das novas gerações, como parte integrante dos processos de socialização, de formação para a vida e de preparação dos futuros herdeiros. Eles entendem que ensinar a trabalhar é uma atribuição primordial dos pais, ao mesmo tempo em que o trabalho é um valor que deve ser transmitido aos filhos, como um legado. Por estes motivos, os pais estão perdendo o seu papel de educadores dos próprios filhos, uma vez que o trabalho sempre foi elemento central nos modos de vida dos agricultores familiares de Agudo. Isso significa que a família está perdendo seu papel histórico na socialização das crianças pelo trabalho, enquanto a instituição escolar adquire maior importância na educação dos filhos dos agricultores. Por estas razões, os agricultores fumicultores criticam a legislação que protege as crianças e adolescentes e que desautoriza a educação proporcionada pelas famílias. Compreendem que, atualmente, os agricultores familiares têm consciência de proteger os filhos dos trabalhos pesados, para não prejudicar-lhes o desenvolvimento físico e mental, diferente das condições em que foram submetidos em suas infâncias. (MARTIN et al., 2012, p.783-784)

Os autores parecem compreender a impossibilidade de aproximação entre os entendimentos apontados pelos agricultores e o que as leis vão (ou pelo menos deveriam) indicar, ou seja, a visão de que essas relações são inapropriadas para crianças e adolescentes, tendo em vista que essas atividades são exploratórias. Acredito ser importante demarcar que a condição de exploração não impede que ela seja compreendida pelos sujeitos como meios de “socialização” ou “formação”, tendo em vista que os modos de vida e valores dos trabalhadores são construídos mediante tessituras desiguais. Nesse sentido, é mediante isso que a organização familiar também é construída.

Com isso em mente, podemos retomar a experiência de Beatriz, quando se refere ao trabalho de seu irmão Augusto (de 18 anos), que auferia renda através de meio período de

serviço em uma fábrica de cerâmica⁴⁶; além de compreenderem que a família passava por dificuldades financeiras. Já Beatriz embolsava o valor de R\$500,00 mensais, importância que procurava poupar, como detalha no fragmento a seguir:

Patricia: [...] e você geralmente utiliza esse dinheiro pra quê Beatriz? [...]

Beatriz: agora eu tô guardando todo o dinheiro, não tô gastando nada (risos). [...] eu tô guardando tudo pra comprar uma moto (risos). [...] na verdade [...], o dinheiro que eu gasto é dos finais de semana que eu limpo casa, que eu limpo casa aqui e tem a casa da minha avó também. Daí esses dinheiros que eu ganho assim.[...] esses eu uso pra gastar, mas geralmente eu guardo também [...]

Patricia: e aí como que é assim...é... você também trabalha assim limpando a casa de vocês e a casa da sua avó...assim você recebe mais um outro valor ou pra adicionar a esse? Ou como que é?

Beatriz: sim, da minha casa sim. Na casa da minha vó, na verdade, eu vô começá esse mês que vai vir agora. [...] daí lá eu ainda não tô recebendo nada.

Patricia: ah, entendi. E aí na casa de vocês [...] quanto que você recebe?

Beatriz: ah, daí é só um valorzinho simbólico pra passar o final de semana, né? (Risos) que é 20,00 por semana.

Patricia: ah, sim. E aí você...você limpa assim a casa Beatriz e... você tem algum dia específico pra limpar...pra fazer alguma coisa...ou você vai fazendo o servicinho assim todo dia um pouco?

Beatriz: é... no sábado de manhã, geralmente. Daí faz um geralzão...[...] daí tipo no meio da semana, né? Sempre tem alguma coisinha pra ir fazendo, né? Mas...[...] geralmente é no sábado de manhã.

Patricia: e daí como que é? Que tipo de serviço assim Beatriz? É... limpá o chão? Limpá louça, esse tipo de coisa?

Beatriz: é. Sim. A louça, na verdade, é todo dia, né? (Risos) [...] então não é só... só no sábado, mas no sábado a gente... aqui... é que a gente divide a casa em dois, né? Pra limpá. Aqui pra dentro, na área dos quartos... é que assim, a casa é meio grande...[...] tem que dividir...[...] a sala, daí tem os 3 quartos e daí a gente só tipo limpa os móveis por cima e o chão a gente passa pano. Aí a cozinha, o tablado, a lavanderia, o outro banheiro e os piso de fora a gente joga água em tudo. [...] então tem todo o serviço de limpá os móveis por cima e... limpá as cadeiras, erguê...levá pra fora... mover os móveis, né? Pra limpá... é tudo, né? Jogando água [...]

Patricia: e aí você mesma que limpa as duas partes ou o quê?

Beatriz: não, daí a minha mãe faz a parte de dentro, eu ajudo algumas coisas, né? [...] aí lá fora eu faço [...] da cozinha pra fora. Jogar água...

Patricia: ah, sim. Mas daí quem escolheu essa divisão assim Beatriz? Foi você? A tua mãe? Ou vocês decidiram juntas assim?

Beatriz: não... na verdade foi algo assim que aconteceu natural, sabe? Nós sempre fazia tudo junto e daí foi indo até que ficou assim.

Patricia: sim...e teu irmão assim? Ele ajuda também na limpeza de casa? [...]

Beatriz: não (risos). Meu irmão não ajuda nada.

⁴⁶ Dentre os materiais analisados durante a investigação, diversas evidências indicaram que na dinâmica da região Oeste as olarias se constituíram em espaços de iniciação de crianças e adolescentes onde, muitas vezes, trabalhavam junto com os pais, ou mesmo, por residirem em vilas operárias das cerâmicas em que constantemente contava com a presença e o trabalho eventual desses sujeitos. Atualmente, esses postos de trabalho ainda se mantêm como campo de visualização desses sujeitos, ainda que de forma mais restrita.

A fábrica de cerâmica em que o irmão de Beatriz era empregado possui a distância de aproximadamente 1 km da casa da família. Naquele momento, o trabalhador manuseava a máquina responsável por cortar tijolos, a Maromba, mas já havia realizado outras funções na mesma empresa, como o processo de carga/descarga de produtos.

Patricia: não? E porque assim você acha que ele não ajuda?

Beatriz: porque ele é um preguiçoso (risos). Ele não... ele não gosta dessas coisa. (BEATRIZ, 2021)

Ela nos dá uma imagem de suas expectativas aos resguardar seus rendimentos para comprar uma moto. Tal anseio informa o desejo de poder se locomover para fora do sítio, ampliando suas possibilidades de trabalho, ou mesmo seus espaços de sociabilidade, algo que naquele momento da entrevista se encontrava mais restrito devido à distância e ter que depender de caronas.

Beatriz dá destaque também para outros trabalhos que estava desempenhando para tentar efetivar tal objetivo mais rapidamente. Já que, com esses outros serviços desempenhados como serviços domésticos em sua própria casa e as faxinas que realizaria a partir daquele momento para a avó, poderia utilizar esse dinheiro para manter as despesas ocasionais dos “finais de semana” e outras sociabilidades. Mas, narra que geralmente acabava economizando esse valor também, pois, por estar namorando, suas práticas de lazer fora de casa se reduziram, algo que quando estava solteira ia em lanchonetes e festas com os amigos com maior frequência.

Interessante notar que Beatriz constrói várias formas para buscar arrecadar dinheiro, mas que estão vinculadas às suas redes de parentesco. Em outro momento da entrevista, quando responde à minha pergunta sobre como ela e seu irmão convivem, ela constrói a seguinte elaboração:

Patricia: (risos) e vocês dois convivem bem Beatriz? Você e seu irmão?

Beatriz: mais ou menos.

Patricia: é? Tem alguns conflitos?

Beatriz: é...é que ele é uma pessoa bem difícil. E eu também não sou muito fácil (risos), [...] mas ele é mais difícil (risos).

Patricia: mas por conta de serviço assim, vocês não briga?

Beatriz: [...] as vezes eu tenho que dá uns esporro nele pra vê se ele se acorda pra vida e larga de preguiça (risos). Mas, tirando isso...(risos).

Patricia: mas assim por ele não te ajudá em casa e tal? Por não ajudá sua mãe em casa, vocês não brigam por isso? Ou briga?

Beatriz: briga...mais minha mãe do que eu. Porque daí eu posso tirá vantagem disso (risos). Ele não gosta de lavá os calçado dele, daí eu falo “passa 20 pila eu lavo” (risos).

Patricia: (risos) entendi. Então você tem costume de fazer as coisas...de fazer as coisas que ele tem que fazer e pedir dinheiro? Seria isso?

Beatriz: é. Eu faço isso (risos). [...] minha mãe bobinha não faz...

Patricia: é? E ele concorda?

Beatriz: ele concorda. Ele paga (risos).

Patricia: é? (Risos). Entendi. E você acha assim que ele num... não faz serviço porquê?

Beatriz: por preguiça mesmo.

Patricia: é?

Beatriz: uhum.

Patricia: mas você acha assim por ele ser homem e tal ele...você acha que ele não faz serviço porque ele não acha também que sei lá não é obrigação dele, alguma coisa assim? Ou como que você vê?

Beatriz: é. Na visão dele ele fala que isso é serviço de mulherzinha. Aii...meu Deus do céu...

Patricia: (risos). E o que que você acha disso assim?

Beatriz: eu acho que ele é um...não quero falá a palavra (risos). Mas, cara, eu tirando proveito ele pode falá o que ele quisé. (BEATRIZ, 2021)

Queria destacar aqui nesse trecho que Beatriz ao realizar diferentes trabalhos a fim de conseguir dinheiro para conquistar sua moto mantém uma relação de tensão com o irmão que não auxilia nos serviços domésticos, sendo que esse ficaria por conta dela e da mãe (em uma associação direta entre trabalho doméstico e trabalho feminino). Interessante perceber ainda que esses atritos com o irmão também acionam as moralidades que seu irmão elabora, utilizando de valores como “serviço de mulherzinha” ao se referir aos trabalhos domésticos, para se colocar e justificar o fato de não ajudar, como destaquei no início desse capítulo. Essa moralidade tenta estabelecer uma relação de poder sobre as mulheres da casa, no entanto, os significados produzidos por Beatriz sobre essa postura do irmão são bastante importantes para compreender essas relações.

Sobre essa discussão, Carla Cecília Serrão Silva em sua dissertação, *“Trabalho infantil doméstico: perfil e vivências de meninas trabalhadoras em São Luís”* (2009), buscou questionar o trabalho infantil doméstico como “ajuda”, mediante dados levantados sobre essas atividades que demarcaram um recorte de gênero no município. Através de questionários, distribuídos no ano de 2006 em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís, tentou traçar um “perfil socioeconômico” e “elementos característicos” de meninas trabalhadoras domésticas. Embora não deseje traçar um perfil dos sujeitos da pesquisa, acredito que a produção faz pensar muito sobre as recorrências de meninas nesse trabalho (que muitas vezes se relaciona a cuidar de outras crianças, limpar, cozinhar etc.) e, também, a dificuldade do reconhecimento dessas práticas como trabalho, bem como a intensa exploração perante a visão de empregadores, trabalhadores e algumas instituições de combate ao trabalho de crianças e adolescentes. Essa percepção, ganha maior lastro porque, majoritariamente, caracteriza-se sem vínculo empregatício e baixa remuneração, assim como a associação de que esse trabalho doméstico é depreciado, assim como sua caracterização como trabalho feminino.

Ainda acerca do trabalho doméstico a dissertação de Rafael Vicente de Moraes *“A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)”* (2007) buscou fazer um parâmetro das abordagens e escolhas temáticas sobre o

trabalho infantil e apontou que a produção sobre o “trabalho infantil doméstico” (tal qual aquelas que englobam as relações de gênero) são mais escassas. Isso sugere que mesmo no espaço acadêmico esse tipo de trabalho não é visto como relevante (ou tão relevante) no modo e com as discussões que consideramos ser pertinentes evidenciar.

Beatriz narra, nesse sentido, o uso dessa moralidade em favor próprio. Sendo que, aceita por vezes a condição de subjugada a realizar tais tarefas para usufruir dessa relação com o irmão. Ao dizer que não o confronta em relação a seus valores – que indicam que o trabalho doméstico se refere a mulheres – narra como usufrui desse princípio, solicitando dinheiro para realizar as tarefas que, em tese, a mãe de Beatriz separava para que o filho realizasse.

Quando Beatriz nos indica que “a minha mãe bobinha não faz” vai evidenciar uma discordância com as atitudes da mãe que, aparentemente, pressionava o filho para realizar tais atividades, pelo menos no que se refere a limpar seus calçados. Vale pensar ainda por quais razões essas práticas são diferenciadas entre elas, ainda que almejassem ver Augusto realizando essas atividades. Acredito que isso se deve ao fato de que a mãe estava numa condição em que tentava exercer pressões a partir da sua condição materna, aguardando um referendo afetivo que o levasse a cumprir as tarefas indicadas. Já Beatriz talvez utilize dessas tensões, que aparentemente nos indicam submissão e concorrência, porque não possui nenhum poder pré-estabelecido nas relações familiares para exercer em relação ao irmão, mas consegue “negociar” com ele tal pendência, solicitando dinheiro para realizar as tarefas diárias sob incumbência do irmão – conseguindo que ele considere que era sua obrigação realizar tal atividade e, por não fazer, precisa pagar por quem a faça. Ao indicar que a mãe “é bobinha”, sugere que a mãe poderia usufruir financeiramente dessa relação também. Nesse sentido, ela decide agir de uma forma que a favoreça monetariamente, ainda que isso sinalize um menosprezo moral.

Relações próximas a essa podem ser vistas em algumas fontes que acessei no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Pato Bragado-PR⁴⁷, como essa:

Identifica-se, ainda, que Ângela e Rodrigo possuem dificuldades para impor limites a Mariana e Hugo, então, foi explicado para Ângela novas formas das quais pode agir em relação as crianças, por exemplo eles não tem uma responsabilidade pré-definida em casa, sendo que quando fazem, ela os paga; Hugo tem acesso livre ao celular e não quer estudar, não há nenhuma intervenção eficaz; utilizam castigo físico...dentre outros comportamentos parentais inadequados (PATO BRAGADO, CREAS, 2020, fl. 3)

⁴⁷ Pato Bragado é um município que integra o Oeste do Paraná. Possuía a população de 4.822 habitantes no último Censo (2010). O mesmo órgão estima que em 2021 a população seja de 5.755 habitantes. Foi reconhecido enquanto município com a denominação atual em 18 de junho de 1990, através da Lei Estadual nº 9299, sendo desmembrado do município Marechal Cândido Rondon, de acordo com o IBGE (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-bragado/historico>> Acesso em 10 de nov. 2021.

O trecho acima se refere a uma ficha de descrição de atendimentos produzida pelas funcionárias do CREAS em relação à família de Ângela e Rodrigo. Entre as tantas páginas anexadas a essa ficha constam que o casal além dos próprios filhos também possui a guarda dos sobrinhos Mariana (11 anos) e Hugo (13 anos), mencionados na citação acima. A responsabilidade sobre as crianças se deve ao abandono da mãe e a dificuldade do pai em cuidar delas.

Assim, os atendimentos geralmente giram em torno das crianças e das necessidades que a família possui. Nesse caso, o atendimento que construiu a presente anotação foi feito com Ângela em 17 de junho de 2020 durante a pandemia, onde a assistente social busca construir uma imagem de Ângela e Rodrigo a partir do que os trabalhadores narram sobre os cuidados e dificuldades com os sobrinhos. Nessa narrativa apresentam os conflitos com as crianças, tendo em vista que não obedecem a tia.

A assistente, ao produzir o comentário, aponta diferentes elementos para justificar os “comportamentos parentais inadequados”, como livre acesso ao celular, castigo físico e uma “não responsabilidade pré-definida em casa, sendo que quando fazem, ela os paga”. Algo que é interessante perceber, tendo em vista que Mariana e Hugo para realizar as tarefas domésticas tentam conseguir algum dinheiro da tia, caso contrário não realizam (PATO BRAGADO, CREAS, 2020, fl. 3).

No entanto, precisamos apontar que a narrativa da assistente nesse caso, possui um lugar de produção distinto de Beatriz durante a nossa conversa, a funcionária do CREAS apontou esses trabalhadores de uma outra posição, de um lugar onde – ainda que a trabalhadora tenha condição de avaliar e orientar certo campo de visão sobre esses sujeitos, quando destaca “combater” “comportamentos parentais inadequados” e a tentativa de conduzir esses trabalhadores a práticas de regramento e controle, acaba aceitando o lugar de mediadora institucional de interdições e vigilância sobre o modo de vida de trabalhadores que se relacionam com o órgão. Contraditoriamente, exercitam a acolhida de pleitos desses sujeitos, assim como exercem um crivo sobre suas práticas e valores, propondo não só alternativas aos seus dramas, conflitos e denúncias de direitos inassistidos, mas almejando regular o como vivem e devem viver a partir de suas valorações, não só indicações institucionais.

Assim, o trabalho desde a tenra idade se refere a uma prática historicamente constituinte dos modos de vida dos trabalhadores, problematizado por muitos pesquisadores, com interpretações e referenciais distintos. Muitos dos autores que tive contato, privilegiavam as peculiaridades em ser criança e adolescente e questionavam as concepções “adultocêntricas”

dessas relações. Para esses, visões sobre “infância” e “adolescência” em diferentes momentos históricos se destacavam e tinham como foco expor as relações de poder entre esses sujeitos e os adultos. Muitas dessas concepções, respaldam-se na aproximação com autores como Philippe Ariès, autor que investigou o surgimento do “sentimento de infância”, a partir do fim do século XVIII, momento que para ele essa categorização é assumida pela criança e a família nas sociedades industriais. A investigação do entendimento desse sentimento é desenvolvida na obra *“História Social da criança e da Família”* (ARIÈS, 1981).

Pode-se dizer que a recepção das produções de Ariès no Brasil influenciaram pesquisadores que se debatem com temáticas relacionadas às crianças, adolescentes, família, entre outros. Dentre alguns autores que possuíam essas preocupações estão Mary Del Priore e Marcos Cezar de Freitas. A obra organizada por Del Priore *“História das Crianças no Brasil”* (2010) reúne reflexões sobre a historicidade de alguns problemas sociais pertinentes às crianças e adolescentes como o trabalho, as políticas públicas, a criminalidade. Do mesmo modo que *“História social da infância no Brasil”* (2016), organizado por Freitas, também concentra algumas leituras que se referem a esses sujeitos, como a Roda dos Expostos, o abandono, a institucionalização, escolarização etc.⁴⁸

Essas concepções contribuíram para pensar como esses sujeitos são tratados na pesquisa histórica dando certa visibilidade e protagonismo a eles. Além disso, apontam a importância do social, onde se configuram “infâncias” no plural (uma vez que a experiência dos trabalhadores seria bastante distinta entre eles e classistamente).

Se retomarmos as discussões envolvendo Beatriz, o vínculo de trabalho atual da adolescente consistia nas somas de seu trabalho, do irmão e, ainda, de sua mãe, tendo em vista que na entrevista a trabalhadora narra que o pai realizava as funções na propriedade, mas que devido à separação conflituosa ocorrida entre ele e a mãe de Beatriz, 5 meses antes de nossa entrevista, o pai deixou a residência da família e, também, a realização das atividades no aviário. Em razão da separação, a família reorganizou as funções, pois o irmão de Beatriz já não trabalhava mais com a família, e sim, em uma indústria de cerâmica, após esse evento teve de conciliar ambas as atividades (aviário pela manhã sem remuneração e cerâmica à tarde).

No entanto, a expectativa do irmão é retornar a trabalhar o dia inteiro na empresa, pois de acordo com Beatriz “na verdade tá trocando o dono da cerâmica e ele ofereceu um salário muito bom pra ele trabalhá o dia inteiro, aí ele vai aceitá”. Ela destacou que é uma proposta que

⁴⁸ Muitas outras produções podem ser aproximadas com essa concepção, que prioriza entendimentos “coletivos” e/ou hegemônicos sobre a infância, adolescência, juventude e família. No entanto, destaco esses autores pois tiveram grande repercussão no Brasil sobre tais debates.

nem ela mesma recusaria. Nesse sentido, o valor, nesse momento, falou mais alto, do que ficar se dividindo entre os dois trabalhos para ajudar a família, sendo que “daí, a gente vai ter que achá um peão pra trabalhar aqui... meio período, né? Que seja...” (BEATRIZ, 2021).⁴⁹

Quando pergunto da relação com o pai após a separação e se o pai auxilia economicamente a família, Beatriz aponta uma condição desfavorável no momento, ela aponta outras tensões “não, na verdade ele tá tirando”, pois de acordo com ela, o pai vai residir em Santa Catarina e, por isso, está solicitando a parte dele da propriedade e dos bens da família “Então, ele meio que ameaça a gente, que ele não vai na justiça pegá metade, mas ele qué dinheiro... então, ele... a gente vai ter que vender um pedaço da terra pra dar esse dinheiro pra ele” (BEATRIZ, 2021). No entanto, a pensão que deveria pagar para Beatriz ele não paga e, de acordo com ela, pela seguinte motivação:

Beatriz: porque assim é... eles não... tipo assim, eles não quiseram fazer a separação no fórum com juiz essas coisa, porque ia gastar muito dinheiro...[...] é... essas coisa é muito cara... então eles resolveram fazer no... no cartório. [...] só que daí, pra poder fazer no cartório, não podia ter filho menor de idade, tipo, então por isso que eu fui emancipada. Então tipo como eu não sou... tipo, perante a lei, eu não sou mais menor de idade, então ele não paga pensão. (BEATRIZ, 2021)

Nesse sentido, os trabalhadores construíram um modo mais barato para realizar a separação, mas ao fazer isso tiveram que emancipar a adolescente. Isso faz com que pensemos as alternativas construídas por trabalhadores ao tentarem, diante da percepção de sua realidade, como poupar gastos e resolver problemas por meio ou não da lei. No entanto, ao passo que isso ocorreu, o pai de Beatriz se desobrigou de pagar pensão para a adolescente, pois ele não era obrigado, judicialmente, a fazer isso. Essa condição faz com que eu pense sobre como os trabalhadores não tem uma posição fixa sobre o uso da lei, mas a acionam ou se afastam dela articulando, quando possível, às suas expectativas. Algo que ocorre também quando o pai de Beatriz, de acordo com a trabalhadora, ameaça ir à justiça como parte de seus argumentos para conseguir alguns dos bens da família: “Ele não quer dividir meio a meio, por causa é... que ele fala assim que ele quer deixar pros filho viver bem... não sei o que... e também porque tem muita dívida. Então se ele tirá metade, o que vai sobrar pra gente sobreviver, né? [...] ele vai lascá com todo mundo (risos).” (BEATRIZ, 2021).

⁴⁹ Relações como essas onde trabalhadores rurais contratam outros trabalhadores informalmente para auxiliarem em suas propriedades ocasionalmente serão destacadas em outros momentos da produção dessa dissertação. Mas, vale ressaltar, que dois de meus entrevistados trabalham nessas condições, Caetano (2021) e Bernardo (2021).

Com todas essas questões Beatriz diz que “fica triste” pelas atitudes do pai. No entanto, ressalta que não vê tanto problema se ele ajudar com as coisas que ela pedir, por exemplo, custear a carteira de motorista. Diante disso, Beatriz analisa tal realidade e tenta articular estratégias para conseguir seus objetivos junto ao pai, mesmo sem uma pensão definida. Uma vez que, quando pergunto sobre o novo estado de moradia do pai e como é distante da casa da família, ela responde o seguinte, “o bom que ele não fica aqui incomodando”.

Ao destacar isso, ela fala também que se dá bem com o pai, mas não quer uma relação próxima, por ser complicada a situação. Acredito que se refira às traições amorosas do pai em relação à mãe e que isso a fez repensar o seu relacionamento com o pai, porque sua mãe “tá sofrendo muito com isso”, então “ela tá fazendo isso pra ela não precisar mais ter que conviver com ele”, ou seja, vai aceitar dividir os bens para conseguir que ele vá embora e fique longe da família. Nesse sentido, essas dificuldades amorosas acarretam mais custos, diminuição de bens e novas reorganizações da família acerca do modo como vivem e se relacionam, bem como o modo como administram vínculos e afetos. Soma-se a isso, as dívidas com o aviário e dificuldades em se manter no meio rural, quando não se é um proprietário familiar sem capital para investimento (BEATRIZ, 2021).

Esses conflitos envolvendo filhos, bem como separação dos pais, é um conflito visto por mim em diferentes fontes e em diferentes temporalidades que abarcam a pesquisa e fazem pensar sobre a reorganização da família frente a isso. Destaco um auto de meados da década de 1970 sobre a questão de Ação de Alimentos ou Pensão Alimentícia. Nessa passagem, o pai das crianças recorre do processo que Luzia Barreto (sua ex-esposa) move contra ele:

EVERALDO JARDIM, já qualificado nos Autos da Ação de Alimentos que lhe move LUZIA BARRETO, também qualificada, vem em CONTESTAÇÃO dizer e requer o que se segue:

h- Pretende a A. pensão alimentícia para os seus filhos menores, pois que para si não há o que se cojitar uma vez que não existe casamento entre ambos.

b- No dia 13 de dezembro de 1975 quando o casal já não mais se entendia e não possuía condições de morar sob o mesmo teto foi efetuado um acordo entre ambos no qual o Contestante se comprometia de dar-lhe a título de pensão alimentícia a importância de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por mês enquanto os filhos estivessem na companhia da A.

c- Acontece que sete dias após o acordo dois dos filhos foram par junto de seus avós em São Francisco, Distrito de Cascavel, lá recebendo um lar sadiu, além de toda a assistência e educação necessárias o que não possuíam em sua casa.

d- Logo após a filha mais velha foi para a casa da irmã da A. em Coronel Vivida, onde permanece até hoje, sendo que os outros dois filhos retornaram tão somente no início deste mês e o outro há mais de quatro meses se encontra trabalhando e morando com o sr. Inácio Pereira na cidade de Palotina.

e- Durante os meses de dezembro de 1975 e janeiro de 1976 a A. recebeu de alugueres a importância de Cr\$ 1.460,00 (hum mil e quatrocentos e sessenta cruzeiros) conforme documentos anexos, sem que tivesse direitos uma vez que não possuía a guarda dos filhos – além do dinheiro fornecido diretamente conforme recibos.

f- A. A. mantém vida irregular, tendo inclusive sido detida por 24 horas na Delegacia local por sua vida de “mariposa” em sua própria casa conforme certidão anexa por queixa de seus vizinhos.

g- Costumeiramente a A. rejeita os alimentos comprados por seu companheiro ou seus filhos jogando-os fora alegando serem deteriorados, tendo inclusive vendido feijão a terceiros.

h- A. A. não reúne condições morais e psicológicas para permanecer na guarda e educação dos filhos.

Dito isto

Requer:

Seja julgada improcedente a Ação em seu total e seja confiada a guarda dos filhos aos familiares tanto do varão como da mulher que os aceitam e se comprometem da educação para evitar-se dissabores futuros. Protesta pelo depoimento pessoal da Autora. (PARANÁ, 1975, fl. 2)

O trecho, datado de 16 de fevereiro de 1976 (embora o processo tenha iniciado em 1975), produzido em Palotina-PR⁵⁰, destaca algumas argumentações do pai das crianças, a fim de desmoralizar a ex-esposa e, ao mesmo tempo, ganhar o processo para não efetuar o pagamento da pensão. Nesse caso, é algo feito formalmente através da Justiça enquanto local de litígio de tais tensões.

Ao tentar desqualificar a genitora de seus filhos, anexando inclusive o relato de uma vizinha de Luiza (depreciando-a), onde dentre outras argumentações, aponta que seus filhos estão sendo cuidados por parentes e conhecidos, e não pela mãe. Isso diz muito sobre as alternativas construídas por esses trabalhadores para cuidarem dos filhos, organizando arranjos na casa de parentes, situação em que a maioria dos filhos do casal se encontram, ou na casa de conhecidos em troca de trabalho, como um dos filhos que reside na casa de seu empregador (o qual inclusive se apresenta como testemunha do genitor nos autos). Isso me faz questionar a permanência destes nessas casas (de parentes e conhecidos), tendo em vista que, como foi anteriormente discutido, a convivência com os pais supõe obrigações e atitudes submissas que envolvem um trabalho, nesse sentido, pode-se sugerir que isso ocorria, também, nessas acolhidas das crianças/adolescentes, mas que é dimensionada e regrada conforme os interesses

⁵⁰ Palotina é um município que integra o Oeste do Paraná. Possuía a população de 28.683 habitantes no último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população seja em torno de 32.389 habitantes. Elevado à categoria de município em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual n.º 4245, desmembrado do município de Guaíra, de acordo com o IBGE (2017).

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/panorama>> Acesso em 10 de nov. de 2021.

de quem acolheu essas crianças, onde o foco dos adultos é resolver suas pendências e custear essa acolhida de forma que lhe seja satisfatória.

Assim, surgem no judiciário questionamentos sobre a condição de mãe e cuidadora dos filhos, destacando valores em relação ao “dever”, como mulher, para que demandasse zelo com os filhos. Algo que não é exposto da mesma maneira com o genitor, apesar de que ele também, ao que tudo indica, não convivia com os filhos, nem mesmo assegurava a subsistência deles. E, pelo que constam nas evidências, não possuía a intenção de cuidar dos filhos, mas o propósito de não ser obrigado pela justiça a pagar a pensão.

Acredito que elementos trazidos à tona pelo fragmento, são valiosos para pensar a materialidade de questões que envolvem a separação de genitores trabalhadores quando existe a presença de filhos e como a questão do vínculo afetivo está entremeadada a toda a organização da vida desses sujeitos. A tensão moral é acessada para os adultos resolverem suas questões e sobrevivência, bem como a menção aos filhos ocorre, em grande medida, apenas para compor um dos mecanismos para angariar coerência e aprovação frente à disputa que estabelecem e gastos financeiros advindos dessa separação.

Ao pensar tais relações, que interferem no convívio e definição das relações familiares, não é somente por conta do trabalho que as tensões entre esses trabalhadores se intensificam, como observado nos processos de separação de pais e guarda dos filhos, mas, também, em outras ocasiões, como aquelas que dizem respeito à convivência com novas constituições familiares após separações. Isso é o que Elisa, de 16 anos, residente em Marechal Cândido Rondon-PR, destaca em nossa conversa em 2021:

Patricia: e ele não...ele [filho do padrasto] não quis mais morá lá [com sua mãe]...ou por que que ele veio morá com vocês assim?

Elisa: é que assim... antes. morava ele e a irmã dele com a mãe dele, né? Aí aconteceu uns problemas em relação a filha dele e o padrasto dela, né? Que aí eu acho que ele abusô dela, aí ele tentou tirá as 2 crianças da ex-mulher dele, né?

Patricia: uhum.

Elisa: aí a menina e o piá veio morá com a gente só que daí agora a menina quis voltá com a mãe dela e ele não quis. (ELISA, 2021)

No trecho acima Elisa destaca as motivações para o filho de seu padrasto, Maicon, também de 16 anos, residir com eles (Elisa, sua mãe, padrasto e irmã de Maicon) há aproximadamente 1 ano, já que anteriormente morava com a mãe em outra cidade. Elisa indica que o principal motivo seria o abuso que sua irmã (de 14 anos) sofreu do padrasto e dessa forma o pai do adolescente resolveu solicitar a guarda dos mesmos e os trouxe para residir com a

família (processo que ainda estava em andamento e sem resultado definido até o momento da entrevista).

Com isso, percebe-se que enfrentamentos como esses, impulsionam modificações no modo como esses convívios se fazem, tendo em vista que além de saírem da residência em que moravam, passando a residir inclusive em outra cidade, desfazem vínculos anteriormente construídos. A partir da narrativa de Elisa, Maicon parecia estar ressentido com a mãe pela situação e não quis retornar para sua casa. E, apesar de Alice ter retornado à casa da mãe e isso indicar talvez uma possível interpretação de Alice sobre a situação que desincumbe de culpa a mãe pelo ocorrido (por ter se relacionado e estabelecido a convivência com o abusador), isso não extingue o impacto psicológico do fato, o qual infelizmente é compartilhado por muitas outras meninas e meninos.

Além desses dramas e apesar de Elisa não comentar muito sobre o ocorrido, uma vez que se tratava de uma situação delicada e provavelmente a família não falava disso regularmente com tranquilidade, notei que situações como essas tencionaram ainda mais o relacionamento entre genitores e seus filhos. Inclusive essas crianças e adolescentes tem de lidar com sentimentos de abandono, instabilidades sobre onde morar e laços estremecidos.

Ao decidir ficar na casa do pai, Maicon teria de lidar também com outros conflitos, os quais não quis, por ora, estendê-los. Sobre esses conflitos na casa do pai, refiro-me sobretudo ao relacionamento com Elisa, tendo em vista que em diversos momentos da entrevista ela aponta que não tem uma boa relação com o adolescente, bem como já protagonizaram muitas brigas, geralmente partidas de práticas e visões contrárias em relação às tarefas domésticas (Elisa menciona que Maicon não realiza as tarefas e se incomoda por ele ficar reclamando sempre quando o solicitam para fazer algo), além de outras situações cotidianas de concorrência sobre atenção e benefícios alcançados por ambos com seus pais.

Essas desavenças em relação a múltiplos interesses envolvendo o convívio e o trabalho familiar apontam percepções e expectativas desses sujeitos e que entram em conflito, também, com as prospecções dos adultos, como destacado por Ágata, em relação a um de seus ex-padrastos:

Patricia: [...] mas a sua mãe casô de novo? [...]

Ágata: esses tempo atrás, ano passado, ela tava ajuntada com um que tava aqui em casa. Só que assim...eu não gostava dele e tals e daí a gente sempre brigava muito, porque eu não abaixo a bola pra home, e daí ele pegô e foi embora, mas eu tinha parado tipo de dá problema assim. Na verdade, não era nem eu que tava dando problema, era ele. Mas, daí eles brigaram e... porque

ele era muito ciumento e a mãe não gosta disso e daí ele foi embora [...] só que a mãe tem as paquera dela, né? (Risos) [...]

Patricia: e assim [...] qual eram os conflitos que você tinha Ágata, com seu padrasto, esse que morava com vocês aí? Que você comentô.

Ágata: é que ele... ah... é que assim... como que eu posso explicá... eu tenho... ele era, eu acho que ele era meio interesseiro, porque aqui em casa a mãe sempre teve carro e o sítio. E assim, o sítio, apesar de sê 5 alqueires só, vale alguma coisa hoje em dia aqui no Paraná, né? [...] e ele não tinha nada. Eu tentava falá... eu falava isso pra minha mãe, só que ela não entendia o que eu queria dizê. E daí, tipo... ele queria mandá em tudo... sendo que ele não tinha nada. Tipo ele mandava em tudo, tudo mesmo e daí eu comecei a ficá brava e o pau torava (risos).

Patricia: e você falava o que assim?

Ágata: ah, eu chingava... tava nem aí. Dava raiva.

Patricia: mas ele queria controlá alguma coisa?

Ágata: ele queria ser tipo o chefe aqui [...] mandá em tudo. Mandá no que a gente tem que fazê e no que a gente não faz. Tipo... saí a hora que ele qué, voltá a hora que ele qué. E minha mãe também não gostava disso, minha mãe gosta assim de saí e nem avisá pra onde vai... ficá até a hora que ela quisé ficá.

Patricia: uhum. E a tua mãe assim, o que que ela viu...o que que ela pensô será quando você começô a tê conflito com ele?

Ágata: ela brigava comigo. [...]

Patricia: mas porque você acha assim?

Ágata: ah... porque ela sabe... que eu só eu tava errada, eu acho. [...]

Patricia: e o que que você pensava assim dela? Por conta disso assim... por ela brigá com você e tal?

Ágata: ah, ficava com raiva, né? Só porque eu me segurava, né? Porque meu Deus... os pé da mãe credo-em-Deus-pai. Ah... ano passado, na verdade... acho que é esse ano, eles tavam junto, ela e meu padrasto, e eu queria mora lá com meu pai. Tipo... eu gosto muito do interior, tava muito com essa dúvida, porque eu gosto muito de morá no sítio e tals... só que por esse problema eu queria acabá com isso, daí eu queria morá com o meu pai. Daí quando a minha mãe descobriu... eu ia saí escondido pra ir pra casa do meu pai, só que daí quando a minha mãe descobriu ela me chingô e tals. Daí... daí eu pensei... pensei... fiquei calma, pensei... daí de repente eles terminaram, ela e meu padrasto, daí eu fiquei aqui memo. (ÁGATA, 2021)

As narrativas de Ágata fornecem elementos para pensarmos como que essas relações são conflituosas e complexas. E, ainda, como que muitos desses garotos e garotas em determinadas situações buscam romper certos laços para sair dessas relações, tal qual estruturou Ágata quando planejava ir escondida da mãe morar com o pai em Toledo-PR. Para além disso, acredito que se faz necessário pensar por quais razões Ágata considerou que essa convivência ficou insustentável a ponto de deixar algo que diz gostar muito, “morar no sítio”, e se propor viver com o pai em um bairro na cidade de Toledo. Seria apenas pelo “interesseiro” expadrasto? Ou por ser alguém que redimensionou a composição e a convivência familiar?

Analiso que Ágata sentiu com esse rearranjo como o padrasto se colocava entre ela e a mãe (dois adultos compartilhando a vida), subalternizando-a ainda mais nessas relações, retirando parte da potência de sua parceria com a mãe, pois ela juntamente com a mãe é que

planejavam e organizavam as atividades a serem feitas, em quais momentos deveriam comprar ou vender os animais do sítio, o que plantar, entre outras ações. Isso indica a recusa dela em alterar seu lugar na organização familiar e, muito menos, em aceitar mudanças no modo como sua relação com a mãe se manteria com a participação de outro, como seu padrasto.

Na tentativa de trazer mais um elemento para pensar essa questão, aponto um momento de nossa conversa em que a trabalhadora vai destacar o relacionamento que possui com a avó materna, de 82 anos, que reside no sítio em uma moradia ao lado da sua:

Ágata: [...] ela é brava igual a minha mãe (risos), daí... aí tem que cuidá o que falá, sabe? [Ela] é... bem exigente, bem chata, porque ela sabe que eu sei fazê o meu serviço lá fora e tem vez que ela chega lá falando um monte de coisa pra mim fazê, não gosto disso [...]. Eu sei o que eu tenho que fazê. [...] A minha mãe fala que é ruim trabalhá comigo, ma ela também só manda e eu que tenho que fazê (risos). Eu não gosto de trabalhá com os outros. (ÁGATA, 2021)

A narrativa auxilia a pensar a percepção de Ágata sobre o ex-padrasto, quando ela fala que “ele queria ser tipo o chefão daqui”, algo que similarmente agia como o que reprova na prática de sua avó, quando a mesma diz “só manda, e eu [Ágata] tenho que fazê”. Acredito que isso se refira a um significado que Ágata constrói no sentido de questionar certas relações de poder que tentam impor o que ela tem ou não tem que fazer, uma vez que ela trabalha naquele lugar e isso lhe garantia uma maior intervenção e respeito pelas suas posições.

Apesar de que, é necessário mencionar a diferença de tratamento com a avó que considera “bem exigente” e “chata”, e quando se refere ao ex-padrasto, como “interesseiro” e “chefão”. Esses últimos adjetivos indicam certo distanciamento afetivo. Além disso, destaco como se posiciona perante a postura da mãe, por defender o marido e considerar que as discussões aconteciam porque Ágata estava errada, isso pesou para que ela buscasse uma saída, uma vez que a relação com o trabalho, sua importância na dinâmica das atividades, assim como a rede de convivência que possuía foi alterada.

Esses desafetos, explicitados por Ágata, sobre determinada organização e estrutura de poder familiar que a subjugava conforme sua percepção, muitas vezes extrapolam determinado limite de princípios e autoridade dos pais, pois o desejo de encontrar uma saída para condições adversas e de tensão podem ser pautadas em outros contornos, como os constituídos por minha mãe, Aparecida.

No momento da entrevista, Aparecida estava com 53 anos, ela trabalha desde os 7 anos de idade, inserindo-se inicialmente em atividades com a família no meio rural. Apesar dos

diversos afazeres que possuía tinha de lidar também com o pai alcoólatra e violento. Ao mencionar a relação com sua família, apresenta a seguinte narrativa sobre seu pai:

Patricia: mas quando a senhora era pequena mãe o vô bebia e tudo, né?

Aparecida: bebia.

Patricia: e daí ele... a senhora contava que ele jogava vocês pra fora de casa.

Aparecida: aham. Uma vez ele atropelô nós pra fora e tinha que... ficava batendo em nós.

Patricia: ele era bem assim de querê batê sempre?

Aparecida: era. Era... era brabo...[...] ele era muito brabo.

Patricia: e a vó... ele batia na vó também?

Aparecida: não, batê não bateu, né? Mas aquela vez ele fez eu posá no mato.

Patricia: a senhora?

Aparecida: eu e a vó.

Patricia: e quem mais? As criança pequena...

Aparecida: tinha uns pequenininho que eu roubei dele lá.

Patricia: hã?

Aparecida: o Valmir acho que era novinho. Eu fui pé por pé dentro de casa e catei e robei dele.

Patricia: mas então ele trancô vocês pra fora e daí deixô as criança dormindo?

Aparecida: tudo dormindo.

Patricia: e daí vocês ficaram com medo dele fazê alguma coisa com as criança?

Aparecida: claro!! só eu e a mãe, imagine... deitá em cima da criança que era novinho.

Patricia: ah, você ficô com dó, com medo dele deitá em cima das criança?

Aparecida: uhum.

Patricia: e daí os outros?

Aparecida: os outros tavam tudo dormindo.

Patricia: daí vocês tinham cama mãe e tudo?

Aparecida: tinha... tinha bastante cama.

Patricia: é?

Aparecida: em 6.

Patricia: daí dormia tudo junto?

Aparecida: uhum, tudo junto. Não. Os piá dormiam um tanto pra cá...outro tanto pra lá.

Patricia: e daí a senhora dormia também?

Aparecida: aham.

Patricia: daí o vô e vó...

Aparecida: só que eu dormia... na minha caminha do ladinho.

Patricia: pra cuidá deles ou não?

Aparecida: uhum.

Patricia: é? E a senhora foi pegá o tio Valmir que ele era pequitinho?

Aparecida: aham. Foi lá dentro e catei com o cobertô dele.

Patricia: e vocês dormiram onde?

Aparecida: nós dormimo dentro de uma carroça de paia.

Patricia: uia mãe. [...] meu Deus. Mas, não era perigoso, aranha... essas coisa?

Aparecida: era, mas fazê o que? Não tinha, né? Nós dormimo.

Patricia: e em casa o vô bêbado?

Aparecida: uhum.

Patricia: ele brigô...

Aparecida: ele queria brigá com nós...

Patricia: meu Deus.

Aparecida: e nós tinha medo.

Patricia: mas ele batia então no cêis?
Aparecida: batia. Não dava pra facilitá muito.
Patricia: quê que ele fazia?
Aparecida: se ele pegasse pra batê, batia com força, pra machucá...
Patricia: é? Ele já fez isso com a senhora?
Aparecida: uma vez ele deu uma paulada de lenha na minha cabeça. [...] ele foi parti lenha, daí tinha um mirinzinho [espécie de abelha] daí ele chamô...[...] daí ele chamô o Vagner, pro Vagner pegá o mel, e eu fui correndo na frente. Me deu uma paulada na cabeça falô “não é você que eu pedi aqui”.
Patricia: e daí a senhora caiu no chão?
Aparecida: aham.
Patricia: machucô daí muito?
Aparecida: machucô um pouco. [...]
Patricia: meu Deus. Puro... Deus que me livre. Mas, ele era acostumado a batê nos piá também?
Aparecida: aham. Batia. [...]
Patricia: e o... os piá mais pequeno o tio Valmir, tio Jandir...ele batia também?
Aparecida: mas... não era muito.
Patricia: é?
Aparecida: ele brigava mais com os mais véio.
Patricia: por que será a senhora acha?
Aparecida: sei lá... os mais novo ele não batia muito não. (APARECIDA, 2020)

No momento da entrevista, ela trabalhava em casa, como cuidadora do marido (meu pai) – que se encontra acamado desde 2017, devido a um Acidente Vascular Cerebral (AVC) – sendo que recebia um valor de aproximadamente R\$250,00 como cuidadora, sendo integrado à aposentaria por invalidez, recebida pelo marido no valor de 1 salário-mínimo. Para complementar a renda familiar ela vende roupas e cosméticos, além de lavar as roupas da filha e do neto e cuidar do neto durante o horário de trabalho da filha. Essas são rendas que não eram fixas e de acordo com ela “às vez é um poquinho, às vez é mais, das vez viram em menos...das vez um poquinho, das vezes nada” (APARECIDA, 2021).

A partir dessa materialidade, ela elabora uma memória sobre o relacionamento com a família, especialmente com o pai, retomando o ano de 1976, quando ainda era criança e possuía aproximadamente 10 anos de idade. Naquele momento, realizava trabalhos com a família na lavoura (como plantação e colheita de diversos produtos: milho, feijão, arroz etc.), além da lida com os animais, manutenção do sítio, diversos trabalhos domésticos e o cuidado com os irmãos.

Essa rotina que já era bastante árdua e tensionada por conta dessas relações de trabalho cotidianamente realizadas, soma-se aos conflitos familiares, como o exposto no trecho recortado da entrevista acima. Seu pai, por diversas vezes, utilizava violência física e psicológica com todos em casa, práticas que se intensificavam após ficar embriagado, mas, também, a partir de certos referenciais sobre como educar os filhos e o que esperar/cobrar deles.

Essa violência que, aparentemente, poderia ser considerada gratuita, muitas vezes era utilizada para condicionar interesses e fins “pedagógicos” em relação aos filhos; como minha mãe expressa em sua narrativa quando se refere à “paulada na cabeça” que levou do pai. Ao mesmo tempo, existia um limite para essas práticas, tendo em vista que, como ela narra, essa relação com os filhos menores era mais comedida, já com os filhos mais velhos, como ela (a segunda filha mais velha), eram ações mais vigorosas. Evidências como essas aparecem em outras fontes, como nas narrativas de Henrique, Ágata e Clara (mesmo que essa última não fale sobre violência física, mas psicológica, destacando constante “medo” dos pais), dentre outras tantas que entrei em contato. Esses são traços dessas relações que, como Aparecida sugere, serão repertório para o seguir da vida dessas crianças e adolescentes, pois quando minha mãe se depara com tamanhas restrições mais de 40 anos depois do evento narrado, ela retoma como ser trabalhadora coloca pressões muito mais densas e difíceis do que apenas sobreviver.

Práticas essas que naquele período histórico eram mais expostas socialmente, tendo em vista que não haviam questões legais e órgãos que interferiam nessas relações tidas como “da família”, algo bastante distinto do que ocorre atualmente, em que há uma condenação maior em relação a essa prática (vide ação do Conselho Tutelar e amparo do Estatuto da Criança e do Adolescente), o que não exclui muitos sujeitos considerarem essas atitudes como justificáveis e legítimas, ou mesmo terem dificuldade em denunciar e conter certos abusos cometidos.

Esse artifício usado para diferenciar os filhos, selecionando uns para receberem o castigo, parece fazer parte de uma concepção de “dar o exemplo” para o restante, tendo em vista que utilizando violência física com alguns e advertências psicológicas com outros, a posição dos pais parece ser resguardada. Tudo isso, parece ter contribuído para que Aparecida, após algum tempo, decidisse aos 11 anos de idade “fugir de casa”, como ela mesma designa, indo residir com o namorado (na época com 16 anos). Recurso esse bastante utilizado por alguns trabalhadores – o que indica que tais condições eram compartilhadas, pois de acordo com ela “cada passo fugia um”.⁵¹

No momento da entrevista, após 42 anos, rememora esse processo com uma compreensão distinta daquele momento, pois aponta que era “muito criança” para “casar”

⁵¹ Tais recursos utilizados para saída da casa da família foram pautados também em diversos autos processuais que tive contato no curso da pesquisa, os quais apontavam muitos menores de idade solicitando “Tutela para casamento”. Além dessas fontes, em fichas do CRAS de Catanduvas-PR e do CREAS de Pato Bragado-PR há indícios que sugerem não somente a renovação dessa prática no tempo presente, como também apontam outros aspectos, como a gravidez precoce (na maioria das vezes indesejada), como parte dessa formalização de alguns casamentos.

(mesmo que não fosse pelas vias legais), já que possivelmente com tudo que realizava se sentia tão capaz de uma vida adulta a ponto de ter sua própria família (APARECIDA, 2020).

Algo importante para pensar esse processo de fazer-se trabalhador passa por discutir o processo pelo qual esses sujeitos são inseridos em espaços de trabalho, mesmo que não seja com grande responsabilização pela atividade. Como é apresentado na narrativa de Aparecida, onde indica que levava os filhos para o trabalho, seja para ajudarem no serviço, seja pela necessidade de cuidar dos filhos e não ter com quem(ou onde) deixá-los:

Patricia: e daí a Tata⁵² [minha irmã, filha da trabalhadora] ela ajudava quando ela era pequena ou não?

Aparecida: ia carpí também.

Patricia: mas de brincadeira ou como que era?

Aparecida: não, eu ensinei ela limpá arroz, ela limpava com a mão, com a enxadinha. Nós fizemo uma enxadinha pra ela.

Patricia: pequena?

Aparecida: pequena. Você eu fazia um buraco lá no meio da roça lá, no chão, ponhava uma borça e ponhava você sentada dentro lá (risos).

Patricia: pra eu não...

Aparecida: e ela pegava a enxadinha e ajudava nós carpi.

Patricia: mas no meio do sol?

Aparecida: no meio do sólão. Você eu ponhava na sombra embaixo das árvore.

Patricia: e não tinha perigo de bicho essas coisa?

Aparecida: não.

Patricia: não?

Aparecida: só formiga lá de vez em quando mordía alguma (risos).

Patricia: é?

Aparecida: uhum.

Patricia: e a Tata já tinha quantos anos? Já tinha uns...

Aparecida: a Adriana já tinha uns 4 ano...

Patricia: é, né?

Aparecida: 4, 5 ano. E já andava arrastandinho a enxadinha pra lá e pra cá.

Patricia: mas porque a senhora achô que era...achô importante ensiná ela a fazê isso?

Aparecida: ah, mas ela também queria tamém carpi, ela queria tomá a enxada da gente porque ela queria carpi tamém.

Patricia: é?

Aparecida: daí fizemo um cabinho pequenininho pra ela.

Patricia: mas a senhora achava importante ensiná pra ela essas coisa?

Aparecida: mas claro, né? A gente se criô na roça, tem que ensiná também os filho, né?

Patricia: mas porquê?

Aparecida: ensiná trabaíá na roça pra aprendê.

Patricia: (risos) mas eu não aprendi, né?

Aparecida: você não aprendeu.

⁵² Vale destacar que esse é o apelido que empreguei à minha irmã, desde muito pequena. De acordo com minha mãe, isso se deve ao fato dela ser mais velha e ajudar a cuidar de mim, nesse sentido como uma “babá”, ou como costumamos chamar em minha família e na região, uma “tata”, ou seja, chamava minha irmã pela atividade que ela exercia, não pelo vínculo familiar que possuía comigo.

Patricia: [...] E daí a Tata...quando ela cresceu um pouco mais ela ia também de novo ou ela parou de ir daí?

Aparecida: ela ia direto, né?

Patricia: é?

Aparecida: aham.

Patricia: ajudava vocês carpi?

Aparecida: aham.

Patricia: vocês plantava milho, feijão?

Aparecida: mío, arroz, mandioca, batata doce. [...] tinha horta...[...] Plantava cebola, batatinha...[...] de tudo um pouco. [...] tinha bastante porco, bastante galinha. [...] tinha as vaca de leite.

Patricia: daí ajudava a tratá?

Aparecida: uhum. (APARECIDA, 2020)

Na entrevista ela narrou particularmente como que diante dos trabalhos da propriedade em que tanto ela e o marido tinham de realizar, havia a necessidade de levar as filhas para a roça. Sendo que a alternativa encontrada por eles era cavar um buraco no chão, forrar e colocar a filha menor para que ficasse à vista deles, mas ao mesmo tempo “segura” (pois nesse momento deveria ter de 2 a 3 anos aproximadamente, mas ainda não conseguia andar devido a problemas nos pés que impossibilitavam que caminhasse). Já, a filha mais velha, que contava entre 4 e 5 anos, acompanhava meus pais, realizando pequenas atividades, como carpir utilizando uma enxadinha que foi feita para ela.

Apesar dos distanciamentos que se deve fazer com a problemática e o enredo social no qual Thompson discute, considero uma passagem de sua obra instigante para pensar essas relações quando as apresenta no livro “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional” (1998):

Como é natural, ela [cultura plebeia no século XVIII] mostra certas características atribuídas comumente às culturas “tradicionais”. Na sociedade rural, mas também nas áreas manufatureiras e mineiras densamente povoadas [...], encontramos uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume. O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matonas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não têm nenhum aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse

processo de transmissão de geração para geração (THOMPSON, 1998, p. 17-18)

Thompson ressalta os vínculos entre os trabalhadores e as trocas de saberes entre eles, bem como o incentivo ao trabalho desde muito cedo para os que se reconhecem (e são cobrados) como trabalhadores. Processo pelo qual são inseridos nas atividades laborais, em primeiro momento em conjunto com outros trabalhadores e, posteriormente, quando já possuírem devida autonomia, buscarão sozinhos. Mesmo com os distanciamentos da realidade que Thompson problematiza, sua formulação permite analisar que muitos trabalhadores na região Oeste desde muito cedo também são introduzidos gradualmente, muitas vezes imersos em convivências, lazer ou cuidado, o que favorece a naturalização do processo de trabalho desde a pouca idade.

Interessante perceber nesse sentido que essas condições, o trabalho e a convivência dos trabalhadores, muitas vezes se confundem, tendo em vista que não apenas trabalham, mas socializam outras relações nesse processo. Talvez isso contribua para pensar sobre a narrativa inicial de Henrique em que insinuou a noção de que o trabalho sempre foi natural para ele e para outros trabalhadores, sendo que ele mesmo antes de se empregar “fora de casa” já era encarregado de realizar trabalhos em casa ou mesmo auxiliar o pai nas obras.

Nessa direção, destaco Caetano, de 17 anos de idade, residente em São Clemente, em Santa Helena, ele vai falar sobre como aprendeu a dirigir e a gostar de trabalhar com maquinário agrícola durante nossa conversa:

Patricia: é? E assim... e você dirige desde quando Caetano essas coisas? Desde muito pequeno? Ou não?

Caetano: tipo...pode falá isso? (Risos).

Patricia: pode. Assim...eu vô tirá teu nome, tá? Nessas parte assim pode deixá que eu não coloco...não te identifico.

Caetano: é que eu sempre gostei, né?

Patricia: aham.

Caetano: eu sempre tava em cima do meu pai “me ensina, me ensina...como é que é?...como é que é? Né?” Tal, daí eu aprendi novo, aprendi com 12, 13 ano.

Patricia: mas você começô com 12, 13 ano dirigir o que? Moto? Carro? Trator?

Caetano: é... só tomá cuidado. Aonde eu morava daí... tinha moto, né? Daí se obrigava a aprendê, né?

Patricia: sim.

Caetano: daí... andava ali na estrada, não andava fora assim, nada, né? Só lá dentro, né?

Patricia: sim.

Caetano: e de vez em quando caia um tombinho, né? Mas era...coisa poca.

Patricia: poca coisa? (Risos).

Caetano: pra aprendê, né?

Patricia: sim.

Caetano: mas era... bem (inaudível) [...]

Patricia: ah... porque o pessoal que mora no sítio eles...eles aprendem mais, né? Mais cedo, né? Essas coisas... porque precisa, né?

Caetano: é. Sim. Eu gosto também, né?

Patricia: aham.

Caetano: tipo eu não sei porque eu sempre gostei disso na minha vida. Dirigir, no caso. Dirigir e... tá ali no meio das máquina e coisarada, né? Por isso que eu sempre desperta interesse, né? Quanto mais novo ainda, né?

Patricia: ah, sim. Então você se interessava por essas coisas desde pequeno, né?

Caetano: sim. Desde... tipo, quando nós trabaiava na fazenda tipo... o pai trabaiava lá eu tinha... é claro não podia ir junto e tal, mas sempre tava em cima. Quando o maquinário tava parado eu subia em cima brincando lá, né? Era diversão.

Patricia: sim. E daí trator essas coisas assim maior, você começou a aprender quando? Com...

Caetano: com 13, 14 ano. (CAETANO, 2021)

No trecho em destaque, Caetano narra sua proximidade desde muito cedo com maquinário agrícola. Quando produz essa memória busca fazê-la analisando o momento da entrevista e como vê esse processo hoje, frente àquilo que entende poder ou não ser narrado para mim. Não somente nesse momento faz essa avaliação, mas em outros momentos da entrevista ele demonstra apreensão em apontar seu contato com situações “perigosas”, assim como situações em que poderia prejudicar não somente a visão sobre sua família, mas prejudicar, inclusive judicialmente seus familiares, uma vez que destaca que a família por vezes fazia a venda de produtos considerados ilegais, como a venda de queijos e carnes.

O receio de falar que trabalhava a partir de necessidades e obrigações peculiares fez com que Caetano narrasse esse vínculo com o trabalho enquanto motivado por seu grande “interesse” nesses equipamentos, como se seu gosto pessoal distanciasse a ligação dessa atividade à sua condição de trabalhador e de alguém que vive do trabalho no campo com restrições. Essa postura tenta apontar tal prática como parte de sua “diversão” na fazenda onde residiam e trabalhavam no Paraguai em 2016 (país limítrofe a várias cidades no Oeste do Paraná, inclusive a Santa Helena). Longe de querer apontar que de fato essas atividades não eram um divertimento para Caetano, analiso que seu interesse foi elaborado a partir da ambiguidade dessa materialidade que experienciava, as quais elaboraram suas predileções entre as atividades que reconhecia como trabalho e afazeres da sua família.

A ambiguidade no processo de construção da entrevista também pode ser visualizada quando Caetano tenta diminuir a relevância dos ferimentos advindos do manejo dessas ferramentas e maquinários, “de vez em quando caia um tombinho, né? Mas era...coisa poca”. Além de apresentar que sempre tomava cuidado e quando “mexia” em maquinários maiores

sempre eram quando eles estavam desligados. Ao reorganizar sua fala tentando controlar o que trazia em seu rememorar sobre esse processo, demonstrou sua dificuldade em definir sua posição nessas relações, pois ora indicou que “nóis trabaiava” e ora revertia essa narração dizendo que “o pai trabaiava”, sugerindo sua preocupação em não apresentar elementos que indicassem que também realizava esses serviços (CAETANO, 2021).

Os receios de Caetano quanto à imagem que construiu de mim e do que buscava na sua experiência são legítimos, uma vez que estava ligada à Universidade e era amiga de seus professores (uma vez que foi um deles quem estabeleceu nosso contato para a entrevista). Inclusive, várias vezes, mandou mensagem perguntando se o meu “trabalho” já estava pronto, expondo certo interesse/apreensão sobre o que eu teria escrito sobre ele e se isso viria de alguma forma a prejudicá-lo. Tudo isso, provavelmente, informado pelo contato que teve, ou reconhece existir, quando pessoas ligadas à certas instituições buscam sondar sobre a vida dos trabalhadores, algo que geralmente pauta práticas de controle e de condenação de muitas práticas como aquelas. No entanto, ainda que compreensível essa visão sobre mim, sinto-me um tanto quanto incomodada por ser percebida dessa maneira. Ao mesmo tempo que me apresentam como eles reconhecem as sinuosidades morais (quando não legais) do que experimentam ao longo de suas trajetórias.

Tal visão sobre a dimensão que esses modos de vida tomam entre o trabalho e a convivência desses trabalhadores pode ser acentuado pela narrativa de Ágata (2021) sobre a irmã:

Patricia: [...] E ela gosta de brincar com os bicho? Ou ela não fica muito lá fora?

Ágata: ela gosta, ela ama...ela fala assim que ela...quando ela crescê ela qué dirigir trator, tocá boi, andá de cavalo, tocá berrante, ela ama essas coisa. O pai dela faz essas coisa, daí ela ama fazê essas coisa e ela tem jeito assim. Tinha um boi aqui que quando ele deitava, o boi não era tão manso assim e ela pegava e subia em cima do boi.

Patricia: sério? E ela não tem medo então?

Ágata: não.

Patricia: e ela brinca então com os bicho?

Ágata: brinca.

Patricia: e o que que você acha assim disso? Dessas coisa...você também fazia isso assim Ágata quando você era menorzinha?

Ágata: não, porque eu tinha muito medo.

Patricia: é?

Ágata: agora que eu tô perdendo o medo. Eu morria de medo. Não...eu acho legal porque é algo que eu gosto também, né? E é bão aprendê essas coisa, sabe? De sítio. (ÁGATA, 2021)

Tanto Caetano (2021) quando diz que “sempre tava em cima do meu pai” nos espaços de trabalho, buscando aprender determinadas práticas e brincar; quanto Ágata, quando indica nessa mesma direção, apontando que a irmã, apesar de ainda estar com 5 anos de idade e não trabalhar efetivamente, convive com os animais no sítio, algo justificado por Ágata indicando que isso faz com que ela não tenha medo de se relacionar com os animais.

Acredito que essas avaliações possuem relação com o modo como esses sujeitos vão se entender enquanto trabalhadores e, ao mesmo tempo, produzir e avaliar seus modos de vida, tendo em vista que desde muito cedo já se fazem presentes nos locais de trabalho, mesmo que não exercendo, plenamente, as atividades, mas “brincando”, ou sendo uma maneira de estarem próximo aos pais, bem como veremos no próximo capítulo, todas essas experiências e vínculos expressa muito daquilo que essas crianças e adolescentes vão construir como interesse, atuação e expectativas.

Através de um caminho e objetivos distintos ao meu, Soraya Fanzoni Conde em sua tese de doutorado, *“A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense”* (2012), analisou o trabalho infantil na fumicultura catarinense e a relação desses trabalhadores com a escolarização formal nas cidades de São Bonifácio, Canoinhas e Imbuia.⁵³ Conde destaca, como essas práticas de trabalho, especialmente aquelas realizadas entre familiares, muitas vezes eram narradas por trabalhadores como “formas de aprendizagem familiar”, mas que faziam parte de uma cadeia produtiva mais ampla.

Para atingir as cotas de produtividade impostas pelos contratantes sem aumentar o custo da produção, toda a família do agricultor é envolvida no processo de trabalho. No caso das crianças e dos adolescentes, a atividade ocorre no âmbito familiar, sem salário e jornada de trabalho definidas, ela é facilmente confundida com “ajuda” e recebe a conotação de atividade educativa (CONDE, 2012, p. 26)

Apesar da análise de Conde de que o trabalho é “confundido” com “ajuda” por esses sujeitos, no decorrer da tese ela aponta diversas vezes que em suas entrevistas os trabalhadores mencionam apreensões por levarem os filhos para a lavoura, já que temiam pelas fiscalizações e, com isso, a perda dos empregos. Além disso, narram para ela as atividades que as crianças e

⁵³ A pesquisa baseia-se em relatórios de fiscalização do trabalho infantil, legislações e políticas de combate, bem como diversas entrevistas com fiscais do Ministério do Trabalho, trabalhadores rurais, professores, crianças, adolescentes, secretários municipais da educação e da agricultura. E, também, foram analisados desenhos e depoimentos, coletados por meio de redações, de 1080 crianças e adolescentes residentes em localidades fumicultoras dos respectivos municípios catarinenses.

adolescentes realizavam naquele local, pois por vezes associavam a sua imagem de pesquisadora com a imagem com os de agentes de órgãos de fiscalização.

Com base nisso, vejo como importante pensar de que maneira tal “ajuda” é compreendida por esses sujeitos e o que querem expressar para além daquela atividade e momento específico. Ao que tudo indica, esta apreensão se liga também ao fato de perceberem determinadas legislações e ações de instituições de combate a essa prática, algo que pode aparecer como pressão, limite ou preocupação para eles frente aos limitados campos de possibilidade que vislumbram sobre como e onde deixar os filhos e a possível contribuição que sua “ajuda” traz à produtividade diária no trabalho.

Assim como destaca Conde, percebi que muitos desses trabalhadores buscarem construir uma imagem de si na entrevista que não os colocassem como “exploradores” dos filhos. Essa compreensão é visível em muitas fontes que tive acesso, especialmente quando rememoram os trabalhos desempenhados na infância e/ou adolescência (apesar de ser uma atividade familiar, sem remuneração ou jornada de trabalho definidas), indicam as dificuldades dessas atividades. No entanto, quando falam dos filhos (que também tiveram essa experiência), muitos relutam em apresentá-los como trabalhadores, mas como “ajudantes”/“aprendizes”, ou enunciar suas atividades como “brincadeiras”.

Tal concepção se relaciona com as moralidades construídas mediante esses vínculos, não somente por conta dos laços afetivos (serem da mesma família) como também de identificações classistas, em que o apoio no trabalho seria uma forma de amparo e solidariedade entre esses que se reconhecem em uma condição comum. Desse modo, penso que essas relações são costumeiras, mas se fazem entremeadas a laços afetivos com redes de convivência e que são construídas no cenário atual, em que esses trabalhadores também interpretam e buscam agir mediante suas visões dessa temporalidade em que se fazem trabalhadores.

Nesse sentido, talvez não seria uma “confusão” (do trabalho com a ajuda), mas uma expressão que sugere sentidos sobre essas relações no tempo presente. Integra esse cenário de avaliações e visões sobre o que fazem a necessidade de alguns trabalhadores levarem consigo os filhos aos espaços de trabalho, os quais são inseridos ali não como força de trabalho especificadamente, mas enquanto convivência e cuidado frente ao campo de desigualdades em que se constituem suas experiências e modos de viver.

Sobre isso, a dissertação de Carlos Alexandre Herreira, “*Os trabalhadores da pecuária pantaneira em ação: a trajetória dos meninos peões na Justiça do Trabalho (1978-1984)*” (2015), possui uma discussão bastante interessante sobre os meninos peões que trabalhavam na pecuária pantaneira e que entre 1978-1984 entraram na Justiça do Trabalho para reaver seus

direitos contra os fazendeiros da região. Ao discutir os sentidos do trabalho, principalmente se referindo aos responsáveis pelos meninos, o autor aponta o trabalho de crianças e adolescentes como parte de costumes locais.

Ademais, reconheço a necessidade de compreender essa leitura social de práticas de trabalho associada ao termo cultura, debates provocados por Raymond Williams (1989; 2011) e Thompson (1998; 2021) instigam a isso. Os autores, em contraposição a uma tradição que possuía uma visão de cultura como homogênea, elitista e excludente, vão compreender a cultura associada a todo o modo de vida desses sujeitos, perpassando elementos comuns que os sujeitos produzem e compartilham, ao mesmo tempo observando que essa cultura é constituída por disputas sociais.

No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Ela pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. [...] Nesse ponto, as generalizações dos universais da “cultura popular” se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos. A cultura plebeia, que se reveste da retórica do “costume” e que corresponde ao tema central deste livro, não se autodefinia, nem era independente de influências externas. Assumira sua forma defensivamente, em oposição aos limites e controles impostos pelos grandes governantes patrícios. (THOMPSON, 1998, p. 16-17)

Apesar das distinções entre o momento histórico do qual Thompson faz referência e a temporalidade que abrange a pesquisa, o debate acerca da “cultura plebeia” (que Williams também apresenta em diversas de suas produções) é bastante relevante para pensar a pesquisa, tendo em vista que faz crítica ao entendimento da cultura como sinônimo de consenso cultural. Assim, o autor aponta que “cultura”, tal qual o “costume”, não deve ser entendido enquanto harmonia social, ou mesmo unanimidade de valores e entendimentos, ao contrário, constitui-se

enquanto campos de disputas que reúnem interesses antagônicos em movimento, pois se transformam na dinâmica dialética em que se confrontam.

Essa concepção, instiga a refletir muitos aspectos que podem ser considerados ora como práticas costumeiras ora como constitutivos da cultura desses trabalhadores na região Oeste do Paraná, tal como a iniciação no trabalho desde tenra idade tida como parte do que entendem ou são impelidos a ver como o que é *ser trabalhador*.

Além disso, esse entendimento de cultura auxilia a refletir sobre algumas narrativas que tive contato e me trouxeram incômodos. Alguns sujeitos usam como “argumentação”, para justificar a inserção desses trabalhadores em atividades, que essas atividades se referem à “cultura” dos trabalhadores e, nesse sentido, era preciso aceitar essas atividades como prática cultural, natural. Outra visão sobre esses elementos culturais que constituem a experiências dos trabalhadores e que busco problematizar está ligado ao entendimento de que essas atividades são tidas como traços culturais de “atraso” e “necessitam de controle e direcionamento”. Concepções como essas – produzidas por alguns trabalhadores, empregadores e funcionários de instituições – indicam disputas em torno da visão e atuação sobre essa prática, procurando, muitas vezes, ocultar a exploração a que estes estão submetidos, além de um entendimento elitista sobre a “cultura dos trabalhadores”.

Portanto, é necessário indicar que esses valores e práticas construídas historicamente são produzidos em meio as disputas de classe e, por esse motivo, não se referem restritamente ao campo familiar, mas compõem e desenvolvem-se em um universo social mais abrangente. Assim, no próximo capítulo, destacarei como as questões trazidas até aqui se amarram com diversas outras tensões, as quais precisam ser levadas em consideração ao problematizarmos as experiências dos trabalhadores.

CAPÍTULO II

REDES DE CONVIVÊNCIA EM TENSÃO: ACOLHIDAS E ROMPIMENTOS PAUTANDO IDENTIFICAÇÕES E DISSIDÊNCIAS

Ao longo do processo de construção dessa dissertação deparei-me com elementos que me levaram a reconhecer os nexos e controvérsias sobre o trabalho infantojuvenil e as memórias produzidas sobre eles na região Oeste do Paraná. Destaco a seguir algumas evidências que tomei contato e que demarcam onde certas relações de trabalho estão localizadas, apontando um cenário complexo, que se entrecruza com outras relações de poder e vínculos, nem sempre fáceis de situar o modo como se constituem e, muito menos, em que circunstâncias são preservadas/rompidas. Nesse sentido, acredito ser importante que não deixemos de lado essas dinâmicas e lógicas ao discutirmos as experiências dessas crianças e adolescentes trabalhadores, mas que visualizemos essas relações em meio às diversas outras lógicas que são carregadas de significados por esses sujeitos e somadas à constituição de sua experiência social.

Assim, o relevante não é somente o trabalho a que estão vinculados ou realizam, mas como experienciam essas relações na integralidade de suas vidas e como isso possui vínculo com a construção de seus modos de viver. Por isso, entendo que ao analisar as experiências de sujeitos que possuem uma trajetória marcada pelo trabalho desde muito cedo é preciso enxergá-las engendradas em redes de convivência que esses trabalhadores fazem parte, tendo em vista que evidenciam uma rede de relações de poder que tratam de identificação, dissonância e confrontação de classe.⁵⁴

Nesse sentido, este capítulo busca ultrapassar o universo da “unidade familiar”, pois compreendo a importância das redes de convivência para o fazer-se dos/enquanto trabalhadores. Assim, não somente tratarei da família desses sujeitos, mas também de diversos laços que

⁵⁴ Outros trabalhos têm tentado ampliar dentro da academia o entendimento das relações familiares em constante relação com outras lógicas e relações de poder que não se separam na materialidade histórica das experiências desses sujeitos, tal qual Cynthia Sarti (1999) fez em sua tese de doutorado ao perceber que muitas moralidades e práticas comuns em certos vínculos familiares eram compartilhados por vizinhos, sendo que eram produzidas por sua condição de “pobres” na periferia de São Paulo. Além desse trabalho, Ana Silvia Volpi Scott no texto “‘Descobrimo’ as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente” menciona como a historiografia recente nos estudos da família tem trabalhado com conceitos como “redes familiares e sociais” para a análise da “unidade familiar”, construídas através “dos vínculos de consanguinidade, aliança ou afinidade, bem como a partir de relações de outra natureza, como os vínculos de subordinação e/ ou dependência” (2014, p. 14-15).

constroem, conflitam e reconstroem durante o processo de suas vidas tal qual a relação com os vizinhos, amigos, funcionários de instituições e empregadores⁵⁵.

Ao clarificar certas relações entre os próprios trabalhadores, busco identificar como modos de vida, valores e expectativas são produzidos por esses sujeitos mediante sua condição material, mas também frente aos desacordos e disputas entre seus “semelhantes” no intuito de compreender inclusive por que muitos trabalhadores não se veem como parte desse ou de um agrupamento homogêneo. No entanto, certamente, não é possível separar essa discussão daquilo que muitos consideram como “modo de produção” ou dos vínculos com empregadores. Tal entendimento parte da aproximação com a concepção de classe que Thompson expõe como:

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 9-10)

A passagem destacada é bastante significativa para este trabalho, pois condensa a formulação da noção de classe como relação social imbricada com o processo histórico produzido e experimentado pelos sujeitos. Nesse sentido, não há como falar sobre os trabalhadores sem discutir a materialidade desigual a que pertencem - ou seja, falar das relações desses com setores patronais e das relações que elaboram entre os próprios trabalhadores no decorrer do tempo. Assim, é inconcebível pensar em classe sem percebê-la em movimento no

⁵⁵ Apesar do capítulo anterior se deter mais propriamente a discutir os vínculos no universo familiar, ressalto que na materialidade da vida dos trabalhadores, não há como isolá-los de outras relações que escapam à essa abrangência. Nesse sentido, tal estruturação, na distribuição dos capítulos, carrega consigo o interesse didático aos leitores, no que se refere a expor minhas percepções sobre a problemática investigada. E, simultaneamente, provocar reflexões em torno de como se tem discutido as experiências de trabalhadores desde tenra idade. Pois, muitas perspectivas – seja dentro ou fora da academia -, tendem associar e comprimir tal prática em um entendimento equivocado de “cultura dos trabalhadores” (o qual, por exemplo, “cultura dos trabalhadores” se refere somente à família desses sujeitos, ou mesmo, a compreensões rasas em relação à luta de classes - onde “cultura dos trabalhadores” se faz afastada de uma “cultura dominante”), sem que essa seja composta por tantas outras tensões “mais distantes” das relações familiares e dos trabalhadores, mas que se relacionam com os interesses e ações sobre esses sujeitos.

processo histórico ao qual pertencem. Isso envolve analisar a construção e reconstrução de relações. Tal fundamento me parece imprescindível de ser considerado ao compreender as experiências dos trabalhadores nessa pesquisa, uma vez que por si só o conceito de experiência carrega esse mesmo sentido dinâmico de produção expresso na noção de classe.

Com isso, reconheço que as redes de convivência compreendem especialmente aqueles que convivem e constroem vínculos (nem sempre de identificação) no decorrer do processo histórico de suas vidas. Trata-se de relações entre os próprios trabalhadores, mas não só, uma vez que em muitas situações o patronato está presente enquanto convivência e, também, com muitos trabalhadores que em algum momento empregam outros trabalhadores, o que complexifica ainda mais esses laços e seu lugar nessas relações.

A convivência dos trabalhadores geralmente é formulada a partir de determinados modos de vida, de onde e como moram, dos espaços de sociabilidades que integram, bem como com quem constroem ou não vínculos. Nesse sentido, destaco que a condição de classe em que se situam, geralmente, determina onde vão morar, construir práticas de lazer e trabalhar, os quais na maioria das vezes é uma espacialidade composta por muitos outros sujeitos. Assim, esse universo social em que os trabalhadores se movimentam é visivelmente marcado pela condição social desses sujeitos e pelas tensões classistas do seu tempo.

Daniele Almeida Duarte, em sua tese de doutorado, pautada pela Psicologia Social, problematizou relações entre o trabalho e a família, com o entendimento de que ambos são “instituições que fornecem referência ao indivíduo [...] por modularem o compasso da vida, escolhas e possibilidades a partir de suas lógicas e demandas”. Diante desse suposto, buscou compreender o significado de práticas de trabalho, bem como as formas de sociabilidades e os “processos de subjetivação” dos trabalhadores a partir das narrativas orais dos barrageiros e de seus familiares (DUARTE, 2014, p. 66).⁵⁶

Analisando as narrativas construídas pelos barrageiros e seus familiares, a autora identificou que a questão do tempo de trabalho e o deslocamento requerido pela atividade foram questões tidas como problema e entrave por muitos daqueles trabalhadores e de seus familiares. Pois, de acordo com eles, o “tempo de trabalho” sobrepunha ao “tempo da vida”, sendo esse último indicado como o tempo do lazer e da sociabilidade com a família e demais convivências.

⁵⁶ A autora realizou entrevistas com 3 famílias de trabalhadores, nominadas como: Topázio, Citrino e Safira. Apesar de não delimitar um recorte de hidrelétricas em que esses trabalhadores se empregaram, Duarte utiliza a “categoria de barrageiros” que trabalharam em várias empresas - com essa mesma função - e residiam no momento da produção das entrevistas na cidade de Maringá-PR. O contato com esses sujeitos, de acordo com ela, ocorreu através de conhecidos e indicações de trabalhadores do ramo de barragens.

A partir da construção de vilas operárias, onde alguns dos trabalhadores entrevistados residiram, a questão da distância entre os familiares, de certa maneira, foi “resolvida”, mas não impedia que questões envolvendo o trabalho não tivessem implicações na organização e dinâmica familiar. Ao residirem em um espaço controlado pela empresa, ocorriam problemas com os quais os trabalhadores deveriam lidar e que interferiam nestes vínculos. Assim, mesmo que a autora não centralize sua problematização na inserção de crianças, adolescentes e jovens em atividades laborais, instiga a pensar minha pesquisa no sentido de que embora esses trabalhadores não estivessem ali enquanto “força de trabalho”, eram familiares que viviam naquelas vilas operárias (as quais, inclusive, eram separadas hierarquicamente por categoria profissional). Espaços esses que construíam convivências e valores enquanto trabalhadores, o que indica que esses modos de vida eram apreendidos e ressignificados por aqueles sujeitos de modo compartilhado, constituindo o fazer-se desses trabalhadores mediante aquelas convivências – formuladas a partir dos locais onde viviam e com quem viviam.

Pesquisas como a de Duarte (2014) me auxiliaram não como referência temática, mas com inquietações que faziam repensar/produzir questões no decorrer do desenvolvimento desta investigação, principalmente envolvendo o trabalho desde tenra idade, as relações mantidas em redes de convivência com a família e com outros trabalhadores, bem como com instituições e empregadores. Por isso, tomei contato com diferentes perspectivas analíticas e com pesquisas dentro e fora da historiografia. Em muitos desses estudos, percebi a necessidade que possuíam em associar o trabalho de crianças, adolescentes e jovens apenas com a realidade da família desses sujeitos, “construírem perfis” de tais trabalhadores⁵⁷, ou mesmo estipular “modelos familiares”⁵⁸ que explicariam as ações e concepções desses sujeitos em certos momentos históricos, seja em relação ao trabalho seja em outros aspectos.

Apesar de compreender como legítimos esses entendimentos, não está entre meus objetivos realizar esses encaminhamentos teórico-metodológicos de análise. Minha concepção passa por compreender que apesar das relações familiares serem demasiado importantes para a formulação das moralidades e modos de vida dos sujeitos, não são os únicos sujeitos que os

⁵⁷ Cito como parte desse entendimento o artigo “*Padrões Familiares de utilização de trabalho infantil*”, produzido por Maria Cristina Cacciamali, Natália Nunes Ferreira Batista, Fábio Tatei (professores de Economia). Os autores buscam identificar padrões de trabalho das crianças de acordo com a ocupação do responsável familiar (trabalho por conta própria/informal ou empregado com carteira assinada (CACCIAMALI et. al, 2011).

⁵⁸ Ao pensar em dinamicidade familiar, Duarte (2009) tenta criticar o que seria para ela “leitura estática” sobre a família, que indica a sucessão e/ou a superação de modelos familiares, tendo em vista que sua tese se centraliza no entendimento de que há uma “coexistência de modelos familiares” no tempo presente através de análise de algumas famílias, classificando-as em família extensa/patriarcal e família nuclear/burguesa. Compreendo que a autora ao se utilizar de modelos pré-estabelecidos, de certa maneira, determina como se constituem essas famílias, bem mais do que analisa o modo como elas próprias se veem ou são vistas socialmente e dinamizam sua existência.

trabalhadores mantêm enquanto vínculos. Assim como, a família, em uma leitura clássica do termo, não é a única que interfere e que pressiona crianças, adolescentes e jovens a ingressarem nas relações de trabalho, mas há uma gama de outras relações (como amigos, vizinhos, funcionários de instituições que esses sujeitos acessam, empregadores etc.) que constituem sua experiência e suas redes de convivência. Acredito que apesar do eixo família fomentar a produção de muitos trabalhos, pouco tem se discutido acerca das experiências de sujeitos que trabalham desde muito cedo, associando a todo esse leque de relações conjuntamente, algo que pretendo contribuir ao recolocar tais incursões nessa dissertação.

Tal dinâmica social envolvendo os trabalhadores são marcadas por conflitos, e, compreendo que isso aconteça porque essas atividades, desempenhadas para auferir renda, moradia, afeto etc., são mantidas e fomentadas desde muito cedo. O que provoca esses sujeitos a experienciarem realidades e valores que por um lado os pressionam, mas, por outro, proporcionam certa autonomia quanto à tomar por si mesmos algumas decisões, ainda que essa conduta seja produzida cercada por relações de poder que determinam diversos limites.

Muitos trabalhos bastante relevantes têm problematizado relações entre crianças e adolescentes que envolvem assistência social, instituições caritativas, justiça e como tratar esses sujeitos, especialmente os considerados “pobres”. Desses, muitos vão apontar os diferentes entendimentos de “infância” (e, com isso o tratamento desses sujeitos) em momentos históricos distintos. Sendo que, o que predominam nesses trabalhos é uma visão que expõe e critica (inclusive na escrita da história) as moralidades e ações “adultocêntricas”, ou seja, em que as crianças, adolescentes e jovens são vistos como maleáveis, sem “concepções próprias”, não necessariamente produzindo a história. Essas concepções vão mostrar a importância de olhar para esses sujeitos enquanto cerceados por relações de poder.⁵⁹

Ligadas à essa concepção, pode-se apontar a luta de trabalhadores e apoiadores para instituir leis que restringissem o trabalho infantil e garantissem os direitos de crianças, adolescentes e jovens como um processo de disputa que ocorre desde finais do século XIX e recrudescer no século XX. Passando-se então a compreender uma “mudança” no entendimento desses sujeitos legalmente e do que se considerava “infância”, em que fundamentalmente estipulavam a necessidade de “proteger” e construir legislações e cuidados “especiais” para esses sujeitos.⁶⁰

⁵⁹ Dentre essas produções, cito obras de Ariès (2017), Del Priore (2010) e Freitas (2016).

⁶⁰ Vicente de Paulo Faleiros vai discutir a infância relacionada aos processos políticos construídos no Brasil em diferentes momentos históricos, no capítulo I do livro *“A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil”* (2011) organizado pelo autor e por Irene Rizzini. Nesse mesmo livro, Irene Rizzini faz um histórico das legislações no Brasil e Arno Vogel problematiza as

Essas perspectivas também dão enfoque ao lugar social desses sujeitos, entendendo que a “infância” de crianças e adolescentes pertencentes às famílias de trabalhadores é bastante distinta do entendimento de “infância” relacionado aos integrantes das elites. Essa desigualdade é entendida por muitos autores como a percepção da existência de diferentes “infâncias”. Sobre isso, entendo que apesar de ser importante identificar e analisar “elementos comuns” entre visões sobre e de um mesmo grupo, analiso como necessário também discutir as contradições em um mesmo grupo social, ou correntemente associadas a um mesmo “entendimento”. A meu ver, é necessário levar essas discussões em consideração, mas também problematizar como essas relações são construídas e experienciadas pelos sujeitos sociais de modo único, mesmo que possuam elementos comuns que os aproximam. Algumas dessas concepções tendem a generalizar as visões sobre/desses sujeitos situando ora por grupo social ora por faixa etária.

Vale ressaltar que mesmo sujeitos construindo práticas e expressando valores comuns o que se exige de nós enquanto historiadores é verificar a materialidade dessa experiência e entender que as motivações, visões de necessidades e expectativas são diferentes para cada sujeito e se explicam de forma diferenciada, conforme a sua experiência social e visão de mundo. Assim sendo, a intenção é dialogar com esses campos de entendimentos nas análises das fontes. Além disso e, por isso, entendo o processo histórico integrado por contradições sociais que se configuram em energia para a construção da história. É por meio dessas relações sociais e de suas tensões que o processo histórico é constituído.

Além disso, tem se discutido muito atualmente as relações entre os direitos garantidos por leis e o que de fato ocorre na realidade desses sujeitos, uma vez que apesar de muitas atividades de trabalho serem proibidas mediante legislações, essas não necessariamente deixaram de ocorrer, mas indicam mudanças no processo histórico em que se passa a entender esses sujeitos como “sujeitos de direitos”. Nesse sentido, enquanto prática social as leis também dão suporte e autorizam muitos trabalhadores a “reclamar” seus direitos, inclusive e em muitos casos, acionando judicialmente tais demandas. No entanto, apesar dessas leis “minimizarem a exploração” infantojuvenil (comparativamente a momentos históricos sem nenhuma ou com legislações menos rígidas), estas não extinguiram essas práticas. Tais disputas sobre as leis e mecanismos “protetivos” ocorrem continuamente enquanto campos de embate social, pois para a classe patronal é importante disputar esses espaços a fim de “extinguir”/“flexibilizar” tais leis

propostas e intencionalidades da política que envolvem o atendimento à criança e ao adolescente, desde o Estado Novo ao ECA. Essas leituras possibilitaram pensar sobre o processo histórico brasileiro a partir de lutas sociais e tentativas de dominação que envolvem as políticas sociais, legislações, trabalho, direito e entendimentos sobre infância e crianças.

– o que em muitos momentos, como veremos, ganha a adesão de muitas frações da sociedade, inclusive de trabalhadores.

A partir da criação de regulamentações e entendimentos mais recentes temos agora esse “direito” assegurado como um “avanço nas legislações.” No entanto, acredito ser importante problematizar a historicidade dessas relações sociais atuais, que apesar das legislações determinarem um teor “mais progressista”, comparativamente às décadas de 1960 a 1980, muito do que os trabalhadores de tenra idade experimentam atualmente trazem similaridades/compartilhamentos, apesar da diferença de teor, historicidade e relações que as promovem.

2.1 ELOS ENTRE PROTEÇÃO E CONTROLE

Sobre a historicidade de uma dessas relações, destaco o Processo Especial envolvendo Antônio, que em 1960, aos 12 anos, foi considerado “infrator” ao atirar em Laurentino Machado para defender a irmã de um possível estupro e homicídio, o qual entrou em óbito no local. Laurentino, de acordo com as narrativas dos autos, foi considerado pelo menino (e familiares) como “jagunço”. Armado, juntamente com um outro sujeito, adentraram a propriedade da família na noite do dia 1º de junho do mesmo ano, a fim de levar a irmã de Antônio, Éster, de 15 anos.

Não encontrando o pai da menina, que estava caçando com um vizinho, ameaçaram a família (mãe e filhos) a fim de levar a garota, mas encontraram resistência, o que configurou a tentativa de estuprar e matar a menina – intenções que não ficam claras no processo, uma vez que as interpretações das crianças são distintas, mas aparentemente seriam essas duas ameaças.

Em vista disso, Antônio, em posse de uma arma da família, atira contra o sujeito e posteriormente foge para a mata, juntamente com a irmã, ainda amedrontados (pois o comparsa do homem ferido ainda estava no local armado). Na manhã do dia seguinte, decidem ir até a propriedade do vizinho (aproximadamente 1 km de distância), para encontrar o pai, explicar o ocorrido e decidir o que deveriam fazer. Após isso, o pai das crianças vai até a delegacia de Toledo no dia 2 de junho de 1960, onde então é aberto um inquérito contra Antônio.

No processo analisado consta que, apesar da pouca idade, Antônio trabalhava sobretudo na lavoura e era responsável por diversos outros trabalhos na propriedade da família, localizada

em Tupãssi⁶¹ (naquele momento, distrito de Guaíra-PR⁶²). E, como as evidências nos apresentam, Antônio, sendo o homem mais velho naquele momento de tensão, pareceu se responsabilizar pela segurança da família, como se essa fosse uma prática comum quando o pai não está presente, tanto pelo trabalho na lavoura quanto por compreender e saber usar armamentos. Valores sobre essa condição masculina que, apesar de partir de um momento histórico distante ao nosso, ainda persevera como realidade de muitas famílias de trabalhadores atualmente, justificando ações e tentativas de enquadramentos em certos “papéis sociais”.

Após o ocorrido, o desenrolar dos autos tem por intenção dois pontos principais; o primeiro se refere a tentar investigar se de fato o crime se tratou de legítima defesa, sendo assim, constam-se nos autos de declarações, narrativas de Éster, Antônio e do pai das crianças. Além disso, integra também enquanto “Auto de Exibição e Apreensão” alguns armamentos (do local do crime) tal qual duas espingardas e um facão. Junto a esse material processual, encontra-se a cópia do exame de lesões corporais realizado em Estér, que constatou marcas de violência física. Tudo isso, no entanto, não amenizou a situação de Antônio.

A outra parte do processo se destina à preocupação com a punição e “recuperação” de Antônio. Sobre isso, há nessas evidências uma dedicação sobre o que fazer com o menino tendo em vista que ele é considerado “perigoso”, como podemos ver no trecho a seguir onde consta a narrativa do então Juiz de Direito de Toledo, determinando possível resolução sobre o internamento do menino:

Com relação ao menor, posto em observação mostrou-se rebelde e insubmisso. No meio que vivia com a família nota-se um ambiente totalmente contrário a moral. Criado em estado de analfabetismo tinha por ocupação andar armado e caçando.

Si, voltar ao convívio familiar, sem recuperação vae se transformar em herói de gibi.

Assim sendo determino o internamento de Antônio, até completar 18 anos. (PARANÁ, 1960, fl. 16a)

⁶¹ Tupãssi é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía a população de 7.997 habitantes, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população esteja em torno de 8.105 habitantes. Foi reconhecido enquanto município com a denominação de Tupãssi, pela Lei Estadual n.º 7.270, de 27 de dezembro de 1979, momento em que foi desmembrado de Assis Chateaubriand (até 1960 era parte de Guaíra, após essa data fez parte de Toledo e em 1966, passou a fazer parte de Assis Chateaubriand), de acordo com o IBGE (2017). Além disso, nesse momento o município constituía um processo de crescente ocupação (via colonizadora, produtores e trabalhadores que chegavam à região).

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tupassi/panorama>> Acesso em: 15 de nov. 2021

⁶² Guaíra é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía a população de 30.704 habitantes, de acordo com o último Censo (2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população esteja em torno de 33.497 habitantes. Foi reconhecido enquanto município pela denominação de Guaíra, pela Lei Estadual n.º 790 em 14 de novembro de 1951, momento em que foi desmembrado de Foz do Iguaçu.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaira/panorama>> Acesso em: 15 de nov. 2021.

No trecho mencionado há vestígios de certo preconceito com a família de trabalhadores envolvendo práticas de seus modos de vida, como, por exemplo, a caça, o uso de armamento e o fato de Antônio não possuir escolaridade formal (práticas comuns aos trabalhadores à época os quais em muitas ocasiões deixavam a escola ou nem chegavam a frequentá-la para se dedicarem ao trabalho).

Nos autos, esses aspectos são utilizados como parte de argumentações pelos agentes da lei sobre o quanto tais práticas o levariam a ser “perigoso” e como podiam prever o que Antônio poderia se tornar futuramente. Além disso, algumas mensagens situadas nas documentações construídas na Vara Privativa de Menores de Curitiba, que integram esses autos, indicam os seguintes preceitos: “A nação caminha pelos pés das crianças”; “Proteger e educar os menores é um dever de todos os brasileiros”.

Isso tudo evidencia como determinadas instituições associadas ao poder judiciário enxergavam e tratavam crianças, adolescentes e jovens da classe trabalhadora naquele período – década de 1960 – e, sobretudo, como isso demonstra práticas sociais costumeiras ligadas ao Estado – apontando infrações cometidas por esses sujeitos ao mesmo tempo em que destacam uma grande preocupação e compromisso social.

Desse modo, no dia 14 de junho de 1960 Antônio foi levado para a Escola de Recuperação de Menores em Curitiba, a fim de uma “recuperação social”. Cabe-nos questionar, que recuperação era esperada para Antônio e o que isso nos possibilita discutir sobre as relações de poder envolvendo essas crianças e adolescentes trabalhadores desde meados do século XX? Questões que podem ser problematizadas a partir de um trecho do Boletim de Comportamento de Antônio, produzido no respectivo internamento, o qual destaca que:

dêsde sua chegada nesta Escola, sempre demonstrou comportamento exemplar, dedicação aos seus mestres e obediência aos seus superiores; vem trabalhando como zelador no Gabinete do Diretor, tendo demonstrado em várias observações feitas por ésta Diretoria, completo estado de Recuperação. Solicito autorização para o desligamento do referido menor, desta Escola, pois o mesmo está agora apto a ajudar seus progenitores, servir a coletividade e ser útil ao convívio social. (PARANÁ, 1960, fl. 20b)

Apesar de outros trechos dessa fonte serem importantes para a compreensão da experiência de Antônio, resolvi recortar a passagem acima por acreditar que ela apresenta certas intencionalidades e visões sobre trabalhadores como Antônio. Algo que torna possível discutir determinadas ambiguidades de relações como essa, estabelecida no judiciário naquele período.

A subserviência de Antônio é elogiada, por demonstrar “dedicação aos seus mestres e obediência aos seus superiores”, especialmente por meio do trabalho de zelador que realizava naquela instituição. Sendo assim, elementos como aptidões ao trabalho e à disciplina foram colocados em pauta, positivando o trabalho e ressaltando sua possível finalidade corretiva para sujeitos como ele, ignorando, em grande medida, a realidade social que viviam, para além da cena do crime em que Antônio esteve envolvido.

Nesse sentido, vemos que essas instituições, ao buscarem “resolver” a seu modo e com seu crivo moral a “situação” de Antônio, relacionaram suas ações à práticas perigosas, do mesmo modo que existe uma grande preocupação em controlar os comportamentos de trabalhadores em sociedade. Isso tudo como parte do propósito de tentar determinar e corrigir práticas por meio de correções, inclusive de internação, uma opção recorrente para o juiz de menores que coadunam com tal moralidade e olhar de classe. Algo que não é particular à situação do trabalhador nesse momento histórico, mas de muitos meninos e meninas que eram levados para esses espaços a fim de encontrarem uma “recuperação social”.

Assim, vemos que além da internação ser uma prática comum daquele período, também há de se pensar que experiências como essas, entendidas como “infração”, tornavam-se casos de polícia, onde envolviam o Juiz da Comarca e Juiz de Menores, além das instituições de correções que, em tese, orientavam-se por meio do Código de Menores de 1927, que ainda respaldava tais condutas repressivas, visando determinadas condutas.

Apesar de Gisélia Maria Campos (2007) problematizar as experiências de crianças e adolescentes na FUNABEM em Viçosa, recortando temporalmente os anos de 1964-1989 (respectivamente ano de implantação e encerramento dessas instituições), analisando materiais produzidos pela instituição; jornais locais, narrativas orais com ex-trabalhadores da instituição e ex-internados, fotografias, etc., percebo similaridade não somente em ações, mas também no que se refere a moralidades comuns às explicitadas no inquérito de Antônio e de outros tantos sujeitos dessa mesma temporalidade. Pois, mesmo que haja ressalvas sobre as diferenças entre esses universos sociais, percebo ao tomar contato com a pesquisa da autora, bem como ao relacioná-la com as documentações que tive acesso no decorrer desta investigação (principalmente inquéritos policiais que tratavam desse contexto), tal associação permite acessar esse entendimento “repressivo” e a preocupação sobre/com a conduta e regramento dos trabalhadores (especialmente crianças, adolescentes e jovens), algo que já se constituía enquanto práticas de controle e domínio pela classe dominante, mesmo anteriormente ao Golpe de 1964.

Além disso, o trabalho da autora é representativo para indicar que apesar das constantes tentativas de constituir nesses sujeitos uma lógica pelo trabalho (que também compreendo que eram anteriores às instituições que a autora analisa), esses mecanismos não resolviam os problemas sociais e, muito menos, “controlavam” esses sujeitos. Já que é possível aferir em muitas pesquisas, como a de Campos, resistências constantes – tal qual fugas desses locais, contestações a respeito dos trabalhos e castigos imputados a eles etc.

O Código de Menores de 1927, em vigor naquele período – e que predominou até 1979 (quando então foi criada outra legislação - posteriormente repudiada e substituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990) -, bem como o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), criado em 1941, indicam-nos o quanto essas regulamentações estão carregadas de tentativas de dominação social de alguns sujeitos sobre outros e partem de disputas sociais reais, de interesses que se forjam entremeio aos apelos morais que enunciam tais ações. Sobre a criação e prática desses projetos, Rizzini e Pilotti (2011) destacam que

Até a criação do Serviço de Assistência aos Menores (SAM) em 1941, não havia no país um órgão federal responsável pelo controle da assistência, oficial e privada, em escala nacional. O SAM manteve o modelo utilizado, desde a década de 1920, pelo Juízos de Menores, atendendo os “menores abandonados” e “desvalidos”, através do encaminhamento às poucas instituições oficiais existentes e às instituições particulares, que estabeleciam convênios com o governo. Aos “delinquentes”, só restavam as escolas públicas de reforma, as colônias correccionais e os presídios, já que a iniciativa privada não dispunha de alternativas para o seu atendimento. A partir das primeiras tentativas do Estado em organizar a assistência à infância, na década de 1920, houve o estreitamento da relação entre os setores público e privado. O modelo de assistência daí originado persistiu ao longo do tempo. (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 25-26)

O trecho destacado pelos autores faz refletir sobre as similaridades das concepções correção e repressão sobre esses sujeitos e das instituições que os recebiam ao longo da história brasileira, inclusive se mantendo com as FEBEMs, instituídas posteriormente. Muitos trabalhos vão discutir esse processo histórico, dando atenção para as diferenças entre as legislações, as práticas sociais e valores produzidos por esses sujeitos históricos naquele momento. Enquanto outros irão problematizar a mudança de concepções de “infância” no processo de implementação dessas legislações.

O trabalho de Cristiano Neri (2012), faz uma discussão interessante sobre esse universo social, partindo de processos da Vara da Infância, Juventude e Família, destacando a relação de crianças e adolescentes residentes em Toledo-PR, entre a década de 1980 e 1990, as instituições e dentre outras práticas que naquele momento tentavam se apresentar como solução para o que

entendiam como os problemas sociais advindos da vulnerabilidade e desigualdade social, ativadoras da degradação e precocidade dessas crianças e adolescentes em relações de trabalho.

A análise do autor, a meu ver, passa por discutir o período em que o Código de Menores de 1979 vigorou, onde aponta a existência de um entendimento pejorativo a respeito das crianças e adolescentes pobres, enquanto “situação irregular” incorporada nessa legislação. Mas, para Neri, posteriormente, à medida em que a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passa a ser implementada (na década de 1990), as visões sobre os trabalhadores tendem a se modificar, passando a levar em consideração a cultura e a condição de sujeito social - ainda que as instituições (governamentais e não governamentais) continuem a promover ações corretivas para “reinseri-los” na sociedade, de forma mais branda, é verdade, por sugerir um caráter pedagógico (enquanto um ensinamento experimentado como ajuste).

Então, se no momento em que vigorava o Código de Menores tais instituições consideravam que esses sujeitos deviam ser afastados do social e “punidos” por determinadas práticas, tidas como perigosas e inaceitáveis, hoje há um forte embate entre as leituras do *como* e *o que* deve ser feito com essas crianças e adolescentes tornando ainda mais difícil tratar esses dramas fora da ótica de ajuste.

Acredito que tanto a construção e a demarcação da Constituição de 1988, como do ECA, expressam mudanças sobre entendimento das crianças e adolescentes de seus direitos e deveres, bem como de que maneira as instituições deveriam tratar esses sujeitos sobre diferentes aspectos de suas vidas. Porém, apesar de provocarem movimentos no curso da história também são materialmente expressões de dinâmicas anteriores. Para tanto, tomo como referencial o entendimento de que

Justiça, leis e direitos não significam apenas mecanismos de dominação de classe, embora também o sejam, mas igualmente campos de conflito onde se travam importantes batalhas entre dominantes e dominados, um âmbito da luta de classes enfim (SCHMIDT, 2010, p. 32).

Nesse sentido, não enxergo tal processo histórico dos estabelecimentos de legislações, programas e instituições, como processo enrijecido por determinadas concepções, ou mesmo, apenas pela lei em vigor (passando repentinamente à outra na medida que se estabelecem novas demandas por novas leis), mas o que temos são concepções e práticas em contínua disputa tanto para se efetivarem enquanto leis, quanto para intervirem nas relações sociais. Todo esse emaranhado expõe um processo permeado por combates e denúncias, inclusive, devido às ações de crianças, adolescentes e jovens trabalhadores.

No que se refere ao trabalho desses sujeitos, analiso que ainda é bastante dificultosa a visualização dessas práticas como exploração, especialmente por trabalhadores das instituições que atendem esses sujeitos. As atenções sociais desses profissionais parecem estar voltadas para determinadas atividades tidas como “problemas sociais”, não desenvolvendo muito interesse sobre as discussões envolvendo as relações de trabalho. Talvez porque entre tantos dramas, tensões e violências sinalizadas na trajetória de crianças e adolescentes essa questão seja tida como o mal menor que experimentam ordinariamente. Do mesmo modo, apesar das legislações pregarem determinado sentido de direitos sociais não vemos muitas dessas ações concebidas enquanto “direitos”, (mas, muitas vezes, como “auxílios” e, até mesmo, como “caridade”). Além disso, não são poucos os indícios encontrados nessa investigação que apontam juízo de valor pautando as ações dentro dos órgãos públicos.

Preceitos como o do trabalho que enobrece, também é destacado em diversos outros processos do mesmo momento histórico de Antônio e, com outra tenacidade, em avaliações mais recentes, como as indicadas nos prontuários de atendimentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Pato Bragado – PR, os quais tive contato no ano de 2021⁶³. Neles, é possível notar tais expectativas e princípios normativos perante aquelas crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Diante disso, analiso que certas historicidades continuamente se alteram, mas, também, revigoram, por outras bases, essa noção de ter no trabalho um “recuperador” moral desses sujeitos.

Atualmente as instituições constituintes das políticas sociais de assistência pautam no ECA suas organizações, ações e entendimentos. Surgem então a partir do ECA os Conselhos Tutelares, bem como ao longo dessa década e da seguinte se estruturaram, o CRAS e CREAS, além de outras concepções sobre como lidar com sujeitos que conflitam com a lei e onde os inserir.

No entanto, o que pude perceber à medida que me atentava sobre as especificidades das cidades do Oeste paranaense é que os processos de instituição e funcionamento dessas ações tiveram seus movimentos próprios em cada cidade. Até pouco tempo atrás (quicá até no presente momento) em algumas cidades do Oeste prevaleciam a necessidade de “punição” e “recuperação” desses sujeitos. Algo que Fabiana, funcionária do CREAS de Guaraniaçu destacou em nossa conversa:

⁶³ Importante destacar que tais visões não são peculiares a essa respectiva instituição de Pato Bragado e sujeitos que nela trabalham ou são atendidos (ou, mesmo, do Oeste paranaense). Nesse sentido, a intenção é demonstrar que esses valores e práticas fazem parte de um conjunto de entendimentos sociais em disputa no tempo presente.

Fabiana: [...] então quando eu ia na escola, também tinha os que não iam, naquela época o Conselho Tutelar ele era mais...maleável, sabe? Agora com o passar dos anos ele acaba ficando cada vez mais incisivo. Vai...vai...mudando o sistema, vai mudando não sei o que...vai mudando as coisa e tão ficando cada vez mais rigoroso, sabe? Daí então como o...Conselho Tutelar fez essa primeira visita, eles verificam o porquê não tá indo “ah porque choveu daí (inaudível) não tinha como ir...”, “porque choveu aqui tem muito barro não tem como ir”, “porque...porque ta não sei o que lá, se juntou com não sei quem e foi embora.” Tão cada situação é uma situação. Ah quem não consegue entender nada o que tá passando, que que os professores fazem? Encaminham pra neuro, pra avaliação alguma coisa assim, né? [...] sempre na justificativa dos pais, e daí eles encaminham pra nós pra gente vê se eles voltaram a ir ou não, né? Daí assim é...feito assim como se fosse uma advertência, Conselho Tutelar. E se der 3 advertências, então foi feito a primeira verificação encaminhamento vem pra nós, beleza. Voltô a faltá de novo e foi 3 vezes essa advertência daí...e não for resolvido, aí é encaminhado pro Ministério Público. Daí já vai pro Judiciário a situação.

Patricia: ah tá. Mas no caso dessa moça aí que você falou essa...essa briga digamos assim de...de ela ter que ir pra aula e tal, começô mais ou menos em que...quando assim? Em que idade dela? [...]

Fabiana: [...] É...essa menina a gente acabô conhecendo ela porque ela cumpre medida acho que desde os 12 anos, daí...porque tinha brigado na escola. Mas ela também não vinha na medida. Nem cumpria a medida. Tanto que até tava até esses dias é...o judiciário ficava...cobrando ela. A gente conseguiu transformá a medida dela que era presencial pra liberdade assistida onde a gente visitava ela, que foi na primeira gravidez dela. Daí a gente explicô toda a situação pro judiciário e eles acataram a ação de liberdade assistida. Só que não se encerrava a medida porque ela não tava cumprindo com a obrigação de ir na aula. Porque dentro das medidas um dos critérios é frequentá a aula. E tava rodando esse processo. E tava meu deus do céu...até que um dia a juíza sugeriu...a juíza...que daí a juíza mesmo “se encera a medida socioeducativa porque ela já é de muito tempo...” questão de aula, e daí na última vez ela tendo feito a matrícula, sabe? Daí...gera quase no fim do ano...na metade do ano, não sei, daí ela tinha feito matrícula veio a juíza...porque o promotor ele queria vê depois de um tempo se ela tava indo, sabe? Só que daí a juíza “não, essa medida aí ta de muito tempo, vamo encerrá” daí ela encerrou a medida. [...] daí não sei como está agora.

Patricia: ah depois que ela fez 18 anos encerra então?

Fabiana: sim, aham.

Patricia: ah tá. E essa medida que ela cumpria ela ia lá fazer o que? Em algum projeto alguma coisa assim? Ou...

Fabiana: no tempo que eu comecei a trabalhá no CREAS as medidas eram com serviço comunitário. Elas vinham...e tinha bem menos pessoas...adolescentes. Eles viam ajudavam na limpeza, com a limpeza por fora...arrumá as roupas de doação...coisas assim, sabe? Dependendo do técnico passava alguma coisa. Se fosse um menino mais velho assim de mais...acima de 16, era encaminhado junto pra Aviação e Obras pra ajudá com alguma limpeza, algum coisa. Só que daí com o passar do tempo eles...é...foi aumentando os adolescentes e não tinha mais com o que ajudá e foi mudado pra Socioeducação, né? E agora são oficinas de informática e de...de literatura, onde tem a questão da Socioeducação, né? Onde é direcionado. Daí eles vão e ficam essas 4 horas por semana, né?

Patricia: ah tá. E daí eles ficam nesses projetos então? Então não tem mais essa questão do trabalho...de fazê limpeza nem nada do tipo?

Fabiana: não.

Patricia: isso acabou...você sabe se isso acabou faz muito tempo? Quanto tempo mais ou menos faz que mudô, né?

Fabiana: olha...quando eu comecei...eu comecei a trabalhá em 2018. Tinha umas...tinha umas lá de Taekwondo e adolescente não gosta de luta e ficá se pegando assim, né? Não iam, não frequentavam. E nós como equipe a gente tem que colocá eles em algo que eles frequentem então se ele não ta indo no Taekwondo, cabe a equipe achá outra coisa que faça ele cumprir a medida, sabe? E depois de um tempo assim a gente conseguiu é...contratá esses oficineiros pra fazer essa Socioeducação, só que a gente só tinha em um turno, e daí os outros que estudavam no outro turno [não tinham], né? E daí depois no outro ano a gente conseguiu fazer pra de manhã e de tarde.

Patricia: ah tá. Então isso começou mais ou menos nesses últimos anos que você tava então?

Fabiana: sim, aham.

Patricia: [...] e você não tem conhecimento por exemplo desses que é...eles trabalhavam, né? Tipo na limpeza enfim...se eram muitas horas? Ou poucas horas assim?

Fabiana: eram dadas bem poucas horas assim. Geralmente é 16 horas, 1 mês, né? [...]

Patricia: sim. E essas oficinas de literatura e tal é feita por professor?

Fabiana: sim, aham. O de informática é feito por um instrutor de informática, né? E essa de literatura é uma professora, ela já é até aposentada, faz essa...essa oficina.

Patricia: essa oficina...ah...entendi. É que as vezes eu vejo assim em algumas cidades que muda o jeito, né? De trabalhá. E aí em algumas cidades eu tinha visto realmente que era...que era serviço comunitário, né? [...]

Fabiana: sim. Depende de cada juiz da comarca. [...] nossa juíza ela entende assim. Mas, tem juiz que não ta nem aí e qué que faça serviço comunitário e nem liga. E daí também a gente tinha uma grande dificuldade que ninguém aceitava eles. “Ah porque é...ladrãozinho, é não sei o que lá” meu deus do céu. A gente tentou...tinha um no interior bem longe, a gente tentou colocá ele na escola mais perto da [casa dele]...trabalhá com limpeza “ai porque não sei o que lá ta com medo” sabe? Daí a gente “ ah não, deixe quieto, vamos fazê só as nossas oficinas aqui, a gente pede uma liberação pro transporte eles conseguem vir gratuitamente e...e fazem essa...essa medida”.

Patricia: mas quem que tinha essa visão assim meio preconceituosa com essas crianças e adolescentes? O pessoal que trabalhava nesse local e tal?

Fabiana: sim, diretora de escola...professor...é...os próprios que trabalham com isso também, sabe? Tem preconceito. (FABIANA, 2021)

Fabiana tinha naquele momento da entrevista 27 anos. Formada em psicologia, trabalhava há aproximadamente 3 anos no CREAS de Guaraniaçu-PR, juntamente com outra colega, formada em Serviço Social. Fabiana é filha de agricultores e reside com o pai e a mãe em uma propriedade de aproximadamente 30 alqueires na área rural do município. A renda da família se originava especialmente da produção de soja e milho (a qual seu pai é o responsável), além de venda de produtos caseiros (como bolachas), produzidos por sua mãe e vendidos para o Celeiro do Agricultor do município, contam também com o salário que Fabiana recebe trabalhando no CREAS.

De acordo com Fabiana, trabalhar na área social era o que desejava fazer (devido à experiência de estágio, realizada ainda na graduação, na rede assistencial do município de Cascavel, momento em que atuou no atendimento aos usuários). No entanto, Guaraniaçu não era a primeira escolha enquanto espaço de trabalho depois de formada, pois seu “sonho” era trabalhar na Assistência Social de Cascavel e, especialmente, trabalhar apenas com os adolescentes atendidos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e no de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Sobre isso, quando falávamos sobre essa expectativa e sobre a condição de trabalhar em Guaraniaçu, Fabiana aponta certos sentidos sobre como enxergava seu trabalho e a estruturação da Assistência no município, os quais nos auxiliam a refletir sobre como essas relações são construídas distintamente de um município para outro no Oeste paranaense, mesmo formulando (em tese) atuações comuns:

Patricia: [...] mas então aí no CREAS você atende só os adolescentes? Ou todo mundo que chega?

Fabiana: eu atendo todo mundo que chega pro CREAS, né? Nós atendemos. Que o CREAS ele atende os direitos violados, né? [...] A gente atende os adolescentes infratores, a gente atende violência contra a mulher, violência contra a pessoa com deficiência e aos idosos.

Patricia: ah, sim, tudo isso, né? E vocês são em quantos mais ou menos aí agora?

Fabiana: aqui no CREAS sou só eu e a Vanice, que é a assistente social. Somos só nós duas.[...]

Patricia: ah tá. E você assim sempre quis fazer o concurso pra Guaraniaçu? Ou não? Ou você pensava em outro lugar assim?

Fabiana: é que assim, eu pensava...como eu fiz estágio em Cascavel, eu tinha vontade de passá em Cascavel, porque eu via como que lá funcionava, como que era bacana, né? Daí tanto que... por ser minha cidade natal eu nem queria fazê o meu concurso aqui em Guaraniaçu, só que minha mãe pegou e falou assim: “pega e faz o concurso porque você nunca sabe, né?” [...] daí eu peguei e fiz. Tanto que se eu não tivesse feito o concurso aqui...né...não sei onde que eu...provavelmente eu tava em outra cidade porque agora até moro com eles ainda, né? Então eu tenho poucas despesas, tudo isso. Só que eles são do interior, né? Daí eu vou e volto todo dia. [...] então a minha intenção nem era...atuar em Guaraniaçu. Porque cidade pequena questão de...falta muito serviço, sabe? Daí cidade grande que nem Cascavel é considerada a referência do Paraná, em relação a assistência social, né? [...] então eu tenho grande sonho de trabalhá lá.

Patricia: ah tá. E lá também o salário é diferente? Ou você acha que não assim? Isso foi algo que você considerou também quando você pensou em fazer lá?

Fabiana: se eu considerá o salário eu não vô porque muda [...] nem 1000,00 de diferença e como aqui eu moro com os meus pais e não tem despesa, só de deslocamento...[...] é...ficaria...com re...pior pra mim. Porque isso eu vô pagar com aluguel, com...com as outras despesas, né? Mas eu, na minha visão, eu acho melhor questão do...dos atendimentos...então pra mim é melhor receber menos dinheiro e trabalhá em lugares que sejam diferentes...sejam

melhores...[...] pela questão de saúde emocional, sabe? [...] do que, né? Ganhá mais, mas sofrê mais.

Patricia: sim. E...você acha que lá em Cascavel já é mais estruturado também essa coisa do...do CREAS? Porque tem vários, né? Se não me engano tem 2, 3, né?

Fabiana: tem 3, e eu não sei se tem 4. Lá tem 1 específico pra medida socioeducativa, né? [...] e agora eles foram divididos...eles foram regionalizados. Antes eles eram tinha um CREAS, da mulher e do idoso...e da pessoa com deficiência que sofria violação de direito e da criança e do adolescente. É...só que agora eles foram divididos em regionais então tirando da medida, que atende só medida, os outros atendem todas as situações, mas...regionalizados, né? [...] daí tem questão de rede, né? Lá existe, por exemplo...lá existe os CREAS divido e aqui é só nós. Só nós duas que atendemos de medida a tudo, sabe? é... [lá em Cascavel] existem os outros setores e aqui não. Aqui CRAS, CREAS...não tem, sabe? [...] [não] existe vários lugares...daí parece que não vai muito também, sabe? [...]

Patricia: e daí você gostaria de trabalhá nesse que seria das medidas socioeducativas em Cascavel? Era nesse que você tinha pensado? Ou era outro?

Fabiana: é...por mim qualquer outro porque lá, né? Quando a gente é chamado, quando a gente faz o concurso a gente é chamado vai pra onde tem a vaga, né? [...] pra mim pode ser qualquer um...até na saúde...na saúde eu não gostaria de ir, né? Mas se for a vaga que tiver... [...] depois pede transferência, né? (FABIANA, 2021)

De acordo com ela, Cascavel conta com uma organização de Assistência Social bastante distinta de Guaraniáçu. Enquanto em Cascavel o serviço dos CREAS é regionalizado (Leste, Oeste, Sul) e possui ainda um CREAS específico para cumprimento de Medida e Prestação de Serviços à Comunidade; em Guaraniáçu existe apenas 1 CREAS e somente duas funcionárias (Fabiana e uma assistente social) para atender diferentes violações de direitos. Apesar de não ter falado muito sobre esse processo de definição entre as cidades, indicou que pretende “continuar fazendo concurso”, não quer se “estabilizar” em Guaraniáçu.

Esses indícios, bem como outras narrativas de Fabiana durante nossa entrevista, demonstram o quanto a falta de recursos e funcionários prejudicam o atendimento e as relações mantidas entre trabalhadores dessas instituições e os trabalhadores atendidos em cidades de pequeno porte como Guaraniáçu. Do mesmo modo, isso acaba fortalecendo seu desejo de trabalhar em outra cidade por conta de sua “saúde mental”. Algo que também pude visualizar no momento de seleção das fontes na cidade de Pato Bragado - que igualmente contava somente com 1 CREAS e duas funcionárias, uma assistente social e outra psicóloga.

Naquele momento, na cidade de Pato Bragado não havia nem mesmo estagiários trabalhando no local. Assim, as narrativas das funcionárias apontavam que ao precisarem realizar as visitas tinham que chamar outro servidor da prefeitura da cidade para manter o CREAS aberto ou mesmo fechar o órgão nos momentos de visitas e atuação em campo.

No que se refere à internação de sujeitos, atualmente essa medida é compreendida de modo diferenciado em alguns aspectos em relação ao modo como trataram Antônio em 1960, uma vez que outras legislações vão amparar e orientar as ações do judiciário. Entre algumas legislações podemos citar a Constituição de 1988, o ECA de 1990 e a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2012; as quais indicam que o processo de internação somente ocorrerá em casos considerados excepcionais e graves.⁶⁴

Algo que está materializado em alguns prontuários do CREAS de Pato Bragado-PR. Dentre essas documentações, destaco as fichas relacionadas a Igor, que foi internado no Centro de Socioeducação (CENSE) de Laranjeiras do Sul-PR⁶⁵ em 2019 (naquele momento possuía aproximadamente 16 para 17 anos). De acordo com as anotações das funcionárias do CREAS, Igor auxiliava no processo de carregamento de drogas do Paraguai para o Brasil. Dentre as diversas anotações das profissionais quanto ao acompanhamento da família do adolescente (a qual anteriormente à sua apreensão já era acompanhada pela equipe), destaco as seguintes anotações do dia 14 de junho de 2019:

Renata [mãe de Igor] esteve no CREAS. Verbalizou que trabalha na Lavanderia, que sai de casa as 06:40 min e retorna 17:30.

Relatou que está muito triste com o que aconteceu com o filho. Verbalizou acreditar na inocência dele, que o filho vai para o Paraguai para visitar o pai [que reside lá], e aceitou uma carona para voltar, para não precisar pagar a balsa, contudo “que se deu mal”. Que ofereceram carona para ele, e no caminho pediram se ele ajudaria a descarregar uma carga de cigarro por R\$50,00, e que o filho aceitou pois não soube como dizer não, contudo que quando começou viu que não era cigarro e sim maconha. E que logo na sequência a polícia chegou.

Acrescentou que Igor fica “preso em uma cela”, e que só sai para ir na psicóloga, e que os estudos são levados até ele na cela. Igor está no Cense de Laranjeiras do Sul. Pegou 1 ano de regime fechado porque era tráfico internacional. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2019a)

⁶⁴ Tal recomendação está prevista no “Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (p. 73, ECA).

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-doestatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf> Acesso em: 10 abr. de 2022.

⁶⁵ Laranjeiras do Sul é um município que integra a região Centro Oeste do Paraná. Possuía a população de 30.777 habitantes, de acordo com o último Censo (2010). O mesmo órgão, estima que em 2021 a população esteja em torno de 32.167 habitantes. Foi reconhecido enquanto município pelo Decreto-lei Estadual do Paraná n.º 533, de 21 de setembro de 1946 naquele momento nomeado de Iguaçú, o município passa a denominar-se Laranjeiras do Sul pela Lei Estadual n.º 2, de 11 de outubro de 1947, desmembrado de Guarapuava, de acordo com IBGE (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/laranjeiras-do-sul/panorama>> Acesso em: 15 de nov. 2021.

Sobre o trecho, ele se refere às anotações do acompanhamento da família do adolescente, tendo em vista “prepará-la” para recebê-lo quando for efetivada sua colocação em liberdade. Apesar das narrativas acima serem formuladas mediante uma reelaboração e crivo da funcionária em relação ao que Renata narrou, percebe-se a ênfase dada a Igor estar “preso em uma cela” e a tristeza da mãe com toda a situação.

A formulação “preso em uma cela” é colocada pela funcionária entre aspas para enfatizar e citar a linguagem usada por Renata, o que acredito estar relacionada com o fato dessa expressão da trabalhadora dar o sentido (e a funcionária reconhecer isso) que o menino estava em uma “prisão”, ou seja, um significado sobre a internação do filho, como se não houvesse uma distinção entre “estar internado” e “estar preso”.

Tendo em vista, ainda, que em outras anotações das profissionais, ao longo do acompanhamento familiar, Renata destaca a dificuldade que ela e seus familiares possuem de ir visitar Igor e ter que custear não somente as passagens de ônibus, como também hospedagem, uma vez que os horários de visitas e de ônibus não estão em consonância para ir e retornar no mesmo dia. Sendo assim, precisam ir em um dia, ficar em hospedagem, visitar o filho e retornarem, apesar de terem uma pequena ajuda de custo do Estado e do pai do menino (com R\$100,00).⁶⁶ Além disso, faz parte dessa análise sobre o que explicita a produção dessa anotação perceber o entendimento que informou o registro, pois apesar da funcionária compreender as diferenças entre internação e prisão, acha importante destacar o modo como Renata vê e expressa seus sentidos sobre a situação.

Anteriormente à ocorrência em questão, Igor e sua família já eram atendidos pelo CREAS. A primeira anotação sobre o adolescente data de 2015, quando tinha 14 anos de idade aproximadamente, e se referia à violência física que sofreu do pai, inclusive entre as marcas da agressão destacadas pela funcionária estava o “olho roxo e inchado”. Apesar disso, o menino

⁶⁶ O valor da locomoção de ônibus destacada por Renata, entre Pato e Laranjeiras do Sul é de R\$ 70,00 para ir e R\$ 70,00 para voltar (por pessoa), somando-se ao gasto com hotel (no valor de R\$ 40,00 por pessoa), alimentação, taxi e entre outros. Tal custo é reduzido devido o fornecimento pelo Estado de 1 passagem por mês para a família (acredita-se para 1 familiar apenas) visitar o adolescente, mas ainda assim o custo é considerado alto para os trabalhadores e, além disso, o que se vê é que geralmente Renata é acompanhada nas visitas por alguma das filhas que também objetivam ver o irmão. Consta-se, ainda, em anotações nessas documentações do CREAS, a solicitação de uma funcionária do CENSE à instituição solicitando saber se o município possui recursos para ajudar nas despesas da família, o que foi informado a ausência destes e que o município não está vinculado ao programa Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI), onde há a liberação de recursos pelo governo do Estado (A modalidade é financiada com recursos do Fundo da Infância e Adolescência-FIA, deliberados no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca), para o atendimento de adolescentes que cometem ato infracional.

Para mais informações sobre a intencionalidade, funcionamento e especificações sobre a adesão ao programa, consta-se disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Municipios-com-AFAINossa-Gente>> Acesso em: 20 abr. de 2022.

não quis registrar Boletim de Ocorrência contra o pai. De acordo com a documentação, Igor destacou que a agressão ocorreu motivada pela discussão envolvendo o desejo dele em ficar na cidade de Pato Bragado com a mãe e irmãs e não retornar para a casa do pai no Paraguai, onde residia anteriormente. O pai, que estava no momento embriagado, tentou colocar o menino à força no carro para retornarem à residência. Vendo a situação, uma das irmãs do menino denunciou a situação ao Conselho Tutelar, bem como destacaram que também já foram agredidas pelo pai, especialmente quando mais novas, justificando esta violência pelo fato do mesmo ser alcoólatra.

Pelos indícios apresentados nas fichas, Igor possuía 2 irmãs (que viviam em Pato Bragado) e 1 irmão (residente no estado do Mato Grosso). As irmãs viviam com companheiros, mas ocasionalmente voltavam a residir com a mãe, especialmente quando essas se separavam dos conjugues (muitas vezes, apenas momentaneamente). Ao percorrer as anotações das fichas, é possível observar que o adolescente circulava pelas residências dos familiares, mas posteriormente a agressão, decidiu residir com a mãe. No entanto, pouco tempo depois, após desavenças com mãe e irmãs, voltou a morar com o pai quando este veio a residir no distrito de Bom Jardim.⁶⁷

Ainda nos registros do prontuário do adolescente é possível observar a indicação de que ele já realizava outras atividades para auferir renda anteriormente ao seu flagrante no descarregamento de drogas. Igor já atuou com a lavagem de carros e, também, venda e criação de peixes com outro patrão. Todavia, nos relatórios não se tem muitos detalhes sobre a dinâmica dessas atividades, uma vez que não foram foco de investigação e repreensão enquanto trabalho irregular. Posteriormente, quando retornou da medida socioeducativa, trabalhou cortando grama, ocasionalmente “quando tinha serviço”, recebendo o valor de R\$100,00 o dia.

Esses aspectos da experiência de Igor serão confrontados com o que a cópia da sua sentença apresenta sobre “ser trabalhador” e “ser criminoso”. Nela, o Juiz de Direito da Vara da Família destaca que entre as justificativas apontadas pelo adolescente, uma delas é que estava desempregado há 3 meses e, por isso, a realização de tal atividade. Além disso, o magistrado concluiu que esse episódio não era algo isolado, pois essa atividade é realizada também por outros sujeitos: “sabido que o tráfico de drogas tem se apresentado como uma alternativa

⁶⁷ Bom Jardim é um distrito da cidade de Marechal Cândido Rondon, distante aproximadamente 20 km do centro do município (o tempo destinado a locomoção é próximo a 25 minutos em linha reta). O distrito foi criado e anexado à esta cidade em 1993 pela Lei nº 2.807, de 23 de maio de 1993. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/historico>> Acesso em: 20 abr. de 2022.

rentável para aqueles que querem fazer da atividade criminosa seu meio de vida, ao invés de procurar um emprego lícito para auferir renda, como é o caso dos autos” (CREAS, 2019 fl. 7).

Tendo em vista a tentativa de construir estratégias para transformar esses documentos em fontes apareceram incômodos acerca de tais relações que se evidenciam nelas, como: por quais razões a questão do trabalho aparece como um requisito valoroso e não proibitivo nos registros em questão, uma vez que nem mesmo as assistentes sociais questionam sobre o fato? Como se define que determinadas práticas são moralmente aceitas e “lícitas” enquanto trabalho? De que maneira a prática de certos trabalhos é vista por essas funcionárias do CREAS e por outros sujeitos? As redes de convivência dessas crianças e adolescentes têm qual relação com as práticas de trabalho que realizam e o modo como serão avaliadas? Qual a relação dessa conduta “inaceitável” com o modo de vida desses precoces trabalhadores frente às denúncias e o enfoque dado para determinadas situações nessas instituições de “socioeducação”?

Frente a essas questões, ao retomar a documentação, vejo em prontuários como o de Igor visões controversas sendo construídas sobre esses trabalhadores, formuladas a partir das relações entre instituições, judiciário e trabalhadores. E, muitas vezes, arraigadas em concepções pré-formatadas associando a seguinte métrica: serem ociosos, então delinquentes.

Ainda que, as legislações apontem entendimentos mais progressistas a esses e se desloquem da concretude das desigualdades e opressões que marcam a experiência de muitas dessas crianças e adolescentes, raramente se questiona a materialidade das condições desses sujeitos, em que alternativas, anunciadas judicialmente como atividades ilegais, são vistas por sujeitos como Igor como caminho arriscado, mas acessível, frente às relações desiguais e conturbadas que experimenta e compartilha socialmente.

Assim, de modo geral, os prontuários que tive acesso apresentam a realidade de trabalho infantojuvenil de modo indireto (pois como Fabiana, funcionária do CREAS-Guaraniaçu, destacou, esse não é o foco em si de atuação do órgão). Essas atividades, em grande medida, estão registradas, mas, muitas vezes, não foram o ponto central das denúncias investigadas, a não ser quando se trata de atividades classificadas como ilícitas e moralmente condenáveis, tal qual a prática que Igor e tantos outros, como Jorge, praticam.

2.2 INTERFERÊNCIA NECESSÁRIA, INTERCESSÃO ALMEJADA: USOS E VISÕES DAS REDES DE CONVIVÊNCIA

Sobre a experiência de Jorge vale destacar que ela oferece outro ângulo de entendimento que integra essa realidade de trabalhadores que visualizam nessas atividades rendimentos e

ocupação. A ficha de Jorge traz que ele possuía 15 anos naquele primeiro contato. Ela é construída mediante denúncia de violência física e psicológica praticada pelo garoto contra a avó (paterna), Lúcia, de 66 anos, residente na cidade de Pato Bragado. Em um dos atendimentos à Lúcia, a funcionária elabora o seguinte registro:

[Lúcia] Relatou que a mãe de Jorge pediu a ela que cuidasse do neto, tendo em vista que o mesmo “se envolveu com coisa errada no Paraguai, e estava ameaçado de morte”, Lucia disse que se sensibilizou com a situação, e aceitou ficar com o neto. No entanto, atualmente disse que “não consegue mais lidar com o neto, pois se envolveu com o trabalho ilegal (se referindo ao tráfico de drogas), que não tem hora para sair e voltar para casa, e que não a obedece.” Relatou também que “anda com más companhias”, e que por conta disso, ela não pode nem sair de casa, se referindo a passear em outros municípios, pois sabe que se sair, o neto vai levar seus amigos que são más companhias, em sua casa, e que vão aprontar. Relatou que Jorge não quer mais estudar. Disse que já pediu a mãe de Jorge que busque ele para morar de volta no Paraguai, no entanto, que a mesma alega que no momento a fronteira está fechada, devido a pandemia, que quando abrir irá buscar o filho. Porém, disse que o neto não quer ir. [...] Lucia posteriormente ao atendimento ligou no CREAS para falar com as profissionais novamente, disse “que esqueceu de perguntar, mas que queria saber senão tinha como mandar o neto Jorge para o juizado de menores, e que tinha sido a mãe dele que mandou pedir”. A equipe explicou para ela que não existia essa possibilidade. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020a).

O trecho se refere ao atendimento realizado no dia 23 junho de 2020, o qual indicam visões elaboradas sobre a convivência entre Lúcia e o neto, bem como as possíveis motivações dos conflitos entre eles, elaboradas a partir do registro das funcionárias com base nas falas da senhora. Apresenta-se uma dinâmica comum a Igor e tantos outros que percorrem a fronteira entre Brasil e Paraguai e as possibilidades que esses sujeitos visualizam de angariar ganhos ou mesmo organizar a família nos dois países, em razão da proximidade territorial e o fácil acesso a esses locais.

Os indícios das fontes nos sugerem que enviar Jorge para Pato Bragado foi uma estratégia organizada entre a mãe e a avó do adolescente, devido as ameaças que Jorge vinha recebendo. A solidariedade da avó e identificação dos riscos reais fez com que recebesse o menino, além do possível afeto que possuía para com ele. Junto a isso, pressionava essa decisão o fato que o pai de Jorge (filho de Lúcia) residia no Mato Grosso por conta do trabalho e não tinha proximidade com o garoto, algo que é destacado nos prontuários como afirmações da avó.

No entanto, o arranjo não demorou para ser encarado por Lúcia como incômodo, uma vez que a senhora demonstra discordâncias morais com o neto e tensões acerca dos modos de viver constituídos por ele. Vestígios desses embates se apresentam para muitos trabalhadores

que constantemente buscam solucionar seus problemas e dilemas familiares, fazendo isso, primeiramente, sem a intervenção/mediação dessas instituições, procurando construir suas próprias alternativas e sem correrem o risco dos excessos advindos da tutela estatal. Contudo, muitas vezes, enxergam nessa relação ambígua com o Estado oportunidades para solucionar infortúnios, os quais em muitas ocasiões não conseguem solucionar ou se desvencilhar, tal qual Lúcia acionou, à medida que narrou detalhes sobre a situação que vivia há um bom tempo com o neto e a dificuldade que parecia ter em repactuar tais relações com Jorge.

O apoio institucional somente foi operado mediante a interpretação de Lúcia de que a convivência estava “insustentável”, uma vez que “não consegue mais lidar com o neto”. Nesse sentido, indica diversos elementos que impossibilitaram esse convívio, a desobediência de Jorge, o não auxílio nos serviços domésticos, bem como o trabalho ilegal e relações perigosas que possuía aos olhos de Lúcia –, “ ‘ele atravessa [va] o lago [entre Paraguai e Brasil] com o pessoal do tráfico, com o qual trabalha.’ [...] disse que ele chega [va] frequentemente com grande quantia de dinheiro, R\$600,00/R\$1000,00 relativa ao trabalho com o tráfico, e que ele gasta tudo ‘atoa’[sic] ” (CREAS, 2020b).

Lúcia destaca que além de estar constantemente preocupada com a segurança do neto, uma vez que se sente responsável por ele, não pode mais sair de casa para realizar suas atividades de lazer, uma vez que ao fazer isso o neto pode levar esses “amigos” até sua casa. Algo que indica que a senhora teme por seus bens e os possíveis usos da sua casa e de como seria vista pela vizinhança após tal feito.

Com a pandemia, essa situação se agravou, uma vez que a mãe do menino não poderia vir buscá-lo porque a fronteira estava interdita, criando uma situação que para Lúcia não tinha como continuar. É preciso destacar que o adolescente foi criado com a mãe, sem o convívio com o pai e sem a presença da avó paterna, que frente às suas atuações no Paraguai, ligadas ao tráfico, iniciou tal aproximação. Contudo, sua conduta e modo de viver pouco se alterou ao se dirigir ao Brasil, em uma residência onde não construiu laços afetivos suficientes para levar em conta o que se esperava dele e desse convívio por parte de sua avó.

Então, agressões e conflitos eram constantes, entremeados por pedidos da avó para que retornasse ao Paraguai. Nesse sentido, Lúcia buscou em diferentes momentos o contato com os profissionais do CREAS, procurando legitimar, a partir dessas queixas, a necessidade de se desobrigar dos cuidados com o neto. Questões essas moralmente difíceis de serem explicitadas, uma vez que constroem e polemizam sua imagem enquanto avó e desgastam ainda mais as relações entre familiares.

Assim, cabe perguntar: seria possível supor que Lúcia tenha realizado a denúncia contra o neto (uma vez que não há anotações sobre quem a fez)? Como Lúcia avaliaria a atividade desempenhada pelo neto – se fosse um “trabalho lícito” estaria tudo certo? Qual expectativa Lúcia possuía em relação às ações da equipe diante da sua condição?

Sobre essas questões, não possuo respostas definitivas. No entanto, analiso que Lúcia tinha a intenção de se afastar do neto, algo que também é demonstrado por ela quando questionou a equipe se poderiam enviar Jorge ao Juizado de Menores e, em outra ocasião, se poderiam colocá-lo em uma clínica de reabilitação.

Esses são rastros da dificuldade em tratarmos as ocupações de crianças e adolescentes apenas a partir da possibilidade ou não de trabalharem, caso não levemos em conta a complexa rede de relações e práticas que envolvem auferir renda e se fazerem trabalhadores em uma sociedade desigual e controversa como a nossa. Um universo social em que as relações familiares são forjadas, por vezes, em um terreno pantanoso, repleto de desencontros de expectativas e modos de viver dissonantes, endividamentos, trabalhos inseguros e instáveis, ausências nos cuidados dos filhos, abandono escolar, crimes sexuais, agressões etc.

Tanto a experiência de Jorge quanto a de Igor são importantes para pensar a respeito de como são entendidas essas práticas de exploração nas redes de convivência dos trabalhadores. Cabe questionar que tipo de visão Renata (mãe de Igor) possui em relação às ações do adolescente? Por quais razões Renata defende Igor enquanto Lúcia expõe Jorge e procura afastá-lo de seu convívio?

Vejo que essas questões fazem pensar sobre tais construções narrativas e questionar qual o espaço dos laços afetivos na conformação dos valores e ações dos sujeitos. Apesar do tráfico de drogas, aparentemente, expresso nas evidências, ser encarado como condenável, o modo como os sujeitos vão tratar essas atividades dependem, também, dos laços afetivos construídos nessas convivências, das intencionalidades desses sujeitos e da relevância/ênfase colocada pelas funcionárias que realizam essas anotações no material que utilizamos para acessar tais experiências.

O registro sinalizado no início da discussão sobre Igor, aponta que Renata inicia o seu contato destacando sua condição de trabalhadora, procurando restituir a imagem sobre seu filho a partir da sua. Esses elementos nos sugerem a constante ação de trabalhadores a justificarem e explicarem suas condutas na tentativa de desassociar viver em condições vulneráveis e serem criminosos. Renata destaca que trabalha o dia todo, ainda que isso signifique não conseguir acompanhar e saber o que o filho faz durante todo o dia; uma dificuldade que é compartilhada com muitas trabalhadoras, mas que não retirou sua ênfase em defender o filho – criado por ela,

sem o pai, o qual deu notícias por indicar que vive no país fronteiro a Pato Bragado – onde o filho foi preso. A distância do CENSE onde Igor se encontrava após a reclusão (cerca de 240 Km de Pato Bragado) dificultava ainda mais acompanhar, com certa regularidade, a internação do filho, o que pode ter provocado as novas incursões de Renata em defesa de sua liberdade.

Renata sabe o peso para a vida de pessoas como ela e Igor, vivendo onde vivem, terem na trajetória a marca de uma passagem por um centro de “correção” – pois, que trabalhos e fontes de renda ele irá conseguir ao sair de lá? Como se reestabelecer sem risco de ser preso ou morto caso se envolva novamente com essa atividade? Como assumir determinada posição diante de ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a realidade que Renata observa no seu entorno?

Com o intuito de desenvolver essas questões situo a experiência de Kauan, pois aponta outra medida tomada pelo CREAS para “resolver” o problema de agressividade do menino no tempo presente e que de certa maneira se associa a algumas narrativas historicamente reformuladas. Além disso, ele expressa um caminho recorrente da assistência social ao encaminhar sujeitos como ele para consultas médicas (e, por vezes, consequentemente medicá-los) a fim de modificar/conter certas condutas. Tal direcionamento foi tomado na situação de Kauan, onde foi possível acessar o seguinte laudo médico:

O menor [...] foi submetido a avaliação neuropediátrica e pode-se concluir que tem quadro clínico compatível com transtorno de conduta (CID10: F91), segundo critérios do DSM5.

As informações coletadas foram [repassadas] pelo Conselho Tutelar que acompanhou a mãe e o menor na consulta; não foi trazida documentação escolar. Na escola há relato de conflitos e de dificuldades de aprendizagem escolar. Verificar se há limitação intelectual através da avaliação psicoeducacional para a escola tomar medidas como reforço escolar ou sala de recursos multifuncional.

Os sintomas estão presentes no ambiente escolar e familiar. Percebe-se ambiente familiar conturbado e o menor demonstra pouca afetividade e empatia.

Há indicação, neste momento, de uso de medicação (risperidona – conforme prescrição anexa), acompanhamento psicológico e psicossocial. Deve frequentar projeto social e ensino regular. Sugiro projeto menor aprendiz a partir de 14 anos.

Deve fazer avaliação psiquiátrica se os sintomas forem persistentes. Pode ser acompanhado pelo médico da família para obter as receitas. (CREAS, Pato Bragado - PR, 2018a)

O laudo acima expressa a interpretação da médica em relação aos comportamentos de Kauan, no entanto impressões balizadas pelas narrativas das Conselheiras Tutelares e da mãe do menino que estavam na sala. Esse percurso para “resolver o problema” me faz pensar muito

sobre como certas narrativas médicas ainda são acionadas para buscar legitimar comportamentos dissidentes aos esperados socialmente, inclusive, visando uma recuperação social através de medicação e contenção. Algo que, em momentos históricos mais distantes, também eram entendidos como necessários para construir determinado controle social dos trabalhadores.

Visão de que transgressões devem ser “punidas” ou “suprimidas” ainda permanecem como um repertório cultural controverso. Nesse caso, foi tratado como problema individual do menino, não é entendido como ligado à materialidade de questões que experiencia, mas, pelo contrário, parece desassociada do seu modo de vida. Uma vez que o menino é pautado como agressivo, ainda que se tenha o registro de que seu irmão Kaique também possua o mesmo “comportamento”.

Além disso, entre a medicação e recurso terapêutico é indicado pela médica inscrever o menino no “projeto menor aprendiz”, o que sugere ser parte do tratamento da médica a ideia de que este necessita de um condicionamento e disciplina, concebido como um aprendizado que possa ser alcançado pelo efetivo vínculo às relações de trabalho. Concepções que embora sejam indicadas no momento histórico atual pertencem a uma dinâmica histórica fortemente marcada pela “naturalização” da exploração desses sujeitos e de ações para ajustá-los a servir como mão de obra – quase como finalidade primeira de sua existência como trabalhador.

Para discutir algumas questões relativas ao que foi mencionado sobre o convívio familiar conflituoso e embates envolvendo espaços de sociabilidade “fora da casa”, situo a experiência de Paula, de 13 anos e residente na cidade de Pato Bragado. A trabalhadora consta nos registros do CREAS no ano de 2020, momento em que estava sendo acompanhada pela equipe devido ao abuso sexual que sofreu por parte do seu padrasto, Fabrício. Em seu prontuário constam cópias do depoimento de Paula:

Paula fala que a situação começou em uma festa de aniversário que foi com a mãe, o padrasto e os irmãos. “A mãe sempre manda a gente ir primeiro, porque fica tarde. Daí eu fui com os meus irmãos e fui dormir na sala. Um tempo depois a minha mãe chegou em casa brava que tinha brigado com ele e trancou a casa, só que a janela ficou aberta. A gente mora no segundo andar. Daí ele veio depois, pulou a janela e eu acordei com ele com a mão dentro do meu shorts. Daí eu contei pra minha mãe, ela mandou ele embora, mas eu descobri que eles ainda tavam ficando e logo ele voltou a morar com a gente. Daí ele ficava me olhando com uma cara estranha, vinha pro meu lado e a minha mãe sabia, mas não fazia nada. Daí eu falei pra ela que ou ele saía, ou eu saía (sic). Fala que fugiu de casa e foi para a casa de um amigo, Rodrigo (17 anos). Que juntos, foram até o Conselho Tutelar e contaram o que tinha acontecido. Em função da denúncia, os conselheiros levaram a adolescente para a casa da tia, Marcela. “Eu gostava de ficar lá, mas não é bom ficar numa casa onde

ninguém gosta de quem você é, das roupas que usa, das músicas que ouve, com quem você fala e o jeito como fala” (sic). Paula diz que ficou, aproximadamente, dois meses e meio na casa de Marcela. Nesse tempo, segundo ela, não conversou e nem viu a mãe. “Dois dias antes a psicóloga ligou avisando que eu ia voltar pra casa, daí o Conselho foi me buscar, era uma seis da tarde. Quando eu voltei, a gente se abraçou e ficou tudo bem” (sic). Paula fala que o relacionamento está melhor em casa. Conta que se dá bem com os irmãos, apenas briga porque “não querem me ajudar a fazer o serviço de casa. Antes eu não gostava de fazer o serviço de casa, mas agora eu gosto” (sic). Acrescenta que estava trabalhando como babá e que estava gostando, mas “eu parei hoje por causa do corona vírus. A minha patroa vai parar de trabalhar, daí ela não precisa mais de ajuda pra cuidar” (sic). Sobre a genitora, fala que “a gente fazia de tudo pra provar pra ela que a gente era bons filhos, mas ela sempre tava gritando, descontava o estresse do trabalho na gente. Agora ela tá melhor. Mas ela é mais boazinha com os meus irmãos, até demais. Ela dá mais atenção pra eles. Acho que porque eles são menores” (sic). Sobre o suposto abuso, “a minha mãe sempre disse que era coisa da minha cabeça, que ele nunca ia fazer isso, porque ele tem duas filhas” (sic). Por fim Paula fala que está tudo bem, mas que ela sabe que a mãe continua se encontrando com Fabricio “porque ela esquece de apagar as mensagens no celular e daí eu vejo. Não sei se ela traria ele pra morar com a gente de novo, mas se isso acontecer, eu mesma vou colocar ele pra fora” (sic) (CREAS, 2020a).

O trecho acima foi retirado do processo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Marechal Cândido Rondon, movido em favor de Paula. Esse trecho integra a parte do “Estudo Psicológico” dos envolvidos e se refere ao depoimento de Paula, com a data de 17 de junho de 2020. Essa cópia estava anexada ao prontuário de Paula, disponibilizado pelo CREAS, tendo em vista que a família era acompanhada por essa instituição e, constantemente, recebia e enviava informações do/para o judiciário sobre a situação da adolescente.

Paula constrói uma narrativa no Judiciário pautada por argumentações que apontam os abusos sofridos, o descaso e posicionamento da mãe diante disso. Apontou que quando contou à mãe sobre os abusos, ela solicitou que Fabrício fosse embora. No entanto, segundo a menina, a relação dos dois continuou e pouco tempo depois o padrasto voltou a residir com a família. Algo que parece ter indicado à Paula que a mãe não deu importância ao abuso, ou mesmo não acreditou que a situação ocorreu.

Apesar das reclamações da menina sobre seu desconforto em conviver com o abusador, inclusive solicitando à mãe que escolhesse entre ela e o marido, Paula afirma que Miriam (sua mãe) manifestava indiferença e, por essa razão, “fugiu” para a casa de seu melhor amigo, Rodrigo.

A decisão de Paula em abrigar-se na casa dos pais de Rodrigo, bem como irem juntos ao Conselho Tutelar realizar a denúncia, indica uma relação de confiança que possuíam. Além disso, ao que se expressa nas fontes, a convivência entre eles era constante, algo afirmado por

Fabiana, mãe de Rodrigo, em conversa com o CREAS, em vistas de manifestar o interesse em cuidar e solicitar a guarda de Paula. Segundo ela, esse desejo era recíproco. Entretanto, esse pedido foi negado, uma vez que as funcionárias explicaram que para isso ocorrer precisariam da autorização legal de Miriam e, também, expuseram a existência de protocolos em situações como essa, pois a criança/adolescente deve ser enviado para a família extensa (parentes mais próximos com quem mantém afinidade e afetividade), ou para a família acolhedora (famílias cadastradas no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, como voluntários para cuidarem de crianças e adolescentes afastados de suas famílias por medida de proteção). Um trâmite que, por ora, não facilitou a resolução dos dramas de Paula.

Violências sexuais sofridas por meninas como Paula somente foi tipificado a partir do processo de normatizações internacionais produzidas sobre a infância pela Organização das Nações Unidas (ONU). Silvia Maria Fávero Arend em *“Rompendo o ‘silêncio’: violências sexuais, infâncias e direitos (1989-2000)”* (2020), faz uma análise de práticas sociais que se transformaram em violências sexuais contra meninas e meninos no plano jurídico. Na primeira parte do artigo aborda como ocorreu tal processo, e especialmente sobre o Artigo 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse Artigo, de acordo com a autora, foi muito importante, tendo em vista que tipificou as práticas de violências sexuais, pois apontava:

a garantia desses direitos seria pautada pela igualdade de gênero, que, [...], é uma das premissas jurídicas da normativa internacional; o debate sobre a proteção de crianças e adolescentes englobava os espaços e as relações sociais intra e extra-relações familiares; as políticas de combate às violências sexuais deveriam acontecer em nível transnacional, devido ao fato de as pessoas menores de idade serem traficadas com certa frequência com o objetivo de laborarem em atividades relativas à exploração sexual. (AREND, 2020, p. 211)

Mediante esse entendimento, a autora busca refletir posteriormente sobre como tais violências sexuais foram abordadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Brasil. O qual apresentava em muitas situações o que o Artigo 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança apontava garantindo a proteção integral a crianças e adolescentes. Bem como, no Artigo 5 instituiu que as crianças e adolescentes tinham os direitos assegurados sobre qualquer forma de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, e seriam punidos aqueles que realizassem essas ações ou por omissões a essas práticas.

Diante desse repertório legal, a autora destaca a importância de debater e considerar também as violências sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil como violências de gênero no campo sociojurídico, pois de acordo com dados produzidos pelo Ministério da

Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, coletados a partir das Sistema de Notificação e Agravado (SINAN) que Arend analisou (entre 2011-2017), apontam um cenário em que as violências sexuais são efetuadas expressivamente sobre o sexo feminino, tanto na faixa etária de crianças, como de adolescentes, tal qual Paula.

De todo modo, a realidade explicitada pela autora nos retira da historicidade de conquistas legais e nos leva para os limites da garantia dos cuidados e proteção. Pois, retomando outro trecho do processo de Paula consta o depoimento de Miriam, que busca argumentar de forma diferenciada da filha:

Miriam diz que Paula voltou para casa há, aproximadamente, duas semanas. Que está morando apenas com os três filhos agora e que tem pouco contato com Fabrício, “a gente conversa muito pouco e se vê porque ele mora lá na cidade” (sic). Questionada sobre a situação que deu origem aos presentes autos, Miriam fala que acordou um dia e a filha, Paula, não estava mais em casa. “Ela tinha ido para casa de um amigo e deixou um bilhete. Falou que queria uns dias de sossego, que não adiantava procurar ela, porque eu não ia saber onde ela tava. Mas o primeiro lugar que eu fui, ela tava lá. Tava dormindo, o amigo dela atendeu a porta, eu disse que ela tinha 15 minutos pra tá em casa, virei as costas e saí. Quando era 10h30, eu tava no trabalho, o Conselho Tutelar me ligou” (sic). Afirma que a filha buscou o Conselho para dizer que tinha sofrido abuso por parte do padrasto e que Miriam estava maltratando os filhos, “mas isso você pode perguntar até pra quem não gosta de mim que a pessoa vai dizer que não é verdade” (sic.) Sobre o suposto abuso, Miriam afirma que não sabe opinar, pois não viu nada. “Eu não vi nada, não via nada e também não prestava atenção nisso” (sic). Relata que tem bom relacionamento com os filhos e que não costuma bater neles, embora “às vezes eles merece, mas eu não bato” (sic.). Informa que Paula está com treze anos de idade, Isabela completou onze há poucos dias e Renan está com nove. De acordo com ela, desde a volta da filha, a convivência tem sido melhor. Questionada sobre os motivos que teriam levado Paula a denunciar, diz acreditar que a filha queria uma vida “como ela acha que os amigos têm, sem ajudar em casa, sem fazer nada. Eu trabalho o dia inteiro fora, chegava em casa no final do dia, cansada, ela não tinha feito nada, mas achava que eu não podia brigar com ela, porque os irmãos não ajudavam” (sic). Miriam fala que o relacionamento com Paula era turbulento “porque ela não me obedecia, saía a hora que queria, voltava a hora que queria. Achava que podia fazer o que quisesse. Quando ela saía, eu dava um horário pra ela voltar, quando chegava a hora, eu mandava mensagem, ela respondia dizendo que ia embora tal hora. Acha que pode escolher, apesar de ela só ter treze anos” (sic). Conforme relato, Miriam soube por outras pessoas que Paula “dizia pras pessoas que se eu encostasse nela, eu perderia os filhos de novo. No dia anterior eu briguei com ela porque ela ficou o dia inteiro no sofá e eu mandando ela fazer o serviço, daí quando levantou, começou a gritar com os irmãos dela, eu dei um tapa nela, mas não no rosto. Foi no braço, assim. Daí no dia seguinte ela saiu de casa” (sic). Conta que a filha foi levada para a casa de sua irmã, Marcela, com quem Miriam não tem uma boa relação. “Ela é tipo aquela irmã exemplar, que todo mundo tem. Daí eu sei que ela é bem rígida, mas eu nunca perguntei como foi quando ela tava lá. Nem queria saber. Era pra eu ficar indo no CREAS, mas eu nem ia porque eu achei bom ela ficar lá, pra ela aprender a

valorizar a mãe. Ela que quis sair de casa, ela que procurou isso. Daí me disseram no CREAS que, quanto mais eu fosse, mais rápido a Paula voltava pra casa, daí eu não ia” (sic). “Eu só fui no CREAS porque meus pequenos começaram a pedir dela, mas não fazia questão que ela voltasse logo. Tanto que, no dia que eu fui, eu falei pra eles “eu to aqui por causa dos meus filhos, não por causa de mim”. Tinha que ficar indo lá no CREAS pra ouvir as conversa e elas ouvir as minhas conversa, você sabe como é, aquelas coisa que a gente não gosta de fazer, mas é obrigada (sic). Segundo ela, desde que voltou para casa, Paula está melhor “é que ela começou a trabalhar como babá, então acordava cedo, daí tava melhor. Mas agora foi dispensada porque a patroa vai parar de trabalhar, por causa da pandemia. Agora vamo ver” (sic). Questionada sobre outros acolhimentos dos filhos, Miriam fala que, há cerca de dois anos, os filhos foram para a casa de Marcela pela mesma justificativa, mas com relação a outro companheiro. “O Conselho me ligou, eu não fui quando eles me chamaram. E eu não fui porque eu não quis, porque eu já sabia como que as coisa funcionavam, só que eu não sabia que eles iam levar meus pequenos. Daí depois eu fui. Agora, quando aconteceu isso, eu mandei o Fabricio embora, ele começou a chorar, disse que era mentira, não queria sair, mas eu falei que, se ele não saísse eu ia chamar a polícia porque eu não queria perder os meus filho. Porque eles iam levar os pequenos de novo” (sic). [...] Ao final da entrevista, perguntada se teria alguma informação a acrescentar, algo a mais para falar ou perguntar, a entrevistada disse eu “na verdade eu nem queria falar nada, eu não queria nem estar aqui. Aquelas mulher que trouxeram a gente, eu não aguento nem olhar pra cara delas (Conselheiras Tutelares)” (sic) [...] (CREAS, 2020b).

Acredito que é necessário pensar as falas de Miriam enquanto construções narrativas e, nesse sentido, indagar como esses sujeitos se portam frente a essas relações de poder que expõem a maneira como vivem e valoram suas práticas e relações? Que tipo de visões esses trabalhadores possuem dessas intuições e sujeitos? Que imagens querem produzir de si mesmos nesses espaços? Quais elementos veem como relevantes para destacar nessas circunstâncias?

Sobre isso, acredito ser importante destacar a argumentação de Miriam sobre as motivações que levaram Paula a sair de casa. A trabalhadora constrói uma narrativa onde afirma não praticar violência com os filhos e que até pessoas que não gostam dela diriam que ela nunca fez isso, mesmo que eles “mereçam”, algo que parece querer apontar que até em situações em que os filhos estariam “errados”, uma vez que mereceriam apanhar, ela não pratica tal ato. Conduta que ela mesma vai contradizer em outro momento quando afirma que deu “um tapa no braço” de Paula (CREAS, 2020a).

Além disso, traz evidências dos entendimentos de Miriam acerca da questão e quais significados atribui às transformações sociais em relação às discussões sobre crianças e adolescentes no âmbito legal. Acredito que essa tentativa de contornar a situação no judiciário informa o modo como Miriam entende as relações de poder nesse espaço, onde a prática de utilizar a violência para educar os filhos não é valorada de forma positiva, sendo passível de

ações criminais, tendo em vista as legislações que condenam essa prática e considerando o lugar social onde se situa.

Há ainda, a justificativa que Miriam constrói sobre como se relaciona com Paula, acionando a noção de desobediência frente aos serviços domésticos destinados a ela. Esse trecho me fez pensar que para além de tentar convencer e justificar suas ações a respeito da filha, acredito que Miriam indica uma moralidade comum a outras evidências pertencentes ao meu conjunto de documentação, o entendimento de que é obrigação dos filhos obedecerem e realizem o que os pais solicitam, bem como o uso de certa violência, ou ameaça de exercê-la, como artifício para corrigi-los e orientarem suas condutas.

Miriam tenta deslegitimar a versão de Paula sobre a motivação de ter saído de casa, no intuito de validar e justificar sua conduta frente àquelas relações de poder. Afirmou que Paula saiu porque no dia anterior tiveram uma briga, que ocasionou em um “tapa no braço” (ênfatisa que foi no braço, a meu ver para indicar um gesto de repreenda, e não uma violência). Ao resumir a isso o que seria a tensão com a filha deixou de mencionar que o abuso sexual e o modo como foi conduzido familiarmente é parte das motivações alegadas para que a filha saísse de casa.

Outro aspecto representativo para essa discussão é a relação de Miriam e Paula com Marcela (irmã de Miriam, tia de Paula). Percebe-se que Miriam tem uma visão aproximada com Paula sobre Marcela, ao indicarem que ela é rígida, e, desse modo, Miriam aponta que o momento em que a filha residiu com a irmã foi um certo castigo recebido por ter confrontado a mãe e exposto as condições em que viviam. Esse significado parece ser contrário ao objetivo das funcionárias da assistência ao afastar Paula do convívio com a mãe, a fim de trabalhar com as duas separadamente para resolver os problemas que deram abertura ao processo de afastamento e, posteriormente, restabelecer os vínculos entre mãe e filha.

Nesse sentido, surgiram questões acerca dessas relações, pois como deve ter sido para Paula residir com Marcela? A escolha de ter voltado para a casa da mãe e sua mudança de postura indicam algo sobre essas avaliações e convívio? Como foi para Paula retomar a relação com a mãe após ter denunciado e apontado ressentimentos quanto a afetos e cuidados negligenciados?

Além disso, não deve ter sido nada fácil para Miriam ver que as funcionárias do CREAS visualizaram sua irmã (com quem não tem proximidade) como alguém confiável, enquanto ela era apontada como mãe negligente. Consta no prontuário que anteriormente a esse episódio, os três filhos de Miriam já permaneceram na casa de Marcela por algum tempo, quando Paula

(com 11 anos no momento) e Isabela (com 8 anos) foram abusadas por outro marido de Miriam (por volta de setembro de 2018).⁶⁸

Entendo, que essa narrativa produzida por Miriam me levou a olhar não somente para Paula, mas também para mulheres como Miriam, Renata (mãe de Igor) e a mãe de Jorge⁶⁹ que buscam cuidar dos filhos sozinhas sem (ou com muito pouca) ajuda dos pais de seus filhos. Ou, como na situação que se encontrava Denise, desempregada e tendo que cuidar da filha doente (ao se ver com a filha de 3 anos doente, deixa seu emprego em uma empresa da cidade de Cascavel para se dedicar a cuidar da menina, uma vez que necessitava de diferentes cuidados, pois a menina estava se preparando para a realização de uma cirurgia). Com isso, passaram a viver apenas com a remuneração do companheiro que trabalhava por dia. O que indica que a remuneração dele dependia dos dias trabalhados e que tivessem trabalho, bem como não possuía nenhuma seguridade em caso de precisar parar de trabalhar ou ser demitido.

Imprevistos que Denise, com seus 22 anos, analisou ao buscar o CRAS no dia 9 de março de 2009, com o intuito de conseguir cesta básica. Nas anotações do CRAS constam o seguinte: “a ajuda é só esse mês e procurará o CRAS caso a situação não melhore”. Com essa anotação Denise parece justificar sua inserção para receber a cesta devido a “problemas momentâneos”, por estar desempregada, contando apenas com a remuneração do marido para o sustento da família (CRAS, Catanduvas-PR, 2009a).

No entanto, a partir desse registro, muitos outros foram adicionados, onde indicam que a “situação momentânea” de adversidade se prolongou durante bastante tempo, pois vê-se as seguintes anotações:

18/05/09 A filha fez cirurgia de adenoide. Recebeu ajuda de alimento.

27/08/09 Recebeu 01 cesta básica.

08/03/2010 Realizou inscrição do curso iniciação a corte e costura.

19/12/12 Denise veio comunicar que sua madrasta Luciana tentou se suicidar e que está ficando difícil a convivência com o pai dela. Orientamos p/ [para] que convençam à Luciana p/ se tratar no Posto de Saúde pois pode estar c/ [com] depressão

⁶⁸ Acredito ser necessário destacar também que os documentos do CREAS indicam, ainda, outras situações de abusos envolvendo Paula, como no ano de 2016, quando possuía 9 anos de idade. Nessa temporalidade, Paula foi abusada outras duas vezes, por um padrinho e por um amigo da mãe. No entanto, não ocorreu afastamento das crianças da residência da família. Uma trajetória que explicita muito mais do que trabalhar desde tenra idade, mas como famílias de trabalhadores, em grande medida, estão mais expostas às sinuosidades da degradação e violência, tanto pelas ausências constituídas pelo responsáveis – em função do trabalho e demais ocupações –, quanto pelas vulnerabilidades sentidas cotidianamente que tensionam interesses e expectativas em relação a esse núcleo familiar, colocando muitas dessas crianças e adolescentes em um processo de constituição como trabalhadores que parte de experiências dramáticas, violentas, abusivas e com traços profundos de abandono e rejeição. Marcas difíceis de serem retiradas da composição de seus modos de viver e relações desde então.

⁶⁹ Em referência a isso, são semelhantes também experiências de outras mulheres acessadas através das entrevistas, mães como a de Ágata e de Gabriel.

27/02/13 Encaminhamento para a empresa Copacol.
 13/10/13 Denúncia sobre idosa (sogra) alcoolismo
 08/11/13 Realizou inscrição no curso de artesanato matutino.
 12/03/14 Recebeu auxílio alimentação.
 06/06/14 Realizou inscrição do curso de bolacha caseira.
 06/06/14 Iniciou curso de gestantes.
 10/07/14 Recebeu auxílio alimentação
 25/08/14 Recebeu auxílio alimentação
 29/09/14 Recebeu auxílio alimentação
 24/11/14 Olávio [marido] trabalha na serraria. Irá trazer o olerite pois não sabe o quanto ele ganha.
 Conjunto Habitacional Alvorada, 226
 Pagam financiamento de R\$ 50,00.
 Recebeu auxílio alimentação.
 11/12/14 Recebeu auxílio alimentação.
 21/03/18 Recebeu auxílio alimento.
 30/05/18 Recebeu auxílio alimento. (CRAS, Catanduvas-PR, 2009-2018)

Nas anotações acima, sinalizadas na ficha de Denise, vemos que as condições adversas que a fizeram procurar o CRAS em 2009 não foram momentâneas, mas fizeram parte de sua experiência como trabalhadora por muitas vezes. Inclusive, não somente para receber cestas e auxílios para a alimentação, como também na tentativa de conseguir um trabalho via CRAS, ou mesmo via participação em muitos cursos que poderiam se transformar em atividades de ganho, como na produção de bolachas, artesanatos e de costura; ou, até mesmo, resolver situações que envolviam a saúde de sua família e em momento de gravidez em 2014.

No entanto, aparentemente, essas “ajudas” do CRAS, conjuntamente com o valor do Bolsa Família que recebia de R\$ 20,00, fizeram com que, depois de algum tempo (passados aproximadamente 5 anos), conseguisse deixar a moradia cedida em que residia, que, de acordo com as anotações da ficha, “mora de parede e meia c/ [com] o pai” em uma casa de madeira, de 2 cômodos, passando a residir em um Conjunto Habitacional, onde pagava R\$50,00 por mês de financiamento. Após essas anotações nada mais consta em sua ficha, fazendo-me questionar se avaliavam não precisar mais desses vínculos ou se foram embora da cidade.

Assim, a recorrência de trabalhadoras acessarem e buscarem o estabelecimento de vínculos com esses órgãos de assistência foi algo que percebi ao analisar as fichas do CRAS de Catanduvas-PR. Em muitas situações, isso ocorreu porque possuem filhos e pouca ou nenhuma ajuda dos parceiros ou ex-parceiros; ou como Talita, sobrecarregada em casa e buscando estratégias para minimizar os problemas enfrentados na integralidade de sua vida. Apesar de todas essas dificuldades, esses sujeitos não deixam de muitas vezes resistir às tentativas de controle, seja sobre suas condutas seja acerca de valores e decisões sobre trabalho. Acredito que sua ficha nos auxilia a promover reflexões sobre como esses trabalhadores

questionam relações de poder e apresentam as desigualdades que enfrentam. Na situação experienciada por Talita, mencionada anteriormente, ela foi denunciada por violência contra o filho (de 5 anos). Em vistas da pandemia, o encaminhamento que veio do Conselho Tutelar no dia 21 de janeiro de 2020 para o CREAS constava com o número de telefone dessa mãe, espaço que foi utilizado, via ligação, para realizar esse atendimento. Sobre esse momento há a seguinte anotação:

Após receber encaminhamento do Conselho Tutelar, referente a família da Talita, do qual há denúncias de violência física e psicológica de Talita em face ao infante Isaias (05), este CREAS entrou em contato via telefone com Talita haja vista que nesse momento há restrições nos atendimentos presenciais devido ao COVID-19. Inicialmente equipe informou para Talita [o] que era o CREAS e seu objetivo, e relatou o motivo da ligação. Com isso, Talita demonstrou agressividade, relatando que bate mesmo, informando ainda em tom pejorativo e com palavras de baixo calão a respeito dos vizinhos, afirmando que eles a denunciam, mas ninguém sabe o que há em sua casa. Na ocasião relatou que não sabe lidar de maneira diferente com o filho, informou ainda que este sofreu bullying na escola e ninguém se propôs a auxiliar, equipe explicou que o CREAS não soube de tal situação e que no momento a escola poderia ter intervindo, mas ela afirma que não. Talita demonstrou estar alterada no decorrer da conversa. Informou que o marido Leandro trabalha, que ela é a principal responsável pelas crianças, disse que Isaias não a obedece, porém possui maior facilidade de obedecer ao pai. Equipe informou sobre alguns comportamentos dos quais ela pode desenvolver para evitar a violação de direitos de Isaias, no entanto, Talita em tom irônico, afirmou que deixará o filho solto no mundo, deixando ele fazer o que quiser, mesmo equipe demonstrando que sua afirmação não condizia com a orientação da equipe e que isso ainda seria uma violação de direitos. Talita demonstrou muita resistência, chorou e afirmou que ninguém sabe o que passa com ela. Relatou então, que com 7 anos perdeu a mãe em seus braços e que o pai a maltratava muito, até o momento que quase a matou com um canivete, quando um vizinho a socorreu, após tal situação ela foi para a rua, tinha 9 anos. Precisou se virar sozinha, casou com 14 anos, não deu certo, pois o marido lhe agredia, separou em alguns meses e foi estuprada, o pai soube e a culpabilizou. Posteriormente ao abuso sexual, ficou [um] período em um abrigo institucional, saiu quando o pai retomou sua guarda. Foram residir no Mato Grosso, posteriormente retornou ao PR e com 15 para 16 anos casou-se com Leandro. Hoje Talita tem 22 anos (2/08/1997), e faz-se necessário compreender que sua história de vida foi permeada de violações de direitos, não lhe sendo repassados modelos parentais dos quais a mesma pudesse reproduzir com seus filhos. Além disso, Talita demonstra estar em sofrimento emocional devido a sua história de vida e sua dificuldade de lidar com seu contexto atual, o que [t]orna difícil a garantia de direitos dos filhos. Ela relata que Isaias já falou em se matar e em matar os colegas que cometem bullying com ele, e informou que após o nascimento de Helena (6 meses), Isaias está com comportamento mais difícil, não se limpa direito no banheiro, e a última briga que teve com ele foi devido a estar sujo de fezes, pois entende que ele já tem idade para não fazer mais isso. Então, lhe foi explicado sobre a naturalidade desse processo em que ele está vivendo, onde a criança regride para fases anteriores, que já haviam sido superadas, como uma forma de

também receber atenção dos pais, haja vista que há uma nova criança na casa. Durante a conversa, foi possível identificar que Talita e o marido não passam tempo de qualidade com os filhos, principalmente Isaias. Então, foi sugerido que Talita converse com Leandro sobre o telefonema do CREAS e sobre suas possibilidades de melhorar para garantia de direitos dos filhos, além de Talita identificar as situações que lhe deixam mais nervosas e tentar junto do marido programar momentos com os filhos, e no dia 15/04 as 14h deve comparecer para atendimento presencial. A mesma concordou. Ressalta-se que após Talita relatar sua história de vida e ser acolhida pela equipe, não apresentou mais comportamento agressivo, pedindo desculpas por sua reação inicial. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020)

No trecho acima, ao ser questionada sobre as atitudes contra o filho Talita parece perceber esses questionamentos como interferência indesejada em seu modo de vida, respondendo “agressivamente”, de acordo com os registros das profissionais, inclusive criticando os vizinhos, os quais possivelmente foram os que denunciaram a situação (pois ao que parece a família de Talita residia em uma casa de fundo, aparentemente no mesmo lote com outra casa, o que indica certa proximidade de convívio – pelo menos espacialmente).

Além disso, ao destacar que “bate mesmo” no filho traz para si a responsabilidade enquanto mãe de educar e cuidar do filho, onde parece tentar estabelecer certo distanciamento da tutela estatal sobre sua família. Apesar disso, essa situação a deixou bastante emocionada, pois o choro destacado pelas profissionais do CREAS se apresenta quase como um “desabafo”, de alguém que se via exausta e que teria muitos problemas a resolver, principalmente quanto à sua trajetória e endividamentos que sobrepesavam sua dinâmica atual (que demarcou ser o momento que o marido adoeceu e não pode trabalhar). Além disso, em outro momento da ficha de Talita, ela procura o CREAS para se informar sobre o internamento de alcoólatras, uma vez que estava buscando convencer seu irmão a tratar-se.

De acordo com as evidências, seu irmão residia anteriormente em Rio Verde –MT, com sua avó, mas também viveu algum tempo na rua e já esteve internado uma vez (algo que as assistentes sociais apontam que não ficou claro se era uma instituição para alcoólatras ou um espaço para moradores de rua, coordenado por instituições religiosas). Nas fichas consta que Talita queria trazer o mesmo para residir próximo a ela, para ajudá-lo, algo que foi efetivado algum tempo depois, momento em que o irmão começou a trabalhar com o marido de Talita (que era servente de pedreiro), mas a partir de algum período ele voltou a beber e também a usar drogas ilícitas. Algo que preocupou Talita, pois temia perder seus filhos por conta da conduta do irmão.

Com isso em mente, Talita confronta certa noção de “violação de direitos”, tendo em vista que menciona que a própria experiência merece ser compreendida pelas funcionárias.

Além disso, vemos que ao escutar o que Talita tinha a dizer as profissionais do CREAS parecem se sensibilizar com a jovem, inclusive explicando seu comportamento de violência contra os filhos como parte de um “ciclo” onde a jovem “reproduz com os filhos” determinadas práticas que também fizeram parte de sua experiência, como a violência que sofria do pai.

Desse modo, acrescentam que partem de um “modelo familiar”, onde buscam enquadrar esses trabalhadores assistidos para justificar a necessidade de orientação e ajuste. Mas, ainda assim, não questionam, por exemplo, como a organização familiar desses sujeitos estava ligada à materialidade experienciadas por eles, tendo em vista que “agir com o filho de determinada maneira” faz parte de suas referências, mas também daquilo que estava experienciando no presente, bem como o que esperava que os filhos fossem ou fizessem.

Vemos em muitas das documentações analisadas nesse capítulo, como a intervenção não somente de funcionários de instituições, mas também de outros trabalhadores, como vizinhos, amigos, conhecidos etc. se fazem presente à medida que denunciam determinadas situações aos órgãos, comentam essas relações familiares e julgam tais práticas. Tudo isso, compõe relações que são bastante complexas, mas necessárias de serem levadas em conta quando se busca compreender as experiências de sujeitos que trabalham desde tenra idade.

Aqui Talita nos oferece alguns indícios de como esses trabalhadores atendidos por órgãos estatais muitas vezes se veem desrespeitados, principalmente quando são denunciados ou chamados a comparecer a essas instituições à medida que são considerados “negligentes”. Tais interferências parecem ser sentidas por esses sujeitos como mais uma pressão e problema que precisam lidar por possuírem determinada condição de classe.

Talita ainda nos faz pensar como que esses trabalhadores percebem disparidades de posições entre eles e os funcionários desses órgãos, inclusive percebendo a relação de poder exercida sobre eles e sobre seus comportamentos – o que é verificável em outras documentações. Nesse sentido, essas relações ambíguas são ora encaradas como necessárias, ora encaradas como problemas.

A instabilidade dos relacionamentos amorosos, a dificuldade em cuidar de todos os filhos sem (ou com pouca) assistência dos pais expõe essas mulheres e as crianças aos riscos e dramas envoltos entre trabalhar, cuidar e saber o que acontece com essas crianças durante esse período de trabalho, ou mesmo diante de momentos em que precisam responder às instituições (como nesses casos), aos apelos advindos dessas relações em tensão. Temas que são frequentemente experienciados pelos trabalhadores, (como também demonstrado no capítulo 1). No entanto, agora tratados na justiça, envolvem órgãos estatais com uma maior vigilância e possível punição em relação às práticas desses sujeitos.

As desigualdades vivenciadas por esses sujeitos interferem, inclusive, nos laços afetivos produzidos entre familiares (e demais redes de convivência) alavancando ainda mais embates já existentes – como por exemplo a divisão que se constrói entre os filhos sobre quem precisa ou não trabalhar. Algo que é bastante claro nas narrativas construídas por Miriam, no entanto por quais razões ela os diferencia? Paula constrói uma narrativa em que aponta como critério crucial para essa diferenciação o fato de ser a mais velha dentre os irmãos. Mas, o que isso significa quando diz respeito aos modos de vida dos trabalhadores e das pressões em que se veem envolvidos? Por quais razões esses filhos precisam dividir com os pais a responsabilidade frente às pressões em razão de renda, cuidados da casa e dos demais irmãos e irmãs?

Entendo que esses elementos fazem parte dos dramas e decisões sobre os modos de viver dos trabalhadores, uma vez que outras fontes também apresentam indícios dessas divisões e controvérsias. Em muitos momentos reconhecem que a idade dos filhos é apropriada para realizar algumas atividades – digo ocupar-se e apresentar renda que contribua para as despesas da família ou assumir todos os compromissos financeiros da casa. No entanto, analiso que isso não pode ser pensado deslocado das condições materiais a que estão expostos e se inserem, uma vez que esses sujeitos avaliam constantemente as condições que possuem, aquilo que desejam e as afetividades envolvidas em suas relações de poder, a ponto dessas questões serem pauta na definição de modos como podem agir para alterar tais condições, inclusive em relação ao trabalho.

Miriam aponta como mudança positiva no comportamento de Paula sua condição de trabalhadora, iniciando como babá e tendo uma rotina “ocupada”, o que a fazia acordar cedo, realizar seu trabalho e receber um valor expressivo por ele, sugerindo a noção já discutida na dissertação sobre o trabalho como regenerador. O que se verifica quando ressalta na ocasião em que Paula havia começado a trabalhar “daí [nossa relação] tava melhor” (CREAS, 2020a).

Miriam ainda considera relevante mencionar que mandou o esposo sair de casa depois da denúncia (e que iria até chamar a polícia caso ele não saísse), com o fim de construir uma imagem de si como alguém que “fez o certo”, de acordo com suas percepções sobre os valores do judiciário, em relação a melhor forma de lidar com aquela situação. Acredito que isso se deva, também, à declaração de que, naquele momento, entendeu como funciona tais encaminhamentos e que não estava disposta a perder a guarda dos filhos, o que demonstra certa afetividade com eles ou, ao menos, com os “pequenos” – que pelas suas indicações seriam Isabela e Renan.

No entanto, apesar de seguir em sua narrativa aquilo que esperavam dela enquanto mãe, Miriam não deixa de apontar que os conflitos entre elas e as funcionárias ainda continuam

ressaltando um sentimento de rancor diante das pressões e encaminhamentos destas, por não se solidarizarem com sua condição, mesmo sabendo das dificuldades que possui para garantir o cuidado de todos os filhos sozinha, sem a ajuda do pai das crianças.

As exposições sofridas por essa família de trabalhadores se associam à visibilidade de outras famílias como a de Aline, com 12 anos à época, quando foi abusada por um amigo de longa data da família (colega de trabalho de seus pais há 14 anos), o qual residia na mesma propriedade onde sua família morava. Um enredo que trazem outros contornos para serem debatidos, evidenciando um pouco mais os constrangimentos experienciados e, portanto, a dificuldade de se denunciar situações como essas:

Nesse meio tempo, os pais continuaram convivendo com o agressor e sua família, haja vista que era [m] amigos de longa data, Ada [mãe de Aline] diz que Darci havia compreendido que ela já sabia de toda a situação, então ficava fazendo ameaças indiretamente. Equipe teve certa dificuldade de compreender algumas situações e compreender temporalmente exatamente como ocorreram. Cerca de 1 semana depois do fato ocorrido, Ada contou a Joaquim [seu marido e pai de Aline], e então foram em busca de registrar B.O., de acordo com seus relatos não foram acolhidos pela equipe policial, que inclusive fez piada em relação a situação vivenciada pela família, mas de forma geral, houveram os encaminhamentos adequados, onde Aline realizou o exame de conjunção carnal. Aline também conseguiu uma medida protetiva em desfavor do Sr. Darci, e tal fato gerou uma mobilização em seu local de trabalho, pois, conforme seus relatos, a maior parte dos moradores ficou contra a família. O próprio patrão quis que a família assinasse documento autorizando que Darci pudesse ficar no local sem a restrição da medida protetiva. De maneira geral, compreende-se que a família não foi acolhida por ninguém, nem pela equipe policial que deveria auxiliá-la e nem com as pessoas de seu convívio diário, questionados, afirmaram que não possuíam nenhum problema com os moradores. Por fim, o patrão solicitou que a família saísse da granja e arrumou o emprego atual deles, na cidade de Pato Bragado. Aline ainda, nas últimas semanas, antes de contarem ao pai o que havia acontecido, apresentava comportamento de automutilação, o pai diz que atualmente ela não apresenta mais esse comportamento, no entanto, não dorme bem a noite e ainda possui desejo de dormir no quarto com os pais. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2020a)

No momento da anotação acima Aline residia com os pais e os dois irmãos em Pato Bragado. No entanto, o local em que o abuso ocorreu se deu na antiga residência da família, na propriedade do patrão na Linha Tigre, área rural pertencente à Toledo-PR. Nesse local, além deles, residiam mais 4 famílias (inclusive a dos patrões), especialmente por conta do serviço que envolvia “granja de suínos”. Nesse cenário de convívio e trabalho os pais de Aline trabalhavam o dia todo e como o serviço era “rígido” - em outros termos, ficavam bastante tempo fora de casa, voltando apenas para almoçar ou “pegar café”. Com isso, Aline, na época

com 12 anos, ficava com os irmãos (respectivamente de 8 e 6 anos de idade) na residência, onde também era responsável pelos serviços domésticos.

Sem a supervisão de adultos foi nesses momentos que os abusos ocorreram. Inclusive, o abusador oferecia dinheiro para Aline, objetivando que não contasse a ninguém o ocorrido. O trecho em destaque aponta que ao denunciar a violência, a família passou a ser alvo de críticas dos outros trabalhadores residentes no local, sendo que eram intimidados não somente pelo abusador como pelos outros trabalhadores. Além do patrão, que utilizando dessa posição, pressionou para desistirem da denúncia e retirarem a medida protetiva concedida pelo judiciário para que o abusador não se aproximasse da família.

Junto a isso, a família se sentiu mais exposta e constrangida do que o então abusador, pois no momento da denúncia tiveram que lidar com muitos comentários que questionavam se houve abuso e a ingratidão pela denúncia realizada pela família. Algo que tornou muito mais difícil esse processo de enfrentamento judicial e moral que a família estava vivenciando. Muitas vezes, esses são componentes de desistência de queixa de muitos outros trabalhadores e, principalmente, de meninas e mulheres que já se sentem subjugadas a sofrer abusos e lidarão com ceticismo e deboche sobre suas práticas e modos de viver. Algo que ao escrever a anotação na ficha de Aline a profissional parece preocupada em indicar esses outros abusos correlatos.

Em outro momento de registro na ficha de Aline consta a seguinte elaboração:

Na oportunidade relataram que possuem dificuldades de vir com frequência ao CREAS, e demonstraram sentir vergonha dos patrões saberem que eles vem ao serviço, temem ser punidos assim como foram na cidade anterior. Além disso, [...] possuem medo do abusador, acreditam que ele possa tentar machucar Aline em caso de sofrer punições judiciais. (CREAS, Pato Bragado, 2020b)

Vê-se que a denúncia além de interferir na organização da família e das relações que mantinham, ao necessitarem utilizar dos recursos do CREAS (seja o atendimento sociojurídico disponibilizado, orientações de como proceder ou mesmo dos auxílios que poderiam alcançar com esse vínculo), esses sujeitos expõem sua condição social e laços de sociabilidade. Inclusive, no trecho destacado, a família expressou significados quanto ao como usufruir desses recursos (uma vez que acessar essas instituições para muitos sujeitos indicam uma condição social bastante determinada e com desregramentos na condução de seus modos de vida) e demonstrar as fragilidades - que dizem sentir “vergonha”-, receiam interferir e causar mais vulnerabilidades, principalmente por parte dos patrões se colocarem contrários às suas demandas.

Reconhecendo a capilaridade de tais questões, destaco outro prontuário dessa mesma cidade, o qual apresenta mais tensões a respeito de como os trabalhadores lidam com suas relações familiares frente a possíveis coações institucionais em razão de suas condições de classe. Destaco o registro de Júlia, de 10 anos de idade, o qual foi construído mediante denúncias de violência física e psicológica, encaminhadas por uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que compõe a rede de assistência social em Pato Bragado. Sobre essa questão, considero significativo destacar que:

Conforme solicitado, a avó de Júlia Sra. Eliane [mãe de José – pai da menina], esteve no CREAS. Eliane relatou que a principal problemática da família e o que vem lhe preocupando muito, é que Jocelaine [mãe de Júlia] sobrecarrega Júlia quanto aos serviços domésticos. Eliane enfatiza “ela ainda é uma criança, não pode ter tantas responsabilidades. Eliane relatou que Jocelaine grita com Júlia quando chega em casa e esta ainda não fez o serviço doméstico. Relatou que nos finais de semana Jocelaine limpa a casa, mas que durante a semana é Júlia que mantém a casa limpa, quanto ao almoço disse que Jocelaine faz. Eliane contou que conforme tem conhecimento, Jocelaine não bate em Júlia mais, como fazia antigamente, contudo, que ela ainda grita com a filha, disse que acredita que Jocelaine necessita de uma psicoterapia. Eliane veio até o Projeto matricular Júlia, disse que já conversou com Jocelaine e esta concordou, a matrícula no projeto é uma forma de Júlia não responsabilizar-se mais pelo serviço doméstico durante a semana. Adriane [irmã mais nova que Júlia cuidava] fica sob os cuidados de Eliane enquanto os pais trabalham. Observou-se que a Sra. Eliane coloca toda a responsabilidade dos problemas familiares a Jocelaine e isenta José das responsabilidades. Eliane relatou que já conversou c/ José para que não sobrecarreguem Júlia nos afazeres domésticos, contudo, ambos justificam que também trabalharam desde novos. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2016a)

Acredito que o trecho acima indica uma série de elementos que constituem conflitos comuns a um número expressivo de crianças e adolescentes trabalhadores no tempo presente, envolvendo a discussão do trabalho doméstico no campo de tensões firmadas com órgãos estatais. Algumas questões surgiram ao me deparar com essa fonte: por quais razões a denúncia é registrada como violência física e psicológica e não como trabalho doméstico? O que significa dizer que “ela ainda é uma criança” e como isso está ligado ao enredo social do qual esses sujeitos fazem parte? O que as dissidências entre os trabalhadores nos dizem sobre o modo como eles constituem essas convivências e lidam com as adversidades?

Pensando sobre esses pontos, vejo na formulação em questão que o trabalho doméstico não é um problema para a instituição necessariamente enquanto “exploração”, mas é vista enquanto “violência física e psicológica” (foco da existência do órgão, portanto eixo que privilegia na construção de sua abordagem), o que de certa maneira ignora/deixa em segundo

plano como tais crianças e adolescentes são utilizados como força de trabalho à medida que os pais estão tão sobrecarregados e pressionam seus filhos a realizarem diversos trabalhos. Tal como Júlia era pressionada em realizar a limpeza e organização da casa, além do cuidado com os irmãos menores. Isso faz com que se defina o problema da “violência” como questão a tratar e responsabilize os pais individualmente sem que se questionem as diferentes forças sociais que historicamente atuam sobre esses sujeitos para que essa condição seja experienciada por crianças como Júlia.

2.3 “RESOLVENDO” O PROBLEMA DO TRABALHO

Em diálogo com essa impressão, faz necessário problematizar as “saídas” encontradas não somente pela avó Eliane, como também por entendimentos de funcionários dessas instituições que viram em projetos, oficinas e atividades propostas por esses órgãos, recursos para que se “resolva” situações como a de Júlia, afastando-a, mesmo que temporariamente da casa da família e, por conseguinte, das atividades que deveria cumprir. Um recurso que é utilizado como “programa assistencial” de muitas cidades do Oeste do Paraná. Além disso, essas concepções se articulam com o entendimento de que a escola é a “salvação” das crianças, uma vez que mantendo esses sujeitos na escola estes não irão ser encarregados de trabalho, principalmente pelos pais, uma vez que não estarão em casa.

Ao tentar observar as ações desses órgãos, retomo o material que me foi disponibilizado pelo CRAS de Catanduvas-PR, o qual evidencia diferentes atividades elaboradas pelo órgão visando atender a população do município, especialmente trabalhadores. Dentre as atividades destacadas no sistema destaca-se os grupos: Administrativo, Alto Astral e Melhor idade (que seriam ações compostas de atividades variadas que envolvem temáticas sobre saúde, proteção de crianças e adolescentes, discriminação racial, trabalho infantil, cursos de informática, atividades sobre sentimentos e emoções, comemoração dos aniversariantes do mês, dinâmicas de apresentação, discussão sobre vida comunitária, enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, suicídio, violência contra mulher, meio ambiente etc.).

Além dessas ações, promovem atividades físicas com danças, esportes e modalidades terapêuticas, como atividades de Capoeira, Muay Thai, dança, Hip Hop, Ginga Terapia idosos, Karatê, Mais inclusão Ginástica e Ginástica Funcional. Também se destacam aquelas atividades que envolvem capacitação e formação visando a ocupação de vagas no mercado de trabalho, tal qual a capacitação em serviço doméstico, cuidadoras, costura, informática (jovens, adultos e

idosos), jardinagem, informática, manicure e pedicure, maquiagem, modelagem henna para sobrancelhas tem algumas atividades online também.

Em Pato Bragado, apesar de algumas diferenças quanto à realização dessas atividades, em meio às fichas que tive contato pelo CREAS, percebe-se também a presença dessas convivências com a comunidade. As fichas evidenciam que grande parte desses trabalhadores atendidos por esses órgãos participaram dessas atividades (sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos). Em muitas situações constam nas fichas que ao se verem desempregados muitos funcionários convidavam esses sujeitos a participarem dessas atividades, como, por exemplo, os grupos que envolvem preparação para mercado de trabalho ou mesmo desenvolvimento de produtos para venda (como artesanato e confeitaria). Muitos dos grupos envolviam palestras sobre temáticas como dependência química, gravidez, questões de gênero, preparação para inserção no mercado de trabalho, tal como o Projeto Piá, direcionado às crianças e adolescentes com atividades diversificadas para esse público; como circo, lutas, músicas, atividades físicas, informática, recreação no contraturno etc.

Vale ressaltar que a grande maioria dos trabalhadores atendidos pelo CREAS que aparecem nas fontes que tomei contato participam dessas dinâmicas. Assim sendo quando não estão participando há uma grande mobilização das funcionárias para que estes participem (inclusive realizam visitas às casas de tais trabalhadores para lembrá-los das datas e horários das atividades), especialmente quando estão desempregados ou passando por alguma situação de dificuldade e acompanhamento do órgão. Quando se trata de crianças e adolescentes, as atividades muitas vezes são compreendidas como modo de ocupar esses sujeitos ou mesmo propiciar um espaço para que estes possam ficar enquanto os responsáveis trabalham.

Importante ainda notar como Eliane vê essas atividades - ao mencionar para as funcionárias que caso a neta estivesse no projeto os pais da menina não a sobrecarregariam, uma vez que ela não estaria em casa. Ao referir-se a essas atividades, desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social e ofertadas aos trabalhadores, como parte de uma recolocação das relações que a neta mantinha com o trabalho, vejo essas iniciativas como estratégias construídas no tempo presente para alterar certas práticas e tensões entre trabalhadores e como artifício de minimizar certos tipos de exploração, executadas por muitas dessas instituições e outros trabalhadores. O que, apesar de impossibilitar determinados agravos individualizados na vida de trabalhadores, ainda assim não extinguem tal prática.

Acredito que esse aspecto também indica várias transformações sociais e distinções relativas a temporalidades mais afastadas (como dos anos 1960 até os anos 1990) momento em que não se tinha políticas que envolvessem essa gama de atividades sem estarem atreladas à

formação para o trabalho. Entendo que modificações no processo histórico foram construídas ao passo em que se construíam esses valores sobre a necessidade de “proteção” desses sujeitos e espaços voltados para tal acolhida.

Acredito que as transformações sociais precisam ser compreendidas a partir da experiência social dos sujeitos e como eles sentiram e produziram essas modificações ou continuidades, como apontado por E. P. Thompson (2021), sobre a aplicabilidade da categoria experiência: “por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 2021, p. 28).

Posto isso, retomando o fragmento selecionado, acredito que a narrativa da avó de Júlia possibilita pensar que os trabalhadores possuem moralidades distintas, mesmo que partilhem de certas condições materiais comuns. Tendo em vista que a avó reforça que vê como negativa a grande responsabilidade que a neta possui sobre os trabalhos domésticos e o cuidado com os irmãos. A meu ver, os valores expostos por Eliane possuem relação com afetividades pela neta, uma vez que manifesta preocupações de que essas práticas a prejudiquem e excedam a ideia de “ajuda” em casa. Mas, também, expressam como Eliane está construindo sua narrativa frente às funcionárias do CREAS – que possuem certa “autoridade” sobre o trato dessa questão com as famílias – pois podem pressionar com maior efetividade determinada conduta correspondente àquilo que esperam dela, enquanto a avó, que também possui responsabilidade sobre a neta, não aumentaria a tensão com os pais da criança. O que perpassa também tal noção, é que a avó se encontra em uma posição a qual não precisa operar e lidar com as atividades laborais e de cuidado que o filho e a nora precisam, enquanto pais e responsáveis que são.

Associado a isso, trago a dissertação de Carlos Alexandre Herreira (2015), nela possui uma discussão bastante interessante sobre os meninos peões que trabalhavam na pecuária pantaneira, que (entre 1978-1984), entraram na Justiça do Trabalho para reaver seus direitos contra os fazendeiros daquela região. O autor, discute os sentidos do trabalho, apontando como as atividades desempenhadas por crianças e adolescentes eram parte de costumes locais, muitas vezes embrincadas em relações familiares e de sociabilidade - os quais não estavam restritos à temporalidade de sua problemática, mas eram perceptíveis no momento da elaboração do seu trabalho. No entanto, esse mesmo entendimento, foi utilizado pelos empregadores como condição e justificativa para negar – em favor próprio, a fim de não restituir os trabalhadores – a existência de vínculo trabalhista. Por essa razão, afirma que o reconhecimento da relação de

trabalho era o principal elemento da luta desses trabalhadores na Justiça do Trabalho, pois antes de qualquer coisa precisavam comprovar a relação empregatícia.

Desse modo, entendo que a pesquisa de Herreira (2015) contribui para pensar sobre o reconhecimento e modo de abordar o trabalho de crianças e adolescentes atualmente, não somente em relação a trabalhos com vínculo empregatício (estabelecidos com regulamentações ou não), mas, também, no que se refere ao trabalho infanto-juvenil desempenhado para a própria família e outras convivências - ainda mais repleto de invisibilidades e dificuldades em tratar tais questões.

Nesse sentido, acredito que é necessário tanto por parte dos sujeitos que tiveram essa experiência de trabalho, quanto daqueles que convivem com estes, bem como nós enquanto pesquisadores e órgãos governamentais, compreender que o trabalho doméstico, inclusive o cuidado com irmãos, são atividades laborativas e devem ser entendidas como tal, uma vez que se assim não a concebemos, excluimos as práticas de exploração que esses trabalhadores experienciam. Além de favorecermos interpretações que rejeitam essa discussão, devido a associação entre trabalho doméstico e feminino. Apesar de muitas vezes ser concebido como “ajuda” ou mesmo “obrigação” e não possuir necessariamente restituição monetária é um trabalho que integra outras relações de trabalho (em muitos casos de seus pais, na medida em que essas relações os pressionam e os levam a pressionarem também seus filhos).

Durante o processo de investigação também entrei em contato com alguns indícios elaborados pela Secretaria da Juventude de Toledo (que atendem crianças, adolescentes e jovens) que, tal qual outras cidades do Oeste, construíram projetos e atividades visando as famílias trabalhadoras. Nesse espaço, além das atividades físicas, dinâmicas envolvendo música, preparação para o mercado de trabalho e atividades envolvendo as Medidas Socioeducativas, também possui o atendimento social e psicológico. Isso tudo, me fez questionar que interesses possuem em construir esses projetos, bem como de que modo os trabalhadores atendidos percebem esses espaços e porque interessa construir essas convivências.

Nos dados produzidos por funcionários da Secretaria, enquanto “relatório mensal” dos atendimentos, repassados a mim ao contatar a instituição, vê-se 3 modalidades distintas de inserção desses trabalhadores nesses projetos, entre eles estão: a “Busca Ativa”, ou seja, quando os funcionários vão até o trabalhador visando sua participação; o “Encaminhamento”, quando se tratam de sujeitos repassados por outro meio de atendimento, como o cumprimento de Medidas Socioeducativas; ou a inserção “Espontânea”, isto é, quando esses sujeitos geralmente a partir do seu interesse se matriculam nas atividades.

Diante disso, pude perceber, no contato com estes registros, que a maior forma de acesso ou a mais empreendida (em termos quantitativos) foram por iniciativa própria. Isso nos sugere que as expectativas com relação a realização dessas atividades favorecem o contato com esses espaços, mas não só isso. Há que levar em conta visões socialmente compartilhadas sobre essas crianças e adolescentes onde essas ações não os deixam “desocupados”, ou, mesmo, as pressões por outros frente à necessidade de participar de dada sociabilidade ou acessar produtos e conhecimentos formulados ali.

Apesar de não conseguir acessar as anotações individuais dos atendidos, especialmente pelos psicólogos - tendo em vista a negativa destes sob o resguardo aos “documentos sigilosos” -, esses indícios quantitativos acessados fazem pensar sobre essa forma de “ação social” na região Oeste e as possíveis hipóteses das motivações que fazem com que esses sujeitos se interessem ou, pelo menos, participem desses espaços. Embora esses tais limites existam, podemos confrontá-los com diversos prontuários disponibilizados pelo CREAS que ampliam essa questão, como o da trabalhadora Elen. Este ajuda a discutir prováveis motivos de acesso e avaliações dos trabalhadores sobre projetos e quais sentidos de necessidade emergem ao dar visibilidade para essas relações, tendo em vista que há uma grande participação dos atendidos pelos órgãos de assistência social em projetos.

Elen, de 7 anos de idade, residia com a mãe em Pato Bragado e, por vezes, visitava o pai em Entre Rios do Oeste, onde o mesmo mora com a madrasta da menina. O registro sobre o atendimento não deixa claro o processo e as motivações para o primeiro atendimento, se foi uma denúncia de outrem ou se a própria garota resolveu acessar esse vínculo. No entanto, há evidências nas fichas que indicam que um dos atendimentos se sucedeu por meio de um encaminhamento via diretora/oficineira do Projeto Piá – projeto no qual era participante assídua -, e constatou queixas da criança. A elaboração narrativa da funcionária, com base no que Elen narrou, situa principalmente as condições materiais bastante difíceis que vivia com sua mãe:

Elen relata que sua mãe não faz comida para ela, que ela pede e chega a implorar, mas que a mãe fica no celular, ou sai com as amigas. Diante disso ela costuma ter dores de cabeça constantes, pois como [come] lanches as 9h15 na escola e vai lancha novamente as 16h no Projeto. Elen relata que sua mãe gasta dinheiro com bebidas e que é ela própria quem costuma lavar a louça, limpar a casa. No momento, a mãe esta com o braço quebrado, mas segundo relatos, mesmo quando a mãe estava em casa e sem esta [r] machucada era Elen quem cuidava da casa. Elen relata que seu pai paga 100,00 de pensão, mas que a mãe não compra nada para ela com esse dinheiro, e nem mesmo comida. Elen relata que é proibida de comer em casa, e que come, as vezes escondido. Elen relata que vende latinhas de cerveja que a mãe bebe e que ela recolhe, com muito trabalho e depois de certo tempo ela recebe mais ou menos

100,00 com esse dinheiro vai na loja 10 compra roupas e o que precisa, e compra um pacote de bolacha, essa ela esconde para quando tiver muita fome. O relato da menina envolve forte questão de negligência que tem a necessidade de ser averiguado. Elen também relatou que por vezes a mãe pede uma xícara de arroz do vizinho e um pouco de feijão e que é com isso que ela come, às vezes. Não é possível ainda inferir sobre a realidade dos fatos, mas a equipe do CREAS irá averiguar os mesmos. Elen ainda relatou que sua mãe não gosta de ninguém em sua casa (relata isso com ar de preocupação). A mãe costuma deixa-la sozinha a noite e aos finais de semana. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2019a)

O trecho acima foi retirado de um atendimento realizado com a menina no dia 09 de maio de 2019. A elaboração da funcionária e da menina visa “denunciar” a situação experienciada por Elen. No entanto, não constam nas anotações se a situação “se comprovou” – já que aparentemente somente as queixas da menina não bastaram para que ações fossem tomadas pelas funcionárias em favor dela, ou mesmo, se a partir disso foi realizada algum outro encaminhamento via outro órgão.

Ainda assim, visualizo nesses trechos, sentidos construídos pela menina sobre vínculos como a escolaridade e a participação das atividades do projeto, que não necessariamente (ou pelo menos não só) coincidem com os objetivos constitutivos desses espaços. A inserção de Elen na escola e no projeto cumprem, de acordo com ela, outras funções como a de lhe proporcionar as refeições do dia, uma vez que em muitos momentos não pode comer em casa, seja pela falta de alimentos, seja pela proibição da mãe. Apesar disso, para conseguir realizar outras refeições, ou mesmo comprar alguns produtos que necessita (como roupas) exerce o trabalho de “vender latinhas”, que lhe garante aproximadamente R\$100,00 – o que também lhe permite comprar bolachas para realizar alguma refeição em momentos que “tiver muita fome”. Assim, além de convivência, aprendizados que poderia produzir e de ter onde ficar nesse tempo, Elen visualizou no projeto uma maneira de conseguir se alimentar melhor.

A ficha de Elen, no entanto, consta poucos detalhes sobre a mãe. Pois, sobre as perguntas das profissionais acerca disso a menina respondeu que a mãe também vendia latinhas, mas pelo que consta não com ela. Apesar das anotações e tentativas de contato, via ligação ou mesmo em visitas domiciliares, não há nenhuma anotação a respeito, apenas que após deixarem recado com o vizinho a mãe da garota compareceu ao CREAS, mas nada foi anotado como parte do atendimento. Nesse sentido, só temos acesso àquilo que as profissionais acreditaram ser importante registrar diante do contato com Elen. Assim, outra narrativa importante presente nas fichas a respeito de outro atendimento com a menina, seis dias depois, foi registrado no dia 15 de maio de 2019:

Elen esteve no CREAS. [...] Questionada se a mãe quem faz almoço, a mesma disse que “às vezes”. Pediu-se para Elen explicar como às vezes, a mesma disse “Ela não sente fome, ai acha que eu não sinto também”. Disse que em uma semana é aproximadamente dois dias que a mãe não faz almoço. Quanto a janta, Elen disse que dificilmente come algo, que ela dorme com fome. E que a mãe come arroz e feijão, mas não dá para ela. Questionou-se Elen se ela não pede para a mãe, dizendo que esta com fome, Elen disse “que sim, mas que igual [a] mãe não dá.” Quanto ao café da manhã, disse que como todos os dias, pão e café com leite. Questionou-se Elen se a mãe vende latinhas, ela disse que “sim”. E se ela ajuda, a mesma disse que “não, que a mãe não deixa.” Afirmou-se para Elen que ela é muito nova para trabalhar, e “ela disse que tem um menino de 6 anos que vende latinhas”, contudo, não soube dizer o nome. Elen foi orientada sobre. [...] Sobre o pai, Elen disse que mora em Entre rios com a esposa Carmem, e que vai visita-lo quase toda a semana. Contudo, disse que prefere ficar com a mãe, se referindo “ que o pai não da nada para ela e a mãe dá presentes”. Questionada se a mãe sai e deixa-a sozinha, ela disse que sim. Perguntou-se a Elen se ela gostaria que falássemos com a mãe dela sobre a questão da alimentação, a mesma disse que não. Combinou-se então que Elen vai falar para a mãe que esta com fome e pedir que lhe dê algo para comer. Ficou combinado dessa forma, e da próxima vez Elen irá contar para a profissional. [...] Foi acolhida e orientada. (CREAS, Pato Bragado-PR, 2019b)

O trecho acima se refere ao atendimento realizado com Elen, que apesar da pouca idade, apresenta interpretações sobre aquela instituição, especialmente na medida em que busca expor a mãe e sua condição frente a ela. Nesse sentido, a menina, tal qual a anotação da funcionária, explicita certo “ar de preocupação” frente a essas exposições - em especial, quando esta diz que não quer que as funcionárias falem com a mãe. O que parece ocorrer nesse sentido é que acatam a decisão de não confrontar diretamente a mãe, uma vez que ainda “não se conseguiu aferir sobre a realidade dos fatos”, tendo em vista que parecem desconfiar se as narrativas da menina se faziam verdadeiras – o que pode ter relação com a pouca idade da menina e, talvez, preocupados com a “interpretação” que faz das situações experienciadas em casa, ou mesmo da criança ser punida assim que a mãe ficasse sabendo da situação. O que, em seguida, informa a decisão das trabalhadoras do CREAS por acompanharem a situação “à distância”.

Entre as anotações está a marcação de que em conversa com a diretora do projeto - que a menina participa - houve o relato de que “Elen está bem não queixou-se de fome”. No entanto, verificou que a menina muitas vezes aparecia no projeto horas antes dele começar, por volta das 12 horas. Sobre isso, somente consta na ficha da trabalhadora que a diretora tentou ligar para a mãe, mas não obteve sucesso. Dessa forma, e como última anotação, no dia 14 de maio de 2020, a família foi desligada, tendo em vista que não evidenciava mais “situação de risco” com Elen. O que se subentende que a condição da família melhorou ou que não houve outras “denúncias” a respeito.

Além do modo como Elen percebe esses espaços de convivência, analiso que esses projetos também são um meio de “controlar” e vigiar as condutas desses sujeitos e de seus familiares. Tal qual, de mantê-los próximos à assistência social, para acompanhar e avaliar esses sujeitos, na medida que ao fazer um convite para alguma atividade, ou mesmo, se esses sujeitos estão assíduos nas atividades, é como se fosse uma “avaliação” acerca dessas pessoas que estão supostamente “controladas”, validando a possibilidade de receberem algum auxílio. Pois, tudo isso é anotado e, em muitos casos, quando há determinado acompanhamento judicial, esses aspectos constam em relatórios dos funcionários instigando a questionar se a participação e/ou determinados comportamentos nesses espaços se fazem parâmetros para receberem algum auxílio, ou mesmo para provar condições subservientes, no sentido de que estão sendo “controlados” por serem assistidos.

Tentando ampliar esses incômodos sobre como essas convivências entre trabalhadores (com condições similares e distintas) se mantêm e são construídas na materialidade da vida - tal qual o vínculo mantidos por Júlia, Elen e tantos outros garotos e garotas que frequentam e buscam nesses projetos promovidos pela assistência social dos municípios da região concretizar expectativas (por sua própria conta ou por conta de outros)-, retomei as entrevistas que realizei com os trabalhadores, foco de análise nessa pesquisa, as quais permitem rastrear parte da elaboração desses convívios.

Desde 2018 venho conversando com esses sujeitos e pude perceber diferentes motivações para se inserirem no trabalho desde tenra idade, bem como as diferentes situações e pressões em que se viram envolvidos e como tudo isso constrói convivências com outros sujeitos, nos quais muitas vezes se apoiam. A narrativa de Gabriel, de 17 anos, residente no Centro de Marechal Cândido Rondon, é bastante representativa ao rememorar quando tinha aproximadamente 13 para 14 anos, indicando que:

Gabriel: daí eu fui trabalhar...deixa eu lembrar onde...fui lá pro Disk Festival perto do Banco do Brasil também. [...]

Patricia: é o que lá?

Gabriel: é distribuidora de bebidas tal, né? [...] só que, tipo... lá eu não fazia força. [...] ficava só atendendo, levando água tal, né? Cerveja, mesmo assim eu era de menor, né? Fazia essas coisas que não pode.

Patricia: aham, levava cerveja onde?

Gabriel: é... nos evento que tinha. [...] é... nas festinhas de aniversário. [...] tem umas mercearia também, né? Que eles pegam de lá.

Patricia: levava com caminhão assim?

Gabriel: é... uma moto e um triciclo.

Patricia: hum, mas você dirigia?

Gabriel: não, eu só ia junto. [...] daí... ou a gente ia de pampa... Quando era evento grande, a gente ia com caminhão, mas quando era coisinha pouca a gente ia de moto.

Patricia: aham. E você fazia isso, atendia...

Gabriel: é, lá eu não fazia muito esforço porque não era minha obrigação lá, né? [...] porque tem 4 homens lá. Então daí eu tava lá só pra fazer companhia pra eles, até hoje eu vou lá cumprimento eles, as pessoa e tal...[...] mas lá não tinha... eu fiquei uns 4 anos lá. [...]

Patricia: [...] e você recebia lá?

Gabriel: eles deixava eu tomar...tomar as cocas... comer o churrasco que eles faziam lá. Daí eles faziam na garagem de casa lá. [...] daí eles nem pagavam. Eu comia tudo de graça, tudo dia lá, tomava... daí ele não... tipo, eles não tinham lucro e eu também não.

Patricia: entendi. Mas, aí ficava o dia inteiro ajudando?

Gabriel: é, tipo... eu ia lá, daí quando minha mãe pedia alguma coisa eu falava “tenho que sair com minha mãe” e tal, né? Daí eles me liberavam e tal. Tipo meio que filho dele, né? Você vai lá pra ajudar, daí tem alguma coisa, você pega e sai. [...] só que eu era só amigo. (GABRIEL, 2018)

Embora Gabriel destaque que não possuía vínculo empregatício com a distribuidora de bebidas, uma vez que não sentia as mesmas obrigações que outros funcionários – o que de fato não era semelhante – ele não recebia em dinheiro, e sim em bebidas e comida, mesmo que considere “eles não tinham lucro e eu também não”, vemos essas atividades enquanto experiências que o fizeram construir determinados valores e entendimentos sobre relações de trabalho e sociabilidades. Ele faz isso mesmo apresentando uma explicação, o porquê da relação de trabalho não ser monetizada, ou mesmo reconhecendo que pela sua idade legalmente não poderia estar vinculado a bebidas e, muito menos, àquele trabalho (GABRIEL, 2018).

Sobre a memória e a oralidade na construção de significados atribuídos pelos sujeitos destaco a formulação instigante proposta por Alessandro Portelli (2017), quando indica que:

A oralidade, em resumo, não é simplesmente um veículo de informação, mas também um componente do seu significado. A forma dialógica e a forma narrativa que caracterizam as fontes orais culminam na densidade e na complexidade da linguagem, que já nos tons e nas inflexões exprimem a história e a identidade de quem fala, e entrelaçando e acumulando significados bem além das intenções e da consciência de quem narra. (PORTELLI, 2017, p. 192)

Como o autor destaca, a oralidade é um componente das narrativas, bem como o diálogo estabelecido no momento da fala, desse modo é necessário que nos atentemos como nossas perguntas se relacionam com os significados atribuídos pelos sujeitos. Compreendo, assim, que as motivações para esses trabalhadores realizarem atividades desde quando eram crianças e adolescentes, bem como o que consideram como trabalho, tem relação com avaliações que

fazem dos seus modos de viver, cômoda mesma forma que suas prospecções com o futuro e sobre quem os interpela sobre isso.

A elaboração de Gabriel é produzida 4 anos depois daquele momento, sendo que, no momento de nossa conversa, residia com sua mãe e uma amiga em uma residência aos fundos da distribuidora de bebidas mencionada por ele, a fim de dividirem as despesas. Além disso, estava trabalhando formalmente como empacotador em um mercado da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR. Atualmente, e possui diversos direitos estabelecidos pelas legislações trabalhistas, portanto, uma realidade bem distinta de 4 anos atrás.

Esse cenário, certamente fez com que rememorasse aquela atividade na distribuidora como uma atividade que, apesar de lhe conceder acesso a certos produtos, sociabilidades, bem como entendimentos de como a organização de um espaço e relações como aquelas funcionavam, tal realidade era bastante distinta de seu presente, uma vez que também auxiliava nos custos com despesas com a mãe, algo que anteriormente não conseguia fazer, apesar de que pelos produtos que se alimentava também reduzia gastos no orçamento alimentar da família.

Anteriormente a ser contratado, a mãe de Gabriel era a principal fonte de renda da casa, pois era remunerada pelo seu trabalho de doméstica, salário que utilizava para custear todas as despesas dela e do filho (como aluguel, alimentação, energia entre outras necessidades dos dois). Apesar de Gabriel conhecer e raramente conversar com seu pai via telefone, ou realizar visitas no Paraguai, onde residia, não recebia pensão a que tinha direito. Sem a proximidade e ajuda do pai e da irmã – com quem não conversava, aparentemente devido à orientação sexual da mesma, pois esta residia em outra cidade com sua companheira. Para Gabriel algo incompatível com sua religiosidade evangélica –. Mas, além deles, havia seu irmão – que estava no serviço militar – sendo assim, a mãe era a única remunerada capaz de sustentá-los.

Além disso, apontar que o seu patrão na distribuidora “o via como filho”, bem como a sociabilidade que possuía com os outros trabalhadores aciona outros elos para tais vínculos e práticas a serem considerados na avaliação de suas condutas e modo de rememorar. Pois, Gabriel parece ver naquela relação e sociabilidade traços de exploração, mas, também, algo que o aproximava daqueles sujeitos e, em particular, daquele que era “quase como um pai” que sentia falta em suas relações (GABRIEL, 2018).

Diante disso, vale inquirir por quais motivos o trabalhador buscava apresentar tal imagem sobre essa experiência? O que essas linguagens, construídas em suas narrativas, fazem pensar sobre a experiência social compartilhada de pressões e condições como as de Gabriel e sobre aqueles que se distanciam disso?

Gabriel mostra como que essas questões envolvendo adentrar em um trabalho se fazem na vida real desses sujeitos, como parte também de uma sociabilidade com outros trabalhadores, espaço que tinha para ficar enquanto a mãe trabalhava, do mesmo modo que conseguia acessar determinados produtos que talvez antes não tinha, em razão das condições limitadas que partilhava.

Nesse sentido, esses espaços de convivência que Gabriel estabeleceu com outros trabalhadores e até mesmo com seu “patrão” se assemelham também ao que Elen produziu com as funcionárias da assistência social e especialmente com a diretora do projeto onde comparecia, uma vez que estabeleceu certa confiança com estas ao narrar os problemas que ela e sua mãe estavam passando, mesmo que tivesse apreensões sobre expor a si e a sua mãe.

Essas relações entre trabalhadores que possuem condições diferenciadas ou mesmo com empregadores que se caracterizam em relações ambíguas se assemelham ao que Campos (2007) percebeu ao analisar as experiências de crianças e adolescentes internados na FUNABEM de Viçosa entre 1964-1989. Em sua dissertação destacou a aproximação ambígua construída por esses sujeitos com os funcionários da instituição (e até mesmo em certa medida com o Diretor). Pois, ao mesmo tempo em que tentavam controlar e “recuperar” esses sujeitos, a convivência e aquilo que construíram naqueles momentos – como recebimento de alimentos, ter onde ficar, certa remuneração, etc. – fazia com que essa situação se tornasse ainda mais complexa. Algo que Campos (2007, p. 82-83) diz não poder reduzir simplesmente em “confinamento”, inclusive porque as memórias construídas de ex-funcionários e ex-internos apontavam relações positivas naqueles espaços, apesar dos diversos conflitos.

As narrativas evidenciam que identificar as vivências dos meninos no espaço institucional como espaço de mortificação e confinamento é reduzir e simplificar a complexidade das relações múltiplas entre internos e funcionários e ignorar a potencialidade de suas ações. [...] Não obstante essas relações, os ex-internos colocam em evidência, a partir de suas falas, como se fizeram sujeitos nesse processo de tensões e aproximações. [...] Lutaram incansavelmente no intuito de destruir estereótipos negativos construídos pelo discurso institucional, que os apresentava para a sociedade como “perigosos marginais”, “baderneiros”, “mal nascidos”, “sem dignidade”. (CAMPOS, 2007, p. 83)

O trecho da pesquisa da autora instiga a questionar como tratamos os sujeitos históricos em nossas pesquisas, especialmente os trabalhadores. A autora me fez pensar que muitas vezes nos deixamos levar pelo “discurso institucional” sobre esses sujeitos, como sujeitos que necessitam de direcionamento, que “não compreendem situações” ou que devem ser “salvos”, frente a isso abandonamos os sentidos construídos dessas relações pelos sujeitos que as

experienciaram. Do mesmo modo que as relações entre aqueles que trabalhavam ou residiam nesses espaços são vistos de modo mecânico por parte significativa da academia, como se não ocorressem afetuosidades e solidariedades entre eles, apesar dos conflitos construídos o que, de acordo com a autora, se distancia de tentar compreender os sentidos constituídos por esses sujeitos, mesmo passado anos da experiência em questão.

Assim, não é possível compreender a totalidade das relações mantidas entre esses sujeitos (trabalhadores, funcionários de instituições e empregadores) se não percebemos esses sujeitos enquanto homens e mulheres reais, os quais podem, em maior ou menor medida, produzir sentimentos de empatia e solidariedade com outros sujeitos, mas também de distanciamentos e necessidades de distinção. Em algumas circunstâncias, principalmente ao serem confrontados por esses órgãos ou se sentirem vigiados por estes, os conflitos aparecem e expressam que essas interferências já não são mais bem-vindas.

Entendo que todos esses convívios, envolvendo crianças e adolescentes que trabalham e outros trabalhadores (e empregadores) apontam questões bastante complexas e tensionam nossa percepção acerca da dinâmica social. No entanto, acredito que, muitas vezes, existem certas atividades que essas crianças e adolescentes realizam que são condenáveis socialmente, acabando por abrir um debate sobre o que é legitimado como possível de ser aceito enquanto exploração do trabalho infantojuvenil e o que é moral e criminalmente apontado como inaceitável.

A experiência de Guilherme⁷⁰, 13 anos de idade, é representativa nesse sentido, uma vez que um dos trabalhos que realizou em sua trajetória envolvia, crime de exploração sexual de menores, uma vez que realizava programas “como travesti”, em uma casa de prostituição em Toledo-PR.⁷¹

Tendo em vista a prostituição por Guilherme, esta equipe encaminhou e acompanhou Guilherme até a Unidade Básica de Saúde-UBS, do município [Pato Bragado] para agendar exame de sondagem de doenças sexualmente transmissíveis, no entanto, o adolescente não compareceu no dia para a realização do exame, e não mostra interesse em agendá-lo novamente. Jaqueline [mãe de Guilherme] também foi orientada sobre a importância desse exame, no entanto, também não demonstrou interesse. [...] Ressalta-se que

⁷⁰ Destaco que na ficha da família não consta que Guilherme possua nome social ou, ainda, se ele se identificava como Guilherme, mas o que se observa é que, de acordo com as evidências, tal atribuição se deve ao nome registrado pelos pais desde seu nascimento e essa ser a maneira que as funcionárias do CREAS utilizaram para se referir ao mesmo nos pareceres produzidos.

⁷¹ Ainda vejo como necessário pontuar que em nenhum momento nas evidências consta que Guilherme se identificava como travesti no seu dia a dia, apenas é mencionado que “foi relatado que Guilherme estava se prostituindo como travesti”, uma indicação expressa após atendimento realizado com ele e a mãe no CREAS, o que não deixa claro quem expôs essa identificação (CREAS, 2016).

dentre todas as orientações repassadas à família, esta equipe demasiadamente orienta Guilherme sobre os perigos e as consequências da prostituição, contudo, o mesmo apresenta uma ideia fantasiosa sobre a conduta, não reconhece os riscos e não apresenta interesse em se desvincular, utilizando-se inclusive para esta equipe da frase “eu ainda não consegui me desligar da prostituição” (sic), a qual foi proferida de forma satisfatória. Sugere-se que a família permaneça sendo acompanhada no município que irá residir. (CREAS, 2016)

O trecho acima, foi retirado do relatório de arquivamento do prontuário da família, datado de 17 de fevereiro de 2016, tendo em vista sua mudança para São Jorge do Ivaí-PR⁷². As funcionárias do CREAS apontam que tanto Guilherme quanto Jaqueline (que não o pressionava) não “demonstravam interesse” em realizar os exames de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), encarados pela equipe como necessários devido a sua atuação em atividades de oferta comercial de sexo. O que pode sugerir o não envolvimento da mãe nas decisões e novas paragens de Guilherme, sendo que, por esses contornos, possivelmente, ele voltaria a se vincular à prática de exploração sexual de adolescentes, por não residir mais com a mãe e precisar de ganhos financeiros para se sustentar e já estar inserido nessa rede de prostituição infantil. Uma das motivações para tal pode ser não ver com tranquilidade a aceitação social de como lida com sua sexualidade e o que esperam para determinadas vagas de trabalho.

No alto de seus 13 anos, sua vida era exposta mais uma vez em uma sala do CREAS (algo que já ocorria, intermitentemente, há 7 anos). Dessa vez, após denúncia à rede de assistência por estar se prostituindo “como travesti” em cidade próxima, há cerca de um ano. Desse modo, conforme indicado pela assistente social no relatório, Guilherme, após esses últimos contatos e “orientações”, havia se mudado para outro município, deixando de ser “responsabilidade” de tal acompanhamento pelo CREAS de Pato Bragado.

Mas, se essa atividade chama a atenção do órgão por seu aspecto criminoso e moral, no decorrer da ficha do jovem é possível verificar que em sua trajetória também realizou outras atividades laborais de modo informal, como a indicada no registro do dia 11 de dezembro de 2015, quando foi até o CREAS para atendimento (a respeito do convívio familiar e sobre a realização de exames de DST, solicitados pelas funcionárias devido à prostituição) e destacou que iria trabalhar como Papai Noel em uma livraria da cidade durante o período de festas e não houve nenhuma repreensão ou trato com a família para impedir ou averiguar sobre tal prática. Isso indica que a prostituição é vista como problema social, mas outros trabalhos realizados por

⁷² Cerca de 300 km de distância de sua cidade de origem, Pato Bragado.

esses sujeitos, como aquele que Guilherme realizou, não necessariamente provocaram essas instituições a reprimir a conduta ou produzir a reflexão sobre a necessidade de angariar renda de um modo ou de outro.

Uma atividade que, conforme o conjunto dos registros do órgão, ocorreu entremeada à sua atuação junto à casa de prostituição em Toledo, pois se desde o início de 2015 já se prostituía, então sua atividade de Papai Noel, em dezembro de 2015, ocorre como um desses ganhos a mais que muitos trabalhadores acumulam, conforme temporadas ou possibilidades que acreditam dirimir pressões ou atender ao que compreendem como necessidades.

Assim, ao avaliar o conjunto de elementos que compõem a ficha de Guilherme, surgiram variadas questões: porque esses sujeitos não “demonstraram interesse” em fazer os exames diante daquela situação? Como Guilherme e Jaqueline viram as cobranças da equipe do CREAS e da UBS, levando em conta que residiam em uma cidade como Pato Bragado – onde todos praticamente se conhecem e tomam parte sobre o modo como vivem e o que definem sobre suas condutas morais? Como Guilherme e Jaqueline viam essa e tantas outras atividades desempenhadas por Guilherme e o modo como ele trata sua sexualidade? O que Guilherme quis dizer ao apontar que não “conseguiu” desligar-se da prostituição? Quais tensões são possíveis de perceber entre os trabalhadores que foram denunciados e/ou tiverem que prestar esclarecimentos e os funcionários dessas instituições? O que dizer sobre a visão de Guilherme sobre o conjunto de suas práticas e tomadas de decisões?

A meu ver é possível discutir, a partir dessas questões, as tensões entre esses sujeitos, especialmente porque há conflitos entre ações e moralidades, próprias da posição social que assumem (uma vez que os trabalhadores na condição de denunciados são tratados por essas instituições como aqueles que precisam ser orientados e recriminados por suas práticas e modos de viver, indicando que serão acompanhados/vigiados, quiçá denunciados, conforme suas condutas).

Contudo, ainda que visualizemos todo esse aparato, constituído com o princípio de servir de apoio e orientação aos trabalhadores em condições vulneráveis, como as que envolvem abusos como os experimentados por Guilherme, identificados como exploração sexual de menores, é evidente a ineficácia da prática do órgão, pois a expressão dos envolvidos ao notificar a saída da família da cidade, aponta que os problemas de Guilherme – tanto com a família, quanto sobre sua condição e modo de viver – não se resolveram, apenas saíram do foco da instituição local, que já o “acompanhava” há 7 anos, desde o primeiro registro de abuso sexual.

Uma sensação muito próxima ao desenrolar de parte dos dramas de Paula, pois quando as funcionárias do CREAS se deparam com a prática imprópria do trabalho de babá, mas observam que o convívio familiar estava mais estável, o trabalho se tornou um elemento aceitável frente aos desarranjos familiares comuns (sair de casa, constituir uma nova guarda para a garota, ou mesmo condenar o ex-marido da mãe por abuso sexual). Portanto, o limite da ação do órgão para quebrar a correia de transmissão dessas práticas é evidente, mas há de se destacar que esses trabalhadores dos órgãos estatais estão envolvidos contraditoriamente com a questão e se veem entre julgar, coibir e se afligir pelos dramas e problemas que visualizam na vida daqueles que são atendidos, onde atentar-se à prática de trabalho se apresenta como só mais um dos pontos a serem observados dentre os desarranjos que experimentam no que se forjou como unidade familiar.

É relevante mencionar que as atividades de prostituição realizadas por Guilherme não são práticas isoladas, mas compõe um universo de tensões do nosso tempo, onde essa prática é vista como rentável e possível de construir enquanto um horizonte de possibilidades também a outros trabalhadores, inclusive a equipe do CREAS e Guilherme mencionam na documentação uma amiga do garoto, chamada Amanda. Ela trabalhava junto com ele na casa de prostituição em Toledo. Guilherme aponta que Amanda iria “fugir” de casa (em Pato Bragado). No entanto, não foi especificado se ela iria residir na casa de prostituição onde trabalhavam (algo que Guilherme pensou em fazer, como consta em outro momento dos registros da assistente social). O que se sabe, tendo em vista as evidências, é que sair de casa, sem ter data certa para retornar e se retornariam um dia, parece ser uma prática recorrente vinculada não só a essa atividade, mas que envolve o modo como muitos adolescentes lidam com seus desencontros familiares. Nesse caso, envolvendo definições acerca da sexualidade, além de outros conflitos que se passam e desembocam na expectativa desse sair de casa e fazer-se por si.

Mas, isso pode ficar ainda mais complicado, quando não é a definição desses adolescentes que pesa sobre quando e como voltar para casa. Nas narrativas de Guilherme, registradas no prontuário do CREAS, ele aponta que ficou dias sem retornar para a casa (em Pato Bragado) e, ainda, incomunicável com a família, pois teve seu celular roubado (não foi mencionado onde, nem como). Isso indica certa imagem e riscos sobre como era se colocar nessas relações de prostituição e quais as margens de ação que tinha frente à sua presença nessa rede de oferta comercial de sexo, principalmente envolvendo crianças e adolescentes.

A trajetória de Guilherme é acompanhada pela equipe do CREAS desde quando tinha 6 anos de idade (2009), quando foi deferida a guarda do menino para a mãe e estabelecida medidas protetivas contra o pai, uma vez que, segundo constam nas evidências, o pai abusava

sexualmente da criança. Acredito que esse elemento seja importante para considerarmos todos os rearranjos das relações e práticas na trajetória de Guilherme. Pois, essa indicação aponta aspectos que influíram na construção de seus valores e expectativas, bem como informa o modo como tratou seus sentimentos envolvidos a essa questão ao longo desses anos. Além disso, essa questão se faz importante para destacar a ambiguidade e reviravolta de vínculos e laços afetivos de Guilherme, pois em um dos momentos de avaliação e orientação sobre suas condutas questiona a equipe do CREAS se a medida protetiva contra seu pai poderia ser retirada, uma vez que sentia falta do pai e queria poder conviver com ele, como destaque no trecho a seguir:

A principal problemática observada em Guilherme, foi o seu excesso de liberdade, uma vez que o mesmo acredita que não deve obediência aos familiares, e estes, conseqüentemente já não conseguem impor limites ao adolescente. Ressalta-se que esta equipe está orientando Guilherme e sua família, a fim de superar esta problemática. [...] Esta equipe aproveita a oportunidade para explanar um pedido de Guilherme, assim como, solicitar orientações. O adolescente verbalizou a esta equipe, assim como, solicitou que fosse repassado ao Poder Judiciário, que o mesmo gostaria que fosse revogada a medida de proteção, pela qual ele não pode ter contato com o genitor. Uma vez que o adolescente demonstrou o interesse em ter contato com o pai, assim como, de frequentar a residência do mesmo. Assim sendo, fica-se no aguardo de orientações (CREAS, 2015).

O trecho acima, compõe o relatório produzido pelas funcionárias do CREAS para o Ministério Público de Pato Bragado com data de 17 de novembro de 2015. Acredito que a solicitação de Guilherme indica uma divergência quanto àquilo que muitos trabalhadores desejam fazer a respeito de suas vidas e o que é estipulado legalmente sobre o que devem ou não fazer, que espaços devem ou não frequentar, com quais sujeitos devem ou não manter vínculos. Ao mesmo tempo que nos coloca algumas perguntas, com respostas que nos escapam: o que faz Guilherme querer retomar o convívio com o pai? São problemas com a mãe? Encontrar alternativa para ter onde morar? Conseguir apoio financeiro? Ou ainda, como Guilherme interpreta e convive com a referência dos abusos do pai e as práticas de prostituição atuais? Ao final de tudo, ir para São Jorge do Ivaí significa que tomadas de decisões perante esse conjunto de tensões e expectativas?

Algo que a meu ver parece estar relacionado com a necessidade que apresenta em tentar sair da residência que morava naquele momento, com aproximadamente 8 pessoas (incluindo os avós, bisavó, tia, prima, irmão, irmã, mãe), espaço que constantemente ocorriam conflitos físicos, especialmente entre Guilherme e sua tia, onde segundo ele “falta[va um pouco] de paz”.

As ações e valores de Guilherme, criticados pelas trabalhadoras da Assistência Social, são entendidas como consequência do “excesso de liberdade” que a família possibilitou ao trabalhador, indicando que isso fez com que ele valorasse que não deve “obediência aos familiares”. Esses aspectos, trazidos pelas fontes, fazem questionar: o que a equipe esperava da educação proposta pela família de Guilherme? E, ao mesmo tempo, como veem esses sujeitos e suas condições? Como essas funcionárias lidaram com o fato de que suas orientações/encaminhamentos, bem como as legislações que direcionam suas ações, eram desconsideradas por muitos trabalhadores e incompatíveis com suas moralidades e realidade social?

Apesar de muitos trabalhadores, como Miriam (mãe de Paula), reclamarem das interferências dessas instituições sobre suas vidas e sobre a vida de seus filhos, ou mesmo aparentarem desinteresse quanto às orientações da equipe tal qual Guilherme e sua mãe (Jaqueline). Alguns trabalhadores, em outros momentos, veem no CREAS a possibilidade de resolução de seus problemas, como observamos na ação da avó de Júlia, de Lúcia, da família de Aline, nas percepções de Elen etc.

Ao reconhecer todos esses embates, envolvendo tais atividades, muitos outros trabalhos infantojuvenis não são descritos com a relevância e preocupação que práticas vinculadas ao tráfico de drogas e à prostituição apresentam. Como é o caso do trabalho de babá, realizado por Paula, que já apresentamos parcialmente há algumas páginas, quando estava envolta com seus embates familiares e tomada de decisões sobre como e onde viver. Mas, nesse caso, ainda que não seja a atividade em si responsável pelo olhar atento aos perigos para Paula, destaco as evidências das inseguranças experimentadas por ela ao se vincular à atividade de babá:

Explicou-se para Paula como seriam os atendimentos, tendo em vista as medidas de prevenção ao corona vírus, e que alguns atendimentos seriam pelo celular e outros seriam presenciais no CREAS, Paula disse que seria melhor por celular, porque ela ainda não consegue caminhar direito, devido o machucado na perna, questionou-se a mesma, a qual disse que caiu do telhado, questionada o que aconteceu, respondeu, “ah outra hora eu conto, é muita coisa para falar”. Depois de um tempo de conversa, Paula relatou que “estava trabalhando de baba de um menino de seis anos, filho de Silvia e de Gustavo, o qual residiam embaixo de sua casa, que eles se mudaram pra Nova Santa Rosa, e que para receber um mês cheio, ela foi junto para Nova Santa Rosa, onde ficaria na casa deles e trabalharia por mais duas semanas. Que Silvia e o marido brigaram, porque alguém falou que Silvia tinha ficado com um terceiro, amigo de Gustavo, que ele então expulsou ela de casa, e que como Paula estava sob a responsabilidade dela, foi junto. Que como não tinham acesso a casa, pois ele trancou as para fora, Paula tentou entrar na casa pelo telhado, quando então caiu em uma mecânica que fica ao lado, que machucou a perna e fez vários arranhões pelo corpo. Ressaltou que não sabia como

voltaria para Pato Bragado, se seria de carro ou de ônibus, e acabou voltando de ambulância. Relatou também que enquanto o casal brigava, ela estava junto, e ficava gritando “ihull, eita”. Quanto a reação de sua mãe, “que ela disse que nunca mais vai deixar ela ir a casa dessa Silvia”. Relatou que “fez vários exames, que ficou de muleta por uma semana, aí largou as muletas e depois precisou voltar, que fez vários exames e que a perna ainda dói, que o médico falou que ficou “líquido na perna”, que terá que aguardar se vai se eliminar sozinho ou se terá que fazer uma intervenção para tirar” (CREAS, 2020b).

Nesse trecho, apesar dos poucos indícios sobre a condição de trabalho da menina é possível entender que tal emprego foi possível devido à convivência entre esses trabalhadores, pois seus empregadores eram seus vizinhos inicialmente. Assim como, a mudança deles para Nova Santa Rosa⁷³ fez com que Paula decidisse ir junto para “receber um mês cheio”, indicando a necessidade de receber essa monetarização diante do fim inesperado do seu trabalho caso não os acompanhasse, ou mesmo, encontrando aí a alternativa para a sua almejada saída da casa da mãe, legitimada agora pelo trabalho (CREAS, 2020b).

No entanto, essa convivência não foi tranquila, uma vez que nesse período ocorreram brigas entre o casal de patrões e, por esse motivo, ela é expulsa da casa junto com a patroa que lhe contratou, passando por diversas adversidades – como não ter acesso a seus pertences, alimentação regrada, dormir de forma improvisada, ou mesmo nem saber como voltaria para Pato Bragado, pois, possivelmente, não lhe foi pago o serviço prestado, bem como sofreu um acidente na tentativa de subir pelo telhado para pegar suas coisas e retornar para a casa de sua mãe. Tudo isso sugere um universo de dramas experimentado por essas crianças e adolescentes tanto dentro como fora da unidade familiar, o que nos coloca frente às adversidades que acompanham a constituição desses sujeitos como trabalhadores desde tenra idade e, na mesma medida, suas inseguranças perante os laços e redes de convivência que procuram firmar ao longo de suas trajetórias.

Desse modo, encerro esse momento da reflexão propondo algumas questões a serem desdobradas posteriormente: quais são as propriedades de demandas e pautas apresentadas a essas instituições envolvendo crianças e adolescentes? O que isso nos diz sobre as ações e moralidades que são aceitas ou condenáveis/inaceitáveis socialmente? Por quais razões certas atividades, tidas como fonte de renda dessas garotas e garotos, são foco central dos

⁷³ Por estrada, Nova Santa Rosa fica a, aproximadamente, 50 Km de distância de Pato Bragado. Nova Santa Rosa é um município que integra a região Oeste do Paraná. Possuía a população de 7.626 habitantes de acordo com o último Censo (IBGE, 2010). O mesmo órgão estima que em 2021 a população esteja em torno de 8.311 habitantes. Foi reconhecido enquanto município pela Lei Estadual nº09/73 em 20 de junho de 1973, de acordo com IBGE (2017).

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-santa-rosa/panorama>> Acesso em: 15 de nov. 2021.

atendimentos enquanto, em outros momentos, suas práticas são vistas como irrelevantes e desconsideradas na atuação da equipe da rede de assistência social? Como se definem que práticas são moralmente aceitas enquanto trabalho infantojuvenil? Como os trabalhadores, privilegiados nessa pesquisa, veem essas denúncias e o enfoque dado para determinadas práticas e modos de viver a partir dessas instituições e de seus familiares?

Com o intuito de problematizar essas perguntas, situo algumas narrativas de trabalhadoras da assistência social de Guaraniaçu que foram formuladas em entrevistas orais que realizei entre os anos de 2019 e 2021. Essas construções narrativas se fazem significativas aqui para ressaltar outros aspectos sobre a aceitação social dessas práticas, tal como a visão que possuem sobre os trabalhadores atendidos, a funcionalidade dessas instituições e suas imagens vinculadas com a da instituição.

Ao entrar em contato com diversas instituições que atendiam crianças e adolescentes no Oeste paranaense, muitas dessas negaram a possibilidade do acesso aos materiais que envolvem a assistência social, uma vez que destacaram a necessidade de sigilo, ou simplesmente negaram a possibilidade de acesso, indicando a inexistência dessas relações nas respectivas cidades, não possuindo assim nenhum material que demonstrasse tais práticas. A entrevistada Marcia (2019), de 43 anos, foi uma dessas que sinalizou a inexistência dessas documentações.

A funcionária acessou o cargo a partir de um concurso público para assistente administrativo e foi convidada a trabalhar em 2017 na Secretaria de Assistência Social de Guaraniaçu-PR. Marcia nasceu em Guaraniaçu e sempre residiu na cidade, como grande parte de seus familiares. No momento da entrevista, residia em um bairro periférico da cidade, era casada e possuía 3 filhos (estes com 22, 17 e 6 anos). Ainda, sua família possuía uma empresa, local onde seu marido e alguns dos filhos trabalhavam.

Na ocasião de nossa conversa, antes mesmo de iniciar o mestrado, fui em busca de pessoas que tinham proximidade com a realidade da Casa Lar (coordenada por Marcia), uma vez que naquele momento minha intenção era verificar como ela funcionava na cidade, mas também se o acolhimento de crianças e adolescentes nessa estrutura possuía relação com situações envolvendo o trabalho desempenhado por crianças e adolescentes desde tenra idade⁷⁴.

⁷⁴ O interesse inicial sobre esse espaço teve início anteriormente à produção do projeto para o mestrado, onde buscava desenvolver uma problemática para a pesquisa. A ideia sobre a Casa Lar de Guaraniaçu se deve ao fato de que convivi boa parte de minha escolaridade formal com sujeitos que residiam nesses espaços, em especial uma colega e seu irmão mais novo que cresceram naquele local e constantemente ouvia comentários de conhecidos sobre as diversas adversidades que eles passavam. No entanto, como tive o acesso negado para analisar aquelas situações, construí outro caminho para elaborar o projeto que culminou neste trabalho.

Partindo desse cenário que fundamentou a entrevista, Marcia indica o seguinte, quando perguntada sobre essa relação:

Patricia: você já viu alguma situação assim...de criança em estado de trabalho infantil, alguma coisa assim, que daí foi destinado pra Casa Lar?

Marcia: não.

Patricia: não? Só em outras situações?

Marcia: graças a Deus a nossa...aqui em Guaraniaçu, pelo menos no período que eu tô ali, não.

Patricia: é?

Marcia: é... outras situações. Mas em período de trabalho infantil não. [...] não, nunca aconteceu esse problema aqui de denúncia de trabalho infantil.

Patricia: nunca?

Marcia: eu acredito que aqui em Guaraniaçu não tenha.

Patricia: é?

Marcia: se teve, teve há muito tempo atrás, né? (MARCIA, 2019)

Ao responder as questões que construí, a trabalhadora evidencia a percepção não somente sobre os sujeitos que eram ligados a Casa Lar, a assistência, mas também uma imagem sobre o trabalho desempenhado por esses sujeitos naquele município. No entanto, preciso ressaltar que no momento da entrevista estava muito nervosa, especialmente porque foi a primeira entrevista que realizei com funcionários da assistência, bem como Marcia não pareceu muito receptiva quanto aos questionamentos que fazia, indicando inclusive que “não poderia expor” as situações que ocorriam no seu local de trabalho, bem como indicando que eu “perguntava bastante”, algo que me deixou ainda mais tensa, por isso avalio que a entrevista com ela, em muitos pontos, foi pouco explorada por mim, tendo em vista esse contexto (MARCIA, 2019).

No entanto, tudo isso me fez questionar também quais imagens Marcia construiu do momento da entrevista? Quais intencionalidades possuía ao construir tal narrativa? De que maneira suas elaborações possuem relação com o lugar social em que ela se encontrava? E, ainda, o que a confrontação desses indícios com outras documentações sugerem para a compreensão das experiências de crianças e adolescentes trabalhadores no Oeste do Paraná?

Acredito que Márcia, por saber que estava frente a uma acadêmica, poderia ter pensado que talvez não gostaria do modo como minha investigação exporia seu trabalho, ou ainda sua própria imagem e a maneira como lidou com as situações. Nesse sentido, durante a entrevista, ela busca reforçar a ideia do “bom funcionamento” da assistência social durante a vigência de seu trabalho, como, por exemplo, quando questiono sobre outros projetos como Espaço Legal (projeto que integra a Secretaria de Assistência com diversas atividades para crianças,

adolescentes e jovens). Ela produz uma imagem de “sucesso” do projeto, inclusive porque esses sujeitos, mediante participação naquelas atividades, se transformaram em “artistas”⁷⁵.

Marcia: pra mim que eu soube, né? Tipo assim a gente começa conversar com as pessoas, começá se informar mais é que diz que ela na época fez como eles diziam como Casa de Abrigo. [...] não sei se ela direcionou mesmo como uma Casa Lar, né? Eles chamavam Casa Abrigo, mas era tipo assim não era como...não sei se tinha nessa época caso de criança acolhida como tem hoje. [...] na época acho que não tinha. Pelo menos com o que conversei, não me lembro com quem que eu conversei que a gente comentou que ela falou “não, mas a Dona Ana construiu porque as vezes as criança...o Conselho Tutelar pegava tava na rua de noite, só levavam lá, dormiam no outro dia soltavam”. Na verdade eu não posso te dizer isso, era o comentário que tinha, né?

Patricia: sim. E essa casa...tipo assim, uma Casa Abrigo seria diferente de uma Casa Lar porque a Casa Lar teria todo esse equipamento de...

Marcia: é, na verdade se você for lá vê a gente tem...estruturou Casa Lar ela é equipada, na verdade é uma casa. [...] é que nem eu falo assim pra todo mundo, é uma geladeira. [...] é uma casa geladeira, nós temos tudo só não tem o amor, né? [...] quer dizer o amor a gente tenta ter, mas o amor da família, né? [...] mas tem tudo, né? É uma casa, né? Equipada, não falta nada lá dentro. [...] nada mesmo...se você for lá você lá vê, você vai vê não...assim algumas coisas que não tinha eu terminei de equipá, outras coisas eu troquei, arrumei, reformei. É uma casa. Tudo que você imaginá, precisa, lá dentro tem.

Patricia: e a idade das crianças é até 18?

Marcia: até 18 anos. [...]

Patricia: ah, entendi...e você sabe as atividades que as crianças fazem lá ou você acha que...

Marcia: é feito trabalhos...psicólogos, assistente social...com a assistente social faz, eles tem a vida deles é normal...eles tem rotina lá dentro. [...] eles vão pra aula, tá? A gente tem também, o equipamento da Secretaria de Assistência que é o Espaço Legal. E ele funciona como se fosse um contra turno, mas não é na escola...é...Espaço Legal é um projeto que também tem dentro da Secretaria de Assistência...pras famílias carentes, pras crianças já que também que tão em violação e...tipo assim a criança que estuda de manhã eles vão à tarde pro Espaço Legal. Eles saem da escola vão lá almoçam ficam a tarde inteira. [...] o que estuda...de tarde vão de manhã, ficam lá almoçam e vão de tarde. Projeto que nós temo lá dentro a gente trabalha com oficinairos não é professor [...] é oficinero. Nós temo, temo capoeira...temo música...temo taekwondo, temo teatro...temo...é...conta história, agora até esqueci...temo arte...[...] informática...[...] nós temo 11 tipo de oficina, então tipo assim eles ficam aqui, esse período que eles ficam eles tem atividade, eles tão aprendendo, é curso, dança. [...] daí todo ano a gente tem hip hop...[...] daí tem os Talentos Legais que eles fazem apresentação do que eles aprendem no ano, que é bem legal final do ano...[...] sempre tem os Talentos Legais. Então daí as nossas crianças ali da Casa Lar também, né? Período que eles estudam, o outro período eles ficam lá.[...] eles aprendem tem curso, tem as coisas, né? [...] e...daí eles são pequenos, tem o motorista eles pegam, levam, depois traz de volta... [...]

⁷⁵ Vale ressaltar que sobre isso, ao ter contato com portal de notícias e imprensa local, vê-se a necessidade que redatores, alinhados a essas concepções, possuem de apresentar uma imagem de tudo que envolve a Prefeitura Municipal da cidade, em especial da atual gestão, como performances de dedicação e completo funcionamento dos projetos instituídos.

Patricia: e você acha assim...na tua opinião, né? Você acha assim importante ter esse Espaço Legal? [...]

Marcia: ah, é ótimo.

Patricia: é? Porque você acha assim que...

Marcia: tanto, não só pra nossas crianças do Espaço Legal, como das outras. As criança que participam porque ali eles não...digo das outras porque as nossas eles ficam ali, né? [...] tem cuidador tudo. Mas, eles...é um projeto, eles tão ali, eles tão aprendendo, não tão na rua, né? [...] e aí tem várias coisa pra eles e assim quero que...só você indo, conhecendo pra você vê. Eles são uns talento mesmo. [...] uhum. É muito bonito você ir lá. [...] Eu falo assim com orgulho, sabe? Esse trabalho eu amo de ver o resultado. [...] é um resultado assim que...são artista mesmo. [...] e eles gostam, né? É uma atividade, né? Eles tão ocupado, né? (MARCIA, 2019)

O trecho expressa que Marcia articulou sua imagem com a reputação da assistência e nesse sentido, ao falar bem das realizações do seu trabalho parece querer indicar uma imagem positiva para si enquanto trabalhadora dedicada, um trabalho que “ama de ver o resultado”, do qual sente “orgulho”. Acredito que isso se deva também pelo modo que abordei Marcia em sua casa, buscando sua entrevista mediante o vínculo com o seu trabalho, nesse sentido parecia muito mais centrada em não ser entrevistada sobre suas “questões pessoais”, mas sobre “questões que envolviam seu trabalho” (MARCIA, 2019).

Além disso, nesses trechos a trabalhadora expressa também sentidos sobre crianças, adolescentes e jovens vinculados a assistência social, os quais são compartilhados por muitos outros trabalhadores da área. Em que as atividades desenvolvidas com recurso público além de promoverem espaços de convivência, aprendizado, diversão, funcionariam como uma “ocupação” desses sujeitos, sendo integrado às suas rotinas.

Apesar dessas atividades não serem atividades de trabalho que eram imputados a praticar, o modo como ela lida com esse estabelecimento do projeto possui relação com o fato de se preocuparem com o “ócio” desses sujeitos e o que esse “tempo livre” poderia construir em vistas daquilo que iriam se tornar⁷⁶. Mas, evidentemente, que não desprezo o fato de que essas atividades poderiam ser prazerosas para aqueles sujeitos, bem como poderiam favorecer futuramente quando tivessem que sair da Casa Lar, por exemplo. Moralidades e práticas que possuem sentidos semelhantes às outras temporalidades, mas com outros contornos, das quais geralmente são vistas como parte de projetos sociais de assistência social bastante repressivos e de formação para o trabalho (como os que se efetivaram entre décadas de 1960-1990).

⁷⁶ Necessário destacar ainda que a rotina estabelecida para aqueles que residiam na Casa Lar era estruturada pelas funcionárias, como Márcia, são ela que direcionam o que as crianças e adolescentes realizam durante os dias da semana.

Outra funcionária, Fabiana, também de Guaraniaçu, no entanto constrói elaborações que apresentavam outros sentidos. Ela apontou que a instituição em que trabalhava não havia identificado nenhuma situação de trabalho envolvendo crianças, adolescente e jovens, mas que compreendia que existiam situações pela cidade, apenas não eram denunciadas e, por isso, não havia esse contato, como se vê no trecho:

Patricia: [...] aquele dia você tava me falando [...] no teu olhar assim na cidade, essa coisa do trabalho de criança e adolescente é meio naturalizada [...] como que você vê isso assim? Você poderia me falar mais sobre isso?

Fabiana: por exemplo, na cidade eu vejo que o serviço doméstico é muito naturalizado, porque os pais precisam trabalhá e não tem com quem deixá e as vezes o maiorzinho cuida do menorzinho, fica responsável pela comida, pela limpeza, essas coisas, né? E no interior a questão é mais na roça, né? O serviço braçal também ele é naturalizado. Porque foi algo que...que os pais cresceram assim, né? E eles acham que é natural ta repassando isso pros filhos, né? Onde muitas vezes pode ta interrompendo algum aprendizado, ta fazendo com que ele falte as aulas, né? Por ta muito cansado essas coisas. Então é uma...é uma questão cultural que...que...que é os pais foram assim e foram assim com eles, então vô fazer assim com os meus filhos também. Que eles não tem a noção de que...ou não querem, ou são muito rígidos, ou não conseguem entendê, ou não aceitam, né? Ou as vezes é só falta de chamar atenção também, né? Que daí eles vê...eles acham isso natural. [...] por exemplo a mesma coisa que do...da questão do trabalho de criança de adolescente nada pode fazer. Só que sempre quando a gente vai, a gente, nas visitas a gente tenta pedi assim “ah, né? o que que você [faz]” ...pra criança e adolescente ou pros pais, se eles fazem muito serviço, dessa forma, né? “não, não faz nada, não sei o que, é que criança não pode fazer nada”. Daí tem uns que falam assim “ah, mas agora nada pode, nada pode...”. Não é que nada pode, claro que pode, você tem que...você tem que tá dando umas responsabilidades, mas só não pode descarregá toda a responsabilidade em cima deles, né? Tem que ser uma coisa gradual. E de certa forma que ele entenda e que seja adequado a idade dele, mas você tem dá uma responsabilidade pra ele sim, né? (FABIANA, 2021)

O trecho acima evidencia a tentativa de investigar, por parte de Fabiana, se determinadas relações ocorriam nas famílias visitadas. Ao falar disso, expõe seu cuidado em questionar aqueles sujeitos sobre essas relações, de modo que não entendam como uma interferência negativa em suas vidas. Algo que faz parte da difícil tarefa de trabalhar nesses órgãos atualmente.

O contato com diferentes fontes no decorrer da investigação, apontavam rastros das relações de trabalho desde tenra idade, mas também suscitaram problematizar quais atividades eram essas, como eram vistas por aquelas que a praticaram e por outros trabalhadores, inclusive funcionários de instituições de assistência, bem como de que maneira se relacionavam com as legislações. O que sugere também é que essas experiências de trabalhadores são expostas e

visualizadas a depender das intencionalidades e visões produzidas por aqueles que produzem materiais ou que narram seus entendimentos.

Os diferentes dados estatísticos que entrei em contato também integram certa metodologia de compreensão, apresentação e exposição dessas relações e nos auxiliam a compreender como tem sido realizadas pesquisas governamentais a fim de visualizar a realidade dos trabalhadores como ponto de partida para a criação/reformulação/extinção de políticas públicas.

Os dados escolhidos para integrar o trabalho são do último Censo produzido em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), associados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁷⁷. A produção desses dados foi elaborada com o intuito de impulsionar os municípios a planejarem e desenvolverem ações ligadas ao combate do trabalho infantil, especialmente ligados as formas menos visíveis. Tal mapeamento, estruturou-se em cinco eixos: Informação e Mobilização; Identificação; Proteção Social; Defesa e Responsabilização; Monitoramento. Abarcaram dados individualizados das cidades; sobre serviços, equipamentos, projetos, programas e principais incidências de trabalho infantil no município. Tomei como norte os que evidenciavam as cidades do Oeste do Paraná e que indicaram, apesar dos problemas, diferenciações entre as cidades, uma vez que se deve considerar que através da municipalização as referências sobre Políticas Públicas especialmente Estaduais e Federais, devem ser organizadas mediante as definições das próprias cidades, tendo em vista as especificidades desses espaços. Esses rastros vão demonstrar determinados números que devem ser questionados e não tomados como mero retrato do real.

Decidi destacar esses itens a fim de problematizar os números sobre a cidade de Guaraniaçu, que, de modo geral, consente (para não dizer aprova) que essas relações continuem ocorrendo. Nesse sentido, a população total do Censo (2010) apresentava-se como 14.582 habitantes, sendo que 46,5% desse número consideravam-se população rural, de modo que 53,5% se referiam a população urbana. A partir desses números, no entanto, é preciso destacar

⁷⁷ A intenção no início da pesquisa era ainda confrontar esses dados com os indícios do Censo a ser realizado em 2020, no entanto, a coleta foi adiada para 2021 por conta da pandemia de COVID-19 - que também não ocorreu devido a votação do Orçamento no Congresso Nacional para 2021 que reduziu em cerca de 96% dos recursos destinados à realização do Censo Demográfico e, posteriormente, houve o encerramento do contrato com a empresa que realizaria a seleção de agentes temporários. Assim, a coleta está prevista para o ano de 2022, entre agosto a outubro, como é possível verificar em comunicados e notícias oficiais do órgão. No entanto, tais acontecimentos fizeram-me refletir o quão necessário são esses instrumentos – ainda que bastante criticáveis –, sendo em grande medida um dos principais materiais que corroboram a identificação da necessidade e construção de políticas públicas pelo país.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32421-ibge-inicia-devolucao-da-taxa-de-inscricao-do-censo-2021-e-recebe-autorizacao-para-novo-processo-seletivo-em-2022>> Acesso em: 20 de ago. 2022.

que a cidade perdeu muitos residentes desde o Censo (onde me incluo e muitos de meus amigos também), como demonstrado na estimativa em 2021 (pelo IBGE), que apresentava a população de 11.969. Desde quando residia em Guaraniáçu (até 2015) observei familiares, amigos e conhecidos deixarem a cidade, tendo em vista diferentes justificativas, entre elas estava a preocupação com os estudos (uma vez que o município não possuía centros de Ensino Superior Público), além de melhores oportunidades de trabalho e para viver.

Essas evidências são importantes para pensarmos a dinâmica da cidade atualmente e como são referências para os números em relação às crianças e adolescentes (na faixa etária de 0-17 anos), que correspondem a 30,4 % da população total. De acordo com esses indícios, 376 sujeitos, de 10 a 15 anos, estavam trabalhando no momento da pesquisa. Sendo que 61,4% destes, residiam em área rural e 38,6% em área urbana. Além disso, 67 destas crianças e adolescentes (que possuíam a idade entre 10 e 17 anos) foram considerados trabalhadores domésticos pela pesquisa (o que foi considerado como piores formas de trabalho infantil).

Outros números que indicam rastros dessas relações no município foi a divisão entre situação irregular de trabalho e contratados como aprendiz. Dos sujeitos que possuíam entre 14 e 15 anos, 212 se encontram em situação irregular de trabalho, sendo que 1 apenas contabilizado como aprendiz. Na faixa etária dos 16 aos 17 anos, 382 adolescentes trabalhavam, sendo que 4 estavam em condição de aprendiz. Esse panorama, disponibilizado pela pesquisa, sugere que 753 crianças e adolescentes (que tinham entre 10 até 17 anos) trabalhavam em condições irregulares, sendo que apenas 5 estavam legalizados na condição de aprendiz.

Apesar dos índices não expressarem a totalidade e a complexidade dessas relações sociais na cidade e apresentarem muitos problemas de análise, aspectos que poderiam aumentar a porcentagem de sujeitos trabalhando - quanto ao que consideram como trabalho, a reduzida faixa etária selecionada (10-17 anos) para o estudo, a metodologia empregada, etc.-, os números sinalizam muitas relações de trabalho, especialmente em situações informais, mesmo com as regulamentações e políticas sociais de “combate”.

Outra parte da pesquisa que acredito ser importante destacar são os números de trabalho infantil apresentados no respectivo Censo, em comparação aos casos registrados dessas situações no CadÚnico e no Programa Bolsa Família. A diferença (de sujeitos com faixa etária de 0-15 anos) é de 356 situações consideradas a mais no Censo que no CadÚnico (que considerou 20 trabalhadores em situação de trabalho infantil) e a marcação estipulada desses casos pelo Programa Bolsa Família eram de 13 trabalhadores. Nesse sentido, pode-se questionar esses números e as razões para não se equivalerem. Tendo em vista que apesar de considerar que a contagem foi realizada através de diferentes metodologias e intenções de uso, o que parece

existir também é uma dificuldade de contagem detalhada sobre as situações e a necessidade de construir análises conjuntas desses dados, com base em diferentes programas e pesquisas, bem como em considerar que muitos que se intitulavam trabalhadores não eram atendidos pela Assistência Social, ou se eram, não foram registrados como trabalhadores infantis pelos órgãos.

Outro elemento destacado na pesquisa que contribui para refletir sobre a discussão e que talvez justificariam as dificuldades de chegar até muitos desses trabalhadores são os dados relacionados a crianças e adolescentes (de até 17 anos) que não frequentavam a escola naquele momento. O número disponibilizado foi de 449 sujeitos. Esse indício sugere questionar a associação entre o rompimento com a educação formal e as atividades laborais desempenhadas por esses sujeitos. E, por sua vez, a identificação dessas situações, considerando que a escola é um espaço que identifica, em muitas ocasiões, esses e outros problemas sociais experienciados por crianças e adolescentes e famílias de trabalhadores.

No entanto, no que se refere às ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, sobre a identificação dessas situações de trabalho de crianças e adolescentes (desde 2012-2016), o índice destaca que não ocorreu nenhuma. Apesar de que, durante esses mesmos anos, o material apresenta que o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) havia registrado 9 acidentes de trabalho, na faixa etária de 5 aos 17 anos. Isso tudo, faz pensar a efetividade de ações que integram as Políticas Públicas, principalmente se elas somente são realizadas através das denúncias, sendo que a não ocorrência de denúncias pela cidade se deve a diferentes motivos, seja pela aceitação e/ou necessidade daquelas condições e não querer que fossem interrompidas, seja pela aproximação afetiva entre os sujeitos envolvidos, assim como a ausência/ou retirada de provas quando iniciam investigações.

Além disso, é necessário destacar a metodologia utilizada por órgãos de pesquisas como o IBGE. Os dados aferidos são “repassados” pelos moradores da cidade, o que requer pensar que trabalhos ilegais (como o de Igor, Jorge e Guilherme, por exemplo) dificilmente integram esses números, uma vez que na maioria das situações a tentativa é de esconder que eles estão sendo praticados para que não haja represálias - por isso essa visibilidade geralmente ocorre através de denúncias. O que pode também não considerar experiências como as de Gabriel, quando realizou atividades visando certa convivência e acessos na distribuidora; ou mesmo as vendas ocasionais de latinhas de Elen e sua inserção nas atividades junto à assistência social e na escola, que constituíam uma rotina de tarefas para aferir alimentação, convívios e alguma remuneração. Do mesmo modo que as estratégias que Talita teve de elaborar quando residiu na rua e no abrigo “para se virar sozinha”, certamente essas experiências não integram esses indícios. No entanto, vejo tais aspectos como necessários de serem debatidos para a

compreensão das experiências desses trabalhadores de tenra idade e alargamento da reflexão a esse respeito.

Apesar de diferentes regulamentações e instituições de combate aprovados, visando resolver o problema pelo país, muito se discute sobre as motivações da continuidade do trabalho desses sujeitos. Na cidade de Guaraniaçu, os orçamentos são reduzidos e equipes destinadas a esse trabalho são pequenas e, muitas vezes, não dão conta de lidar com determinadas situações que envolvam esses sujeitos⁷⁸. Nos veículos de comunicação que circulam pela cidade, ainda, pouco se noticia essas situações e quando são mencionadas não são problematizadas. Nesses materiais, sinalizam principalmente a respeito de crianças, adolescentes e jovens das camadas populares os trabalhos ilegais, como sinal de alerta para a população. Isso tudo são indícios que permitem visualizar o que e quem são vistos enquanto problema e atenção social do Estado.

Nos contatos que mantive com funcionários que trabalhavam na rede de assistência da região Oeste, através de conversas informais ou mesmo de entrevistas, pude observar interpretações partilhadas e peculiares. Muitos, apontavam a inexistência de relações de trabalho desde muito cedo nessa localidade. Já outros narravam a presença dessas, mas apresentavam a grande dificuldade em identificá-las e comprová-las, devido a diversos problemas, entre eles o acesso às residências (demasiado distantes da área urbana e de difícil acesso); os problemas em realizar campanhas de combate; os preconceitos em torno da população menos favorecida e, também, a pactuação social que relativiza e aceita muitas dessas práticas.

Além disso, se existem todas essas dificuldades em produzir os índices e outros materiais, o acesso à Justiça por essa demanda ainda me parece mais dificultoso. Uma vez que além das tensões ligadas por si só ao fato de processar quem antes era considerado seu patrão, depende ainda da motivação e dinheiro despendido para realizar essas ocorrências sem prazo de encerrar. Muitos trabalhadores veem suas relações e trabalho muito mais como obrigação e ajuda ainda que reconhecem “exploração”, algo que é bastante ambíguo e comum para precoces trabalhadores, principalmente os que realizam trabalhos domésticos e/ou familiares, bem como os que se sentem pressionados em “agradecer” o trabalho disponibilizado e não “reclamar” do mesmo, tendo em vistas as diversas forças sociais que tenderam a lhe convencer sobre sua inserção no trabalho.

⁷⁸ A pesquisa apresenta a quantidade de espaços/centros Socioassistenciais existentes em Guaraniaçu, no momento da contagem. Sendo: 1 CREAS; 1 CRAS; 1 Unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei; 1 Curso de geração de trabalho e renda/profissionalizante.

Há de se considerar, também, as próprias “punições” para empregadores que não cumprem a lei acerca dessa discussão, que são bastante brandas e, em muitos casos, recebem apenas um termo de ajuste de conduta (TAC), como pude aferir nos relatórios dos últimos 5 anos enviados a mim pelo Ministério Público do Paraná após solicitação.

Além disso, entendo que a posição autorizada (pela lei) desses agentes das instituições é questionada por muitos trabalhadores, especialmente porque as condições adversas em que esses sujeitos experienciam os fazem compreender que apesar dos auxílios recebidos não há associação direta desses órgãos a uma política de transformação social da condição desses trabalhadores, e sim de pequenas “ajudas” e instruções momentâneas.

Irene Rizzini e Francisco Pilotti, na introdução do livro *“A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil”* (2009), apontam uma análise histórica sobre essas instituições e políticas que ao longo do processo histórico brasileiro buscaram lidar com a questão da criança, adolescente e jovens da classe trabalhadora. De acordo com os autores,

a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes — pobres/servis e privilegiadas/dirigentes. Instrumentos-chave dessas fórmulas, em que pesem as (boas) intenções filantrópicas, sempre foram o recolhimento/isolamento em instituições fechadas, e a educação/reeducação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão-de-obra desqualificada, porém gratuita. Assim, o “problema da infância”, claramente diagnosticado há pelo menos 100 anos como um “problema gravíssimo”, e, invariavelmente associado à pobreza, em momento algum foi enfrentado com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde. [...] No que se refere ao caso específico das políticas dirigidas à infância, prevaleceu, no Brasil até o presente, a “necessidade” de controle da população pobre, vista como “perigosa”. Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza. (RIZZINI & PILLOTTI, 2011, p. 15-17)

O trecho acima expõe uma visão dos autores que compartilho. Nela, eles veem as políticas sociais no cenário brasileiro como políticas compensatórias, ou seja, que não questionam a desigualdade e nem visam transformar a condição dos trabalhadores, mas apenas “reduzir” e “minimizar” momentos em que os trabalhadores se encontrem em condições adversas extremadas. Caminhos dos trabalhadores e de suas pautas que seguem para além dessa dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de finalizar essa produção, apesar de tamanho desconforto que possuo com essa afirmação. Durante o percurso de realização dessa dissertação, muitas foram as dificuldades enfrentadas, algumas superadas, outras permanecem e seguirão comigo. Desde o momento da construção do projeto que iniciou essa pesquisa, muitas foram as expectativas sobre como terminaria esse caminho de aproximadamente dois anos de mestrado. Ele finaliza a partir de um esforço sincero de investigação sobre questões que me incomodam diariamente, com alguns aprendizados advindos dessa prática.

Associei, neste trabalho, questões que me intrigavam, aspectos da materialidade das fontes escolhidas e discussões que tomei contato socialmente ou através da bibliografia. Produzi discussões de eixos temáticos que expuseram diversas relações de poder formuladas em meio à desigualdade que desde tenra idade muitos trabalhadores experienciaram. Atividades nas quais se fizeram trabalhadores, violências e crimes que sofreram ou praticaram, conflitos que defrontaram, laços que construíram ou se distanciaram, modos de viver que estruturaram e alternativas elaboradas ou almejadas.

Verificou-se que a inserção dos trabalhadores desde muito cedo em atividades laborais não ocorre abruptamente e somente por uma única motivação. Mas se refere a um processo complexo no qual esses sujeitos se fazem trabalhadores, não somente pela prática do trabalho, mas através de modos de vida estabelecidos e compartilhados, mediante aquilo que enxergam como necessidades e prospecções de futuro. Mediante os vínculos formulados com redes de convivência, o que espero ter conseguido demonstrar ao trazer as constantes pressões e disputas que fomentam esse conviver e essas decisões.

Pude perceber que diversas atividades realizadas desde muito cedo por esses trabalhadores ocorrem devido a um processo de inserção sinuoso e a partir de incentivos/pressões a determinados modos de vida. As relações de trabalho firmadas por essas crianças e adolescentes são consideradas por muitos enquanto obrigações, convivências e ganhos que se monetarizam em renda, mas também em entendimentos sobre *ser trabalhador*. Ao passo em que constroem determinadas moralidades, a partir dessa experiência desigual da vida, muitos desses sujeitos expõem a importância do ensinamento e contato com determinadas atividades laborais e o ensinamento sobre “se entender no mercado de trabalho” enquanto trabalhador. Uma exposição da condição de classe que começa desde muito cedo, onde são explicitadas, muitas vezes, por meio de suas redes de convivência o que ser trabalhador significa, viver do próprio trabalho e possuir determinados entendimentos, pressões e limites.

Essa visão sobre viver e conquistar determinadas aquisições através do trabalho desempenhado por si mesmos é bastante elogiada por uma parte importante dos trabalhadores, não somente pelo horizonte de expectativas sobre melhorar suas condições de vida, mas também por ser o meio pelo qual lutam contra forças sociais que tendem a limitar suas possibilidades. Isso não indica que esses sujeitos não percebam a exploração e relutem, mas isso é feito mediante visões singulares dos trabalhadores, abertamente confrontadoras ou implícitas em outras situações que compõem sua experiência. Sobre essa condição implícita, geralmente encarada por algumas visões como “conformismo” ou “deferência”, em que aparentemente se vê uma aceitação de sua condição, quando entramos em contato com muitos sentidos produzidos pelos trabalhadores, vemos que essas condutas possuem outros significados, inclusive sendo vistos por eles como modo de luta e transformação de sua realidade.

A exploração é sentida por esses sujeitos não somente quando mantêm relações com a classe patronal, mas também a sentem mediante pressões que expõem conflitos advindos de suas redes de convivência, seja exercida por familiares, como muitas vezes ocorre quando acionam incentivos e coações para que desde muito cedo os trabalhadores atuem em atividades em casa e/ou fora dela; seja quando essa iniciação se coloca por outros universos de contato – órgãos estatais, empresas, vizinhança etc. Tentei expor muitos desses conflitos que ocorrem por moralidades ou interesses distintos, bem como posicionamentos nessas relações.

Algumas atividades são vistas com muita naturalidade, ainda mais se forem realizadas para ou juntamente com familiares, do mesmo modo que aquelas “domésticas” ou que não coadunam com atividades condenadas socialmente. Isso indica que apesar das dificuldades que experimentam não são apenas pressões para trabalharem, como também para agirem de certa forma e valorarem determinadas avaliações. Essas pressões e ditos incentivos são desempenhados inclusive através de violência física, como se uma correção a ser entendida e seguida.

Mas, isso tudo faz parte de um universo social mais amplo, onde também há pressões sobre esses sujeitos que integram essas redes de convivência, as quais não automaticamente mas acabam influenciando para que esses sujeitos tenham certas ações e, em muitos casos, decidam pelas necessidades mais urgentes e se coloquem a trabalhar e adequar seus modos de viver.

Busquei destacar que não é somente o trabalho que importa nessa discussão, mas o conjunto dos enfrentamentos que compõem a experiência desses trabalhadores e o modo como estes lidam com isso. Não há como separar isso nas análises, afinal os trabalhadores lidam com

essas questões conjuntamente. E, a partir desse trato, produzido com determinadas condições materiais, muitas das vezes acabam por se identificar com outros sujeitos, reforçando ou construindo vínculos, ou mesmo se distanciando daqueles que lhes são próximos mediante conflitos, os quais, em muitas ocasiões, fragilizam os laços afetivos e o campo de possibilidades para se constituírem sujeitos.

Ao acessarem ou serem procurados por órgãos governamentais, como os ligados à assistência social, esses trabalhadores muitas vezes são cobrados a se comportarem e se organizarem de determinada maneira, tais indicativos muitas vezes apontam rastros de visões preconceituosas sobre os modos de viver dos trabalhadores e que não levam em conta seus valores. Tudo isso, também formulado a partir de forças sociais historicamente constituídas que não necessariamente partem dos funcionários dessas instituições, mas são cobrados a agirem também de determinada forma nessas relações de poder.

No entanto, a partir desses vínculos com a assistência social, apesar de todos serem trabalhadores, os atendidos e os que atendem estão em posições distintas nessas relações, o que também não indica uma subserviência mecânica, mas conflitos abertos e teatralizações da subserviência com interesses explícitos diante do que se almeja conseguir nesse contato.

Além disso, muitos trabalhadores acionam esses órgãos em prol de resolver alguns problemas que geralmente não conseguem resolver sem intervenção estatal. Dentre esses acionamentos aponto os crimes sexuais e outras violências contra crianças ou outros sujeitos. Ou mesmo as denúncias realizadas pelas redes de convivência que denunciam práticas abusivas, as quais acham injustas ou não concordam. As denúncias que aparecem nas fichas da assistência social analisadas geralmente não se remetem *a priori* ao trabalho exercido por esses sujeitos desde muito cedo, salvo algumas bem específicas, mas pelo seu ponto de vista moral e criminal, como ao tratarem o tráfico e a prostituição.

Assim, pude perceber que as experiências de sujeitos que trabalham desde tenra idade fazem parte do pano de fundo nas fontes que tratam de aspectos da vida dessas crianças e adolescentes e, na maioria das vezes, não são questionadas por funcionários desses órgãos, seja por conta das diversas cobranças e conflitos já enraizados ali, seja porque não veem aquelas atividades como problema daquela instituição, pois o foco está em tratar condições de vulnerabilidade, abusos e violência.

Visualizou-se ainda que ao acessarem esses espaços, como da assistência social, muitos trabalhadores utilizam de conhecimentos jurídicos e argumentações que lhes favoreçam. Do mesmo modo que os funcionários desses espaços também utilizam desses meios legais e muitas vezes se sentem autorizados através deles para conduzirem os trabalhadores “assistidos” à

determinadas práticas que visualizam como corretas. Algo que também não desconsidera certas aproximações entre esses sujeitos, pois muitas vezes percebi que se solidarizam com certas condições.

Então, diante de todo esse repertório, tentei indicar o quanto essas relações possuem uma historicidade dinâmica na territorialidade estudada, que remonta momentos de “colonização” dessas cidades. As quais possuem uma memória socialmente compartilhada, que propõe uma leitura histórica que apresente certo “pioneirismo” de descendentes de europeus, extremamente positivada. No entanto, essa memória construída e propagada ainda atualmente exclui desse processo outros sujeitos, os quais foram intensamente explorados antes, durante e após esse marco colonizador – inclusive, muitas crianças, adolescentes e jovens, sozinhos ou acompanhados por redes de convivência.

Assim, tentei analisar as experiências desses sujeitos que trabalham desde muito cedo sem “isolá-las” de outras relações de poder que enfrentam cotidianamente, a fim de tentar me aproximar o máximo possível de seus enfrentamentos e dramas. Busquei apontar que apesar de todos os limites impostos por sua condição de classe e relações de poder que estão envolvidos, produzem suas histórias, mesmo que não seja da maneira pela qual esperamos que eles a façam. Além disso, procurei destacar que apesar das legislações e das organizações estatais construídas a partir dos “direitos” desses sujeitos, nem sempre essa lógica é mantida ou levada em conta na organicidade das relações e quando ele é acionado, muitas vezes sugere que esses trabalhadores tenham certa subserviência e se enquadrem na lógica para o trabalho.

Então, a meu ver, definir a partir de legislações e organizações estatais o modo pelo qual o processo histórico se produz é se distanciar das experiências dos trabalhadores e dos embates e controversas sobre tais questões que giram em torno do intitulado trabalho infantil. Esse aparato não dá conta de explicar as permanências de práticas, como a do trabalho desde muito cedo nos dias atuais. Além disso, é preciso considerar outras atividades que em muitas situações não são consideradas como “trabalho”, atividades ilegais ou atividades não remuneradas que são realizadas por esses sujeitos de modo que angariem determinados ganhos.

Apesar de tantos aprendizados resultantes desse processo de pesquisa, ainda permaneço com muitas questões relacionadas às experiências tratadas aqui, as quais levo comigo para trabalhos futuros. Inclusive, muitas dúvidas ficaram sobre o modo como apresentei os sujeitos, abordei questões que lhes eram caras e sobre as contribuições sociais e acadêmicas dessa reflexão. Mas, tenho certeza de que essa produção e o caminho de pesquisa construído até aqui foi importantíssimo para o meu fazer enquanto historiadora e sujeito histórico.

FONTES

Autos processuais (de um conjunto de aproximadamente 130 inquéritos acessados, tratei nessa dissertação dos abaixo relacionados).

PARANÁ. Poder Judiciário. Processo Ação de Alimentos, Luiza (pseudônimo), Vara Cível, Comarca de Toledo. Processo, nº 1.582/75, 17 de dez. 1975.

PARANÁ. Poder Judiciário. Processo Especial, Antônio (pseudônimo), Vara Cível, Comarca de Toledo. Processo, nº 68/60, 07 de jun. 1960.

PARANÁ. Poder Judiciário. Reclamação Trabalhista, Cláudio e Adélia (pseudônimos), Vara Cível, Comarca de Toledo. Processo, nº 11/69, 02 de set. 1969.

Entrevistas

ÁGATA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 25 de maio de 2021. A entrevistada estava em São Clemente, Santa Helena-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

APARECIDA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, na residência da entrevistada, no dia 1 de janeiro de 2020. Guaraniáçu-PR.

BEATRIZ (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 28 de maio de 2021. A entrevistada estava em São Roque, Santa Helena-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

CAETANO (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 29 de maio de 2021. O entrevistado estava em São Clemente, Santa Helena-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

CLARA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 21 de abril de 2021. A entrevistada estava em Marechal Cândido Rondon-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

ELISA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 27 de abril de 2021. A entrevistada estava em Marechal Cândido Rondon-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

FABIANA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 01 de fevereiro de 2021. A entrevistada estava em Guaraniáçu-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

GABRIEL (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, na praça pública, no dia 19 de agosto de 2018. Marechal Cândido Rondon-PR.

HENRIQUE (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, através da plataforma *Google Meet*, no dia 28 de maio de 2021. O entrevistado estava em São Roque, Santa Helena-PR e a pesquisadora em Marechal Cândido Rondon-PR.

MARCIA (pseudônimo). Entrevista realizada por Patricia Vieira Morais, na residência da entrevistada, no dia 24 de dezembro de 2019. Guaraniãçu-PR.

Índices

IBGE (2010). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/PETI/Diagnostico_Brasil/MS/> Acesso em: 10 nov. 2021.

OBSERVATÓRIO da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil elaborado pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalho infantil>> Acesso em: 10 nov. 2021.

RELATÓRIO de procedimentos de ações judiciais e investigações em curso sobre trabalho de crianças e adolescentes dos últimos cinco anos encaminhados à Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região. Acervo pessoal.

Fichas de atendimento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) (de um conjunto de aproximadamente 107 prontuários acessados, tratei nessa dissertação dos abaixo relacionados).

CREAS. Ficha de atendimento Guilherme (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2015, 2016.

CREAS. Ficha de atendimento Igor (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2019.

CREAS. Ficha de atendimento Jorge (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2020.

CREAS. Ficha de atendimento Júlia (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2016.

CREAS. Ficha de atendimento Paula (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2020.

CREAS. Ficha de atendimento Kauan (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2018.

CREAS. Ficha de atendimento Elen (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2019.

CREAS. Ficha de atendimento Talita (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2020.

CREAS. Ficha de atendimento Aline (pseudônimo). Pato Bragado-PR. 2020.

Fichas de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (de um conjunto de aproximadamente 3424 prontuários acessados, tratei nessa dissertação dos abaixo relacionados).

Ficha de atendimento Denise (pseudônimo). Catanduvas-PR. 2009-2018.

Fotografias

ACERVO PESSOAL DA AUTORA. Retrato familiar. Boa Sorte, Guaraniáçu-PR. 1986.

Consultas a órgãos, instituições, meios de comunicação on-line

COMISSÃO..., (2021). Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/09/comissao-da-camara-vota-regra-que-permite-trabalhar-aos-14-anos-de-idade.htm>> Acesso em: 10 nov. 2021.

SITE AMOP (2022). Disponível em: <<https://www.amop.org.br/principal>> Acesso em: 08 de nov. 2021.

CONSELHO Estadual dos direitos da criança e do adolescente - Secretaria da Justiça, Família e Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/materiais/TrabalhoInfantilparana.pdf>> Acesso em: 10 de nov. 2021.

SITE IBGE CIDADES (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 06 de nov. 2021.

SITE GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-tra-alho-infantil>> Acesso em: 06 de nov. 2021.

SITE DE NOTÍCIAS IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32421-ibge-inicia-devolucao-da-taxa-de-inscricao-do-censo-2021-e-recebe-autorizacao-para-novo-processo-seletivo-em-2022>> Acesso em: 20 de ago. 2022.

Leis, decretos e código judiciais

Decreto que acompanha a Lista das Piores formas de Trabalho Infantil nº 6.481, de 12 de junho de 2008. “Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/decreto/d6481.htm> Acesso em: 12 de mai. 2022.

Decreto nº 62.461, de 25 de março de 1968. “Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº. 60231, de 16 de fevereiro de 1967.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1968/D62461.html> Acesso em: 12 mai. 2022.

Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. “Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 12 mai. 2022.

Lei de Acesso à Informação nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011. “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em 12 de mai. 2022.

Lei do Aprendiz nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. “Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm> Acesso em: 15 mar. 2022.

Lei Sinase nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. “Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm> Acesso em: 15 mai. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (org.). **Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1978-1989). **Tempo**, Niterói v. 26 n. 3 Set./Dez. 2020.

_____. & LAZAROTTO, Aline. Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal Folha d'Oeste (Chapecó/SC, 1966-1970). **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 33, n. 53, p. 172-180 Dez/2020.

_____. Rompendo o 'silêncio': violências sexuais, infâncias e direitos (1989-2000). **Outros Tempos**, v. 17, n. 29, 2020, p. 205 - 220.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BACKES, Gilson. **As plantações de Hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960 – 2009)**. 2009, 157 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon.

BATALHA, C. H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90 (UFRGS)**, v. 13, p. 87-104, 2006.

BEZERRA, Neuzeli Maria de Almeida & ROMANELLI, Geraldo. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, jun.1999.

BRITES, Olga. Imagens da infância São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950. **Projeto História**, v. 19, São Paulo, nov. 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. et al. Padrões Familiares de utilização de trabalho infantil. **Revista ABET** v. X, n. 1/ Jan./Jun. 2011.

CAETANO, Paloma Mariana. **Experiências de jovens trabalhadores em seu processo de escolarização em Marechal Cândido Rondon – PR (1990-2017)**. 2019, 98 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In:

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11- 25.

CAMPOS, Gisélia Maria. **“Vou procurar o meu melhor lá dentro”: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989)**. 2007, 181 p. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 31-47, jan/jun. 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CONDE, Soraya Fanzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012, 191 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis.

CRUZ, Heloisa F. et al. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9-21.

CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do R.; KHOURY, Yara A. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9 – 21.

DUARTE, Daniele Almeida. **(Des)encontros trabalho-família: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica**. 2014, 305 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis.

ENDERLE, Armando Triches. Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 16 de maio de 2005.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional em História e a realidade do ensino. **Tempos Históricos**, v. 12, p. 23-35, jan/jun. 2008.

_____.; Heloísa Faria Cruz; Maria do Rosário Cunha Peixoto. Introdução – Muitas memórias outras histórias. In: _____. et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 5-13.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Pequenos desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930)**. 2015. 343 fl. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Entre a vida e a morte de trabalhadores: imagens de desigualdade e diferenciação. **História**, São Paulo, v. 36, n. 34, p. 1 – 33, 2017.

_____. Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 387- 428, maio/ago. 2019.

_____. Visões trágicas da precocidade de trabalhadores: dramas e moralidades no oeste do Paraná - segunda metade do séc. XX e início do séc. XXI. In BARTMANN, Tatiane &

MANDELLI, Bruno. **Trabalhadores (as) do Sul do Brasil e suas lutas na Justiça** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 372- 416.

GIOSA, Beatriz Aparecida Nogueira. **Trabalho Infantil: entre a exploração e a sobrevivência**. 2010. 102 fl. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo.

GIULIANI, Carla Denari. **Tramas e Dramas da maternidade na adolescência: gênero, poder e cultura (Uberlândia 2000-2010)**. 2012, 190 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. 3º ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

HERREIRA, Carlos Alexandre. **Os trabalhadores da pecuária pantaneira em ação: a trajetória dos meninos peões na Justiça do Trabalho (1978-1984)**. 2015, 121 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD. Dourados. historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 123-140.

_____. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 22-43.

_____. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79 – 103, jun. 2001.

LAGOS, Saionara. **Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon-PR (2000-2017)**. 2018, 111 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

LARA, Silvia Hunold. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, Justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes.** São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 106 – 122.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9 – 21.

MARTIN, Joel Orlando Bevilaqua et. al. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 763-786, Out/Dez 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997

MERRILL, Michael. Uma entrevista com E. P. Thompson (1976). **História & Perspectivas**, Uberlândia (1): 417-445, jan./jun. 2014. Tradução: Sérgio Paulo Morais e Rafael Correia Rocha.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores...Fases da infância no Recife 1927 – 1937.** 2008, 181 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco -UFRPE. Recife.

MIRANDA, Silvanir Marcelino de. **Infância, trabalho e direitos no vale do Mucuri-MG.** 2006, 340 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

MORAES, Rafael Vicente de. **A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004).** 2007. 132 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília.

MOREIRA, Vagner José. Agronegócio, trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 55, p. 243-270, jul./dez. 2016.

MÜLLER, Fernanda. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago. 2006

NERI, Cristiano. **Entre “irregularidades” e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990).** 2012, 217 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). **Revista Mundos do Trabalho.** vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 129-146.

PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade: memórias e viveres rural urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

PAOLI, Maria Célia. A família operária: Notas Sobre sua Formação Histórica no Brasil. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 4 (1-2), p. 17-41. 1992.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado. **Projeto História**, n. 14, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n 2, p. 59 – 72, dez. 1996.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

_____. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25 – 39, fev. 1997.

_____. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.7, n. 13, p.182 - 195, jul/dez, 2017.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. & FONSECA, Cláudia. **As meninas e o universo do trabalho infantil no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. OIT, 2002.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary. del (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 207-222.

_____. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; SILVEIRA, Renata Cristina da Penha. As crianças e os adolescentes trabalhadores acidentados no trabalho e atendidos em unidade básica distrital de saúde em Ribeirão Preto (SP). **Ciência, Cuidado e Saúde**. Maringá, v. 5, n. 2, p. 158-165, maio/ago. 2006.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Rosana de Jesus dos. **Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros- 1959 a 1983**. 2019, 152 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994, 222 p. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

SCHEER, Micaele Irene. **Experiências de trabalhadoras e trabalhadores do calçado durante a ditadura: resistências cotidianas, lutas por direitos e protestos públicos em Novo Hamburgo/RS (1968-1979)**. 2020, 350 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS, Porto Alegre.

_____. & SPERANZA, Clarice Gontarski (orgs.). **Trabalho, democracia e Direitos. Volume 1: trabalho livre e escravizado**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: (Org.) **Trabalho, Justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 25 – 36.

SCHREINER, Davi Felix. **A formação de uma cultura do trabalho: cotidiano, trabalho e poder (Extremo Oeste do Paraná 1970/1988)**. 1994, 158 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis.

_____. **Entre a exclusão e a utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais**. 2002, 461 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo.

SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (orgs.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SILVA, Carla Cecília Serrão. **Trabalho infantil doméstico: perfil e vivências de meninas trabalhadoras em São Luís**. 2009, 143 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 8, p. 124 - 160, jul/dez. 2012.

SILVA, Marcia Iara Costa da. **Infância Perdida, Direitos Negados. A persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação para o trabalho**. 2010, 138 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife.

_____. **O compromisso das famílias com a erradicação do Trabalho infantil: Um estudo junto ao PETI/Maceió**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife.

SILVA, Solange Oliveira da. **Trabalho infantil e educação do campo na região do Baixo Sul da Bahia (2007-2015)**. 2018, 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia.

SILVA, Tatiane Karine Matos. **Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: Experiências de Disputas por Terras em narrativas (1960-1972)**. 2015, 194 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da guarda mirim (1966-1979)**. 2008, 329 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon.

SOUZA, Edicléia Lopes da Cruz. **Do perfil ao comportamento do trabalho infantil na região Sul do Brasil pós implementação de medidas institucionais de combate**. 2018, 279 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Toledo.

SOUZA, João Victor Braga de. **Para além da proteção: uma história dos conselhos tutelares no recife (1990 – 2000)**. 2021, 169 p. Dissertação (Mestrado em História). História da Universidade Federal Rural de Pernambuco –UFRPE, Recife.

SOUZA, Neuza Ribeiro de. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e sua influência na vida das crianças e adolescentes do município de Boquim-SE**. 2002, 110 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa – volume 1: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

_____. Carta Aberta a Leszek Kolakowski. In.: MÜLLER, R. G.; DUAYER, M. (org.). **A carta aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2019. p. 21-165. Disponível em: <http://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MULLER-E-DUAYER_A-CartaAbertade-Thompson-a-Kolakowski-e-outros-ensaios-2019.pdf> Acesso em: 15 de nov. 2021.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. **A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos**. 2013, 378 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações). Universidade de Brasília -UNB. Brasília.

VEIGA, Alexandre. Acervos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 193-208, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.

VENDRAMIN, Márcia Cristina da Silva. **Trabalho infantil em Limeira - SP: pesquisa com estudantes da rede municipal e estadual de ensino**. 2017. 119 fl. Dissertação (Mestrado

Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Limeira.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, E. M. Classe como processo e como relação. In: WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 2. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 73-98.